

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CAROLINE RIPPE DE MELLO KLEIN

**ROBERTO CAMPOS E O ORDOLIBERALISMO ALEMÃO: IDÉIAS E
PLANEJAMENTO PARA O BRASIL
(1963-1987)**

SÃO LEOPOLDO - RS

2013

CAROLINE RIPPE DE MELLO KLEIN

**ROBERTO CAMPOS E O ORDOLIBERALISMO ALEMÃO: IDÉIAS E
PLANEJAMENTO PARA O BRASIL
(1963-1987)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez.

SÃO LEOPOLDO - RS

2013

K64R Klein, Caroline Rippe de Mello
Roberto Campos e o ordoliberalismo alemão: idéias e planejamento para o Brasil (1963-1987) / Caroline Rippe de Mello Klein. -- 2013.
207 f. : il. ; 30cm.
Dissertação (Mestrado em História) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2013.
Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez.
1. Ordoliberalismo. 2. Campos, Roberto - Economista. 3. Ditadura militar. 4. Política econômica. I. Título. II. Ramírez, Hernán Ramiro.

CDU 330.83

CAROLINE RIPPE DE MELLO KLEIN

**ROBERTO CAMPOS E O ORDOLIBERALISMO ALEMÃO: IDÉIAS E
PLANEJAMENTO PARA O BRASIL
(1963-1987)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, no Curso de Pós-Graduação em História, no Departamento de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez
Orientador – Departamento de História, UNISINOS

Prof^a Dra. Marluza Marques Harres
Departamento de História, UNISINOS

Prof. Dr. Hélio Alves
Departamento de Ciência Política, UFRGS

Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz
Departamento de História, PUCRS

São Leopoldo – RS
2013

Dedico esse trabalho a meu Pai, Robson, que não está mais entre nós, pelo menos fisicamente, a minha Mãe Lenir, ao meu querido marido Adriano por estar sempre presente quando preciso tanto afetivamente quanto profissionalmente.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez, pela orientação, pelos seus questionamentos, pelas horas de conversas sempre esclarecedoras e pelo incentivo para escrever uma temática tão recentemente estudada. Também pelo empenho nessa jornada de última hora. Muito obrigada pelos ensinamentos e conselhos.

A Prof^a. Dr^a. Marluza Marques Harres pela confiança, acolhimento e “puxões de orelha” durante minha passagem pela Unisinos, e também pelos constantes olhares e inquietações que provocava nas aulas de Teoria da História que me fizeram uma historiadora melhor.

Ao Prof. Dr. Hélio Alves, pelas dicas e orientações na minha qualificação de mestrado e pela oportunidade de eu cursar a disciplina de “Teoria Política” na UFRGS.

Ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na pessoa do seu coordenador Prof. Dr. Paulo Moreira, pelo apoio recebido e prazos concedidos.

A CAPES pelo financiamento da pesquisa de Pós-Graduação, porque sem esse incentivo com certeza esse trabalho não seria concluído.

A todos os amigos feitos ao longo desses dois anos de mestrado, agradeço com muito carinho a Anna Paula Boneberg, Cristiano Brum, Fernanda Giroto e Gabriele de Moura. E não esquecendo também, aos meus colegas e professores da UFRGS, do curso de Museologia que me dispensaram de disciplinas e sempre me apoiaram na conclusão do mestrado, um agradecimento especial para Ana Carolina Gelmini, Priscila Oliveira, Zita Possamai e Jeniffer Cutty.

Ao meu marido Adriano Klein pelo incentivo e sua compreensão, meus primos Fernando Ripe e Mauro Dillmann pelo incentivo a realizar o mestrado e

por ter me apresentado a Unisinos, além de oferecer sua casa para eu ficar nos dias que tinha aulas seguidas em São Leopoldo e trabalhava como professora em Esteio.

E, por último, à minha mãe Lenir, que na ausência de meu pai sempre manteve a postura firme e trabalhadora para continuar e me incentivar a persistir nos estudos, fazer concursos e trabalhar para cada vez mais para conseguir o pão do dia-a-dia e levar uma vida de cabeça erguida.

Enfim, agradeço a todos que me apoiaram nessa jornada, sem esquecer os meus alunos da EJA e do Fundamental em Esteio e Porto Alegre, que em seus trabalhos e conclusões que chegavam às aulas, me fazem acreditar que a escola mostra que outro mundo é possível.

Quando você perceber que, para produzir, precisa obter a autorização de quem não produz nada; quando comprovar que o dinheiro flui para quem negocia não com bens, mas com favores; quando perceber que muitos ficam ricos pelo suborno e por influência, mais que pelo trabalho, e que as leis não nos protegem deles, mas, pelo contrário, são eles que estão protegidos de você; quando perceber que a corrupção é recompensada, e a honestidade se converte em auto sacrifício; então poderá afirmar, sem temor de errar, que sua sociedade está condenada.

Ayn Rand

RESUMO

Como pesquisa histórica que permeia o campo do político, este trabalho aborda a influência do ideário alemão conhecido como “ordoliberalismo”, uma teoria econômica incorporada pela Alemanha no pós-guerra que suscitou o que se denominou de “Milagre econômico alemão” na Guerra Fria. Essa proposição foi pensada pela Escola de Friburgo na qual um comitê científico elaborou uma teoria que possuísse características mais liberais e menos keynesianas, professando uma economia de mercado com intervenções estatais em certos setores. Essa teoria pode-se ver expressa nas obras do político Roberto Campos no início de sua carreira política e com certas ponderações ao final da mesma, na qual o intelectual passa por um processo de metamorfose em sua maneira de pensar o Brasil, transferindo e adaptando teorias econômicas e sociais inspiradas na Alemanha e também Estados Unidos para o Brasil, visto que foi diplomata. Suas teorias e adaptações podem ser vistas no governo JK e na Ditadura Militar de Castelo Branco, culminando em parte no Milagre Econômico do governo Médici, sempre pensando o Estado como provedor das garantias e liberdades civis, tal como expressa o ordoliberalismo.

Palavras-chave: Ordoliberalismo. Roberto Campos. Ditadura Militar. Milagre Econômico. Desenvolvimentismo.

ABSTRACT

This historical research pervades the politics field, this work discusses the influence of German ideology known as “ordoliberalism”, an economic theory built by Germany in postwar, and was responsible for the “German economic miracle” during the Cold War. This proposition was designed by the School of Freiburg, in which a scientific committee developed a theory that possess characteristics more liberal and less Keynesian, professing a market economy with state intervention in certain aspects. This theory can be seen in works of political Roberto Campos early in his political career, and certain weightings at the end of it, in which the intellectual undergoes a process of metamorphosis in thinking about Brazil, transferring and adapting theories economic and social well, inspired in Germany and the United States to Brazil, since he was a diplomat. His theories and adaptations can be seen in the JK government and military dictatorship of Castelo Branco, culminating in the Economic Miracle in the Medici government, always thinking in the state as a provider of guarantees and civil liberties, as expressed in the ordoliberalism.

Keywords: Ordoliberalism. Roberto Campos. Military Dictatorship. Economic Miracle. Developmentalism.

LISTA DE SIGLAS

JK – Juscelino Kubistchek

DM - Deutsche Mark

RM – Reichsmark

SPD - Partido Social Democrata

DGB - Central Sindical Alemã

FDP - Partido Social Liberal

CDU - União Democrata Cristã

CSU - União Social Cristã

CMBEU - Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

UNE - União Nacional dos Estudantes

FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos Agência Especial de Financiamento Industrial

FIPEME - Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa

FUNDECE - Fundo de Desenvolvimento da Educação e Capacitação Empreendedoras das micro- empresas

IGP - Índice Geral de Preços

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

FGTS – Fundo de Garantia Tempo de Serviço

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

BNH - Banco Nacional de Habitação

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIS - Programa de Integração Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Roberto Campos juntamente com o presidente da ABL, Arnaldo Niskier e Ruth..... 18
- Figura 2 - Jantar oferecido ao presidente Castelo Branco, em 1963 121

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - ORIGENS DO PENSAMENTO ORDOLIBERAL NA ALEMANHA E SUA APLICAÇÃO	30
1.1. O Ordoliberalismo em cena: A Alemanha no pós-guerra e a recuperação da nação	32
1.2. Os acadêmicos de Friburgo	44
1.3. O Milagre Econômico Alemão – <i>Wirtschaftswunder</i>	52
1.4 O Keynesianismo “entra pela porta dos fundos”	56
CAPÍTULO II – ROBERTO CAMPOS E O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO .	65
2.1. Desenvolvimentismo com ou sem Estado?	66
2.2. Roberto Campos no BNDE	74
2.3. Planejamento ou projeto	79
2.4. Implantação e idealização do PAEG e o FGTS	88
2.5. A questão do Estatuto da Terra e da Reforma Agrária	95
CAPÍTULO III – ROBERTO CAMPOS E A QUESTÃO DO ORDOLIBERALISMO	100
3.1. Uma voz, um comando: O governo de Castelo Branco	102
3.2. Escritas de si na “Lanterna”	115
3.3. Autopropaganda de um governo militar	120
3.4. Metamorfoses políticas: O liberalismo protecionista	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
ANEXOS	151

1 INTRODUÇÃO

O propósito do presente trabalho é pensar como as teorias políticas mundiais estão interligadas por uma corrente de intelectuais, pertencentes ou não à política oficial do Estado, e que a partir dessa confluência de ideias em eventos e ocasiões específicas, são pensados e até mesmo adequados cânones teóricos para refletir sobre o desenvolvimento de determinado país. É nessa esfera de relações que essa dissertação pretende explorar, a fim de estabelecer como se projetam essas conexões, em especial, o caso do político e diplomata Roberto Campos, que por ter sua vida muito ligada ao exterior, a cada missão ou viagem que concluía modificava seus paradigmas em relação ao Brasil, principalmente no quesito do desenvolvimento durante o governo de JK até o final da ditadura militar. Nesse tempo, percebemos a mudança entre um desenvolvimentismo mais ligado ao ordoliberalismo alemão, e, num momento posterior ao primeiro governo militar, especialmente no governo Costa e Silva, quando Campos vai alterar gradualmente suas convicções, tornando-se mais adepto à teoria do mercado, enfim, mais liberal.

Todavia, para perceber tais mudanças em suas ideias, devemos nos remeter ao estudo da memorialística do autor, pois é na escrita de si que ele constrói sua noção de sujeito para mostrar ao público. Logo, a obra de Campos intitulada *A Lanterna na Popa (1994)* é primordial para percebermos o entendimento que ele faz sobre si. Devemos ter o cuidado em notar que essa obra foi escrita baseada nas lembranças e esquecimentos do autor ao final de sua vida, por isso há essa preocupação com a memória, pois é nessa fonte que grande parte da construção e aplicação de suas ideias é exposta, podendo identificar assim os seus momentos. Porém, para trabalhar com esse tipo de fonte, deve-se ter o cuidado de contrapô-la com os demais eventos históricos da época, pois o livro é repleto de opiniões que o autor informa sobre o “seu” viés, carregado de ideologia.

Entretanto, para buscar tais reflexões, devemos identificar a construção da identidade e das memórias que o intelectual Roberto Campos elaborou através de um perfil cuidadosamente formado. Para tanto, investiu em uma

produção autobiográfica que consistiu em livros, artigos ilustrados e documentados. Uma dessas obras são suas memórias, o livro *Lanterna na Popa (1994)*, no qual narra a sua formação no Seminário Católico até o governo de Fernando Collor, é um dos objetos de estudo mais relevante em questão. Todo esse “arquivamento de si” (ARTIÉRES, 1998) foi alvo das pesquisas que deram origem ao presente trabalho. Procurou-se, por um lado, analisar a imagem arquitetada que Campos buscou construir e deixar para a posteridade enquanto uma memória a ser compartilhada pela coletividade; por outro, perceber como aspectos de uma trajetória individual e coletiva podem ser compreendidos com base nessas narrativas auto referenciais.

Várias biografias foram escritas sobre Campos, porém a mais objetiva é a que está no Dicionário Histórico Biográfico do CPDOC. Roberto Campos foi economista, diplomata, escritor e professor brasileiro nascido em Cuiabá, Mato Grosso. Foi um apoiador declarado do golpe de 64, justificando como um mal necessário, pois argumentava que o presidente anterior João Goulart, estaria arquitetando um golpe aos moldes comunistas no Brasil, e que a sua derrocada seria para assegurar a liberdade democrática e a livre iniciativa, porém é preciso ressaltar que essa era a ideia dele naquela época. Consequentemente, devido a suas opiniões e atuação foi convidado por Castelo Branco para ocupar o cargo de Ministro do Planejamento.

Sua formação básica escolar foi num seminário católico em Guaxupé, posteriormente vindo a graduar-se em Filosofia e Teologia, nesse aspecto, é importante frisar que o ordoliberalismo sempre foi muito atraente aos setores católicos, tanto que o primeiro governo na Alemanha a colocar em prática tal teoria foi justamente o partido cristão, pois em muito a teoria cristã e ordoliberal se aproximava, como assinala Gutiérrez:

Walter Eucken, por exemplo, afirmou que era seu ponto de vista precisamente como cristão que percebeu a competitividade como uma ordem ou algo essencial. Karl Brandt falou sobre isso, que o cristianismo e o liberalismo tinham posições comuns sobre o individualismo (GUTIÉRREZ, 2008: 146).

Após suas conclusões nos estudos básicos, Campos vai para São Paulo a fim de tentar condições melhores de vida e um emprego, inicialmente, consegue trabalho como professor de português e filosofia, porém com baixo salário e condições de trabalho desfavoráveis, Campos desiste da carreira de professor para ingressar em algo mais confiável (CAMPOS, 1994: 28). Após muita procura, e decidir-se entre três concursos, resolve fazer um concurso para a carreira diplomática, com 10 anos de seminário católico, dois anos de filosofia e quatro de teologia era considerado um analfabeto, em virtude dos estudos no seminário não serem reconhecidos. Após ter obtido êxito no concurso, Campos é nomeado em 1939 para o ministério das Relações Exteriores, chefiado por Oswaldo Aranha, e é a partir desse momento que ingressa efetivamente na vida política e suas condições financeiras começam a melhorar.

Porém, sem possuir os contatos certos, Campos, juntamente com outro colega acaba por servir no almoxarifado do Itamaraty. Aos poucos foi progredindo dentro do serviço público, até em 1941 quando houve o ataque a Pearl Harbour, em que a Embaixada do Brasil em Washington solicita mais pessoas do Brasil para virem aos Estados Unidos em auxílio à Guerra, atuando no setor de fabricação, exportação, enfim, burocracia. Com sua morada nos Estados Unidos, resolve cursar o mestrado em economia na Universidade de George Washington, para fins de carreira. Nessa universidade, Campos relata em sua biografia, teve contato com os economistas liberais mais renomados, incluindo Schumpeter, do qual era grande admirador e que também foi seu co-orientador no mestrado, que lhe indicou o doutorado em economia posteriormente. Roberto admite ter tido contato com economistas austríacos voltados tanto ao liberalismo quanto ao keynesianismo, que por certo tempo o fascinou.

Ainda na vida diplomática, Campos foi convidado como terceiro secretário à Conferência de Bretton Woods, na bucólica cidade de New Hampshire, e é nessa ocasião que conhece e inicia uma longa amizade com Eugênio Gudin, atuante como ministro de Vargas na época, e Octávio Gouvêa Bulhões, o então chefe da Divisão de Estudos Econômicos e Financeiros do

Ministério da Fazenda. Na conferência em questão, a pauta era a discussão entre o Plano White, americano, e o plano Keynes, da Inglaterra. O plano Keynes versava em relação a Grã-Bretanha, que não conseguiria manter por muito tempo a conversão da libra, e que a longo prazo se tornaria deficitária, e o plano White refletia os interesses norte americanos, com a criação de um dólar *exchange standard*, um pouco mais flexível ao padrão ouro.

Após a defesa de sua dissertação, Roberto solicita transferência para Boston, porém, não lhe é concedido e é realocado em New York, onde se matricula no doutorado na Columbia University, em que não chegou a concluir devido aos massivos compromissos na Embaixada.

Em 1949, Campos retorna ao Brasil, depois de cumprir sete anos de trabalho nos Estados Unidos, e que segundo ele, essa vivência o fez adquirir uma visão cosmopolita contra os *ismos* (nacionalismo, estatismo, etc). Seu retorno foi feito em função de ter sido convocado para trabalhar junto a CMBEU durante o governo Vargas, na Comissão Consultiva de Acordos Comerciais, cuja função era negociar acordos bilaterais de comércio de compensação, visando, sobretudo, a boa utilização dos saldos brasileiros remanescentes durante a guerra (CAMPOS, 1994: 151). Nesse meio tempo foi convidado por Luís Simões Lopes para servir na Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM) como analista de política internacional, em que havia a preocupação constante com a redução da inflação.

Em 1954, com a morte de Vargas, o Ministério da Fazenda ficou aos encargos de Eugênio Gudin, um antigo amigo que conheceu em Bretton Woods, num momento de crise em relação à perda do presidente. Nesse tempo, Roberto estava na Califórnia fazendo cursos de lógica matemática e filosofia na Universidade da Califórnia. Nesse mesmo ano foi nomeado por Gudin como delegado para a IX Reunião das Partes Contratantes do GATT¹,

¹ O Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio ou Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (do inglês: *General Agreement on Tariffs and Trade, GATT*) foi estabelecido em 1947, tendo em vista harmonizar as políticas aduaneiras dos Estados signatários. Está na base da criação da OMC - um conjunto de normas e concessões tarifárias, criado com a função

em Genebra, em que discutiu a noção dos preços das matérias-primas em relação ao mercado internacional. E, em fevereiro de 1954, é convocado novamente para retornar ao Rio de Janeiro e participar da Conferência Econômica Interamericana, que contou com a presença e deliberações da CEPAL.

Em 1956, na diretoria do BNDES, junto com Glycon Paiva, reestabelece a meritocracia no banco, através de concurso público, despedindo os cargos de confiança. Em sua autobiografia, Campos faz uma breve digressão do banco, em 1952 e 1956, a instituição se volta mais para questões de infraestruturas, e a partir de 1956, tornou-se o banco do Plano de Metas (CAMPOS, 1994: 260), expandindo o incentivo à indústria, e em 1965 diversificou seus investimentos, repassando aos bancos privados, fundos especiais de investimento da indústria.

O período de Jango e dos militares são contemplados ao longo da dissertação, porém, ainda vale ressaltar como complemento, que Roberto aderiu à vida política partidária mais ao final de sua carreira, na década de 80, em que mostrava seus preceitos liberais mais incisivos.

Na política partidária foi Senador da República, representando o Estado de Mato Grosso (1983-1990), e deputado federal pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB) do Estado do Rio de Janeiro, por duas legislaturas (1990-1998). Além de vários outros cargos em conselhos e entidades públicas e privadas, foi presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento (COMUDES), da Cidade do Rio de Janeiro (1999) e membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES (1999). Entre grandes honrarias em vida, recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* da Universidade de Nova York, NY (1958), e da Universidade Francisco Marroquim², Guatemala (1996) e foi

de impulsionar a liberalização comercial e combater práticas protecionistas, regular, provisoriamente, as relações comerciais internacionais (GATT, 1986).

² Essa universidade foi um dos grandes difusores do neoliberalismo na América Latina. Possui um centro de estudos econômicos baseado em F.A. Hayek e Escola Austríaca – escolas estritamente liberais, além do Instituto Henry Hazlitt, tendo contato com Institutos Liberais brasileiros também. Fonte: Entrevista com Rose e Milton Friedman. Hoover Institution, outubro de 2002. Disponível em: <http://newmedia.ufm.edu/gsm/index.php?title=Interview_with_Rose_and_Milton_Friedman>

eleito (1999) para a Cadeira nº 21 da Academia Brasileira de Letras, em sucessão a Dias Gomes (FERNANDES, 2002)³

Dentre seus trabalhos técnicos e autobiográficos, estão: *A Moeda, o Governo e o Tempo* (1964), *Política Econômica e Mitos Políticos* (1965), *A Técnica e o Riso* (1967), *Reflections on Latin American Development* (1967), *Do Outro Lado da Cêrca* (1968), *Ensaio Contra a Maré* (1969), *Temas e Sistemas* (1970), *Função da Empresa Privada* (1971), *O Mundo que Vejo e não Desejo* (1976), *Além do cotidiano* (1985), *Ensaio Imprudentes* (1987), *Guia para os Perplexos* (1988), *O Século Esquisito* (1990), *Reflexões do Crepúsculo* (1991), *A Lanterna na Popa - Memórias* (1994), *Antologia do Bom Senso* (1996), *Na virada do Milênio* (1998) e outras como coautor, como *A Nova Economia Brasileira* (1974) e *Formas Criativas no Desenvolvimento Brasileiro* (1975), ambos com Mário Henrique Simonsen.

Morreu aos 84 anos no Rio de Janeiro. Seu corpo foi velado no salão dos Poetas Românticos da Academia Brasileira de Letras e enterrado no mausoléu da ABL no cemitério São João Batista, em Botafogo, na zona sul do Rio ⁴, representando assim o simbolismo da ABL, no sentido de tornar Campos um personagem mítico ou heroico, especialmente numa sociedade estamental como a brasileira de grandes personagens e cânones.

³ Biografia de Roberto Campos, retirado de: FERNANDES, Carlos. Só Biografias. Disponível em: < <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/RobOCamp.html>>

⁴ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.



Figura 1. Roberto Campos juntamente com o presidente da ABL, Arnaldo Niskier e Ruth (Foto de álbum de família). Fonte: LUZ, Olavo. Roberto Campos, um retrato pouco falado (2002).

Dessa forma, uma das obras mais relevante à pesquisa sobre as memórias do autor, foi sua autobiografia *Lanterna Popa*, publicada em 1994, que reúne os escritos do próprio Roberto Campos, documentos e imagens selecionadas por ele. Essa fonte faz parte da memorialística do autor, de forma a entender o processo político e o momento histórico em que se situou, além de discernir a alcunha de neoliberal, denominado ao autor devido a sua ideologia.

Para compreender o pensamento de Roberto Campos deve-se partir da análise de suas ideias, e o determinado contexto social adequado que se pretende examinar, fazendo-se assim, uma ligação necessária entre a História Política e a História Econômica através das concepções do intelectual e de um processo no qual:

A historicização que pode seguir dois caminhos distintos [...]: o caminho do objeto e o caminho do sujeito, as origens históricas das próprias coisas e a historicidade mais intangível dos

conceitos e das categorias por meio das quais tentamos entender as coisas (JAMESON, 1992: 9).

A presente dissertação se insere dentro da dimensão da História Política, estudando o poder nas suas múltiplas formas. Sendo estudada nessa análise a teoria liberal e suas variáveis dentro da conjuntura político-econômica brasileira nos últimos cinquenta anos do século XX, tendo como pano de fundo o político e intelectual Roberto Campos, que, através de suas ideias políticas, muitas exportadas dos Estados Unidos, da Inglaterra e, principalmente, da Alemanha, pensou o Brasil, a fim de trabalhar num cenário de crise do pós-guerra e de desenvolvimento para um país que começava a se inserir no mercado mundial e na corrida industrial tardia.

O período de análise aborda o final do último século. Momento que vai desde o final da II Guerra Mundial e início do governo de JK, ao final do mandato do presidente militar Ernesto Geisel, quando houve uma recessão econômica com grave endividamento externo e dificuldades inflacionárias, marcando assim uma espécie de colapso da política econômica do regime. As obras de Roberto Campos apresentam críticas e enaltecimento a certos setores do regime e a forma como foi instaurado, principalmente em relação ao governo de Castelo Branco. Nesses escritos, o autor se utilizava de elementos da teoria liberal e suas variações para explicar e justificar seus argumentos, é nesse período que se pode denominá-lo como “ordoliberal”⁵, dado que através do planejamento e da ação governamental queria implantar melhorias na situação socioeconômica do Brasil. Sendo assim, o período de atuação mais efetiva desse teórico fora justamente no governo de Castello Branco, atuando como Ministro do Planejamento, cargo no qual teve algumas controvérsias e conflitos com outros ministros e até mesmo militares. Pois, isso é algo natural nos governos. Inclusive, Ramírez (2012) explica que, devido às coalizões golpistas serem heterogêneas e depois de cumprir seu objetivo inicial, elas tendiam a se dividir e apareciam as diferenças que antes estavam solapadas:

⁵ Pois dentre seus argumentos, Campos era a favor de uma abertura ao mercado, porém sem o *laissez faire*, controle fiscal e uma economia social de mercado. Ao longo de sua biografia também se mostra um admirador da teoria de Walter Eucken e a Escola de Friburgo que fundou o ordoliberalismo, assim como as políticas de Thatcher na Inglaterra que iam ao encontro dessa teoria também.

Assim, comprovamos que existiu um entrelaçamento distinto nos casos nacionais: no Brasil, os empresários e tecnocratas que tiveram maior participação no golpe e no governo autoritário posterior estenderam relações mais estreitas com os militares do grupo da “Sorbonne”, ou seja, opostos aos “senhores da guerra” representados pela “linha-dura”, que tiveram maior peso durante a primeira etapa do regime autoritário (RAMÍREZ, 2012: 70).

Foram selecionados para análise alguns escritos do próprio Roberto Campos presente na ditadura e outros posteriores que fazem parte da memorialística do autor, de forma a entender o processo político e o momento histórico em que se situou Campos, além de discernir o que seria essa subdivisão do liberalismo, o ordoliberalismo⁶, e a forma como o intelectual a expressou. Dentro de uma ampla produção bibliográfica pode-se destacar sua autobiografia, que tem uma profusa gama de informações e memórias do autor, obra que sintetiza melhor suas ideias.

Dessa forma, foram elencadas algumas que podem esclarecer melhor sobre essas teorias econômicas e sociais importadas ao Brasil tais como: *Ensaio de história econômica e sociologia (1964)*, *A moeda, o governo e o tempo (1964)*, *Política econômica e mitos políticos (1965)*, *A técnica e o riso (1967)*, *Do outro lado da cerca (1968)*, *Ensaio contra a maré (1969)*, *Função da empresa privada (1971)*, *O mundo que vejo e não desejo (1976)*, *Ensaio Imprudentes (1987)* e *A lanterna na popa (Memórias) (1994)*.

Essas obras destacam eventos e pensamentos que Roberto Campos expressava nesse período, e nesses escritos podem-se notar suas ideias acerca do liberalismo social e econômica, sendo um autor vital para o entendimento de questões pertinentes à política interna e externa brasileira; seus ideais não apenas apresentam aspectos referentes à nação brasileira, mas aos demais países e suas relações para com o Brasil.

⁶ Teoria pensada na Alemanha, na Escola de Friburgo e posta em prática após a II Guerra Mundial, a fim de controlar o alto índice inflacionário no país e a destruição humana e material provocada pela guerra. O investimento deveria ser massivo na industrialização, para produzir e exportar mais do que importar. Tendo como base teórica Walter Eucken, Ropke e outros que serão expostos no capítulo 1 de forma mais clara e objetiva.

Como suporte bibliográfico em relação ao ordoliberalismo enquanto teoria e prática foram utilizadas algumas obras e artigos acadêmicos provenientes da Escola de Friburgo⁷ e de outros autores dessa linha, com a maioria dos artigos em inglês, traduzidos de forma livre pela autora. Utilizo também obras clássicas que estão dispostas pelo Instituto Ludwig Von Mises em seu *site*⁸, como as de Röpke⁹ e Eucken¹⁰, conhecidos por serem os intelectuais e precursores da economia de mercado alemã, implantada por Ludwig Erhard como “Economia Social de Mercado”. No mundo e na Alemanha, foram chamados de “neoliberais” ou “ordoliberais” posteriormente, os que “defendiam uma ordem econômica regulada por mercados e preços livres [...] a única ordem econômica compatível com a liberdade humana”¹¹. Porém, o denominado neoliberalismo é muito mais a favor do *laissez faire* e da desburocratização da máquina estatal, do que os ordoliberais que previam um controle sobre o mercado por parte do Estado.

Outros textos relevantes na desenvoltura teórica foram os de Christopher Allen (2004)¹², professor de economia da Universidade de Geórgia que desenvolve vários estudos sobre a economia alemã, Lawrence H. White

⁷ Fundada em 1930, a Escola de Friburgo é um centro de Estudos ligados a Universidade de Friburgo na Alemanha. Seus estudos versam sobre o ordoliberalismo que desembocou na Economia Social de Mercado.

⁸ Esse domínio contém vários artigos acadêmicos e de opinião sobre o liberalismo e suas variantes. O site em português é: <http://www.mises.org.br/>

⁹ Wilhelm Röpke (1899-1966) dedicou sua carreira acadêmica a combater o coletivismo na teoria econômica, social e política. Como estudante e defensor da Escola Austríaca, ele contribuiu para a sua estrutura teórica e visão política, alertando para os perigos da consolidação política e destacando a conexão entre cultura e sistemas econômicos. Mais do que qualquer outro austríaco de seu tempo, ele explorou os fundamentos éticos de uma ordem baseada numa ordem social de mercado (RITENOUR, 2009).

¹⁰ Walter Eucken foi o fundador da escola econômica de Friburgo, um círculo de estudiosos alemães ordoliberal do período entre guerras, cujos pensamentos foram muito influentes no período imediato pós-guerra. Grupo de autores desiludidos com modelos pré-concebidos - o fracasso de ambos, do liberalismo clássico e do socialismo - Eucken formulou 11 princípios para uma economia de mercado, em que a concorrência deveria ser limitada no setor privado, e também deveria ter uma alocação eficiente dos recursos para uma prosperidade econômica futura (VANBERG, 2011).

¹¹ Texto original de Horst Werner, traduzido por Luís Humberto Teixeira. Disponível em: <<http://www.liberal-social.org/wilhelm-roepke>>

¹² Christopher S. Allen é professor associado da Universidade de Geórgia, onde ministra cursos de política comparada e economia política. Ocupou bolsas de pesquisa da Escola de Negócios de Harvard, Johns Hopkins University, e do Fundo Marshall Alemão. Seu projeto de pesquisa principal é um estudo da representação democrática nos sistemas parlamentares e presidenciais. Editorial Review Amazon. *Europeans Politics in Transition*. Disponível em: <<http://www.amazon.com/European-Politics-Transition-Mark-Kesselman/dp/0618870784>>

(2010) ¹³, professor americano que é contra os bancos federais, sendo a favor de bancos e mercados competitivos, assim como James Hook (2004) ¹⁴. Do mesmo modo como Vanberg (2011), que trabalha com a história e o potencial explicativo de uma abordagem individualista aos fenômenos sociais em geral e às normas sociais e instituições, recorrendo em grande parte à literatura, na tradição econômica da teoria social de Friedrich Hayek, buscando ampliar a perspectiva individualista do estudo da interação espontânea do mercado para o estudo das organizações e das ações empresariais. E, por fim, Keith Tribe (2004), professor da Universidade de Essex que publica vários estudos sobre liberalismo e economia liberal, como sua mais famosa obra “A biografia crítica de Adam Smith”. Porém aqui percebemos que esses teóricos muitas vezes são denominados como monetaristas e não ordoliberais, mas não podemos descartar suas contribuições, uma vez que, os grupos de reuniões e as teorias se assemelham muito entre si, pois se encontravam em constante diálogo e troca de ideias (CAMPOS, 1994).

E, para analisar a conjuntura e a forma que as ideias de Roberto Campos criaram corpo e foram aplicadas de fato, conto com o auxílio de análise da História Política “que confere um quadro geral a seus discursos e ações; ele remete à existência de uma *sociedade* que, aos olhos de seus partícipes, aparece como um todo dotado de sentido” (ROSANVALLON, 2010: 72).

Quando se fala em História Política, vem à mente a história factual que trata de guerras, heróis e datas, semelhante à história positivista que se produzia no século XIX, que tem sua tradição marcada em Seignobos. Mas, na segunda metade do século XX, a Escola dos Annales vem de encontro a essa

¹³ Lawrence H. White é professor de economia na Universidade George Mason, leciona “Teoria e Política Monetária” em nível de Pós-Graduação. Ele é considerado uma autoridade em história e teoria *free-banking*, uma teoria bancária que se refere a um arranjo monetário em que os bancos estão sujeitos a regulamentações especiais, além daqueles aplicáveis para a maioria das empresas, e que também são livres para emitirem suas moedas em papel (notas). Suas obras corroboram para a abolição do Sistema de Reserva Federal e da promoção de bancos privados e competitivo. Fonte: George Mason University. Mercatus Center. Lawrence H. White. Disponível em: < <http://mercatus.org/lawrence-h-white> >

¹⁴ James Van Hook é historiador adjunto do Departamento de Estado dos EUA e da Agência Central de Inteligência. Fonte: HOOK, James C. van. *Rebuilding Germany: The creation of Social Market Economy (1945-1957)*. Cambridge: Cambridge Press, 2004.

forma de se fazer história, combatendo-a de certa forma, arguindo que a história factual trazia fatos, guerras e batalhas com narração simples do “jogo de poder entre grandes homens ou países” ignorando que “aquém e além dele, se situavam campos de força estruturais coletivos e individuais” (BURKE, 1991: 16).

Mas, a proposta levantada na presente pesquisa requer o conhecimento e entendimento da denominada Nova História Política, que surgiu ao final da década de 70 como uma crítica à História quantitativa e à História social e estruturalista, fazendo parte da terceira geração dos Annales, tendo como reação o retorno à política e uma aproximação da Antropologia. Essa crítica foi mais além, recaindo sobre a própria Escola dos Annales, principalmente sobre Febvre e Braudel, que foram criticados por suas análises que não expressaram interesse significativo em relação ao político, ou seja, o “retorno ao político na 3ª geração é uma reação a Braudel e às formas de determinismo (BURKE, 1997: 103)”, pois é denominada assim como História Cultural do Político:

[...] mobilizada pelos estudos que se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas do poder simbólico de coesão social (PESAVENTO, 2008: 75).

Como referencial a essa presente pesquisa, as concepções de René Remond serão utilizadas como norteador metodológico, partindo de sua análise de que a história política teve um grande momento de renovação na década de 1970, na qual começa a dialogar com as demais ciências, principalmente a Ciência Política e Letras em relação à análise do discurso do político, englobando apreciações econômicas e articulações sociais, pois o político faz parte da vida coletiva, uma modalidade da prática social, em que:

Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos em que se combinam o instantâneo

e o extremamente lento. É na longa duração que se irá buscar a história das formações políticas e das ideologias, ou seja, a cultura política, que por sua vez servirá a reflexão sobre os fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo (RÉMOND, 2003: 07).

Sobre a ditadura militar, parto das interpretações de Carlos Fico e suas análises sobre esse período, principalmente em relação à visão mais apurada em relação ao presidente Castello Branco, muito semelhante à de Roberto Campos, quando ele denota que o presidente militar “foi complacente com as arbitrariedades da linha dura, não teve forças para enfrentá-la e permitiu, assim, que o grupo de pressão ¹⁵ fosse conquistando paulatinamente o poder (FICO, 2004: 33). Carlos Fico vê a figura de Castello Branco como um “moderado” e “legalista”, fruto de uma formação intelectual mais refinada, segundo a teoria memorialística¹⁶ sobre o Regime Militar.

Porém, como Fico evidencia também, não podemos nos esquecer de que no governo de Castello foram proibidas as atividades políticas estudantis e foi decretado o AI-2, além da criação da lei de segurança nacional e de imprensa restritiva, que inicialmente serviram de base para reformas da “linha dura” posteriormente. De fato, a figura do primeiro presidente-militar contribuiu para diferenciar mais ainda um conjunto de militares “legalistas” ou “moderados”, muitas vezes a favor do capital estrangeiro para o desenvolvimento do país, e os militares que se posicionavam mais ao lado da “linha dura”, que acreditavam que o desenvolvimento deveria ser pautado no mercado interno, pois essa divisão já existia antes do golpe.

Não havia apenas militares “legalistas”, mas civis também, dentre eles o próprio Roberto Campos. As obras que escreveu justamente no período em

¹⁵ Esse “grupo de pressão”, segundo Carlos Fico, fora apoiado principalmente por Costa Silva, que foi avesso à nomeação de Castello como presidente e as ações por ele tomadas em seu governo. Outro presidente que Fico evidencia como sendo contrário a algumas ações de Castello era o seu chefe da casa militar Ernesto Geisel.

¹⁶ Essa teoria é proveniente de uma distensão política do Presidente Ernesto Geisel, que foi de algum modo uma das primeiras narrativas a serem feitas sobre o regime. Essa narrativa construiu os primeiros estudos sobre esse período, expressa nas obras de Luís Viana Filho e Daniel Krieger, principalmente, nas obras: VIANA FILHO, L. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975, e KRIEGER, D. *Desde as Missões... saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

que era da base governamental militar auxiliam para a compreensão do intelectual trabalhado e seus anseios, além de sua maneira de pensar naquela época distinta e como Foram pouco a pouco seus ideais se modificando, passando de uma economia planejada baseada em um modelo Keynesiano a um modelo de economia social de mercado¹⁷, ao final de sua vida.

Para tanto, dentre a análise de Roberto Campos inserido na ditadura militar, é necessário uma aproximação da história para com a economia também, principalmente no que se refere à teoria econômica, sendo assim, o projeto engloba uma proposta interdisciplinar entre essas duas ciências, Economia e História. Indo ao encontro da própria teoria metodológica norteadora do projeto, a História Política, na qual o aspecto da interdisciplinaridade e o diálogo entre os campos do conhecimento são necessários para fazer uma análise em tal instância.

Além da teoria alemã acerca do neoliberalismo, há outra teoria sobre o que seria esse novo liberalismo, proveniente da escola americana de Chicago, que era contra a política econômica o *New Deal*, o dirigismo estatal e a planificação econômica, tal como a escola alemã. Porém, o que difere a corrente de pensamento dessas duas escolas é que “ao contrário da economia social de mercado alemã, o modelo estadunidense amplia a racionalidade de mercado, ela ultrapassa o econômico imergindo na vida pessoal [...]. Eis que surge o empresário de si mesmo, o *homo economicus*, o investidor de si mesmo (NILO, 2010: 345).

Logo, em justificativa a esse processo, o período do Pós-Guerra e conseqüente da Guerra Fria possibilitam vários enfoques de análise, principalmente no que tange à apreciação política. Porém, a visão sobre os

¹⁷ Segundo a Fundação Konrad Adenauer, do Brasil, a Economia social de mercado é um modelo econômico e social, que visa a promoção do “bem-estar para todos” (Ludwig Ehrhard) e que nisso procura o compromisso necessário entre o liberalismo de mercado e ao mesmo tempo a compensação social. A economia social de mercado é baseada na imagem do homem, de modo a promover liberdade com responsabilidade. Por conseguinte, ela se orienta pelos princípios solidariedade e subsidiariedade. Com tais fundamentos a Fundação Konrad Adenauer luta pelo crescimento econômico sustentável, para poder erradicar a pobreza em longo prazo e para possibilitar tanto mais igualdade de oportunidades quanto uma distribuição de renda mais justa. Fonte: < <http://www.kas.de/brasilien/pt/pages/8251/>>.

auspícios do ideário liberal e suas variações não são tão explorados, devido a diversos fatores como a interpretação inadequada do mesmo, motivos ideológicos e, inclusive, a falta de obras traduzidas para o português. Como se sabe, as teorias políticas e econômicas tiveram um papel fundamental, e têm ainda hoje, na construção e concepção dos governos e de seus governantes em amplitude mundial.

Nessa pesquisa é necessário ressaltar que governos raramente seguem uma teoria política ou econômica “à risca” presente em obras ou manuais de autores especializados. Os governantes em momentos de crise muitas vezes recorreram a teorias antagônicas em relação ao regime que eles próprios pregavam ou seu partido e, em alguns casos, como no presente estudo, são importadas teorias externas para pensar um país em desenvolvimento, através do planejamento de seus setores.

Um novo enfoque deste assunto torna relevante o desenvolvimento desta pesquisa, pois há uma grande lacuna sobre a participação das ideias liberais e a aplicação das mesmas ao longo da história brasileira, assim como é relevante às análises históricas sobre intelectuais que pensaram a nação.

Deste modo, este estudo torna-se importante por abordar um aspecto pouco desenvolvido no campo da história política. Através de uma abordagem diferenciada, minha proposta nesta pesquisa é justamente contribuir para um melhor entendimento a respeito do liberalismo em âmbito nacional, que foi proposto por alguns intelectuais, dentre eles e neste caso, Roberto Campos.

Dessa forma, o presente trabalho foi dividido em três capítulos de maneira que a leitura seja mais explicativa e esclarecedora. O primeiro capítulo trata sobre a teoria alemã denominada de ordoliberalismo, para que posteriormente possa ser feita uma comparação entre o modelo de desenvolvimentismo proposto por Campos e esse marco teórico, pois, inclusive, em suas memórias o autor relata que teve contato com a experiência alemã. Esse capítulo retoma a formação dessa teoria, seus principais idealizadores e como foi feita a prática da mesma na Alemanha, analiso

também o avanço que o país teve e as mudanças que foram necessárias para tal, que deram origem posteriormente ao Milagre Econômico.

O segundo capítulo aborda sobre a teoria e atuação política de Roberto Campos no Brasil e a sua proposta de desenvolvimento, fazendo-se assim uma reflexão entre a realidade do Brasil da época com suas obras e de outros autores que trabalharam sobre essa época, sendo esse capítulo dividido em cinco subcapítulos, que relatam sobre a atuação de Campos no governo de JK, sua participação no BNDE, as frustrações e idealizações sobre a economia brasileira, principalmente sobre os governos da ditadura militar, em especial o mandato de Castelo Branco, em que atuou com maior proeminência. É nesse capítulo que abordo o pensamento de Campos e seus momentos na política e economia brasileira.

No terceiro capítulo é proposta uma articulação entre as memórias do autor expostas na sua autobiografia e obras publicadas, que é o principal ponto desse trabalho, pois se insere na perspectiva dos estudos de Resico (2012), em que a economia social de mercado e ordoliberalismo foram trazidas para a América Latina através de pensadores, governantes e políticos influentes. E que associações de “livre comércio” como o MERCOSUL e ALCA são reflexos de políticas vinculadas a Economia social de mercado. Dessa forma, potencializando diálogos entre essas duas instâncias; no qual é discutida a memorialística e a escrita de si presente em sua obra de maior destaque e objeto desse estudo, em que a temporalidade é um elemento norteador na sua produção, especificamente nesta:

Voltada ao estudo da interpretação, [o autor] reitera a importância da interlocução com o outro na compreensão de si mesmo. Sua teoria nos leva à reflexão do próprio conceito de sujeito, ao qual aderimos nesta tese e de outro que é constitutivo desse sujeito (RICOEUR, 1991).

Logo, nesse capítulo, será feita uma comparação entre a proposta de Campos para o Brasil e a teoria ordoliberal, suas semelhanças e diferenças. Pois o autor em questão, além de atuar efetivamente nos governos militares de forma direta, indiretamente também fez parte de vários grupos de estudos

influentes que apoiavam ou condenavam determinados governos, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Dentre as fontes selecionadas, além da autobiografia, temos alguns registros audiovisuais, que são incorporados nos anexos, concretamente entrevistas ao programa “Roda Viva”, em que Roberto Campos ao final de sua vida é sabatinado sobre os mais variados temas, principalmente sobre sua atuação nos governos militares. Logo, totalizando duas entrevistas, realizadas respectivamente, em 1991 e 1997.

Na primeira entrevista realizada (1991), Campos expressa sua preocupação com a resolução da inflação, relatando sua atuação junto a Otávio Gouveia Bulhões no plano que traçaram para contornar a crise inflacionária em 1964. Nela, ao mesmo tempo em que critica o peso do Estado na economia e no mercado, sugere que uma correção monetária deveria ser necessária para maior controle:

Porque na sociedade com longa tradição inflacionária, se não houver correção monetária, os assalariados, para se proteger, querem hoje um salário que lhes dê proteção contra o amanhã, e ao pleitear salários não só para atender a situação corrente, mas para prever uma inflação futura, pois que não haveria correção monetária, eles tendem a exagerar suas reivindicações salariais, levando, portanto a um incremento de custos (CAMPOS, 1991).

Nessa mesma entrevista, Campos também fez alusão a sua atuação no Programa de Metas de JK e sua atuação junto a Lucas Lopes¹⁸, e conta sobre

¹⁸ Engenheiro Civil e Economista Professor de Geografia Econômica da Universidade de Minas Gerais; exerceu os cargos de Secretário da Agricultura Indústria e Comércio da Viação e Obras Públicas em Minas Gerais; Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Ministro da Viação e Obras Públicas por duas vezes e Coordenador do Programa de Estabilização Monetária no período de 1956 a 1959. Da sua administração no Ministério de Fazenda destacou-se a substancial alteração na legislação do Imposto de Renda: foi concedida às pessoas jurídicas a faculdade de elevarem o seu capital mediante o aproveitamento de reservas ou correção monetária do ativo imobilizados ficando os sócios ou acionistas isentos do pagamento do imposto sobre o valor das ações ou bonificações. Quanto à pessoa física introduziram-se novas diretrizes para a concessão de determinados abatimentos e deduções. Portador *Honoris Causa* do Diploma de "Doctor of Laws" da New York University; Doutor *Honoris Causa* da Escola de Minas de Ouro Preto; Doutor *Honoris Causa* pela Escola Superior de Guerra; Homem de Visão – 1959.

sua parceria com Juscelino, ainda como presidente eleito, a quem acompanhou por vários países em busca de investidores para o Brasil, em particular os alemães, justamente na época em que estavam colocando em prática o ordoliberalismo. Campos coloca Juscelino como um missionário, tentando atrair capitais, e considera que o primeiro surto de industrialização brasileira foi baseado na atração de capitais de risco. Não obstante, também fez referência a que Juscelino, que por não querer fazer a reforma cambial, acabou tendo problemas depois com esses investimentos, e pensando na eleição em 1959, não a fez, pois o preço de insumos (trigo, papel e combustível) iria aumentar de preço, o que era extremamente impopular, e por isso o Brasil acabou indo à bancarrota.

Para os nossos propósitos, a segunda entrevista, do ano de 1997 quando Campos completou 80 anos, é a mais importante. Nela faz uma digressão por toda sua vida, em especial sobre JK e os governos militares. Disserta também sobre suas medidas no governo Castelo Branco, inclusive suas declarações sobre Reforma Agrária expostas no Estatuto da Terra, que são muito pertinentes. Nas suas palavras:

Realmente eu me empenhei muito, com grande desgaste político, em fazer votar o Estatuto da Terra, que sofria enorme oposição, inclusive nos círculos governamentais. E o esquema era, a meu ver, bem arquitetado. Nós tínhamos três instrumentos de reforma agrária. O principal não era desapropriação, que sempre foi considerado um elemento extremamente conflitivo e, às vezes, contraproducente porque desanima, pune o produtor ineficiente, mas desanima também o eficiente. O principal instrumento seria a tributação progressiva sobre a terra improdutiva. Com os recursos daí advindos fazer-se-iam operações de colonização, abertura de novas áreas, evitando tanto quanto possível o conflito da desapropriação. Ela existiria como um terceiro instrumento, só para casos absolutamente críticos.

Logo, essas entrevistas são apropriadas para a condução desse trabalho, porque elas remontam a uma série de memórias mescladas com acontecimentos do momento presente em que o autor as profere. Campos

reflete em cima desses ocorridos, o que nos leva a ver sua construção de idéias e opiniões ao longo dos anos, tornou um liberal a favor do mercado, mostrando mais ênfase do que quando atuou no governo de JK ou até mesmo dos militares.

CAPÍTULO I - ORIGENS DO PENSAMENTO ORDOLIBERAL NA ALEMANHA E SUA APLICAÇÃO

O liberalismo econômico foi desacreditado após a Segunda Guerra, resultado das constantes crises do capitalismo e do reconhecimento do papel fundamental desempenhado pelo estado no processo econômico, que levaram à grande maioria dos países a adotar sistemas de planejamento econômico, logo.

Planejamento econômico é o estabelecimento de objetivos globais a serem alcançados pela economia em períodos previamente fixados. A expressão se aplica principalmente à atividade governamental destinada a dar aos setores econômicos a orientação que julgar adequada aos objetivos que fixou em sua política econômica. Basicamente, tem a finalidade de disciplinar a atividade produtiva para promover o desenvolvimento econômico global, impedir a depressão nos negócios e adotar medidas que amenizem ou anulem seus efeitos. É, portanto, uma formulação sistemática de uma série de decisões que se inter-relacionam e exprimem os objetivos do país (STORCH *apud* ALYSSON, 2000).

O chamado ordoliberalismo é uma espécie de teoria do planejamento alemã, surgiu na Alemanha como forma de controlar a inflação e sugeriu soluções para esse país, a fim de se reerguer no pós II Guerra. Por sua vez, essa doutrina geralmente é empregada em momentos de crise na economia e abalos políticos, manifestando-se principalmente no corte de gastos e arroxo fiscal. Segundo STORCH (2000), no Brasil, o desenvolvimentismo foi experimentado no plano Salte (saúde, alimentação, transporte e energia), de 1950, que antecedeu ao Plano Nacional de Metas, no governo de JK, sendo

um ponto de partida da forma de planejar no país. Segundo ALMEIDA (2004), o planejamento no Brasil abrangia as áreas de energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação, com o objetivo de eliminar os pontos de estrangulamento da economia, que impediam o desenvolvimento brasileiro.

Nesse capítulo, pretende-se também analisar como foi feito e pensado o que se chamou por ordoliberalismo na Alemanha no pós-guerra, uma teoria inovadora no sentido econômico, pois elencava muitos aspectos do liberalismo político de Hume e Locke, porém com certas alterações no liberalismo econômico de Smith. Além de caracterizar as ações de governantes como Erhard, que ao ser ministro na Alemanha durante a Guerra Fria implantou muitas reformas. Dessa maneira, torna-se necessário avaliar a literatura existente que está disposta majoritariamente on-line sobre o que é o ordoliberalismo, vinculadas ao Instituto Valter Eucken, principalmente.

É importante avaliar também como o ordoliberalismo foi responsável pela criação da denominada “Economia Social de Mercado”, que se assemelha e à qual lhe é atribuída a denominação de neoliberalismo posteriormente, embora haja diferenças entre essas teorias, principalmente no que concerne aos limites de liberdade tanto em âmbito social quanto econômico e ao peso do Estado nas relações dos indivíduos e na economia. Algumas dessas diferenças consistem em reconhecer que o mercado pode ser competitivo e deve ser combinado com o sistema mais livre possível, a fim de que possua o mínimo de embargos à economia. Mas, em contraste com a teoria de Muller-Armack, a diferença consiste na ética, essa “ética” pode ser usada para produzir bens para a sociedade, porém esses bens nem sempre são “bons” (RESICO, 2009).

1.1. O Ordoliberalismo em cena: A Alemanha no pós-guerra e a recuperação da nação

Ordoliberalismo deriva do latim *ordo*, que significa em relação à ordem interna, em contraste com ordenado “de fora”, ou imposto externamente (GROSSKETTLER, 1989: 43). Essa palavra também surge de um jornal acadêmico chamado “Ordo” (tradução para o inglês: *The Ordo Yearbook of Economic and Social Order*, mais conhecidos por *Ordo Yearbook*, ou simplesmente *ORDO*), publicado pela primeira vez em 1948, por Walter Eucken e Franz Böhm, sendo que o conteúdo do jornal dissertava sobre as instituições políticas e econômicas que regiam a sociedade moderna, com a missão de gerar debates entre as mais diversas áreas do conhecimento¹⁹.

Dessa forma, o termo ordoliberalismo se constituiu dentro dos artigos dessa revista, além disso, também o conceito de “economia social de mercado”, associado ou sinônimo do primeiro, foi construído no mesmo periódico e utilizado na Europa Ocidental e norte da Alemanha durante a Guerra Fria. Hoje a revista investe no debate de intelectuais de forma interdisciplinar nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas. Como todo jornal acadêmico, o periódico contém artigos e resenhas de livros, tendo uma periodicidade anual, com cerca de 450 páginas por edição.

Enfim, a teoria ordoliberal começou a ser descrita no norte e ocidente da Alemanha, em 1938, mas reforçadas e aplicadas nas concepções político-econômicas adotadas pelo país após a II Guerra. O ordoliberalismo começou a ser pensado na Escola de Friburgo com Walter Eucken como maior expoente intelectual dessa teoria inicialmente, originária nos anos de 1938, em oposição ao nacional-socialismo e as bases das convicções cristãs. Após 1945, a situação da Alemanha era caótica:

¹⁹ A revista continua ativa e recebendo artigos, estando atualmente no volume 63, em 2013. Podem ser visualizados seus volumes anteriores no site em inglês: <http://www.ordo-journal.com/en/index.html>

De fato, os números das estruturas de proteção social alemãs são eloquentes. Destruído na Segunda Grande Guerra, o país volta a crescer com ímpeto impressionante e já no início dos anos 1950 retoma sua liderança industrial na Europa e seu papel de “locomotiva” do continente. Tal crescimento vem acompanhado da reestruturação de esquemas de seguro-desemprego, proteção previdenciária e assistência à saúde que igualam ou superam, em pouco tempo, os programas similares de países como Suécia e França (RAIMUNDO, 2009: 7).

Dessa maneira, o ordoliberalismo, segundo Eucken ensina que os regulamentos do Estado podem ajudar os mercados a serem mais livres e, em relação a sua própria teoria, defendeu o capitalismo, mas disse que o estado tem um papel necessário para desempenhar através da regulação do que não veio naturalmente, como a moeda, os preços e a taxa de juros. Isso significava assegurar preços estáveis, protegendo os direitos de propriedade, a garantia de responsabilidade ilimitada para os capitalistas investidores ousados para que tenham seus lucros e possam reenvesti-los, mas também os riscos de seu comportamento. Citação

Logo, quando se fala em ordoliberalismo vêm à mente e constantemente essa teoria é confundida com o neoliberalismo, que teoricamente seria contra a intervenção estatal. Dessa forma, é necessário que se faça uma diferenciação entre o neoliberalismo e o ordoliberalismo, ambos são teorias distintas, uma vez que o neoliberalismo pertence a uma vertente americana, geralmente “amparado trás o Concenso de Washington”, em que na realidade agora tendemos a pensar que o Ordoliberalismo é um constituinte do Neoliberalismo, como teoria, o Neoliberalismo nega a participação estatal, mas na prática a usa (RAMIREZ, 2005: 394), já o ordoliberalismo é uma corrente europeia que possui medidas distintas de amparo à economia do país, baseando-se na interação benéfica entre a Administração Pública e a iniciativa privada.

Dessa forma, elaborou-se uma comparação entre o ordoliberalismo e o neoliberalismo, baseado em ALVAREZ (2010) e RAMAÍS (2009). Enquanto o ordoliberalismo tem maior preocupação com a participação dos trabalhadores

no processo decisório da empresa representados por seus sindicatos, no neoliberalismo essa participação de sindicatos e setores estatais nos setores econômicos não é muito aceita. De certa maneira, uma grande diferença entre ambas as teorias é o grau de participação do Estado na economia e no mercado, tanto que o ordoliberalismo adéqua a iniciativa privada com o poder público nas garantias de reformas estruturais, já o neoliberalismo prega a privatização em si retirando os agentes públicos, ou seja, os norteadores giram em torno da desburocratização estatal com a simplificação das leis e ser contra o controle de preços dos produtos e serviços por parte do estado, enfim, a lei da oferta e demanda é suficiente para regular os preços no neoliberalismo. Portanto, é relevante percebermos que os planos desenvolvidos no ordoliberalismo requerem integração regional e nacional, além de realizar planos e objetivos de desenvolvimento definidos e aceitos socialmente, embora ambas as teorias tenham sido gestadas em congressos e grupos de discussões mistos entre europeus, principalmente alemães e austríacos, americanos, brasileiros e outros, ou seja, um grupo multidisciplinar e multinacional. Por isso, ambas as teorias convergem e divergem em vários pontos.

Após as duas Grandes Guerras e a Depressão causada por 1929, o capitalismo tinha perdido sua credibilidade, e o dirigismo estatal total também, enquanto no lado Oriental do mundo os exércitos “comunistas” russos ocupavam metade da Europa. Dessa maneira, o ordoliberalismo ofereceu um argumento favorável novamente ao capitalismo, não esse de mercado livre, mas com um Estado forte o suficiente e competente em suas habilidades para administrar certos setores do país. Ele ajudou a consolidar uma coalizão política contra a nacionalização generalizada e o planejamento central total aos moldes socialistas russos, duas abordagens que disputavam entre si quando a Alemanha estava em ruínas em 1945.

Dessa forma, o ordoliberalismo pode ser considerado uma genuína receita alemã, pois não professava nem o liberalismo clássico e tampouco o keynesianismo e o *welfare state*, estando mais ao lado de uma teoria desenvolvimentista que pensava em um desenvolvimento rápido para a

Alemanha, sem acumulação primitiva de capital, preocupando-se com a exportação rápida, diluição e desvalorização da própria moeda frente ao mercado monetário. E pode ser considerada uma espécie de “terceira via” entre os modelos *main-stream* da época – socialismo e capitalismo. Citação

O ordoliberalismo difere do keynesianismo, na sua forma original, pois para a teoria de Keynes o crédito é empregado para consumo e desenvolvimento interno do país. Ao contrário, no ordoliberalismo o crédito é usado para fomentar o setor exportador, afim de que o país exporte seus bens para outros países para poder se tornar competitivo no mercado externo. Porém o essa teoria ao contrário das demais doutrinas desenvolvimentistas se preocupa com o câmbio e o valor da sua moeda inserida num contexto global, pois a preocupação teórica permeia o campo do câmbio e o valor da moeda frente ao mercado internacional. Ou seja, o keynesianismo se concentra mais no consumo (importar), já o ordoliberalismo na produção e infraestrutura (exportar).

Enfim, essa teoria é considerada mais crítica em relação à economia livre, acreditando que o livre mercado não é totalmente livre, como uma “mão invisível” que guia seu norteamento, mas que esses mercados se tornam competitivos por motivos históricos nos quais a concentração de poder foi colocada nas mãos de empresas públicas e privadas distorcendo a própria economia, assim “a viabilidade em longo prazo dos mercados dependem de regras limitadas e da intervenção do governo sobre elas” (RITTERSHAUSEN, 2007: 9).

Sendo assim, no pós-guerra, a Alemanha perdeu grande parte de suas infraestruturas e contingente militar devido aos bombardeios, aos avanços dos aliados, à política de desmonte e à transferência da indústria alemã Oriental por parte dos soviéticos no fim dos conflitos, porém, com todo o caos instaurado, “em maio de 1945, pouco mais de 20% do parque industrial da Alemanha estavam destruídos, mesmo no Ruhr, onde grande parte do bombardeio aliado tinha se concentrado, dois terços das fábricas e da maquinaria sobreviveram intactos” (JUDT, 2007: 97), dessa forma, a Alemanha

manteve algo próximo de 80% de sua estrutura industrial pouco avariada. Portanto para contornar a crise, “a opção de um socialismo democrático, nesta altura ainda muito eivada da inspiração marxista, apresentava-se como uma espécie de Terceira Via entre o capitalismo e o comunismo” (COSTA, 1999: 14).

Nesse contexto se vê que o Estado Alemão foi fortemente abalado, pois o papel desse Estado sempre foi atrelado ao desenvolvimento do país desde a unificação, pois “sem a presença decisiva do Estado alemão, o país certamente não teria superado a produção industrial de muitos dos principais países centrais já na última década do século XIX” (LANDES, 1995, p. 201-237). Portanto uma intervenção era necessária para que o país pelo menos se mostrasse próspero, ainda mais sendo dividido de fato com o bloco soviético e o “capitalismo americano”. Sendo assim, é impossível compreender a forma que a Alemanha se recuperou da Guerra sem pensar em como as articulações políticas norte-americanas e soviéticas se deram na Guerra Fria. Pois:

A estratégia de dominação norte-americana, no entanto, não repetia os erros do período pós-Primeira Guerra Mundial. A recomposição das sociedades européias deveria ser feita a partir de um princípio: o Estado dominador seria o estado norte-americano e a reestruturação dessas sociedades deveria ser feita sob sua tutela e, na medida do possível, a partir de seu modelo liberal. Antigos impérios esfacelados pela guerra, como a França, têm ainda alguns graus de liberdade para tentar opor-se ao avanço norte-americano (como já previsto por Trotsky, anos antes) (RAIMUNDO, 2009: 08).

Dessa forma, o ordoliberalismo como prática (pois teoricamente é elaborado antes do término da II Guerra), se manifesta em três períodos distintos da História alemã, o primeiro pode-se limitar entre 1945 a 1948, sua gênese na qual com o final da guerra o “debate original” começou a entrar em voga nas academias e conseqüentemente na política. Num segundo momento se insere o que denominamos de economia social de mercado – 1948 a 1952–, logo após num terceiro período até 1960 é conhecido o “milagre alemão”, responsável pelo levante econômico e político do país, e, após esse período, o país em virtude das políticas europeias do *welfare state* aderiu à teoria keynesiana para coordenar o país, no qual a União Europeia é resultado disso.

Esse primeiro período do debate original (1945-1948) se insere numa situação histórica um tanto caótica para o país, com 10 milhões de pessoas mortas e 80% das moradias urbanas destruídas, além da indústria com sua produção estagnada (LAQUEUR, 1993: 6-7), contando também com a massiva imigração de alemães das províncias soviéticas nessa época²⁰.

Com esse pano de fundo instaurado, acadêmicos alemães, ingleses e americanos começaram a discutir e planejar uma reforma para o país a fim de apagar e terminar com o regime coercitivo da Alemanha nazista, suprimindo por completo o antigo regime e instaurando um esquema mais democrático para o país. Nessa época, teóricos concordaram com alguns princípios básicos - instaurar um sistema de mercado livre, com alto controle e reforma monetária, porém extinguindo com a fixação de preços e o controle fiscal total sob toda ou qualquer empresa ou autarquia pública.

Dentre as principais metas para o progresso esteve a reforma monetária, o fim do controle sobre produção e seus produtos, e o controle sobre os monopólios, aumentando a densidade populacional, e a demanda de empregos e serviços. Em contrapartida, os setores contrários a essas reformas, propuseram outras formas de eivar a Alemanha, como Karl Schiller que propôs que o Estado deveria ter um poder monopolista e alocar os melhores recursos a empresas de baixos custos com os melhores recursos, assim como alertou também que o Plano Marshall foi uma espécie de abordagem americana para controlar o país através do incentivo monetário do auxílio. Essas propostas feitas pela parte mais socialista da academia previam planos e metas ao estilo de Keynes, com forças de mercado combinadas com as intervenções estatais a fim de promover o pleno emprego, controle de preços e crescimento.

Dessa forma, a aplicação dessa teoria alemã se dá entre 1948 e 1960 de forma mais atuante. O ordoliberalismo se mostra liberal em suas bases, porém faz uma crítica ao aspecto do *laissez faire* liberal econômico, dizendo

²⁰ A população da Alemanha ocidental foi de 502 pessoas por km² em relação ao número de pessoas no antigo regime nazista (1937), que era de 380 pessoas km², contra 51 por km² nos Estados Unidos nessa mesma época (TUCHTFELDT, 1955:61).

que a competição e os mercados livres foram artificialmente formados historicamente com o suporte, a articulação e a acumulação de poder em pequenos nichos das esferas públicas e privadas, distorcendo as economias de troca, por serem construídas historicamente de forma parcial, por isso que, para o mercado seja viável ao longo dos anos, é necessário que o Estado imponha regras e intervenha na economia. Para o liberal Wilhelm Röpke:

Uma economia de mercado e o nosso programa econômico pressupõem o seguinte tipo de Estado: um Estado que sabe exatamente onde traçar a linha entre o que faz e o que não lhe diz respeito, o que prevalece na esfera que lhe é atribuído, com toda a força de sua autoridade, mas abstém-se de toda interferência externa de sua esfera - um árbitro energético cuja tarefa não é nem de tomar parte no jogo, nem para prescrever os seus movimentos para os jogadores, que é melhor totalmente imparcial e incorruptível e cuida para que as regras de o jogo e de desporto sejam estritamente cumpridas. Esse é o estado sem a qual uma verdadeira e real economia de mercado não pode existir (RÖPKE, 1950: 192).

Dentre os expoentes do chamado ordoliberalismo podem-se listar Ludwig Erhard, Walter Eucken, Hans Grossmann Doerth, Franz Böhm, Willhielm Röpke, Alfred Müller-Armack e Konrad Adenauer, todos voltados para a Escola de Friburgo. A teoria dessa escola prevê uma espécie de fusão entre o socialismo alemão do oeste e o liberalismo, que programou o chamado “Milagre Econômico Alemão” na década de 1950. Essa teoria prevê que o mercado deve ser controlado, e não ser livre totalmente como previsto pelo liberalismo clássico, mas sim, o Estado deveria ser o seu provedor de forma a garantir a concorrência e a estabilidade monetária. Dessa forma, essa teoria ordoliberal também pode ser conhecida como Economia Social de Mercado, pois combina termos do liberalismo clássico com a economia planejada no estilo soviético. Dentre as políticas do ordoliberalismo estão, uma política monetária independente, o controle de cartéis e monopólios, o abandono do protecionismo, uma política econômica estável e previsível, uma imposição redistributiva, a correção das reações anormais dos mercados por parte do Estado, de forma que o mesmo venha a intervir, responsabilizando-se por suavizar as flutuações conjunturais e facilitar as adaptações estruturais da economia de mercado e o Estado não deve planificar ou dirigir o processo econômico, tal como na economia soviética.

No que diz respeito à política econômica, por próxima que a concepção ordoliberal quanto ao papel do Estado aparentemente esteja das concepções keynesianas, há aqui uma armadilha que deve ser destacada: o imperativo da política monetária traz um viés deflacionista à política econômica (MEDEIROS, 2004: 164). A ideia de que cabe ao Estado eliminar as falhas de mercado está mais próxima a uma concepção do *neokeynesianismo*, diretamente derivada do monetarismo, do que de uma concepção originalmente proveniente de Keynes, para o qual o Estado deveria ter a liberdade para utilizar-se das políticas necessárias no momento exigido, sem que se impusesse qualquer tipo de dominância monetária²¹.

Viktor Vanberg, atual diretor do Instituto Walter Eucken e Professor de Economia da Universidade de Friburgo, explica que o objetivo do ordoliberal é criar condições para que a mão invisível que Adam Smith havia dito possa fazer seu trabalho. Isto implica um foco em questões constitucionais:

O ordoliberalismo da Escola de Friburgo parte da premissa de que a ordem de mercado é uma ordem constitucional, que é definida por seu quadro institucional e, como tal, está sujeito a (explícita ou implícita) escolha constitucional do Estado. O paradigma político é baseado na premissa de que a política econômica deve melhorar o quadro de regras e a constituição econômica de tal forma que promova um bom funcionamento e resultados econômicos, em vez de trazer resultados apenas através de intervenções específicas para o processo econômico. (VANBERG, 2007: 07)

Os objetivos do ordoliberalismo são: moldar a economia por meio da formulação das regras do jogo, seguido da sua preocupação de que forças do mercado livre podem dar origem a instituições indesejáveis em forma de cartéis. Eles enfatizaram que o seu programa não era o *laissez faire*, e que Franz Böhm definiu-os como uma abordagem jurídico-política em que todos os contratos são cumpridos, incluindo aqueles destinados a reduzir ou eliminar a concorrência, pela fixação de preços ou acordos de cartel entre as empresas.

²¹ COSTA (1999), PESIN e STRASSEL (2007), MEDEIROS (2004) e BRAGA (1999).

O *laissez faire* é uma doutrina que defende, de maneira mais geral, que apenas uma estrutura mínima é necessária para garantir uma economia de mercado benéfica. Porém é necessário um quadro mínimo e um conjunto de regras jurídicas que definam claramente os direitos pessoais e de propriedade, e que proíba a coerção, o roubo e a fraude, contando com um aparelho de execução que garanta cada operação a partir do qual surgem as instituições de forma voluntária e, portanto, mutuamente benéfica. E Eucken mais uma vez cita o problema dos cartéis:

A propriedade privada, a liberdade de contrato e competição foram princípios regentes pelos quais o sistema econômico era para ser moldado. Os economistas clássicos acreditavam num sistema simples de liberdade natural. Como Adam Smith colocou, poderia trazer uma nova ordem econômica competitiva. Os atuais sistemas econômicos são baseados numa constituição econômica e divergem desses princípios. Por exemplo, "liberdade de contrato" é usada para abolir a concorrência por meio de cartéis - acordos. O sistema simples de liberdade natural, ao contrário das expectativas, não traz uma ordem competitiva. (EUCKEN, 1950: 83)

Dessa forma, esse economista alemão argumentava que os mercados competitivos, nas palavras de Norman Barry, mostram tendências degenerativas que requerem constante correção e concluiu que:

O problema não vai resolver-se simplesmente pelos sistemas econômicos que crescem espontaneamente. A história do século passado tem mostrado com clareza suficiente que o sistema econômico tem que ser consciente, os problemas detalhados da política econômica, política comercial de crédito, o monopólio, a política fiscal, ou da empresa ou lei de falências, são parte do grande problema onde a economia nacional e internacional são moldadas (BARRY, p.314)

Nils Goldschmidt deduz o papel do Estado nessas diferenças acentuadas nas políticas econômicas:

Consequentemente, o papel do Estado na economia social de mercado não é de um "vigia noturno estatal" (estado mínimo) ou *laissez-faire-liberal*, mas está principalmente preocupado com a proteção dos direitos dos seus constituintes, um forte estado que seja poderoso o suficiente para repelir a ameaça

dos mercados viáveis de monopólio (GOLDSCHMIDT, 2008: 02).

Os ordoliberalis diferem entre si sobre estas matérias, por exemplo, Eucken queria menos ênfase de transferência de renda nos programas que Müller-Armack fez, bem como os liberais. Eucken discute que no princípio de *laissez-faire*, que nele pode haver práticas e pequenas ações diferenciadas em relação às recomendações político ideológicas, voltadas mais para esquerda ou conservadoras. Porém, Eucken demonstra ser claramente a favor de um Estado mais ativo na formação econômica, mais do que o Estado como “vigia noturno” (VANBERG, 2011).

A divergência dos Ordoliberalis, que tinham sido parcialmente influenciados pela escola austríaca de Ludwig Von Mises é sua oposição às idéias de Schmoller²². Walter Eucken e Franz Böhm podem ter sido parcialmente influenciados pelas idéias institucionalistas dos economistas alemães da escola histórica de Gustav Schmoller e seus seguidores. Porém, o raciocínio de Schmoller conduz a uma teoria de ordem econômica expressa parcialmente na organização constitucional do mercado, desenvolvidos por Böhm (1937), Eucken (1950) e outros representantes da Escola de Friburgo. Eucken sugeriu o desenvolvimento de uma morfologia econômica, para permitir aos economistas verificar “as formas de ordem econômica realizada desde a Revolução Industrial e para determinar como o processo econômico foi controlado por essas ordens (RICHTER, 2005: 279)”.

Essa abordagem não pode ser considerada de Smith ou Menger, que, por sua vez, procuram explicar como as várias instituições históricas surgiram a partir do processo de mercado, mas considera-os como estruturas existentes que moldam os resultados desse processo. Segundo Helge Peukert, “a abordagem de Eucken está em conformidade com a dos mercados institucionalizados na tradição da Escola Histórica (PEUKERT, 2000: 118)”. A pesquisa de Peukert considera as ordens institucionais como quadros que

²² Gustav Von Schmoller: historiador e economista alemão (Heilbronn, 1838-1917). Foi um dos criadores da escola econômica alemã em 1872 (LAROUSSE, 1999). Uma das figuras do socialismo de cátedra, criou a teoria das etapas da evolução econômica: economia de aldeia, de cidade, territorial, nacional e mundial. Também teve um forte envolvimento político.

moldam o processo do mercado emergente, mas não a partir deles, segundo as normativas de Eucken, a responsabilidade que o economista tem é a de criar uma ordem constitucional que trará os resultados mais atraentes, que não surge à toa sob o *laissez faire*.

As críticas dos ordoliberais ao *laissez-faire* eram provavelmente mais motivadas por sua preocupação em afastar as deturpações do estereótipo clássico da doutrina liberal do que pelo seu desejo de fornecer um relato equilibrado da doutrina liberal do século XIX. Por conseguinte, seu principal argumento é que uma constituição econômica adequada se torna um pré-requisito para que o mercado funcione bem (VANBERG, 2000).

Os ordoliberais são a favor de uma política antitruste ativista que preserve a concorrência, além de manter os mercados abertos à entrada de novas empresas nacionais e estrangeiras, e em fazer os tribunais recusarem a execução do cartel de fixação de preços. Eles distinguiram o que seria uma rivalidade benéfica para servir aos consumidores entre as práticas nocivas que impedem a inserção de empresas rivais no mercado. Entre estes últimos, Eucken incluiu não apenas para acordos de cartéis, mas também cobrança de preços diferentes ou se recusar a lidar com outras empresas, Eucken tentou proibir tais práticas. Aqui os ordoliberais divergem mais uma vez dos economistas do *laissez-faire* que defendem essas práticas como parte do processo de mercado competitivo, desde que não haja violência ou ofensa explícita contra os indivíduos. De forma mais ampla, economistas como Bastiat e Mises acreditavam que a livre ausência de um governo que controle barreiras, licenças de monopólio, quotas de importação e regulação fiscal é suficiente para manter de forma eficaz a concorrência e funcionar em interesse dos consumidores.

Os ordoliberais reconheceram que os cartéis, muitas vezes, surgiram a partir da política governamental, embora Eucken “superestime o surgimento de monopólio no setor privado e subestima a criação e promoção de monopólio por meio de atos discriminatórios de governo (SALLY, 1998: 113)”. O autor acrescenta que a sugestão para a criação de uma agência governamental antitruste com o objetivo de monitorar e acabar com as

empresas e as práticas monopolistas é talvez o aspecto mais “não realista e defeituoso do trabalho de Eucken em seu início na Escola de Friburgo”, porque ele confunde o conceito teórico de “concorrência perfeita” entre empresas pequenas com uma norma política útil. Entretanto, segundo Eucken, “em muitos setores da indústria alemã, os cartéis desapareceram imediatamente assim como as tarifas”.

Porém, nem sempre os economistas entravam em acordo, a exemplo disso foi o confronto entre Eucken e Mises sobre o problema do monopólio em 1949 na reunião da Sociedade de Mont Pelerin (VANBERG, *op cit*, p. 03). O desacordo consiste em que, o economista ordoliberal não partilhou da mesma opinião do economista liberal de que a única política necessária para proteger os consumidores dos monopólios era impedir o governo de conceder privilégios de monopólios a certos setores e empresas.

Na mesma direção, Franz Böhm lamentou que “o governo é constantemente confrontado com uma considerável tentação de satisfazer as exigências contraditórias de vários grupos de pressão”. O problema de busca de rendas e lobbys por grupos de interesses especiais que buscam obter rendimentos não ganhos ou rendas por meio de privilégios especiais persistirão enquanto os governos e legisladores têm poderes para conceder tais privilégios. Interesses comerciais levam esses agentes a querer a concessão de monopólios, tarifas, licenças restritivas e salvamentos para si mesmos se eles são disponíveis. Se todos os rent-seekings²³ querem ter sucesso na obtenção de privilégios em detrimento dos outros, o resultado seria um regime protecionista com menos renda real para todos. Para escapar a este resultado, todos os interesses podem concordar com uma constituição econômica que proíba os privilégios para qualquer um.

23 “Rent-seeking” refere-se ao investimento de recursos em esforços para criar monopólios. Tais investimentos impõem um custo social (que pode exceder os benefícios para o monopolista), porque eles são improdutivos. Esse custo é maior do que o mero custo de lobby de interesses especiais para privilégios. Logo, quando o privilégio é conferido de uma forma que é economicamente ineficiente, mas politicamente viável (Tullock, 2005).

Por fim, segundo as observações de Rudolf Richter, a Alemanha não aplica hoje as políticas ordoliberais à risca como no pós-guerra, porém suas práticas de contenção de gastos e da inflação ainda são vigentes em momentos de crise. O interesse no ordoliberalismo começou a renascer na década de 1970 e 1980 com a Nova Economia Institucional, nas escolas de pensamento cuja pesquisa e temas se sobrepõem aos ordoliberais (RICHTER, 2000). O anuário da “Ordo” continua a ser publicado, e conta com uma equipe editorial ampla, o *Walter Eucken Institute*, fundado em Friburgo (1954), hoje realiza pesquisas sobre idéias liberais clássicas.

1.2. Os acadêmicos de Friburgo

A teoria que estamos abordando em questão, provém de uma universidade localizada em Friburgo, uma província de Baden na Alemanha, e nessa universidade conhecida pelo seu anti-nazismo congregavam-se grupos de interesses e pesquisas no que viria a ser o ordoliberalismo. Podemos citar alguns nomes dos principais idealizadores dessa teoria como o economista Walter Eucken (1897-1950), do jurista e economista Franz Böhm (1895-1977), Hans Doerth (1894-1944), além de tantos outros como o próprio Wilhelm Röpke (1899-1966)²⁴. Os estudos pautavam-se na constitucionalidade da economia livre inserida numa sociedade livre também. Uma célebre obra que demonstra esse ideal econômico-livre está expressa no livro de Böhm – “*Our Task*”, o qual propõe que para a liberdade ser plena “deve-se ter uma idéia de constituição econômica, ou seja, uma colaboração entre a economia e as leis torna-se necessária” (BÖHM, 1937: 23).

Os acadêmicos responsáveis pela criação do modelo ordoliberal escreveram várias obras sobre os problemas econômicos e, principalmente,

²⁴ Estudiosos como Walter Eucken, Hans Grossmann-Doerth e Franz Böhm são considerados como o núcleo Ordoliberal estabelecido. No entanto, a tradição neoliberal alemã informal abrange mais membros, muitos dos quais abraçaram ideais semelhantes. Acadêmicos simpáticos desse ideal incluiu-se Wilhelm Röpke, Alexander Rustow, Constantino von Dietze e Leonhard Miksch, apesar de mais personalidades politicamente notáveis como Alfred Müller-Armack e Ludwig Erhard (RITTERSHAUSEN, 2007:9).

sociais que o país enfrentava no pós II Guerra. Um desses acadêmicos foi Röpke, que em seu livro “A questão alemã”, em 1945, examinou a História recente do totalitarismo germânico e quais os fatores que “levaram esse país ao mais profundo desastre”, segundo o autor, o “nacional-socialismo não é um dragão a espreita nas florestas virgens da Alemanha, mas uma variedade nacional de uma espécie maior de zoológico chamado totalitarismo, que, pela primeira vez em nossa era moderna, tinha sido criado na Rússia em 1917” (RÖPKE, 1946: 513). Assim, ele identificou o coletivismo econômico como verdadeiro mal-estar alemão, condenando os “fracos, desonestos ou estúpidos” na profissão acadêmica que tinham concordado para a coletivização em 1933. Röpke sempre atacava os burocratas do Estado, que continuaram a afirmar que o planejamento econômico centralizado era a melhor solução após a Guerra.

Uma vez que seus argumentos eram reforçados por Walter Van Eucken, outro intelectual de mesma linha que escreveu várias análises sobre o controle central da economia, ao mesmo tempo em que criticava o mercado totalmente livre do modelo Smithiano²⁵. Em 1947, ele publicou um livro intitulado “A competição como tarefa”, no qual reiterou os princípios do Ordoliberalismo, ao mesmo tempo em que denunciava os detalhes sobre as ameaças da “plena concorrência”.

Outra figura política importante para a criação e aplicação de fato do ordoliberalismo foi o Ludwig Erhard, que foi diretor da *Sonderstelle Geld und Kredit*, uma comissão de especialistas que preparava a reforma monetária, em 1947, colaborando com os Estados Unidos e Inglaterra na bi-zona que dividia a Alemanha para a futura reforma monetária no país.

Dentre os particularismos teóricos do ordoliberalismo, está o conceito de “Economia Social de Mercado”, cunhado por Muller-Armack, no qual a principal diferença entre o ordoliberalismo clássico reside nos limites e na conceituação do próprio mercado. É importante frisar que na concepção ordoliberal o mercado nada mais é do que uma “demanda social” (VANBERG, 1998: 02) e

²⁵ Quando menciono “modelo Smithiano” me refiro ao modelo da “mão livre do mercado” de Adam Smith e da economia *laissez-faire*.

reconhecem que o mercado deve ser e pode ser competitivo, combinado com um sistema de intervenção mínima, e que com o tempo o mesmo pode vir a prover serviços rentáveis para o mercado. Porém na teoria de Muller-Armack, o mercado é um “instrumento técnico” que pode prover riqueza para a sociedade, porém em aspectos éticos em si, às vezes, não significa necessariamente que ele é “bom” para sociedade. O perigo reside em implantar políticas generalistas que podem vir a suprimir políticas sociais particulares.

Os maiores encontros e debates de idéias e teorias ordoliberais e também neoliberais contemporâneas sem dúvida foi a Sociedade de Mont Pelerin, um grupo interdisciplinar de intelectuais liberais, fundado por F.A. Hayek em 1947. No encontro de 1949, Walter Eucken e Ludwig Von Mises discutiram seus pontos de vista acerca do mercado e o papel do Estado, dessa forma, “Eucken e Von Mises representaram, em seus respectivos trabalhos, duas diferentes perspectivas sobre a natureza liberal do mercado, e o papel da economia política, perspectivas sobre diferentes formas de organização” (VANBERG, 1998: 3). Nessa perspectiva, Mises era a favor do livre mercado, já Eucken concebia o mercado livre junto a uma ordem constitucional.

Porém, nesse livre mercado, Hayek faz a distinção do que seriam as políticas que intervêm no processo do mercado e as políticas que procuram “engessar” os processos de mercado. Por isso, Hayek define e diferencia o que seriam as intervenções e interferências no mercado, que cada uma é aplicada de forma diferente e possui resultados próprios quando aplicadas pelo Estado.

O ordoliberalismo da Escola de Friburgo parte da premissa de que a ordem do mercado é uma ordem constitucional, que é definida por sua estrutura institucional e, como tal, sujeito a (explícita ou implicitamente) escolha constitucional. Assume-se que as propriedades de trabalho e dos processos de mercado dependem da natureza dos quadros institucionais legais, dentro do qual eles ocorrem, e que essas questões de regras que não são elementos desejáveis dentro das estruturas devem ser julgadas constitucionais. O seu aspecto constitucional na ordem de mercado coloca a tradição de pesquisa da Escola de Friburgo em estreita proximidade com o programa de pesquisa mais recente da economia política constitucional que

retira a sua inspiração principal do trabalho de James Buchanan²⁶ nexos confuso em como os interesses do político como indivíduo influem nas políticas públicas coletivamente.

Eucken desenvolveu sua própria abordagem sobre o pensamento econômico e econômico político na Alemanha. Como pode ser notado em suas obras, ele queria dar uma alternativa para a Escola Histórica – um enfoque teórico para análise econômica, bem como a sua abordagem sem princípios de descrições de política econômica. Seu objetivo era desenvolver uma abordagem sistemática integrada para o estudo teórico e político, a formação de uma ordem social, econômica, política e constitucional, ou, para usar a terminologia alemã -, uma teoria sistemática para a *Ordnungs theorie* (Ordem teórica) e *Ordnungspolitik* (Ordem política).

O conceito de *Ordnung* (prazo) é a consideração central no plano de investigação da escola de Friburgo, é importante notar que, no contexto deste programa, é sistematicamente relacionado o conceito de constituição econômica, no sentido de regras do jogo, sobre a qual as economias ou sistemas econômicos são baseados (EUCKEN, 1989: 240). Esse conceito definitivamente não é para implicar qualquer conotação conservadora de uma ordem autoritária na economia. Segundo essa concepção, ordens econômicas devem ser entendidas dentro das constituições econômicas subjacentes, pelo que se destina principalmente o quadro jurídico-institucional formal, e que também pretende incluir convenções informais e tradições que regem as atividades econômicas nas respectivas comunidades (EUCKEN, 1990: 377). De acordo com Eucken (1990: 21), a grande variedade de ordens especiais econômicas que existiram no passado e existem no presente podem ser entendidas como composições variadas de dois princípios básicos: de um lado, a descentralização da coordenação das atividades

²⁶ Buchanan foi um economista norte-americano, idealizador da “Escolha pública ou do povo” - um ramo da teoria econômica em que os conceitos da economia de mercado são aplicados na política e aos serviços públicos, em 1986. Foi ganhador do Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel. O trabalho de Buchanan versava em como funciona o próprio interesse dos políticos e as forças não econômicas afetam as políticas Estatais. Também foi membro do Instituto Cato e professor na George Mason University. Faleceu em 2010 (ARNOLD, 2013).

econômicas dentro de um quadro de regras gerais do jogo, e, por outro lado, o princípio da subordinação dentro de um sistema centralizado, de administração (EUCKEN 1989: 79; 1992: 118).

Os fundadores da escola de Friburgo enfatizaram que o principal meio pelo qual a política econômica pode procurar melhorar “a economia” é melhorar o quadro institucional em que as atividades econômicas acontecem, ou, como é denominada, “a constituição econômica” (EUCKEN 1990: 378). O que motivou o trabalho de Eucken foi um interesse em aplicar conhecimentos teóricos de Direito e Economia para o problema prático “de compreender e modelar os instrumentos jurídicos para uma constituição econômica” (BÖHM; GROßMANN, 1989: 24). Uma preocupação que eles viram como parte do projeto mais amplo de se inquirir sobre os fundamentos constitucionais de uma funcionalidade humana de ordem social, econômica e política, por isso Eucken adotou a palavra latina *Ordo*, um termo com aparentes conotações do direito natural, o qual pode, no entanto, ser separado de tais conotações e ser interpretado no sentido simples de uma ordem que é desejável para os seres humanos (VANBERG, 1997).

Eucken e Böhm enfatizaram que seu interesse não era desenvolver uma pesquisa e um programa puramente acadêmico, mas buscar respostas para a questão prática de como uma ordem econômica desejável pode ser criada e mantida, uma problemática que eles se aproximaram foi da escolha constitucional, ou seja, como uma questão de ordem econômica desejável pode ser gerada através da criação de uma constituição econômica apropriada (EUCKEN, 1989: 240). Os esforços conjuntos do Direito e da Economia foram para eles um pré-requisito indispensável para o que eles chamavam de “*Wirtschaftsverfassungs politik – Constituição Político-Econômica*” (ibid.: 242), uma política que visa melhorar a ordem econômica de uma forma indireta, através de reformas nas regras do jogo, ao contrário de uma política econômica que visa melhorar os resultados diretamente por meio de intervenções específicas no processo econômico (EUCKEN, 1990: 336). O objetivo geral era que, em sua opinião, a política econômica constitucional, teve de perseguir e criar condições sob as quais os agentes econômicos deveriam

promover seu próprio interesse e também promover o interesse comum (EUCKEN, 1938: 80).

Contra noções historicistas de um curso inalterável da evolução da sociedade, seja em concepções marxistas ou outras versões, Eucken e Böhm enfatizaram que as ordens socioeconômicas em que as pessoas se encontram estão sujeitas a escolha política (BÖHM 1960: 164). Eles reconhecem que todas as sociedades e economias são em grande medida um produto de forças evolucionárias e não da criação de um plano mestre (EUCKEN, 1989: 51), e que, em particular, a ordem de mercado não foi inventada ou implantada por um projeto, mas evoluiu gradualmente ao longo dos milênios (Böhm, 1980: 236). No entanto, eles insistiram que as ordens econômicas estão sujeitas às concepções humanas, e que podem ser melhoradas com a intervenção de projetos e planejamento, como Eucken (1992: 314) diz, a questão é alcançar uma ordem funcional e humana: O problema não vai resolver-se simplesmente deixando os sistemas econômicos crescerem espontaneamente. A história do século passado tem mostrado isso com bastante clareza, o sistema econômico tem que ser consciente e claro. Os problemas de execução da política econômica, política comercial, de crédito, o monopólio, ou de política fiscal, ou da empresa ou lei de falências, são parte do grande problema de como toda a economia, nacional e internacional, e suas regras, devem ser formados. Os ordoliberais de Friburgo tiveram o cuidado de ressaltar que uma política econômica efetivamente constitucional tem que prestar atenção nas formas complexas em que os vários elementos do quadro jurídico-institucional podem interagir (EUCKEN 1942: 42).

Enquanto os fundadores da Escola de Friburgo colocaram-se firmemente na tradição de liberalismo clássico, eles enfatizaram, em contraste com algumas variedades de liberalismo, que uma ordem de livre mercado não é simplesmente o que se poderia encontrar onde o governo está ausente, que não é um evento natural, mas um produto político-cultural, baseada em uma ordem constitucional que exige que a “cultura” possua cuidado e autonomia para a sua manutenção e bom funcionamento (BÖHM 1937: 74). A esse respeito, achou necessário distanciar-se de um liberalismo *laissez*

faire que deixou de apreciar o papel positivo fundamental que o governo tem a desempenhar na criação e manutenção de um quadro adequado de regras e instituições que permite a concorrência no mercado para trabalhar de forma eficaz (EUCKEN 1938 : 81). Eles tiveram o cuidado de distinguir entre o trabalho espontâneo dos mercados, desde um quadro adequado legal e institucional até a questão de como a estrutura em si acontece. Em outras palavras, eles claramente a distinguem entre como funciona o mercado de concorrência dentro de regras dadas e a questão constitucional de como as regras se dão na concorrência através do mercado de trabalho.

A essência da economia de mercado livre para os ordoliberais consiste em como se institui uma livre concorrência em que todos os agentes econômicos reúnem-se em termos legais e iguais e no qual a troca voluntária e contrato voluntário são o único meio pelo qual as atividades econômicas são coordenadas (BÖHM, 1937: 105). Porém, deve ser analisado que nem todas as pessoas gozam de direito iguais, por isso, “eles consideravam estes princípios (...) como padrões normativos existentes contra o qual as ordens econômicas e reformas em potencial podem ser julgadas, como critérios de referência que podem fornecer orientação para os esforços de reforma constitucional” (*ibid.*: 124).

No sentido referido, o programa de pesquisa da escola de Friburgo compreende um paradigma teórico e um paradigma de política. O paradigma teórico é baseado na premissa de que há uma análise explicativa dos fenômenos econômicos, a fim de explicar a natureza do quadro constitucional, ou as regras do jogo, em que eles ocorrem. O paradigma político é baseado na premissa de que a política econômica deve procurar melhorar suas regras, a constituição econômica e o bom funcionamento são resultados desejáveis da ordem econômica, ao invés de tentar trazer os resultados desejados diretamente por meio de intervenções específicas para a economia como um processo.

Böhm e Eucken insistiram que criar e manter um bom funcionamento da ordem de mercado competitivo demanda mais do que substituir os

privilégios feudais e restrições do comércio livre e da liberdade de contrato. Isso requer, segundo eles, uma constituição econômica que, em sua totalidade esteja em sincronia com a defesa da concorrência em face dos interesses contra a concorrência. Toda a lógica da pesquisa de Friburgo repousa sobre a distinção entre o nível constitucional em que as opções políticas numa sociedade são feitas e a nível sub-constitucional em que escolhas privadas dentro das regras constitucionalmente estabelecidas são feitas.

Dessa maneira, quanto à questão dos cartéis, essa merece uma atenção especial na perspectiva ordoliberal de mercados em relação ao conceito de Mises com “mercado sem entraves”. A abordagem constitucional da Escola de Friburgo a esta questão difere significativamente do ponto de vista expresso por Mises e Rothbard, por exemplo, um dos mais rigorosos defensores do ensino liberal. Do ponto de vista do mercado livre e desimpedido, Rothbard não vê nenhuma razão para que um deva opor-se a contratos de cartel, pois, “todo o conceito de ‘produção restrição é uma falácia quando aplicado ao mercado livre” (ROTHBARD 1970: 568). Segundo ele, nos livres mercados “consumidores e produtores ajustam suas ações em cooperação voluntária” (*Ibid.*: 566), e que inclui liberdade aos produtores para procurar maximizar os seus rendimentos por “produzir onde seus ganhos são maiores através de intercâmbios” (*Ibid.*: 571). Os acordos de cartel são feitos a partir de uma perspectiva inexistente, o que é válido são os contratos voluntários entre os produtores, igualmente legítimos como trocas voluntárias entre produtores e consumidores. O apelo ao princípio da soberania do consumidor é, aos olhos de Rothbard, uma interpretação arbitrária limitada ao princípio do “indivíduo soberano” (ROTHBARD 1970: 560) que é constitutiva do mercado livre e que abrange os indivíduos na sua qualidade de produtores não menos do que os consumidores.

Dessa forma, todas essas idéias e elaborações, tanto no meio econômico quando político e social, resultaram no denominado Milagre Econômico Alemão – *Wirtschaftswunder*. Pois, na medida em que essas planificações e projetos foram sendo aplicados, posteriormente pode-se colher

os frutos, tal como no caso brasileiro, no qual o “Milagre da ditadura militar” possuía antecedentes que levaram a esse acontecimento.

1.3. O Milagre Econômico Alemão – *Wirtschaftswunder*

O período do pós-guerra é conhecido como o II Milagre Econômico Alemão, pois foi quando logo após o desastre provocado pela II Guerra a Alemanha estabelece uma moeda forte – o *Deutsche Mark*, e estabelece novas diretrizes político-econômicas para o país, a fim de sair da crise em todos os setores provocados pela guerra. Porém, é importante frisar que a Alemanha, segundo a historiografia, teve dois “milagres”, um marcado ainda no governo de Hitler (1933-1945) e o posterior que criou teorias e hipóteses provenientes da academia de Friburgo como o ordoliberalismo.

Dessa forma, o I Milagre Alemão seria o que estava em processo desde a chegada de Hitler ao poder até o final da II Guerra, que em longo prazo não se sustentou, pois o país injuriado pela II Guerra vem a cair em outra crise. Na tese de Overy (1996) e Abelshauser (2000), ambos defendem que o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) foi o primeiro grande partido que tomou parte de ideias Keynesianas²⁷, “dessa maneira a economia caminhava na direção de um grau maior de planificação centralizada (FEIJÓ, 2009: 248)”. A reforma foi feita baseadas nas seguintes diretrizes:

Algumas medidas de natureza tributária e fiscal foram tomadas. O crédito ao consumo desempenhou um papel importante no período. A convicção de que a saída da depressão econômica, que se prolongava desde 1928, passava por políticas de estilo keynesiano de expansão da demanda agregada via gastos públicos era compartilhada entre os membros do movimento nazista. Os radicais de direita alemães nutriam certa simpatia pelas idéias de John Maynard Keynes. O pensador inglês se popularizara entre eles desde que publicou o livro *As conseqüências econômicas da paz* (Keynes, 1991) que

²⁷ Llewellyn H. Rockwell Junior (2003) sustenta a mesma posição quando afirma que “Os economistas de Hitler rejeitavam o *laissez-faire* e admiravam Keynes; até mesmo se anteciparam a ele em diversos sentidos”.

denunciava o Tratado de Versalhes, odiado pelo povo e que servia com frequência de mote da mensagem nazista, obcecada em condená-lo como uma traição à pátria (FEIJÓ, 2009: 247).

A economia nazista, conhecida como *zwangswirtschaft* (economia coercitiva) “era mantida de forma centralizada, e continuou tomando as decisões sobre preços, produção e prerrogativas, além da infra-estrutura de (re) construção. O que causou um colapso monetário no sistema, motivando a proliferação de atividades no mercado negro (RITTERSHAUSEN, 2007:20)” após a II Guerra. Por isso que com as medidas do governo nacional-socialista o país não pôde se sustentar em longo prazo.

Em 1948, o povo alemão tinha vivido sob o controle de preços por doze anos e racionamento durante nove. Adolf Hitler impôs controle de preços sobre o povo alemão em 1936 para que seu governo pudesse montar a armaria de guerra a preços artificialmente baixos. Mais tarde, em 1939, um dos principais deputados de Hitler, Hermann Goering, impôs um racionamento, assim como Roosevelt e Churchill, que também impuseram controles de preços e racionamento. Durante a guerra, os nazistas fizeram flagrantes violações dos controles de preços sujeitos. Em novembro de 1945 a Autoridade de Controle dos Aliados, formada pelos governos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e União Soviética, concordaram em manter o controle de preços e o racionamento.

Muitas transações que as empresas realizavam e contratavam era “compensatória”, ou seja, trocar a saída de sua empresa por insumos necessários para a sobrevivência, de forma burocrática. Em setembro de 1947, especialistas militares dos EUA estimaram que cerca de um terço à metade de todas as transações comerciais nas áreas dos EUA e britânicas foram na forma de “comércio de compensação” (isto é, permuta). Esse tipo de escambo era muito ineficiente em comparação com a compra direta de bens e serviços por dinheiro. O economista alemão Walter Eucken escreveu que permuta e autossuficiência eram incompatíveis com uma extensa divisão do trabalho e que o sistema econômico tinha sido

“reduzido a uma condição primitiva” (HAZLETT, 1978: 34). Em março de 1948 a produção foi de apenas 51% de seu nível em 1936 e, “após a guerra, a produção industrial da Alemanha ficou restrita a 30% do volume alcançado antes de 1939, as dívidas pressionavam e havia um excesso de dinheiro em circulação, o que acabou minando a autoridade da moeda como indicador de poder aquisitivo (EFE, 2008)”. Sendo assim, após a II Guerra, o período de 1945-1957 é marcado pelo II Milagre Alemão, responsável pela criação da “economia social de mercado”, que possui o mesmo significado de ordoliberalismo.

A mudança mais relevante que se viu nesse II Milagre Alemão ocorreu em 20 de junho de 1948, quando foi implantada uma radical reforma monetária. O *Deutsche Mark* (DM) substituiu o *Reichsmark* (RM) com uma conversão proporcional de acordo com o caráter das dívidas do país, a partir de zero (dívida pública); 6,5% (depósitos bancários e reservas); 10% (hipotecas e dívidas privadas). Os norte-americanos, ingleses e franceses distribuíram 23 mil caixotes de madeiras pelo país, com o inocente indicativo "*doorknobs*" (maçanetas). Seu conteúdo era nada mais do que o novo dinheiro para os alemães, em cédulas impressas nos Estados Unidos. Era exatamente 10 bilhões de marcos alemães (*Deutsche Mark*). Logo, no domingo de 20 de junho de 1948, foi distribuído o novo numerário nos guichês onde as pessoas apanhavam as senhas para adquirir alimentos. Naquele dia, cada cidadão alemão recebeu 40 marcos e, um mês depois, mais 20 marcos (Rittershausen, 2007: 25).

Com essas novas medidas monetárias, a taxa de câmbio foi de 1:1 *per capita* para os primeiros 40DM (HARDARCH, 1980: 107). Portanto, a cada indivíduo foi concedido 40DM de crédito e às empresas foram concedidos 60DM por empregado. As autoridades públicas recolheram o equivalente à receita de um mês (GIERSCH *et al*, 1994: 36). No total, 93,5% das ações monetárias foram retiradas de circulação, com mais de 400 bilhões em RM de créditos e responsabilidades anuladas (BRAUN, 1990: 155). Juntamente com a reforma monetária real e liberalizações, mais de 400 itens foram imediatamente removidos da lista de produtos controlados. Em

julho de 1948, 90% do controle de preços previamente existentes foram abolidos, terminando formalmente o congelamento de preços de 1936 (STOLPER *et al*, 1967: 228).

Porém, ainda havia muito ceticismo de que com uma liberalização maior da economia a Alemanha fosse se reestruturar, como declara sobre esse período John Kenneth Galbraith:

Durante os últimos dois anos, tem sido afirmado com frequência cada vez maior que se, de alguma forma, a economia alemã pode ser libertada de materiais e regulações dos recursos humanos, controle de preços e outras parafernalias burocráticas, a recuperação seria acelerada. No entanto, nunca se teve a menor possibilidade de obter a recuperação alemã por esta revogação, e é bem possível que a sua reiteração adiou a recuperação alemã. A questão não é se deve ou não haver planejamento, a atribuição de prioridades para a sua reconstrução e reabilitação, a alocação de materiais e mão de obra, o fornecimento de bens de incentivo e todo o resto, mas no que o planejamento tem sido franco e eficaz (GALBRAITH, 1948: 94).

Dessa maneira, com essas reformas, entre junho e dezembro de 1948, a produção industrial no oeste nas três zonas aumentou 50%. Em maio de 1949, as três zonas foram fundidas para formar a República Federal da Alemanha, comumente chamada de Alemanha Ocidental, enquanto a Alemanha Oriental permaneceu sob o domínio soviético como a República Democrática Alemã. Em 1958, o PIB *per capita* da Alemanha subiu três vezes. O país superou a França e o Reino Unido, apesar de receber muito menos auxílio do Plano Marshall.

Um dos grandes responsáveis pelas reformas na Alemanha foi o ministro Ludwig Erhard, como diretor de economia da zona dupla norte-americana e britânica, o ministro declarou a invalidez da senha de racionamento simultaneamente à reforma monetária. Enquanto a escassez na Europa era administrada com economia planificada, Erhard apostava nas forças do livre mercado aos moldes do ordoliberalismo. Em meio à escassez, os preços deveriam estimular a produção para garantir o abastecimento de mercadorias.

Posteriormente, Erhard foi ministro da Economia e tornou-se o segundo chanceler federal alemão do pós-guerra (1963). De fato, sua estratégia funcionou, pois a economia alemã cresceu de 10% a 12% por trimestre, com taxas moderadas de inflação e produção crescente. O que ocasionou o aumento de salários e um novo poder aquisitivo para o povo. Já no final dos anos 60 havia emprego pleno na Alemanha. O comércio exterior cresceu, porque o marco alemão, em seu início altamente desvalorizado, permitiu a colocação dos produtos alemães a preços baixos no mercado mundial, seguindo a lógica de controle monetário, pôde assim surgir uma forte indústria de exportação.

Um forte apoiador do liberalismo econômico, Erhard juntou-se à sociedade de Mont Pelerin em 1950, em que conheceu pensadores ordoliberais e liberais (WHITE, 2010: 317), local de onde retirou suas idéias econômicas e políticas para testar a reorganização da economia da Alemanha Ocidental. Tendo contato com os membros do mais alto escalão da sociedade. A sociedade de Mont Pelerin convidou o ministro a participar de suas reuniões, pois pela primeira vez as idéias de seus membros foram testadas na vida real. Porém Erhard comprometido com os ideais de mercado professava apenas uma legislação social mínima. No entanto, ele sofreu uma série de protestos e derrotas políticas em seu esforço para criar uma economia livre e competitiva em 1957, pois o ministro teve de comprometer-se em questões fundamentais como a legislação anti-cartel. Depois disso, a economia da Alemanha Ocidental evoluiu para o que podemos chamar de uma economia social de mercado.

1.4. O Keynesianismo “entra pela porta dos fundos”

A década de 1960 começou como tinha terminado a década de 1950, com um saudável crescimento, inflação mínima, o baixo desemprego e o “reconhecimento do nome” para a economia social de mercado em todo o

mundo. Em meio aos acontecimentos, o desempenho econômico nos anos 60 continuou tendo avanços. Salvo o ano de 1967, o crescimento do PIB aumentou em média 5,2% e o desemprego oscilou em torno de 0,8%, com o aumento geral dos salários da população em 5 salários mínimos. O aumento real significativo foi de 9%. Dessa forma, os anos de 1960 mostraram-se um período de transição do “milagre” para um “keynesianismo”, ao invés de uma extensão rigorosa de sucesso do *Wirtschaftswunder* (GIERSCH *et al*, 1994: 125).

Entre os anos de 1950 e início de 1960 várias mudanças ocorreram, ao que parecia, uma nova onda de idéias keynesianas na Alemanha. Esse novo arcabouço ideológico se iniciou devido a dois eventos: a abertura da economia para o resto da Europa e uma queda acentuada nas ofertas de trabalho com a construção do Muro de Berlim em 1961. Três outros fatores também foram relevantes para uma nova guinada para o keynesianismo durante meados dos anos 60. Eles incluem: tentativa por parte do Partido Social Democrata (SPD) e da Central Sindical Alemã (DGB) para incorporar as demandas políticas de estímulo em seus programas econômicos, com os esforços da coalizão do Partido Social Liberal (FDP) com a União Democrata Cristã (CDU) e a União Social Cristã (CSU) para destacar a parte “social” da Economia Social de Mercado com a criação de um Conselho Independente de Peritos para oferecer análise externa sobre assuntos econômicos. Juntos, esses desenvolvimentos contribuiriam para um sentimento de que o crescimento alemão na década de 1950 havia mudado e novas políticas econômicas seriam necessárias para lidar com a evolução atual do país. Essa crença alcançou uma grande popularidade em 1965, quando a economia experimentou a recessão do pós-guerra.

Quando o Mercado Comum (União Européia) foi criado em 1958 e a moeda alemã foi adquirindo valor frente a outras moedas, “os alemães tiveram de examinar mais de perto o keynesianismo, com suas premissas que fundamentaram as políticas de seus parceiros comerciais” (KLOTEN, 1989; BOARMAN, 1964). Através de uma integração econômica da Europa Ocidental, os alemães tiveram que lidar com o keynesianismo sendo posto em

prática pelos demais países, mesmo que isso significasse que as importações das economias mais a inflação ameaçassem aumentar e controlar os preços de produtos internos. A preferência alemã de políticas monetárias restritivas veio junto com uma pressão para o país continuar exportando e recuperando sua indústria.

Durante os anos 1960 houve uma mudança nos rumos da situação econômica, pela que se tomou uma decisão relevante: uma indicação do movimento keynesiano para o “gerenciamento do crescimento” foi o estabelecimento do *Sachverständigenrat* (Conselho de Assessores Econômicos ou SVR) em junho de 1963 (HEILEMANN, 2003: 90). Este corpo de assessores foi composto por cinco especialistas para assessorar o governo alemão sobre as tendências econômicas e as ações adequadas para cada situação. Sua abrangência se deu em quatro áreas: estabilidade de preços, emprego, contas externas (no comércio e financiamento) e uma “constante e apropriada” taxa de crescimento. Porém o SVR retinha pouco poder para elaborar uma política específica. De certa forma, com um Keynesianismo Operacional, o conselho contou com os tecnocratas, uma entidade supostamente apolítica que possuiria os métodos necessários de conhecimentos e de modelagem para direcionar com precisão as deficiências de demanda e emprego e as melhores intervenções (HABERMAS, 1986).

A tentativa de colocar as recomendações do Conselho em prática revelou uma grande lacuna funcional entre os especialistas e as entidades políticas. Este abismo foi retificado em maio de 1967 com a aprovação da *Lei para a Promoção da Estabilidade Econômica e Crescimento*.

Da mesma forma, a construção do Muro de Berlim, em agosto de 1961, tinha mais do que os efeitos políticos. O muro reduziu drasticamente o fluxo de trabalhadores qualificados que alimentaram o boom econômico da década de 1950, o que ocasionou o aumento do preço da mão de obra e os níveis de demanda, o que para os trabalhadores significou melhorias nos salários e benefícios extras que poderiam ser alcançados. Assim, a escassez de mão de obra e a oferta resultante convenceu que há outros

fatores menos favoráveis de estímulo da demanda, o que tornou o Keynesianismo uma ferramenta eficaz no futuro, caso o desemprego voltasse (WHITE, 2010).

No mesmo período, com a coalizão de governos de centro-direita começou-se a dar ênfase nas formas em que a Economia Social de Mercado pode atender às necessidades sociais do país. Em parte, isso foi uma resposta para a crescente atmosfera de prosperidade com foco nos investimentos da poupança e autos sacrifícios, e em parte foi uma resposta direta ao desafio de renovar o SPD. Mesmo que a economia tivesse crescido durante os anos 1950, os salários ainda não produziam lucros e os benefícios sociais não eram substancialmente mais generosos do que aqueles do resto da Europa.

Dessa forma, Alfred Müller-Armack (1982), propôs uma economia aos moldes Cristão Democrata e formulou políticas em que o foco da economia social de mercado deveria ser redefinido de várias maneiras. Em particular, ele sugeriu um aumento na idade para o povo ingressar na universidade e no ensino profissional; o governo deve dar suporte maior a pequenas empresas e trabalhadores autônomos; vigilância sob a estabilidade monetária (devido ao arrocho no mercado de trabalho); além disso, o governo deve zelar pela saúde e segurança do trabalhador; e uma política de expansão do meio ambiente, com uma política industrial baseada na reciclagem do carvão. A maioria destas medidas foi adotada pelo governo de coligação CDU/CSU-FDP na década de 1960. De certa forma, estas medidas poderiam ser vistas como estímulos à demanda, especialmente devido aos maiores investimentos serem na educação, nos subsídios de negócios e na infraestrutura. No entanto, a coalizão democrata-cristã percebeu que essas medidas estruturais não ofereciam auxílios destinados a aumentar a competitividade.

O passo mais importante para a instauração do keynesianismo foi a criação de um Conselho de Peritos, coloquialmente conhecido como os Cinco Sábios, em 1963. O Conselho provia meios institucionais para conseguir pareceres dos principais economistas, em parte, porque as mudanças recentes na economia alemã eram vistas genuinamente intrigantes pelo governo e, em parte, porque o governo sentiu uma pressão crescente para responder ao

interesse que a nova esquerda estava mostrando no keynesianismo (WALLICH, 1955). Essa pressão se intensificou na década de 1960 com a taxa de crescimento anual que desacelerou de 4,1% para 3.5%, em 1962 e 1963, e veio a recuperar seu crescimento em 6,6% e 5.6%, em 1964 e 1965, antes de cair novamente para 2,9%, em 1966, e 0,2%, em 1967 (HARDARCH, 1980: 162).

Adenauer e de Erhard viraram-se para os economistas acadêmicos da Alemanha, com uma estima considerável na esperança de que as análises de especialistas levariam a recomendações melhores sobre a política, o que reforçaria a posição do governo enfraquecendo as críticas da esquerda. O governo de centro-direita assumiu que a maioria dos economistas apoiaria as políticas de economia social de mercado. Mas, surpreendentemente, o Conselho logo se tornou um fórum de articulação de idéias keynesianas e num contexto, que emprestou uma legitimidade inalcançável até então institucional para essas idéias. Karl Schiller (1971) foi o economista do Conselho mais criticado em relação à Economia Social de Mercado. Aproveitando-se de sua posição para oferecer explicitamente proposições keynesianas, começando a pressionar os outros membros do Conselho sobre a adequação desse tipo de políticas keynesianas. Schiller foi assessorar o SPD e os sindicatos para adicionar uma reflexão para sua plataforma tradicional desde meados de 1950. Em meados dos anos 1960, tanto ele quanto o SPD e DGB, foram colocados para incentivar o keynesianismo na República Federal.

Durante a recessão desde o ordoliberalismo (1966-1967), a coalizão de centro-direita caiu, fazendo com que o SPD entrasse para a “Grande Coligação”, em 1966. Isso permitiu que os keynesianos tivessem algum acesso na arena política e, como Ministro da Economia, Schiller foi finalmente capaz de garantir a transição de um Estado de estabilidade e crescimento para a Alemanha, e reconheceu oficialmente a responsabilidade do governo para o pleno emprego. Nesse sentido, “implantou medidas macroeconômicas para garantir as metas de estabilidade de preços, crescimento econômico, pleno emprego e comércio equilibrado” (RIEMER, 1982). No entanto, houve um grande debate em 1965 entre os Sociais Democratas e sindicatos que

procuraram outras medidas macroeconômicas para preservar o emprego e o crescimento. A comunidade de negócios, os bancos e a centro-direita sentiram que as novas medidas implantadas pelo governo de Schiller eram supérfluas e que, tal como o mercado social, a economia precisava apenas de ajustes finos.

Até o final dos anos cinquenta, Schiller tinha distinguido dois tipos de socialismo - um baseado na coletivização dos meios de produção, e o outro baseado em direção central do processo econômico. Ele orientou seu partido - o SPD, na direção do último (SCHILLER, 1955: 14). O “caminho de uma liberdade socialista com a competição e mistura de planejamento” favorecido por keynesianos foi certamente a característica proeminente na economia por parte do Programa de Godesberger, e Schiller utilizou o argumento original de Eucken para forçar um “mecanismo de direção centralizada”, ou seja, estável e com controle de preços em justificativa para o planejamento keynesiano.

Logo, no plano de governo do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD), podemos destacar que o objetivo da política econômica socialdemocrata é garantir, para todos, prosperidade crescente, a participação equitativa na economia nacional e uma vida de liberdade sem dependência ou exploração. A Política Econômica deve garantir o emprego total, que, juntamente com uma moeda estável aumente a produtividade e prosperidade geral. Em relação à economia, afim de que todos compartilhem a prosperidade, a mesma deve se adaptar às constantes mudanças estruturais de acordo com um planejamento central, de modo que o desenvolvimento econômico equilibrado possa ser alcançado.

Em seguida, o plano argumentava que o Estado moderno é constantemente influenciado pela economia através de impostos e decisões de financiamento, ao longo dos sistemas monetários e de crédito, assim como o comércio, a estratégia social e de preços, as encomendas públicas, bem como na agricultura e na política de habitação. Mais do que um terço do produto nacional é administrado pelos serviços públicos. Não é, portanto,

uma questão de saber se o planejamento da economia é necessário, em cujo favor essas decisões são tomadas. Pois, o consumidor tem livre escolha de emprego e esses são fundamentos essenciais da política democrática social, econômica, assim como a livre concorrência e iniciativa empresarial. Autonomia para os trabalhadores e associações patronais, através da negociação coletiva também é um componente substancial da ordem liberal.

E, por fim, O Estado totalitário de controle de liberdade é pernicioso. Portanto, o SPD afirma que é no livre mercado em que a competição prevalece. No entanto, onde os mercados estão distorcidos pela supremacia de interesses particulares ou de grupos, eles exigem diversas intervenções para manter a liberdade econômica.

A obra de Erich Preiser, publicada em 1967, evidenciou a sutil transição da passagem do ordoliberalismo ao keynesianismo. Preiser era um confesso Keynesiano, contra os excessos totalitários do nazismo, mas um defensor do planejamento após a guerra. O livro “Economia política hoje: Problemas fundamentais da economia de mercado” põe em dúvida que a esquerda tenha tido orientação acadêmica consistente. Ao mesmo tempo em que evidencia os problemas sociais do mercado livre e os perigos da economia cíclica. Um fato curioso era que Preiser e Eucken eram colegas, unidos contra o nazismo, porém com pouca ligação entre as suas agendas econômicas.

Os ordoliberais recuaram na cena acadêmica e por meados dos anos 1960 foi o melhor momento para as políticas de Keynes entrar em voga. Na verdade, a “normativa” econômica dos anos 1940 e 50 haviam sido substituídas pelos objetivos do Keynesianismo. No entanto, a legislação é geralmente apenas o começo da implantação de uma política. Neste caso, vários fatores continuaram a restringir a aplicação integral desse marco teórico na Alemanha. As duas restrições mais importantes de Schiller na influência do Partido Social Democrata (SPD) foram seus parceiros de coligação, a CDU/CSU, durante a Grande Coligação, e a FDP (1969-82), uma vez que os socialdemocratas nunca governaram com maioria absoluta, e o Banco Central,

ferozmente independente, acabou exercendo grande influência sobre a política monetária. Em face a esses constrangimentos, o máximo que a RFA foi capaz de alcançar nesta frente é o que Riemer chamou um “keynesiano qualificado”. Destacando alguns pontos:

Logo, em primeiro lugar, o Banco Central colocou limites monetários sobre os gastos deficitários, sendo capaz de fazê-lo porque ele nunca permitiu que o Ministério das Finanças e o Ministério da Economia fossem dirigidos por keynesianos, ao mesmo tempo em que também reivindicava um monopólio sobre a econômica quantitativa, uma vez que empregava mais de 1.000 economistas, enquanto o Ministério da Economia empregada apenas 200 (KATZENSTEIN, 1987). Segundo, as forças de influencias conservadoras na comunidade de negócios usaram idéias keynesianas para enfatizar a necessidade de uma política de renda. E, por fim, as propostas que acabaram sendo incorporadas na Lei Básica sobre o Crescimento e Estabilidade foi formulada em 1965, antes da recessão de Sion, como um compromisso entre a esquerda e a direita. Assim, eles sempre foram parte de um artefato político baseado em um compromisso tênue, em vez de uma parte da sabedoria econômica pronto para o uso automático em face da recessão de Sion (RIEMER, 1983: 86).

Dessa forma, dadas estas condições, não é de estranhar que, mesmo com essa qualificação, a “concepção keynesiana” revelou-se extremamente curta. Seu ponto alto foi de 1969 – 1972, período em que os sociais democratas controlaram tanto a economia e o Ministério das Finanças. Schiller foi forçado a dar o Ministério da Economia para o FDP como parte de um compromisso político em 1972. Este foi um período em que Schiller conseguiu instalar uma orientação global, que estava sob suspeita de ser uma economia planificada e poderia afetar as relações macroeconômicas, enquanto a liberdade e a autonomia dos responsáveis no processo de repartição não seriam perturbadas por isso (Riemer, 1983).

Portanto, Schiller foi a primeira grande influência “pós Escola de Friburgo”, porém suas políticas foram muito repreendidas, pois o aumento da

inflação abriu portas para críticas das idéias keynesianas (TUCHFELDT, 1973). Os economistas lidaram com o ressurgimento do Keynesianismo nos anos 1960 e início de 1970, atacando tanto a teoria e prática do Pacto de Estabilidade de 1967 e da Lei de Crescimento. Entretanto, essa última corrente foi criticada por manipular em vez de diminuir as flutuações do ciclo de negócios. Eles argumentaram que não era fácil atingir o equilíbrio macroeconômico e os pretensos alvos quantificavam uma ilusão perigosa. Os argumentos de que havia instrumentos necessários para garantir resultados estáveis, especialmente no que diz respeito aos salários, à luz do colapso do sistema de “ação concertada” entre sindicato e administração no final dos anos 1960, nunca existiram.

Portanto, foi necessário mostrar as teorias econômicas alemãs empregadas após a II Guerra e como a Alemanha conseguiu através de medidas desenvolvimentistas retirar o país de uma violenta recessão econômica. Esses aspectos foram expostos para que, posteriormente ao longo do presente trabalho, possamos fazer a comparação dessa teoria ordoliberal com o desenvolvimentismo proposto pelo ministro Roberto Campos, no Brasil, que é tema central dessa dissertação. Uma vez que podemos visualizar que suas opiniões e marcos teóricos em muito se assemelham às atitudes e propostas feitas pelos políticos alemães, porém o desfecho final de Campos não vai para o Keynesianismo, mas à “razão do mercado” ou “neoliberalismo”, segundo alguns autores que serão mostrados posteriormente. Pois, a contenção da inflação, moeda e gastos que Campos promoveu no Brasil, em parte, auxiliaram o nascimento do “Milagre Econômico” durante a ditadura militar, no governo de Costa e Silva.

Portanto, no capítulo seguinte serão expostas as preocupações de Roberto Campos, principalmente durante a ditadura militar, para que no terceiro capítulo se possa fazer o desfecho da comparação de ambas as teorias alemã e brasileira ao estilo de Campos, percebendo que o intercâmbio e troca de ideias a nível internacional ocorre mesmo em governos de regimes fechados e ditatoriais, a exemplo disso temos o caso da ditadura chilena de

Pinochet, que contou com as ideias de Friedman, um economista de bases liberais monetaristas que se inseriu no governo ditatorial.

CAPÍTULO II – ROBERTO CAMPOS E O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO

Para introduzir o segundo capítulo, descrevo a definição da comentarista Valeria Grillo, proferida no programa Roda Viva de 1997, em homenagem aos 80 anos de Campos. O capítulo que segue trata do pensamento político de dele, principalmente sua ideia de desenvolvimentismo, na qual passa de uma razão de Estado a uma razão totalmente de mercado ao final de sua vida.

Roberto de Oliveira Campos foi conhecido por afinidade com ideais americanos, recebeu dos adversários o apelido de Bob Fields, alcunha recebida por mostrar-se aberto ao capital estrangeiro e por firmar contratos de risco com os EUA no fim dos anos 50. Roberto Campos, um defensor ferrenho do livre mercado, da redução do tamanho do Estado e da privatização. Ex-seminarista, ex-diplomata, político e um dos economistas e intelectuais brasileiros mais influentes, ele é o principal representante do pensamento liberal clássico no país. Começou a participar da vida econômica brasileira no segundo governo de Getúlio Vargas, quando criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Mais tarde lançou as bases do Programa de Metas, conhecido também como Plano de Metas, do governo JK. Nos anos 60, Roberto Campos se tornou ainda mais conhecido por sua atuação junto aos governos militares. Ministro do Planejamento de Castelo Branco, período em que dividiu a autoria do plano de ação para o controle da inflação com Otávio Gouveia de Bulhões (1906-1990), outro economista de tendência neoliberal, preocupado principalmente com a estabilidade da moeda e o combate à inflação²⁸.

É importante perceber os planos econômicos, como o PAEG fizeram diferença para o Brasil, além da formulação (mesmo que não aplicada) do Estatuto da Terra, porém em Campos devemos ter o cuidado em não ser ingênuos, pois muito de suas medidas e ideias têm relação com grupos de

²⁸ Entrevista ao programa Roda Viva, em 1997. A entrevista se encontra nos anexos desse trabalho.

pesquisas como o IPES no Brasil, e também em suas viagens a vários países, o qual aprendeu muitas coisas que implantou, ou pelo menos tentou colocar no Brasil.

2.1. Desenvolvimentismo com ou sem Estado?

Roberto Campos no início de sua carreira política é classificado por SOLA (1998) como um técnico cosmopolita, pois sempre tentou inserir o Brasil em alianças comerciais, e participou de missões americanas de desenvolvimento para o Brasil, como a Missão Cooke e Abbink, mesmo que indiretamente. Campos era a favor da intervenção de empresas estatais no setor econômico, porém era adepto da idéia de que “o Estado não deveria ocupar o espaço em que a iniciativa privada pode atuar com maior eficiência” (BIELSCHOWSKY, 2000: 104). Em relação a Roberto Campos, SOLA (1982) o inclui no grupo de pessoas favoráveis ao ideário liberal.

Era, portanto o modo de intervenção do Estado que os distinguia dos nacionalistas, a saber, uma forma de ativismo do Estado a serviço da implantação do modelo de desenvolvimento associado em que a empresa privada (e, portanto o empresariado) se afirmaria por meio de uma adesão a padrões internacionais de concorrência. De outro lado, a desconfiança em relação à política indiscriminada de reserva de mercados, a proposta de uma tendência de diversificação e ampliação das exportações para controlar a tendência ao estrangulamento externo, bem como a ênfase nas condições de estabilidade econômica, são traços que justificam incluí-los no bloco cosmopolita, de tendência liberal (SOLA, 1982: 141).

De fato, Campos atuou em esferas políticas, como o próprio BNDE, desde 1953 a 1959, a fim de colocar em práticas suas ideias, com o projeto de industrialização planejada. Esse era um ponto comum com os nacionalistas, ao mesmo tempo em que professava ideias de cunho mais liberal, principalmente ao final de sua vida. Porém, “na década de 50, Roberto Campos mostra-se favorável ao aproveitamento do capital estrangeiro como importante elemento do desenvolvimento econômico de países como o Brasil e, conseqüentemente,

crítico veemente dos setores nacionalistas que procuram alertar a respeito dos perigos da utilização do capital estrangeiro” (SANTOS, 2000: 118).

Dentre todos os economistas brasileiros ativos na causa desenvolvimentista, Roberto Campos foi, talvez, aquele que possuía uma leitura mais perceptível da situação brasileira, pois seus relatórios na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Programa de Metas de JK definiram os planos de maior crescimento econômico que o Brasil teve em determinada época, sendo alocado na ala da “direita”, Campos sempre foi a favor de capitais estrangeiros, principalmente na mineração e energia, atacando a iniciativa estatal nesses setores quando possível. Dentre suas características e críticas políticas, Campos é visto como um “liberal de direita”, porém algumas declarações possuem certo preconceito, por não ter preceitos nem puramente ortodoxos ou neoliberais em sua gênese, pois o mesmo pensava em suas teorias atrelado ao caso brasileiro.

Um dos seus objetivos era de que os técnicos brasileiros visitavam indústrias norte-americanas, e tentavam implantar esse modelo na indústria do Brasil, além disso, “os técnicos da Missão Cooke fizeram um amplo relatório sobre as atividades industriais brasileiras e, além das sugestões de melhorias no transporte e na indústria e sobre como diminuir as importações brasileiras dos Estados Unidos” (RABELO, 2009: 4). Dentre os objetivos dessa missão podemos destacar que era:

Incrementar a produção local de produtos essenciais, anteriormente importados dos Estados Unidos; adaptar as indústrias locais ao uso de sucedâneos, substituindo os importados; aperfeiçoar os meios de transporte e fortalecer de forma duradoura a economia industrial brasileira (COOKE, 1949: 16).

E, dentre essas missões que aceitavam capitais e auxílio intelectual estrangeiro, temos maior expressão na década de 50, em especial, as duas missões americanas - a Missão Cooke (1942) e a Missão Abbink (1948) – que igualmente contribuíram para o diagnóstico das causas do baixo nível de progresso da economia brasileira. A primeira missão (1942) leva tal nome ao

ser chefiado por Morris L. Cooke, um engenheiro norte-americano que trouxe junto a ele 11 profissionais, dentre eles, agrônomos, engenheiros e economistas, com o objetivo de diagnosticar e propor reformas para o desenvolvimento da indústria brasileira, “a fim de melhorar o sistema de transporte e o grau de auto abastecimento” (CAMPOS, 1994: 154).

O enfoque principal da missão era desenvolver o ensino da Engenharia no Brasil, para que esses profissionais pudessem vir a atuar na Guerra, caso fosse necessário, para que assim a mão de obra pudesse ser especializada na área, além de sugerir melhorias no setor industrial brasileiro no setor de transportes e diminuir as importações brasileiras dos Estados Unidos (RABELO, 2009). Enfim, a missão era revelar os defeitos que a indústria brasileira apresentava segundo os relatórios de Morris Cooke aos Estados Unidos, misturando-se com os objetivos de “modernizar”, como no trecho a seguir, “o Brasil encontra-se ainda na adolescência como nação-industrial; mas tem um grande futuro diante de si (...)” (COOKE, 1942: 15).

A outra missão de cooperação empreendida pelo governo brasileiro foi a da Comissão Mista Brasileira Americana de Estudos Econômicos (CBAEE), em 1948, mais conhecida como “Missão Abbink”²⁹, “que buscou levar a cabo uma análise geral dos problemas econômicos e financeiros, do balanço internacional de pagamentos e da estabilidade econômica interna” (RIBEIRO, 2011: 05). Dentre os objetivos dessa missão era aumentar o fluxo de capitais privados e aperfeiçoar o sistema tributário, para captar recursos fazendo “uma análise macroeconômica dos problemas brasileiros de inflação e balanço de pagamentos, com vistas a criar condições propícias ao desenvolvimento e facilitar a absorção de capitais externos” (CAMPOS, 1994: 154), porém esse fato nunca se concretizou. Como está expresso no “Relatório Geral da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU)³⁰” foi a primeira tentativa de criar um plano de desenvolvimento para o Brasil. Contudo, a Missão não

²⁹ Essa comissão era liderada por John Abbink, no lado americano, e Otávio Gouvêa de Bulhões, no brasileiro.

³⁰ Segundo o relatório, o mesmo era um documento, bastante abrangente, que analisava não só os segmentos econômicos e as condições para o desenvolvimento, mas também a participação do Estado e do capital estrangeiro.

chegou a detalhar projetos para investimento, nem a calcular os montantes necessários.

Porém, dentre essas comissões de estudo, a mais relevante em relação a Campos é a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), essa comissão contou com sua participação efetiva nas deliberações. Essa Comissão foi criada pelo presidente americano Harry S. Truman, em 1950, e no governo Dutra, porém suas atividades se iniciaram apenas em 1951. Na visão de Campos, sua atuação na CMBEU foi muito gratificante, pois a comissão contribuiu em dois aspectos, “primeiro, a implantação no Brasil de técnicas de análise de projetos e de rentabilidade e, segundo, sua contribuição essencial para a criação do BNDE” (CAMPOS, 1994: 151).

Em abril de 1950, surgiu a ideia de criar a Comissão Mista e, em meio ao encaminhamento das negociações, no mês de outubro, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República. Em dezembro, seu futuro ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, foi designado para negociar nos Estados Unidos os pontos pendentes para a concretização da Comissão. Nesse mesmo mês foi selado o acordo para sua formação, com base em entendimentos prévios pelos quais o Brasil se dispunha a continuar exportando para os Estados Unidos alguns minerais estratégicos, em particular manganês e areias monazíticas. Em seu trabalho, a Comissão Mista valeu-se de estudos sobre a economia brasileira elaborada anteriormente pelas missões norte-americanas Cooke e Abbink, como salientamos, enviadas ao Brasil respectivamente em 1942 e 1948 (FGV).

A CMBEU³¹ foi formada no âmbito do Ministério da Fazenda e integrada por técnicos brasileiros e norte-americanos. A Comissão foi criada oficialmente em 19 de julho de 1951 e encerrou seus trabalhos em 31 de julho de 1953. Era parte do plano norte-americano de assistência técnica para a América Latina, conhecido como Ponto IV “que mostrava a preocupação concreta com o

³¹ Em fevereiro de 1951 houve a primeira reunião no Brasil sobre os investimentos que seriam feitos no país, e “pela primeira vez foi mencionada a quantia de US\$250 milhões, a ser fornecida pelo Banco Mundial e pelo Eximbank para os projetos da CMBEU” (CAMPOS, 1994: 156).

problema desenvolvimentista” (CAMPOS, 1994: 154), tornado público em 1949 no discurso inaugural de Truman, quando se formou no Brasil uma comissão composta pelo engenheiro gaúcho Ary Frederico Torres – nomeado pelo Ministro da Fazenda Horácio Lafer, assessorado por quatro conselheiros técnicos e um econômico. Dentre os técnicos estavam o geólogo Glycon de Paiva Teixeira, ex-diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral (criado em 1934); Lucas Lopes, um dos fundadores da Companhia Energética de Minas Gerais S/A (CEMIG); o conselheiro financeiro Victor Bouças, que participou de Bretton Woods, o presidente do Conselho Técnico de Economia e Finanças; o secretário-executivo Vitor da Silva Alves, ex-funcionário das Nações Unidas e que viria a ser diretor do BIRD; e como conselheiro econômico atuou o diplomata e economista Roberto de Oliveira Campos (CAMPOS, 1994:159). Eugênio Gudim, Otávio Gouveia de Bulhões e Valder Lima Sarmanho foram encarregados de estudar as prioridades para um programa de desenvolvimento do país. Essa comissão acabou estabelecendo como prioridades os setores de agricultura, energia e transporte, sem formular, contudo, um projeto específico de financiamento.

Do lado americano, a equipe escolhida ficou ao cargo do Banco Mundial, Eugene Black foi o responsável pelas designações, escolhendo homens de sua confiança como Adams Truslow, corretor da bolsa de valores, e Edwar G. Miller, um advogado reconhecido. Porém, devido ao falecimento de Truslow durante sua viagem de navio de Nova York ao Rio de Janeiro, sua posição foi substituída pelo embaixador Merwin Bohan que, através de sua facilidade linguística entre o português e espanhol, conseguia se comunicar relativamente bem com a equipe brasileira. A equipe americana contou também com equipes de técnicos e especialistas em certos setores, como transporte ferroviário, marítimo e fluvial, energia elétrica, metalurgia, construção naval, agricultura e indústrias de base, contando com o auxílio do economista Philip Glaessner, ex-funcionário do Federal Reserve, Reynold Carlson, consultor do banco mundial, e Howard du Temple, um jovem economista.

Dentre a missão da comissão mista, havia algumas exigências técnicas e legais para que o Brasil formulasse e programasse projetos prioritários

relativos aos setores de energia e transportes. No final, a Comissão acabou aprovando 41 projetos do Plano de Reaparelhamento Econômico elaborado por Lafer, que criou a Lei nº 1474, que estabelecia um fundo com esse nome, cujo propósito de servir de contrapartida aos financiamentos externos agenciados pela CMBEU, e a lei nº 1518, que autorizava ao executivo a contratar ou avaliar empréstimos externos, para os quais calculava serem necessários cerca de 22 bilhões de cruzeiros, dos quais 14 bilhões seriam financiados em cruzeiros pelos governos federal e estaduais, e cerca de 8 bilhões, equivalentes a 387 milhões de dólares, seriam financiados pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou pelo Export-Import Bank (Eximbank). Desse investimento total, 60,6% deveriam ser alocados no setor de transportes, 33,1% no setor de energia elétrica e 6,3% em projetos relativos a indústria, máquinas agrícolas e estocagem de cereais. Para oficializar as sugestões da Comissão Mista, foi criado em 1951 um plano quinquenal de desenvolvimento. Segundo CAMPOS (1994):

Dessa forma, nos dois anos de trabalho – julho de 1951 a julho de 1953 – a CMBEU aprovou 41 projetos que exigiram um total de US\$392 milhões, dos quais vieram a ser financiados US\$ 186 milhões, assim mesmo com bastante atraso, em vista da tensão irresoluta entre o Banco Mundial e o Eximbank. Aquele, a rigor cessou financiamentos ao Brasil, em virtude da agravação da situação cambial, a partir do segundo semestre de 1952, e de desentendimentos quanto à política macroeconômica do Brasil e ao tratamento de capitais estrangeiros (CAMPOS, 1994: 162).

Os financiamentos aprovados pela CMBEU assim se distribuíam por setores, sendo os cruzeiros referentes às despesas locais e os dólares aos bens e serviços importados. Para Roberto Campos, “a contribuição mais importante da CMBEU foi (...) implantar sistemáticas de análise de custo/benefício e cálculos de rentabilidade, em substituição à velha tradição de desembolsos por requisições burocráticas, desapoizadas em cálculos de viabilidade” (CAMPOS, 1994:162). Caracterizada essa metodologia, hoje amplamente empregados nos setores públicos e privados, na época era inovadora.

Sobre a criação desses órgãos investidores está representada pela fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), através da Lei nº 1628, em 1952, que foi uma instituição encarregada de financiar e gerir os recursos para esses projetos captados no Brasil ou no Eximbank e no BIRD, responsáveis pelo financiamento em moeda estrangeira. Durante o governo Vargas, apenas 181 milhões de dólares foram concedidos pelos bancos estrangeiros e nem todos os projetos receberam financiamento. Dessa forma, a Comissão Mista e o BNDE ajudaram a introduzir no Brasil uma prática mais racional de gestão e aplicação de recursos públicos em investimentos econômicos que contribuíram para formar uma equipe de técnicos brasileiros aptos a elaborar projetos de desenvolvimento.

Roberto Campos começou seu “ensaio” no campo político e econômico atuando nesses órgãos governamentais de fomento, o que auxiliou na sua contratação posterior para assumir o cargo de diretor do BNDE, assim como Lucas Lopes e Ary Torres. Como consta na obra de BIELSCHOWSKY (2000), muitos que participaram da CMBEU ou da Missão Abbink tinham proximidades com a ideologia do “desenvolvimento não nacionalista”, o qual prega que:

Os economistas dessa corrente eram favoráveis ao apoio estatal à industrialização, mas apresentavam marcada referência por soluções privadas nos casos de disputas de inversões estatais. Tinham ainda em contraste com os desenvolvimentistas “nacionalistas” e em aproximação com os neoliberais, inclinação por políticas de estabilização monetária. Tomavam, contudo, o cuidado de insistir na idéia de não prejudicar os investimentos fundamentais por conta dessas políticas (BIELSCHOWSKY, 2000: 34).

Ou seja, essa posição do desenvolvimentismo “não nacionalista”, formulada por Bielschowsky (2000), nos coloca frente à própria situação que Roberto Campos se encontrava nessa época, uma vez que o mesmo era a favor da captação de capitais externos, através dessas “missões” norte-americanas ao mesmo tempo em que fazia parte e atuava no setor estatal. Dessa forma, assim como outros teóricos como Octávio Bulhões, Campos provinha de uma carreira pública atuando no governo brasileiro, o que, de certa forma, o levou a provar uma “certa capacidade” para assumir cargo referentes

à área diplomática. Porém, Campos discute a denominação que Bielschowsky atrela a sua pessoa, discutindo o termo de “desenvolvimentista não nacionalista”, argumentando que na época que o autor se refere, Campos se denomina como um nacionalista de “fins” e não de “meios”, argumentando que “a fórmula ideal, que eu (ele no caso) costumava pregar, era o nacionalismo de *fins*, o internacionalismo de *meios* e o supranacionalismo de *mercado*. A expressão “liberal desenvolvimentista” teria sido de verbiagem mais acurada” (CAMPOS, 1994: 168).

E como o próprio Bielschowsky (2000) aponta em sua obra, o BNDE assim como a CMBEU foram instituições criadas dentro dessa ideologia do desenvolvimento “não nacionalista”, que acreditava que os capitais estrangeiros poderiam auxiliar no desenvolvimento industrial brasileiro, no qual o “governo pode, sem dúvida, influenciar as decisões do setor privado, de forma a torna-las coerentes com os planos públicos” (CAMPOS, 1963: 20). Ou seja, nutrindo o argumento de que o Estado pode ingerir em certas áreas do setor privado, porém essa mesma iniciativa privada podia atuar com mais eficiência em outros setores, fato defendido por Roberto Campos e os demais desenvolvimentistas “não nacionalistas”.

Outro ponto muito defendido por Campos que caracterizou esse grupo desenvolvimentista “não nacionalista”, para empregar a definição de Bielschowsky, era a necessidade de controle da inflação e estabilização monetária. Segundo Campos, essa lógica de controle dos mecanismos econômicos por parte do Estado retirando a iniciativa privada faz com que os países subdesenvolvidos tendam a uma forte inflação no processo desenvolvimentista, pois sua motivação se dava “mais pela procura do que pela oferta” (CAMPOS, 1963: 125). Ou seja, não seria um movimento empreendido pela iniciativa privada, no estilo Schumpeter³², como o próprio Campos relata a forma que isso ocorre, “é, antes, a aspiração das massas, na

³² Segundo sua teoria sobre os determinantes do desenvolvimento econômico estão: “a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência [...] e que os meios de produção necessários às novas combinações não estão ociosos, à espera para serem empregados na produção de novos bens [...] e no que se refere a quem vai tomar a iniciativa dessa mudança, Schumpeter credita a um personagem particular: o empresário” (COSTA, 2006: 4-6).

ânsia de melhorar o padrão de consumo, que leva os governos a assumir funções empreendedoras e a estimular os empresários que ofereçam, pelo menos, uma promessa de aumentos futuros de consumos” (CAMPOS, 1963: 125).

2.2. Roberto Campos no BNDE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Sua criação teve várias controversas, em virtude dos financiamentos externos recomendados pela CMBEU serem feitos via impostos ou empréstimos compulsórios, além da inflação da época tornar os investimentos pouco atraentes, pois “a estratégia de desenvolvimento seguida por alguns países latino-americanos no chamado pós-guerra deve ser entendida muito menos como uma opção de política econômica do que como uma resposta a uma conjuntura internacional francamente adversa” (NETO, 1996:24). Inicialmente o banco se destinaria a financiar projetos de infraestrutura, como já era de responsabilidade governamental, limitando o acesso a investimentos da iniciativa privada.

A criação do BNDE se estendeu da segunda metade da década de 1930 até o final da década de 1940, envolveu órgãos como o CMBEU e instituições governamentais, incluindo os ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores e o Conselho Federal de Comércio Exterior, além de entidades privadas, como a Confederação Nacional da Indústria e a Fundação Getúlio Vargas, em que:

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDE desponta como um importante instrumento propulsor de modernizações no território nacional. O Banco, criado em 1952, se caracterizou por fomentar os mecanismos de apoio ao desenvolvimento industrial e à integração do território, mediante o planejamento e o financiamento dos macrossistemas técnicos (SILVA, 2008: 99).

Dessa forma, o banco foi concebido como uma autarquia bancária. Com a implantação do BNDE aliado com os projetos da CMBEU, os fundos monetários do banco tornaram-se mais sólidos, dentre os responsáveis pela fundação do BNDE que tinham participação na CMBEU está Ari Torres, como diretor superintendente e o próprio Roberto Campos na direção econômica, em que os poderes do banco estavam nas mãos da superintendência e não da presidência do banco. Com o tempo, houve a preocupação em implantar concursos públicos para o preenchimento de vagas no banco, impedindo assim, os cargos de confiança e as trocas de pessoal em pouco tempo, logo:

Em setembro de 1951, as diretorias do Banco Mundial e do Export-Import Bank (Eximbank) anunciaram estar dispostas a financiar os projetos de investimento propostos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A expectativa das autoridades brasileiras era que os recursos a serem liberados por essas duas agências para o programa de investimento de tal comissão chegariam a quinhentos milhões de dólares³³.

O BNDE entre 1952 e 1954 designou outro homem para a superintendência do banco, pois Ari Torres renunciara. Em seu lugar Vargas escolheu o jornalista e advogado José Soares Maciel. Enquanto isso, internamente no Banco havia a disputa entre dois grupos, como aponta Bielschowsky (2000), o grupo dos desenvolvimentistas não nacionalistas em contraste com o grupo desenvolvimentista nacionalista. Os desenvolvimentistas não nacionalistas acreditavam que o capital externo deveria ser empregado mesmo em atividades de infraestrutura, já o grupo nacionalista era hostil à participação de capital estrangeira em setores estratégicos.

O grupo de desenvolvimentistas não nacionalistas eram o grupo liberal, que tinham como ponto de partida a escola liberal clássica, chefiada por Bulhões e Gudin. Entre suas preocupações estão a estabilização monetária, investimentos privados para o desenvolvimento, oposição ao Estado e abertura do mercado brasileiro ao mundo. Já o grupo nacionalista era mais a favor do Estado como provedor e timoneiro dos projetos de desenvolvimento, como a Petrobrás e Eletrobrás.

³³ Retirado de: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. Rio de Janeiro: FGV, 2001 e do site www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/livro50anos.asp

Seguindo as indicações dos relatórios da CMBEU, o BNDE determinou que os primeiros investimentos estivessem voltados para o reaparelhamento de portos e ferrovias, o aumento da capacidade de armazenamento e a ampliação do potencial elétrico. Nessa fase inicial, o Banco firmou um acordo de cooperação com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) para formar um grupo misto de estudos, cujo objetivo seria auxiliar o BNDE na obtenção e análise de dados macroeconômicos. A instituição também se associou ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, que passou a lhe fornecer, periodicamente, dados sobre a evolução da renda nacional.

Dessa forma, dentre os objetivos da Cepal está a defesa de programas de desenvolvimento econômico, com base na necessidade de evitar desequilíbrios externos, estabelecendo um equilíbrio estável nas atividades básicas à população, com cuidado à escassez da poupança. E que, os investimentos deveriam se basear através de projeções globais sobre a taxa de poupança em relação à entrada de capitais no país, à razão capital-produto e aos termos de troca, logo:

A Cepal formulou uma teoria de investimentos ou de acumulação de capital, mas, ao combinar sua tese sobre as transformações históricas do sistema centro-periferia com a análise das estruturas produtivas periféricas, foi capaz de prover um instrumental analítico engenhoso, através do qual uma série de importantes tendências típicas do crescimento em países subdesenvolvidos tais como déficits externo, deterioração nos termos de troca, desemprego e inflação (BIELSCHOWSKY, 2000: 29).

Em 1953, Campos e Glycon Paiva pedem renúncia do banco para Getúlio Vargas em razão de desentendimentos com o atual superintendente Maciel Filho e suas propostas políticas, coincidindo também com a demissão de Horácio Lafer³⁴, que foi substituído por Oswaldo Aranha na diretoria do

34 Durante o governo constitucional de Vargas ocupa o Ministério da Fazenda (1951-1953) e contribui para a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). No governo Juscelino Kubitschek, é o vice-líder da maioria na Câmara e, em 1959, torna-se ministro das Relações Exteriores. Fonte: Ministério da Fazenda. Horácio Lafer. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/rep041.asp>>

banco. Em 1955 Campos voltaria ao banco a convite de Glycon Paiva novamente, após a queda de Getúlio.

Logo, em 1955-56 quando Campos se insere novamente no banco, já no governo de JK, ele reestabelece o ingresso de vagas de secretariado, dentre outras via concurso público, com o objetivo de criar uma meritocracia no banco (CAMPOS, 1994:255). A época que Campos retorna ao banco é marcada pela grande instabilidade financeira e aumento da inflação, o que impedia o banco de ter fontes próprias de financiamento na época. Em 1956 então são decididas as manobras prioritárias de investimentos no banco, a CMBEU havia formulado alguns critérios para projetos que foram conhecidos como “teoria dos pontos de estrangulamento” (CAMPOS, 1969), que orientou o BNDE por quase dez anos. Esses critérios para projetos eram direcionamento e eliminação de gargalos, visando criar condições básicas de crescimento econômico, complementar investimentos privados, financiamentos não inflacionários e investimentos rápidos.

Nessa fase, o banco foi o principal articulador entre as agências internacionais de crédito, grupos privados e empresas estatais, além de ter um papel como planejador de investimentos e projetos específicos como inovações tecnológicas, gerar economia em escala e arrecadação de tributos. Também se levou em conta a estrutura de capital dos projetos, dando-se preferência a empresas de capital aberto com maior grau de participação nacional, além de não financiar projetos e fundos de mercado privado.

Ao mesmo tempo em que crescia a oposição ao governo, o FMI — cujo apoio ao programa de estabilização era indispensável para a obtenção de um empréstimo de trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos — exigia uma intensificação das medidas anti-inflacionárias e de reforma cambial. O governo hesitava em endossar essas medidas de forma completa, receando comprometer o ritmo do crescimento econômico. Generalizou-se no país uma reação contra o FMI e, por extensão, um sentimento antiamericano, compartilhados por grande parte da imprensa. Roberto Campos era visto pelos setores de esquerda como o expoente do “entreguismo” e o chamavam

pejorativamente de *Bob Fields*, adaptação do seu nome em inglês. A União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu marchas de protesto que terminavam com o seu *enterro* simbólico.

A polêmica que se intensificava em torno dos custos e objetivos de um programa anti-inflacionário tinha sua origem na controvérsia entre monetaristas e estruturalistas. Estes identificavam as causas da inflação nos desequilíbrios estruturais da economia, considerando ineficaz qualquer programa estabilizador que não se integrasse num plano geral de investimentos orientados para setores econômicos estratégicos. Roberto Campos colocava-se entre os monetaristas, para os quais a inflação resultava simplesmente da expansão dos meios de pagamento, de forma que só as restrições monetária e creditícia poderiam solucioná-la.

Em julho de 1959, Roberto Campos deixou a presidência do BNDE³⁵, substituído por Lúcio Meira, e retornou ao serviço no Itamaraty. Em outubro foi promovido a ministro de primeira classe e, em janeiro de 1960, designado para integrar a Comissão Mista Brasil-França. Em setembro desse ano atuou como vice-presidente da delegação brasileira à reunião da Comissão Especial do Conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Bogotá, cujo objetivo era propor novas medidas de cooperação econômica.

Fazendo uma retrospectiva do banco, podemos citar que entre os anos de 1952 a 1956 ele se dedicou a ampliar a infraestrutura, a partir de 1956 foi o banco das Metas na expansão industrial e tecnológica, em 1965 dedicou-se ao repasse de verbas de bancos privados para projetos como FINAME e FIPEME, no governo Geisel segurou a crise do petróleo, em parte. No governo Figueiredo, em 1982 passou a se chamar BNDES – Banco Nacional do

³⁵ Em 1971 com a aprovação da Lei nº 5.662, de 21 de junho, o BNDE deixou de ser uma autarquia federal para transformar-se numa empresa pública, sendo o governo autorizado, se conveniente, a convertê-lo em sociedade de economia mista [...]. Sua vinculação administrativa inicial era ao ministério da Fazenda, passando depois, com a reforma administrativa (D.L. 200, de 1967) a subordinar-se ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e, subsequentemente, à Secretaria de Planejamento da presidência da República (até 1979). (CAMPOS, 1994: 191)

Desenvolvimento Econômico e Social, dedicando-se a modernização e reestruturação industrial, já no governo Collor seria o banco das privatizações.

2.3. Planejamento ou projeto

Roberto Campos sempre declarou que “o planejamento é um instrumento neutro, que pode tanto inviabilizar a economia de mercado (pelo planejamento socialista) como auxiliá-la (pela clara definição de áreas próprias e de áreas impróprias de intervenção governamental)” (CAMPOS, 1994: 169). Dentre as iniciativas de aderir ao planejamento, Campos argumentou que países que deveriam implantar um planejamento para seu desenvolvimento deveriam ter três argumentos básicos e um grau de intervenção estatal, sendo eles: primeiro, a debilidade da iniciativa privada, segundo, a necessidade de concentração de recursos por via fiscal, em virtude da inexistência de um mercado de capitais capaz de mobilizá-los, e terceiro, a faculdade telescópica do governo para investimentos de longa maturação. Eis aqui uma importante análise que aproxima Campos da teoria ordoliberal, um pouco afastada do liberalismo clássico:

A “Faculdade telescópica” para Campos seria a capacidade única que só o governo teria de tomar decisões de longo prazo no tocante à economia, evitando assim um problema futuro de escassez. A sociedade no geral não teria essa faculdade, pois tenderia ao imediatismo (PEREZ, 1999).

Campos é colocado por Bielschowsky (2000) como precursor do planejamento da industrialização, colocado como o principal executivo no desenvolvimento econômico através do BNDE, autor e principal administrador do Plano de Metas. Segundo o autor, Campos “propunha que se deveria procurar conforme a arcaica máquina administrativa brasileira, incapaz de executar as tarefas do desenvolvimento, através da formação de equipes de planejamento e administração voltadas para a formulação e execução de uma política de investimentos básicos” (BIELSCHOWSKY, 2000: 109).

Suas idéias principais sobre planejamento foram publicadas no *Digesto Econômico* (CAMPOS, 1952a), no qual ele argumenta que, em relação ao pleno emprego, “nos países subdesenvolvidos é óbvio que o planejamento visa, primordialmente, acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico, que seria demasiado lento (...) se deixasse à iniciativa espontânea” (CAMPOS, 1952a: 16). Ou seja, Campos admite e reconhece que a intervenção do Estado se torna necessária nos países subdesenvolvidos, mais do que nos desenvolvidos, semelhante à teoria ordoliberal que permite a intervenção estatal em certos setores quando há momentos de crise. E, sobre o desenvolvimento econômico, Campos acrescenta:

Nunca é demasiado frisar que o desenvolvimento econômico é, essencialmente um processo cumulativo, uma espécie de reação em cadeia. Um investimento numa indústria básica, como, por exemplo, a indústria pesada de aço, provoca investimentos colaterais nas indústrias químicas à base de alcatrão de coque, nas indústrias de cimento à base de escória, nas indústrias mecânicas, etc. Para que os benefícios do processo cumulativo sejam plenamente utilizados, é preciso, entretanto, uma determinada velocidade de desenvolvimento e, em particular, que o crescimento da renda exceda o ritmo do crescimento da população por uma margem suficiente para apressar a acumulação de capital. Dada a escassez de recursos internos característica dos países subdesenvolvidos, de um lado, e o parco volume de migração internacional de capitais, de outro, o desenvolvimento econômico espontâneo tende a ser, em nossos dias, demasiado lento. Unicamente através do planejamento se poderia lograr uma disciplina de distribuição de fatores capaz de evitar a duplicação competitiva de facilidades e desperdício de recursos, promover a intensificação dos “investimentos-chave”, que permitam ritmo mais rápido de capitalização e, finalmente, distribuir tarefas promocionais entre os setores públicos e privados. (CAMPOS, 1952a: 18-19)

O planejamento é algo menos palpável que o projeto, e ambos possuem diferenças em todos os países. Logo:

Um dos vários argumentos de que se lança mão para demonstrar a inevitabilidade do planejamento, e o mais frequente usado, é o de que as transformações técnicas tornaram impossível a concorrência em campos cada vez mais numerosos e só nos resta escolher duas alternativas: ou o controle da produção por monopólios privados, *através de*

trustes e cartéis [grifo meu], ou direção pelo governo (HAYEK, 1977: 78).

Dessa forma, a teoria de planejamento adotada por Campos é a de Carl Landauer³⁶, que se definiria como uma “orientação das atividades econômicas por um órgão comunal, mediante um esquema que descreve, em termos quantitativos assim como qualitativos, os processos produtivos que devam ser empreendidos durante um período de futuro prefixado” (CAMPOS, 1963: 10). Tanto o planejamento quanto a intervenção estatal são positivos aos países subdesenvolvidos, visto que um dos principais problemas do planejamento reside no setor empresarial, principalmente entre a empresa estatal e estrangeira: a estatal exige concentração de capital contra a alta tecnologia das estrangeiras, logo para corrigir essa debilidade do empresariado nacional, o Estado deve estimulá-lo através de auxílios, pois essa debilidade é fruto de uma má distribuição de renda associada à inexperiência dos profissionais da área. Inclusive devido a isso há órgãos de crédito internacionais voltados à pequena e média empresa, tal como o FUNDECE, FINAME e FIPEME, constituindo assim uma “nacionalização do crédito externo”.

Como expressado anteriormente, as concepções teóricas de Roberto Campos, num segundo momento, já no regime militar, sofreram a influência da Escola de Friburgo. Para esta escola econômica alemã, no âmbito de suas deliberações, ela tem por premissa o providencialismo baseada nas ações econômicas dos indivíduos promovem sua prosperidade e o automatismo do mercado, composta por forças imanentes, que regulam os setores econômicos. Cabe acrescentar que a teoria de Roberto Campos também foi influenciou o pensamento econômico de Mario Simonsen³⁷, o qual fora um dos fundadores

³⁶ Carl Landauer (1891-1983) foi um professor emérito alemão que atuou na área de economia em diversos países. Em 1912 se tornou membro do Partido Social Democrata alemão, foi quando começou a escrever sobre economia. No período da Segunda Guerra, lutou pela democracia e contra a ascensão do nazismo. Faleceu aos 92 anos, dois dias depois de publicar seu último livro vindo a falecer nos Estados Unidos, último país que atuou.

³⁷ Segundo Nogueira (2010), “Simonsen surgiu depois de Roberto Campos. Teve atuação destacada no governo Geisel. No começo dos anos 80, advogou uma recessão para conter uma inflação que ameaçava crescer. Foi triturado por Delfim Netto, que prometeu o mesmo crescimento dos anos 1970, a época do chamado “Milagre Brasileiro”, em que ele fora o czar

do conhecido desenvolvimentismo em 1944, época onde “o planejamento e a industrialização emergiram no Brasil, portanto como questões extremamente politizadas” (SOLA, 1998: 75).

Dentre as teorias desenvolvimentistas, os aspectos mais destacados eram: o crescimento de salários e indústrias, expansão do mercado interno e as medidas de base na educação e saúde, necessárias para que os países subdesenvolvidos pudessem obter alguma ascensão no cenário interestatal. Esse discurso será reavaliado e incorporado pela própria CEPAL posteriormente, chegando até 1952 com a criação do BNDE, com ativa participação de Roberto Campos na área técnica, no qual o tão preterido investimento de capitais externos e ampliação do mercado interno foram os principais alvos desse órgão de fomento ao empresariado industrial.

Cabe afirmar que, no Brasil, a ideologia do desenvolvimento toma forma com o governo de Juscelino Kubitschek, tornando-se uma preocupação frequente a partir da década de 1950, e, inclusive, nos países onde a taxa de crescimento vinha sendo mais elevada. O capital estrangeiro nessa década “é visto como necessário para acelerar o aumento da renda”, dessa forma através dos investimentos desse capital, se pensava que a taxa de crescimento se elevaria, porém:

O principal problema é a dependência tão forte das relações de intercâmbio, em que todo este processo pousou, e a influência muito pequena que uma economia como a brasileira é capaz de exercer para controlá-las a seu favor³⁸.

Dos principais argumentos, um era a favor da inserção do capital estrangeiro no governo de Juscelino era que ele não se pautava num debate emocional, mas numa necessidade técnica, a fim de fortalecer a economia. Esse capital foi amplamente empregado na industrialização, para que o país se tornasse soberano e próspero. Para Juscelino, esse investimento na indústria

da economia. A promessa inconsequente de Delfim levou a um ciclo delirante de inflação que só cederia no Plano Real, na década de 1990. Com Geisel de fora, substituído por João Figueiredo, o presidente que preferia cheiro de cavalo a cheiro de gente, Simonsen não teve retaguarda para enfrentar Delfim na luta pelo poder na economia.” Fonte: NOGUEIRA, Paulo. A direita órfã. Diário do Centro do Mundo, 20 de out. de 2010. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-direita-orfa/>>

³⁸ BNDE – Exposição sobre Programa de Reparcelamento Econômico, exercício de 1955, p. 4.

terminaria com o pensamento colonialista brasileiro. Na concepção do presidente, o nacionalismo se define pelo desenvolvimento, de cunho anticomunista, pois se baseia na defesa da Nação e no repúdio à subversão, dado que:

Num país como o Brasil, o que é colonizador é a ausência de investimentos, ausência de empregos e capitais. Não somos mais nação colonizável. Acreditar na possibilidade de sermos escravizados por influências do dinheiro estrangeiro é o mesmo que concluir pela nossa personalidade nacional e ao nosso caráter de povo formado (CARDOSO, 1977: 140).

No caso da presidência de Juscelino, essa ideologia do desenvolvimentismo toma forma e clareza em seus objetivos, pois, na época, havia uma maior preocupação com os países em crescimento como o Brasil. Por isso, deviam-se lançar no mercado os produtos brasileiros, pois a partir do capital nacional seria gerada a exportação, porque essas relações com o mercado externo prejudicavam os países mais fracos economicamente.

Por sua vez, em suas obras, Campos se apresenta como um antinacionalista. Como autor acredita que o nacionalismo mais se preocupa em distribuir riquezas do que em produzi-las, além de em outras instâncias ser até mesmo xenófobo e, conseqüentemente excludente. Na sua opinião, redistribui riqueza para os pobres, discrimina a agricultura e enaltece a indústria, atendendo aos interesses da classe média; tende a favorecer a propriedade coletiva e estatal para a socialização de empregos para a classe média emergente, dificultando em assegurar carreiras. Essa opinião de Campos é um contra-argumento ao nacionalismo moderado do governo Vargas, relacionado com a “política de massas e com o estilo populista [...], em resposta ao processo de redistribuição de recursos políticos associado à concorrência eleitoral e à crescente integração das massas urbanas à vida política” (SOLA, 1998: 94).

Segundo Robert Dahl, a anterioridade histórica do estado em relação a grupos econômicos privados fortes levou à exclusão do Brasil do modelo poliárquico³⁹. Enfim, o sistema brasileiro é definido como modelo de

³⁹ O conceito de poliarquia tem o mérito de permitir que a ciência social efetue uma análise mais realística dos regimes democráticos existentes, uma vez que, a partir desse conceito,

“capitalismo dirigido pelo estado”, pois a máquina estatal visa o “entendimento aos clamores privados, dando curso no que foi chamado de política de clientela” (PEREZ, 1999: 57).

Campos não seguia linhas ortodoxas fiéis a Simonsen, Gudin ou até mesmo a CEPAL, mas uma teoria e maneira de pensar própria e peculiar. Dentro de seu ponto de vista, o capital estrangeiro e a iniciativa privada têm papel fundamental, mas o pseudonacionalismo e o pseudoigualitarismo são grandes empecilhos, porque eles se utilizam de medidas artificiais para deterem processos que seriam considerados naturais como o mercado, “pois infelizmente nem o evangelho, nem Karl Marx, nem os teólogos da libertação, nem o Diário Oficial conseguiram revogar a lei da oferta e da procura” (CAMPOS, 1986: 15).

A década de 1960 sofria um processo de urbanização acelerado, assim como sua industrialização, estimulada em grande parte pelo “Plano de Metas” implantado no governo de JK, o qual Roberto Campos atuou efusivamente na sua idealização, que teve grandes resultados na economia brasileira. Dessa forma, o PIB mostrava bons resultados, principalmente em relação à indústria, como expressa na citação de Fausto (2002):

Os resultados do Programa de Metas foram impressionantes, sobretudo no setor industrial. Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80% com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%). De 1957 a 1961, o PIB cresceu a uma taxa anual de 7%, correspondendo a uma taxa per capita de quase 4%. Se considerarmos toda a década de 1950, o crescimento do PIB brasileiro per capita foi aproximadamente três vezes maior do que o do resto da América Latina.

Porém, os gastos oriundos do “Plano de Metas” geraram déficits nas áreas de comércio exterior e nas finanças Estatais, devido às grandes obras,

torna-se possível estabelecer "graus de democratização" e, desse modo, avaliar e comparar os regimes políticos.

como a construção de Brasília por exemplo. Esses problemas foram crescendo gradativamente, chegando em 1959 a um déficit de 39,5% nas contas públicas.

Após o mandato de JK, o próximo presidente eleito foi Jânio Quadros, que obteve forte apoio popular em sua campanha, desprezando partidos e políticos, comprometido em “varrer” a corrupção. Já em relação à inflação, Jânio decidiu reduzir os subsídios de determinados produtos como o trigo e o petróleo, ampliando o preço dos produtos populares, simplificou o sistema cambial, restringiu o sistema de crédito e congelou os salários dos servidores públicos, causando assim uma redução no déficit orçamentário.

Logo, seu mandato foi curto, abdicando de seu cargo em janeiro de 1961, quem acabou empossando o então vice-presidente, conforme a constituição, João Goulart (Jango), que era visto como um forte aliado do comunismo, ocasionando uma revolta por parte dos militares, que queriam impedir sua posse contra os defensores do “legalismo”, dentre eles o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, cunhado do então presidente. Logo, em razão dessa revolta, o sistema de governo no Brasil passou a ser parlamentar, o que limitou os poderes do presidente. Goulart mostrou ser um presidente muito ligado a causa do campesinato e de movimentos sociais de esquerda no país, como os sindicatos. Porém mesmo com todos os conflitos ideológicos por parte de militares, governo e sociedade civil, a economia obteve um crescimento de 8,6% no PIB, em função dos investimentos de JK.

Entretanto, houve aumento das exportações e consequente redução da dívida externa provocada pelas mesmas, já a inflação obteve um aumento considerável, assim como o Índice Geral de Preços (IGP) que subiu de 30,5% em 1960, para 47,8% em 1961. A taxa de investimento caiu para 13,1% do PIB, sendo o valor mais baixo desde 1950. Porém com poucos poderes, Jango pressionou para o plebiscito que daria continuidade ou não ao parlamentarismo. Tendo obtido sucesso na votação, em 1963, por ampla maioria, o regime voltou a ser presidencialista. Porém, pouco antes do plebiscito, o presidente juntamente com Celso Furtado, o Ministro Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento Econômico, publicou o Plano

Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, com o objetivo de reverter o atual quadro de subdesenvolvimento que estava se apresentando, pois o Produto Interno Bruto (PIB) do país havia caído de 8,6% em 1961, para 6,6% em 1962. A inflação acelerava-se, com o IGP atingindo 6,3%, o que compõe uma taxa de mais 100% anual, segundo Celso Furtado, o plano visava demonstrar “(...) contra a ortodoxia dos monetaristas, esposada e imposta pelo FMI, que era possível conduzir a economia com relativa estabilidade sem impor-lhe a purga excessiva (BAER, 2002)”.

Dessa forma, o Plano Trienal tinha como objetivos, a garantia da taxa de crescimento do PIB de 7% ao ano, próxima à média dos anos anteriores, a redução da taxa de inflação para 25% em 1963, visando alcançar 10% em 1965, a garantia de crescimento real dos salários à mesma taxa do aumento da produtividade, a realização da reforma agrária como solução não só para a crise social como para elevar o consumo de diversos ramos industriais e a renegociação da dívida externa para diminuir a pressão do seu serviço sobre o balanço de pagamentos.

Dessa maneira, em relação à inflação, Celso Furtado, atribuía que a mesma seria resultado de um excesso de gastos públicos e que os mesmos deveriam ser contidos. Dessa forma, suas medidas de contenção seguiam a mesma linha: correção dos preços públicos, corte de gastos, controle monetário e aumento do compulsório (KERECKI, 2009). Em relação à questão do desenvolvimento, Celso Furtado seguia os parâmetros da Cepal e a teoria do desenvolvimentismo. Porém, em meio às dificuldades políticas, o plano não obteve muito sucesso e os problemas foram se agravando, logo:

Foi formulado o Plano Trienal, destinado a exercer uma enérgica fiscalização sobre a inflação e a lidar sistematicamente com os principais desequilíbrios da economia. A partir do momento em que se tornou óbvio que o governo não tinha nem os meios nem a vontade de impor suas medidas de estabilização e reforma, o plano foi engavetado. A falta de controle político, a contínua agitação por reformas e as insinceras demonstrações de simpatia que Goulart por elas demonstrava, além da condenação pública do capital estrangeiro, acarretaram problemas econômicos cada vez maiores. Os déficits orçamentários aumentavam e a taxa de inflação chegava a 50% e, finalmente, em 1964, a inflação

chegou a índices anuais superiores a 100% (GIAMBIAGI, *et al*, 2005).

O problema com o pagamento das dívidas também era outra dificuldade. Por isso, em 1963, o ministro da Fazenda de Goulart, San Tiago Dantas, foi aos Estados Unidos para renegociação da dívida externa do país com o objetivo de tentar conseguir apoio financeiro internacional, porém, dessa vez, os EUA não quiseram ajudar. Ao contrário do que foi no governo de Jânio Quadros, isso decorreu por causa das relações políticas conflituosas que os EUA enfrentava com o Brasil, devido a inclinação de Jango com a ala de esquerda, principalmente com Cuba, em relação ao apoio ao anticolonialismo na África e à discussão sobre o ingresso da República Popular da China na ONU.

Enfim, dos US\$600 milhões que o ministro havia ido buscar, San Tiago Dantas havia conseguiu apenas US\$84 milhões, e, em relação à renegociação da dívida externa acordo, nenhum foi feito. Desse modo, os cortes de gastos realizados por Jânio Quadros foram restituídos: os subsídios sobre petróleo e trigo foram cancelados, foi realizado um aumento de 60% os salários do funcionalismo público e reajuste mínimo de 56%. Já em relação à inflação, que estava sendo reduzida, a mesma voltou a aumentar. Portanto, esse período foi de grande instabilidade política e econômica para o Brasil, até o Golpe de 1964. Diante da instabilidade ocorreu que:

A perda de legitimidade de Jango, a seguida quebra da disciplina e a aproximação entre inferiores das Forças Armadas e trabalhadores organizados acabaram por levar os moderados das Forças Armadas a engrossar a conspiração, em um deslocamento semelhante ao que ocorreu nos meios civis. Quanto ao chamado dispositivo sindical, tinha a capacidade de mobilizar setores da classe operária, especialmente na área do Estado, mas não muito mais do que isso. Desse modo, embora fosse expressivo o avanço dos movimentos sociais no país, politicamente Jango ficou suspenso no ar. A seu redor ficaram apenas o ministro da Guerra que já não comandava, líderes sindicais alvos da repressão e com escassos “líderados e amigos responsáveis por fomentar ilusões.” Em 1º de Abril de 1964 os militares tomaram o poder, e após um curto período de transição, foi eleito, por votação indireta no Congresso, Castelo Branco como Presidente (BAER, 2002).

Dessa forma, o governo de Jango tinha seus opositores que estavam situados dentro das forças militares conservadoras, que tinham apoio de alguns civis, que tinham cargos hierárquicos importantes dentro do governo como presidentes do IPÊS. Dentre seus opositores, Roberto Campos também está incluso, pois acreditava que Jango estaria planejando uma revolução socialista no Brasil, logo em sua visão o golpe era necessário para estabelecer a ordem e vir como uma contrarrevolução, em que “a missão inarredável do movimento de 1964 seria transformar este país numa grande nação” (FILHO, 1975: 81), não sendo um movimento de direita, mas um movimento que neutralizou uma possível ruptura constitucional na opinião de Roberto, porém, de fato foi uma ruptura institucional. Um golpe é uma ruptura.

2.4. Implantação e idealização do PAEG e o FGTS

Com o golpe de 64, veio um período de crise na economia que culminou na queda do PIB no final de governo de Jango, com taxas de inflação indo além dos 90% ao ano (1964), logo, podemos dizer que havia uma profunda instabilidade política e econômica. Outra crise foi vista no próprio sistema capitalista, para se adequar à mudança do paradigma fordista para o toyotista. Para contornar esse clima de instabilidade o governo militar implantou algumas reformas econômicas de base, que já estavam sendo gestadas dentro de grupos de pesquisas.

Dessa forma, o Paeg – Plano de Ação Econômica Governamental foi idealizado pelo IPES⁴⁰, muito antes de ser posto em práticas pelos ministros militares, contando com um grupo de estudos e pesquisas de “vinte

⁴⁰ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi criado em 1961, em que se preocupava com o avanço de idéias socialistas e comunistas no Brasil, tendo um de seus maiores patrocinadores empresário brasileiro como Walther Moreira Salles, Mário Henrique Simonsen, Augusto Frederico Schmidt e o governo dos Estados Unidos. O IPÊS resultou da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo e rapidamente ganhou a adesão das classes produtoras das outras unidades da federação.

economistas profissionais e outros de maior prestígio, também cooperava Roberto de Oliveira Campos e Octávio Gouveia Bulhões” (RAMÍREZ, 2007: 108), em que esses dois economistas faziam serviços de consultorias em outras instituições. Dentre a pauta para repensar o Brasil estavam as reformas de base. “O IPÊS teve que assumir a linha de frente no embate ao governo Goulart, articulando núcleos integrados por representantes desses segmentos, assim como ajuda externa, na quais as de origem estadunidenses se destacavam” (DREIFUSS *apud* RAMÍREZ, 1981).

Os estudos começaram com propostas para atualizar a legislação empresarial vigente, buscando uma modernização no setor que permitisse articular interesses entre fações distintas da burguesia e o proletariado, assim como no próprio Estado (RAMÍREZ, 2007: 112).

Dentre as medidas tomadas pelo IPES na busca de “melhoramento” à situação brasileira, está a “lei antitruste”, a reforma bancária com a criação do banco central, que posteriormente foi criada no governo de Castelo Branco, um projeto de reforma tributária e fiscal, um projeto contra a venda das ações das principais empresas estatais, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, inclusive a reforma agrária.

Dessa maneira, podemos dizer que o IPES “continuou a divulgar suas atividades após o golpe de 64, com a organização de um importante ciclo de debates entre representantes do governo federal e membros da iniciativa privada” (RAMÍREZ, 2007: 116).

Logo, no governo militar de Castelo Branco essas políticas tiveram uma continuidade, sendo que muitas foram aplicadas através do PAEG, contanto com Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos como Ministros da Fazenda e do Planejamento no governo de Castelo Branco, com o objetivo de controlar a inflação através do controle monetário e inserir o Brasil num amplo desenvolvimento, pois a inflação era vista como principal entrave ao crescimento. Nesse plano, foi estipulado que as principais causas da inflação eram: o déficit do setor público, o excesso de crédito para o setor privado e os excessivos aumentos salariais. Porém, como medida de contenção da inflação

a expansão da base monetária não era a única solução, mesmo que ela fosse um grande estimulante para acabar com a inflação, visto que essa expansão provocaria: distorções do mercado de trocas externas, bruscas oscilações nas taxas de salários reais, incentivo ao uso de capital para manipular inventários ou especular com moedas estrangeiras e impossibilidade de atrair investimentos em longo prazo.

Logo, o PAEG programou medidas graduais para a modificação e diminuição da inflação no Brasil, embora o FMI aconselhasse um tratamento de choque. Segundo Cavalcanti (2007):

O PAEG foi o momento em que o Brasil foi dirigido por uma concepção muito próxima à do desenvolvimento não-nacionalista. O plano preferia a iniciativa privada, mas compreendia a importância do planejamento, valorizava a distribuição de renda por vias indiretas, como construção de casas populares e aumentos salariais. Combatia a inflação porque a entendia como incômoda à formação de capital e propagava que a estabilidade dos preços seria compatível com o desenvolvimento. Também previa a atuação do Estado de forma setorial e não global (CAVALCANTI, 2007: 95).

Segundo Roberto Campos, o PAEG acreditava que o enfoque gradual poderia levar à formação de resistências políticas. A estratégia contida no Programa, por ser gradualista, previa três fases de ajustamento: a de inflação corretiva a de desinflação e a de estabilidade de preços (SANTOS, 2000: 113). Sendo que os elementos principais dessa política abordavam: política monetária contracionista, investimentos sociais, aumento da infraestrutura e expansão industrial. Logo, a concentração monetária, tinha por objetivo a busca pelo equilíbrio das contas públicas, evitando aumentos salariais e reforçando a autoridade monetária com a criação do Banco Central.

O imposto de renda aumentou, criou-se o Imposto Territorial Rural, as leis tornaram-se mais rígidas a fim de evitar a sonegação de impostos e as dívidas fiscais foram reajustadas conforme a inflação, criando-se assim a correção monetária. O pagamento de impostos feitos pelos empresários era

cada vez mais cobrado com antecedência, o que causou desgosto por parte desse grupo da sociedade pela ditadura. Segundo Campos:

Houve é verdade, agravamento intolerável da carga fiscal – ou a “inflação de custos”, segundo o novo jargão – para as empresas que faziam capital de giro ilegitimamente, pelo não recolhimento à Previdência Social dos descontos das folhas de pagamento, ou pelo adiamento do pagamento de impostos, já que as multas eram mais baratas que os juros do mercado (CAMPOS, 1968: 118).

E, para garantir o controle das finanças foi criado o Banco Central, para facilitar as emissões de papel moeda, que até o momento anterior era feito pelo Congresso Nacional. O banco foi criado pela Lei nº 4595/64 de 31 de dezembro de 1964 e deveria ser independente, com igual número de diretores de mandato fixo podendo ser demitidas a qualquer momento pelo governo. Lembrando que essa medida já havia sido elaborada, segundo RAMÍREZ (2007), no seio do IPÊS, inclusive com Dênio Chagas Nogueira fazendo parte do “Projeto de reforma tributária e política fiscal”, que se tornou um dos seus coordenadores nessa época.

Em relação aos investimentos sociais, o PAEG os aumentou devido à flexibilização da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e contenção salarial. Esses investimentos seriam injetados nos setores mais básicos para a sociedade – educação, saúde e habitação popular. O primeiro governo militar foi responsável pela modificação da CLT, uma das medidas foi a retirada da estabilidade após 10 anos de efetivo serviço e a outra foi a regulamentação do contrato de trabalho de 3 a 6 meses regulamentados na carteira de trabalho. A estabilidade foi substituída pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), uma espécie de poupança que foi gerada com desconto de 8% do salário do trabalhador, que poderia ser usada na compra de casa própria e/ou sacada integralmente em caso de demissão. Medida também idealizada pelo IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)⁴¹, como o “Projeto de habitação popular”, que contou com a participação de Glycon Paiva, Sandra Cavalcanti e Guilherme Borghoff.

⁴¹ Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi uma organização anticomunista fundada em 1959, contando com a participação de vários empresários e da sua entidade-irmã, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), constituída dois anos e meio depois. Entre os colaboradores estão, Gilbert Huber Jr, Glycon de Paiva e Paulo Ayres Filho.

Dessa forma, também a partir do Paeg criou-se o Banco Nacional de Habitação (BNH) com o intuito de financiar habitações populares, o que permitiu os trabalhadores da classe média, os assalariados de mais altos ingressos e com carteira assinada financiar em longo prazo sua casa própria, através do sistema americano de hipoteca, no caso brasileiro, em prestações mensais. A previsão foi de construir cerca de 100 mil casas populares em 1965 e 150 mil em 1966, no qual todas não poderiam ter valor maior do que 60 vezes o salário mínimo da época. Posteriormente, o banco foi incorporado à Caixa Econômica Federal, a qual ainda hoje é um dos maiores da rede bancária que realiza esses empréstimos e negociações da casa própria, sendo responsável por 90% dos financiamentos imobiliários no Brasil até a década de 90 (Folha de São Paulo, julho de 2005).

O Paeg também pensou no setor empresarial, planejando três tipos de atuação: incentivos negativos, política de financiamento setorial e investimentos em infraestrutura. Os incentivos negativos se pautavam na redução de embargos na exportação, fechando alguns órgãos responsáveis, assim como alguns impostos e taxas cobradas nas mercadorias foram extintos, como o imposto do selo, impostos relativo à circulação de mercadoria, consumo e importação de matérias-primas. Outro setor que teve atenção foi o de financiamento de insumos ao desenvolvimento do país, como o:

O FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) que fazia empréstimos facilitados para a compra de bens e capital, em 1965. O FUNTEC (Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico), uma entidade que tinha o intuito de financiar pesquisas técnicas e de nível superior. O FINEP (Fundo de Financiamento para Estudo, Projetos e Programas) que elaborava projetos para aproximar a indústria e a agricultura. E o FIPEME (Financiamento de Pequenas e Médias Empresas), que fornecia apoio às empresas para se constituir, com suporte e financiamentos do Banco Internacional.

Logo, em relação à questão da infraestrutura, Castelo impôs o conceito de “realismo tarifário”, em que os preços deveriam estar de acordo com o custo de produção das obras, estabelecendo impostos únicos sobre combustíveis e eletricidade, a fim de construir e incentivar a construção de rodovias e de redes

elétricas. Dessa forma, empresas geradoras de energia como a Petrobrás deveriam e eram incentivadas monetariamente a se expandir para suprir a demanda energética.

Assim, o Paeg estava comprometido em combater a inflação e pensar em medidas estruturais político-econômicas em virtude do desenvolvimento do Brasil. Dentre os objetivos do Programa podemos destacar: aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico, contenção do processo inflacionário, atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais, e aumentar o investimento e o emprego.

Porém, essas reformas não contentaram a população em parte, principalmente em relação às leis trabalhistas, causando grande descontentamento e manifestações dos sindicatos. Segundo Figueiredo (1975), cerca de 428 sindicatos tiveram seus direitos políticos cassados, e, com a aprovação da Lei nº 4725/65, o Executivo Federal teria amplos poderes para regulamentar as remunerações do setor privado. Outra fonte das críticas ao governo foi que o custo real de vida para a população aumentou muito, cerca de 41% (SKIDMORE, 2000), mostrando a queda do poder aquisitivo da população e o fim da estabilidade dos empregos, com o intuito de tornar as exportações mais competitivas, fazendo-se assim o custo do salário ser menor, caso esse que também ocorreu no Chile de Pinochet e na Argentina.

Enfim, o plano econômico previa uma política monetária restritiva e a busca por um menor déficit público. Neste sentido, também deveria ser controlada a inflação diminuindo a emissão de papel moeda, assim como o crédito. Dentre as reformas executadas estava a criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional. Destaca-se ainda a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação, para com isso buscar atender a questão da moradia e aproveitar o seu grande potencial de geração de empregos diretos. Além disso, tinha-se o objetivo de aumentar a arrecadação, que foi feita com a reforma tributária, sendo que através desta criou-se o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), o Programa de Integração Social (PIS) e o Fundo de Garantia do Tempo de

Serviço (FGTS). Cabe destacar que o FGTS foi uma forma de fazer uma poupança forçada para o investimento direto na construção civil. Outro grande avanço para custear as despesas públicas foi o lançamento das LTNs (Letras do Tesouro Nacional) da década de 1970 e das ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), títulos pré-fixados que tinham o objetivo de financiar as despesas do Tesouro Nacional.

Dessa forma, a confiabilidade dos bancos internacionais com o Brasil foi revigorada, que levou o FMI a dispor de R\$126 milhões para o Brasil sacar a qualquer tempo, e em 1965 a inflação teve uma queda, passando a ser de 45% ao ano. Outro fator interessante foi a formação de um mercado de capitais no Brasil, quando Roberto Campos implantou a Lei de Mercado de Capitais, pela qual o Banco Central passou a fiscalizar a bolsa de valores, prevenindo a emissão de títulos ilegais e a insolvência. Projeto que também foi pensado pelo IBAD e pelo IPES anteriormente ao golpe, indo ao encontro das medidas de reforma tributária e de limite da venda de ações de empresas estatais para o capital privado.

O PAEG foi um plano pensado antes da ditadura ainda no IPES/IBAD, e colocado em prática nos governos militares com o objetivo de conter a inflação entre 1964 e 1967. Essas reformas financeiras culminaram no conhecido “milagre econômico”. Porém, essas medidas econômicas não favoreceram todos os âmbitos da sociedade, com a repressão e perda dos direitos políticos e civis, muitas pessoas não usufruíam desses benefícios. Com isso, o Brasil voltou a crescer a números nunca vistos antes. A crítica se faz não ao desempenho absoluto do plano, mas ao que ele proporcionou para a maior parte da população, e, nas palavras do próprio ministro da economia Delfin Neto, a estabilidade dos preços, juntamente com a reforma financeira, deixou a economia em condições de voltar a crescer a partir de 1968. Segundo KERECKI e SANTOS (2009):

De 1969 a 1973 foi o período de maior crescimento da história da economia brasileira. O setor de bens de consumo duráveis foi o que mais se expandiu, consolidando a ideia que ficou conhecida como “milagre econômico”. O retorno ao

crescimento foi facilitado pela existência de capacidade ociosa do período anterior, devido à nova estrutura de financiamento montada pelo PAEG, e pela disponibilidade de empréstimos estrangeiros. Na falta de poupança doméstica, a poupança externa foi a alternativa viável. No que diz respeito às exportações, as mesmas aumentaram significativamente, e o volume de empréstimos externos estava acima do montante utilizado para financiar crescimento, ou seja, se criou um acúmulo de reservas cambiais (KERECKI e SANTOS, 2009: 185-186).

2.5 A questão do Estatuto da Terra e da Reforma Agrária

Ao contrário do que comumente é pensado, a Reforma Agrária que Campos tanto cita em seus livros, possui uma raiz muito anterior a suas publicações, no Brasil a questão da terra começou a ser pensada muito antes, e o primeiro contato que Campos teve com esse projeto foi no IPES em parceria com o IBAD. O grupo que pensou dentro do IBAD esse projeto era composto por Ivan Hasslocher, Edgard Teixeira Leite e Paulo Assis Ribeiro, realizando em torno de 32 reuniões em 1962. O teor do plano beneficiava os setores agroindustriais, porém prejudicava os interesses de pequenos proprietários paulistas, o que acabou por mudar o enfoque “demagógico para algo mais científico”. Ao final da pesquisa, foi entregue um projeto em 1963, no governo de Goulart que estabeleceu a Superintendências para a Reforma Agrária (SUPRA).

No Brasil não faltaram projetos de diferentes posicionamentos e matrizes ideológicas e econômicas, entre 1947 e 1962 foram apresentados ao Congresso cerca de 45 projetos de leis sobre reforma agrária, desde Vargas em 1952 que criou a Comissão Nacional de Política Agrária, sob direção de Thomaz Accioly Borges, definindo anular os efeitos antieconômicos e sociais de exploração da terra.

No governo de João Goulart, a discussão sobre a terra também foi pauta entre os trabalhadores do campo, em virtude do surgimento das Ligas camponesas no nordeste, ativismo e sindicalismo rural. Sendo assim, outro problema que agravou a situação no campo foi a criação da Lei nº 4.124, em março de 1962 que transpôs algumas obrigações da Consolidação das Leis de Trabalho para o campo, sem se adequar aos particularismos camponeses, como por exemplo, boa parte dos salários dos agricultores ser paga em produto advindos da terra, e não um salário formalizado com benefícios como numa indústria nas grandes metrópoles. Com isso, crises de abastecimentos e os fenômenos conhecido como “boias frias” se intensificaram, gerando uma calorosa discussão o Congresso com a participação de ligas camponesas e da própria Igreja Católica em menor escala em defesa do trabalhador do campo, em 1963.

Em virtude desse cenário em crise no campo, Goulart, em 13 de março de 1964, na Central do Brasil assinou o Decreto nº 53.770, que declarava ser o interesse nacional as desapropriações de parcelas de terras numa faixa de 10 quilômetros à margem das rodovias e ferrovias federais, assim como outras terras em desuso, porém em posse da União, criando assim a denominação de “função social da propriedade”.

No governo de Castelo Branco, em 1964, o presidente militar deixou a cargo do Ministério do Planejamento, ao qual Campos fazia parte, a tarefa de consolidar o estatuto e leis de terra. Segundo Campos, sua ideia de reforma agrária não deveria seguir modelos coletivistas ou socialistas, em virtude de sua própria ideologia. Em segundo lugar a desapropriação de terras não deveria ser um “instrumento genérico de reforma agrária” (CAMPOS, 1994: 684), sugerindo outros meios como a tributação progressiva sobre terras improdutivas, a abertura de frentes de colonização. Sendo esse, um processo ideal em que os tributos recolhidos da improdutividade seriam usados no assentamento e na colonização.

Logo, com o golpe de 1964, o Estatuto da Terra foi criado pela lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, um de seus idealizadores práticos na

época foi Roberto Campos como Ministro, porém a idealização e concretização do projeto já haviam sido feita por Paulo Assis Ribeiro, incluindo Glycon Paiva, Mario Henrique Simonen e Edgar Teixeira Leite nos trabalhos publicados pelo IPES-Rio, em que Iris Meinberg e Edgar Teixeira Leite fizeram parte da Confederação Rural Brasileira.

Dentre os projetos principais acadêmicos sobre reforma agrária, estavam as ideias do IPES-Rio que favorecia uma reforma ao estilo mais “capitalista”, e do grupo de São Paulo que temia uma desorganização social da produção rural e intimidação de produtores. Cada grupo defendendo seus interesses da discussão que participava em São Paulo os ativistas desencadeavam um papel importante em defesa de ideias já expostas por Goulart outrora, e em grande maioria eram contra a ditadura, em que a prioridade da produção deveria ser os gêneros alimentícios, havendo um rodízio de terras e fomento ao mercado interno. Porém, a ideia usada por Campos em 64 foi justamente a posição do IPES-Rio que previa um fortalecimento da propriedade privada. Todos esses projetos vinham a tona em virtude da grande mobilização social e popular no campo, desde o sul com Brizola até o nordeste entre os minifúndios do agreste e latifúndios canavieiros do litoral.

Sendo assim, as discussões do congresso foram acaloradas para idealizar um modelo de reforma agrária mais condizente com a realidade brasileira. Inclusive uma das teses críticas apresentadas foi a de Bilac Pinto que declarava o problema era o excesso de gente no campo que causava as tensões sociais e não a falta de terra. Dentre os debates, havia o de Campos que ficou conhecido como “discurso das quatro falácias” (CAMPOS, 1994: 688), a falácia da suficiência da produção agrícola, da eficácia da grande propriedade, da melhoria espontânea sem a intervenção estatal e do mimetismo capitalista.

Esse último é em relação ao slogan de “reforma agrária científica”, que acreditava que a reestruturação agrária do país se assemelhava aos Estados Unidos e que poderia ocorrer da mesma maneira e velocidade que nos vizinhos

do norte. Esse modelo também foi empregado por países como o Japão e a Coreia do Sul, ou seja, essa ideia não é incompatível com o capitalismo, pois muitos países capitalistas a realizaram, porém com suas particularidades. No caso dos Estados Unidos, a questão da terra remonta desde o século XIX com Lincoln que:

Em 1862, promulgou a *Homestead Law*, sendo de fato, a reforma agrária processada nos EUA. Esta, assegurava a cada cidadão ou na iminência de sê-lo, o direito de requerer uma propriedade de até 160 acres de terra do Estado, com o pagamento de uma taxa de 1 dólar e 25 centavos, com reconhecimento do domínio pleno, após cinco anos de posse efetiva da terra. Mais tarde, esse direito foi modificado para aquisição de área de até 640 acres. (acre=medida agrária equivalente a 4.046,84m²) (FERREIRA, 2002: 02).

Ao longo de vinte anos no Congresso, a situação que mais tomava tempo e desgaste era a compensação por desapropriações. Pois era complicado medir e balizar os critérios de avaliação para o cálculo de desapropriação, pois, como previa a constituição de 1946, deveria haver uma indenização justa e prévia em dinheiro pela desapropriação, porém o aspecto “justo” não é contemplado de forma prática na Lei. E, para controlar melhor as políticas agrárias, foram criadas duas instituições complementares, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que velaria pela reforma agrária, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), responsável pela política agrária. Esses institutos, porém, foram unificados no governo Médici e, em 1970, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), até hoje vigente.

Na sua autobiografia de 1994, Campos vê a situação da reforma agrária com duas unanimidades e dois grandes obstáculos. As unanimidades positivas e aceitas por todos eram, que o latifúndio era improdutivo como um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura e da economia, e a outra unanimidade era que haveria uma expansão ao mercado interno. Os dois obstáculos que a reforma traria eram, a indenização justa e prévia, “em dinheiro” para desapropriação das terras, fato consumado desde a Constituição de 1946 e, por outro lado, havia o cunho ideológico que causaria grandes obstáculos, no

qual, a reforma deveria seguir moldes capitalistas (voltada para a agroindústria e propriedade privada) ou socialistas (voltada para a propriedade coletiva).

Porém, Campos vivia dividido, pois relata que, no exterior, os países capitalistas que realizaram suas reformas agrárias obtiveram sucesso, países como o Japão, Taiwan e a Coreia do Sul. No Japão ela foi determinada pelas forças americanas no pós-guerra, que beneficiou várias famílias. Já no caso de Taiwan e da Coreia, a reforma agrária obteve sucesso pela distribuição de renda e desenvolvimento da educação para seus habitantes. Roberto Campos cita que nos três casos “a reforma agrária visou a democratizar o acesso à propriedade e não coletivizar ou estatizá-la” (CAMPOS, 1994: 680).

Outro exemplo, porém de modelo socialista, podemos visualizar no México, fruto da Revolução Mexicana de 1910, que em 1915 instaurou a Lei Carranza, que desapropriou as terras e as distribuiu para os camponeses (*ejidos*), onde a propriedade era coletiva, e o usufruto individual. E dentre as propostas socialistas está a mais radical, que aboliu a propriedade privada pela Revolução Soviética pela Lei de Socialização da Terra de 1918. No caso da América Latina, a Bolívia (1952) e Cuba (1959) fizeram suas reformas baseadas nas desapropriações, sem o enfoque da produtividade.

No caso do Brasil, foram feitos vários projetos e leis, desde a época de Vargas, que em 1952 criou a Comissão Nacional de Política Agrária. Já no governo de JK a questão agrária de forma prática não foi feita, pois a preocupação maior era com a industrialização. Campos conta que em 1961 houve um movimento em prol da reforma agrária, expresso na Carta de Punta del Este, em 1961, o qual fez parte como redator, que recomendava um balanceamento entre a teoria socialista e a capitalista de produtividade para idealizá-la. Assim, dentre os objetivos estão:

Promover, dentro das peculiaridades de cada país, programas de reforma agrária integral orientada para a efetiva transformação das estruturas e dos injustos sistemas de posse e exploração da terra, onde for necessário com vistas a substituir o regime de latifúndio e minifúndio por um sistema justo de propriedade, de tal maneira que mediante o

suprimento de crédito oportuno e adequado, assistência técnica e comercialização e distribuição dos produtos, a terra constitua para o homem que nela trabalha a base de sua estabilidade econômica, o fundamento do seu progressivo bem-estar e a garantia de sua liberdade e dignidade (CAMPOS, 1994: 681).

E é baseado nesses objetivos que Campos construiu sua proposta de reforma agrária para o Brasil. O político relata em sua entrevista ao Roda Viva, em maio de 1997, que o seu projeto para a reforma sempre teve muita oposição dos setores populares e do governo, e destaca três pontos principais: o primeiro dizendo que a desapropriação não era sua pauta, o segundo é a tributação progressiva sobre as terras improdutivas, com os recursos advindos da colonização de regiões brasileiras que até então não tinham um grande número de população expressiva, como o oeste do Paraná, Mato Gross do Sul, Amazônia e Pará para evitar conflitos de desapropriação, o terceiro ponto incidia no Imposto Territorial Rural (ITR), que na época (1964) equivalia ao Imposto de Renda, esse imposto seria convertido aos próprios agricultores na compra e na tecnificação do campo para auxiliar no manejo rural, assim como esse imposto seria convertido aos municípios para benfeitorias, logo, a maneira como esse imposto seria cobrado é inversamente proporcional, em que quanto mais improdutivo essa terra for, maior será o imposto que iria incidir sobre ela.

CAPÍTULO III – ROBERTO CAMPOS E A QUESTÃO DO ORDOLIBERALISMO

Desde a década de 50 até 90, as preocupações de Roberto Campos sempre abrangeram certos aspectos como: planejamento, desenvolvimento, comunismo, monopólio, Estado, política externa e tantos outros, porém menos relevantes em suas análises, pois são citados poucas vezes. Essas inquietações ao longo dos anos cresceram, tanto que sua produção intelectual, digamos assim, aumentou após a retirada de seu cargo como Ministro do Planejamento em Castelo Branco.

Dessa forma, suas obras iniciais apresentam um grande teor tecnicista e mecânico, com pouca reflexão social e com um discurso menos acalorado quanto em sua autobiografia *Lanterna na Popa*, que discutiremos mais tarde. Porém, na década de 50, principalmente quando assume o cargo como Ministro em Castelo Branco, suas obras versam sobre gastos e o poder concedido ao Estado e também à iniciativa privada. Dentre suas proposições estava a aliança entre empresas privadas e o Estado, por isso, muitas vezes Campos é tido como um defensor de oligopólios, pois se buscarmos a definição clássica:

Um oligopólio corresponde a uma estrutura de mercado de concorrência imperfeita, caracterizada pelo fa(c)to do mercado ser dominado por um número reduzido de empresas produtoras pelo que, uma única empresa tem algum poder para sozinha influenciar o preço do bem⁴².

Logo, Campos era favorável na década de 50 a que houvessem alianças entre o Estado e o privado, principalmente em relação às reformas estruturais, tal como na teoria do ordoliberalismo que promove maior integração entre poder público e iniciativa privada. Porém, em 1963 Campos se torna descrente dessa teoria argumentando que a iniciativa privada no Brasil apresenta debilidades, pois, com a “desigual distribuição de renda, o poder da iniciativa econômica fica ordinariamente confinado a um círculo demasiadamente pequeno (CAMPOS, 1963: 14)”.

Porém, ao longo dos anos e rapidamente sua opinião se modifica tornando-se a favor da iniciativa totalmente privada, arguindo que as empresas estatais eram ineficientes. Na obra *Planejamento Econômico e Nacionalismo (1963)*, Campos discute o papel das empresas estatais, numa palestra proferida ao Clube de Engenharia, constatando a ineficiência, segundo sua opinião, dessa empresa estatal, que pode ser expressa na citação a seguir:

Como percentagem dos investimentos fixos, em 1959, o déficit ferroviário representou 7,5%. É hoje, geralmente admitido pelos economistas que se debruçam sobre o problema do

⁴² Oligopólio. Enciclopédia de Economia. Disponível em: <<http://www.knoow.net/cienceconempr/economia/oligopolio.htm>>.

desenvolvimento econômico, que os déficits de operação dos serviços públicos em geral – não me refiro aqui, especificamente, ao serviço ferroviário – constitui, em grande parte, uma subvenção ao consumo, quando derivados de tarifas demagógicas; e, em qualquer caso, representam uma subtração líquida ao potencial de investimento (CAMPOS, 1963: 307)

Porém, sua discórdia sempre foi em relação à Petrobrás, em que na década de 80 diz que “se a Petrobrás é eficiente, não precisa de monopólio; se for ineficiente, não o merece (CAMPOS, 1987: 23)”. Inclusive, ao longo dos governos militares sempre tentou retirar o monopólio da extração do petróleo da Petrobrás, que o próprio Campos faz “uma autocrítica sobre o fato de não ter conseguido convencer os militares a acabar com o monopólio estatal do petróleo e a implantar um sistema de controle da natalidade para impedir a explosão populacional nos anos 70 e 80”⁴³.

Dessa forma, ao longo do capítulo vamos explorar as tênues diferenças entre o ordoliberalismo e a teoria desenvolvimentista proposta por Campos para o Brasil, analisando principalmente sua atuação na ditadura militar, sob a presidência de Castelo Branco. E, também ao longo de sua carreira política até a década de 1990, em que suas ideologias e suportes teóricos vão se modificando até então Roberto Campos adotar uma razão totalmente voltada ao mercado, ou como outros autores identificam ao neoliberalismo.

3.1. Uma voz, um comando: O governo de Castelo Branco

Em relação ao governo de Castelo Branco, a fonte que nos fornece mais detalhes sobre esse período está situada na obra autobiográfica de Roberto Campos, o livro *Lanterna na Popa* (1994), que conta detalhadamente sua trajetória desde esse período até o final de sua vida.

⁴³ Entrevista concedida a Fernando Rodrigues para a *Folha de São Paulo*. Economista fez autocrítica sobre 1964. Disponível em: <http://pensadoresbrasileiros.home.comcast.net/~pensadoresbrasileiros/RobertoCampos/economista_fez_autocritica_sobre_1964.htm>. Realizada em 11 de out. de 2001.

Dessa forma, dentre as fontes pesquisadas, a obra *Lanterna na Popa* (1994) pode ser analisada enquanto registros de um indivíduo – Roberto Campos, inserido no governo de Castelo Branco, de forma a fazer um balanço da própria história do país. Analisar a escrita de Roberto Campos é mergulhar na construção de uma imagem de si e como este processo é operado em vista de uma memória a ser compartilhada enquanto história – em especial sobre o golpe de 1964 e o governo militar. Nos últimos 30 anos, a concepção de História começa a ser criticada sobre a forma que ela ordena e atribui sentido a um conjunto de fatos e eventos que aconteceram no passado. Dessa forma, uma maneira de localizar sujeitos na História é através das representações ou memórias coletivas, ou seja, a partir de uma abordagem que procura o sentido atribuído aos fatos passados por aqueles que, de uma forma ou de outra, estavam envolvidos com estes mesmos fatos, assim como complementa Myrian Sepúlveda (2003):

O passado é recuperado pelo presente através de processos de interação social. A compreensão do passado, neste caso, é composta de uma rede bem mais complexa de significados. São indivíduos em contato com outros indivíduos e em determinados contextos sociais que trazem o passado para o presente. O conceito de memória, portanto, nos permite entrelaçar passado e presente, por um lado, ultrapassar a antinomia teórica clássica entre indivíduo e sociedade, por outro (SEPÚLVEDA, 2003: 273)

Por isso, podemos compreender através da obra das memórias de um sujeito, o seu pensamento, percepção ou prática que tenha o passado como sua principal referência. Nunca esquecendo que a memória é algo seletivo, envolvendo a subjetividade de quem a relata e seus esquecimentos, que podem ou não serem independentes de nossas vontades. Porém, é bom salientar que ainda em relação à memória podemos destacar que ela, seguindo a linha de Halbwachs (2004), é coletiva, ou seja, o indivíduo não pensa e age apenas por si, mas por um conjunto de fatores que a sociedade produz e expõe a ele; por isso, ao realizar um trabalho com essa proposta a reflexão entre a história e a memória se torna primordial, a fim de não produzir ou induzir a erros historiográficos baseados numa subjetividade que o autor apresenta em suas memórias.

Portanto, para compreender a orientação político-econômica ao país idealizada por Campos, deve-se entender também o que era esse novo modelo globalizado conhecido como ordoliberalismo, neoliberalismo ou Economia Social de Mercado – alguns nomes atribuídos posteriormente para essa teoria. Para os alemães da Escola de Friburgo no pós-guerra, “depois da Segunda Guerra, o ordoliberalismo (também conhecido confusamente, devido aos manifestantes antiglobalização como neoliberalismo) defende o capitalismo, mas diz que o Estado precisa regular fortemente o que não existe naturalmente⁴⁴”, ou seja, moeda, políticas monetárias e tudo que tiver relação com essas instâncias. Dessa forma, essa doutrina alemã do pós-guerra, que também pode ser denominada de “terceira via” é expressa como uma espécie de “ordo” (ordem), em virtude de sancionar as falhas do mercado principalmente em relação à parte social.

Roberto Campos vivenciou o contexto da Guerra Fria, o antagonismo entre dois modelos norteadores de governo aparentemente opostos, nos quais cada um dizia-se benéfico e necessário para seu povo com êxito total, ao mesmo tempo em que ambos taxavam uns aos outros como fracassos cambaleantes. Em outras palavras, a Guerra Fria significou a oposição entre dois modelos de sociedade – a capitalista e a socialista⁴⁵, em que as “duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência” (HOBBSAWN, 2003: 224). A URSS controlava uma parte do globo, que o exército vermelho e as tropas de força militar estavam ocupando desde a II Guerra Mundial, já os EUA por outro lado, controlava a outra parte - o Ocidente, através do consumo, impulsionado pelas políticas econômicas americanas em vista de deixar sua balança comercial sempre favorável. Porém, mesmo aparentemente antagônicas e em conflito

⁴⁴ Tradução (livre) da autora. Fonte: New York Times. DOUGHERTY, Carter. *Why Germany Prefers Regulation to Stimulus*. 06 de abril de 2009. Disponível em: <<http://economix.blogs.nytimes.com/2009/04/06/why-germany-prefers-regulation-to-stimulus/#more-6243>>.

⁴⁵ Quando menciono socialismo, me refiro ao socialismo empregado na União soviética (URSS), o qual ao longo de sua trajetória se mostrou um regime totalitário.

constante, as duas potências evitavam um confronto direto de forças, para não provocar outra Grande Guerra.

No caso do Brasil, nesse contexto de Guerra Fria, certas autoridades governamentais, as elites econômicas e políticas se encontravam temerosas com relação ao regime soviético, tanto que muitos governantes e pessoas influentes como o próprio Roberto Campos, aqui mencionado, sempre lutaram contra a inserção e as práticas de idéias oriundas da esquerda no país. Em termos econômicos, principalmente na década de 1950, “a poupança interna permanecia cronicamente baixa, mantendo assim também o investimento baixo. E o esperado capital estrangeiro para complementar o investimento nacional não era suficiente” (SKIDMORE, 1998: 205). Ou seja, o país não se inseria nem politicamente num regime que se propõe a ser de esquerda, tampouco uma ordem econômica capitalista, pois o país tinha seus fundos e investimentos à beira da falência e não incentivava o mercado exportador, tal como o capitalismo necessita para ter seu funcionamento pleno.

Em termos de pensamento econômico, o antagonismo oferecido pela economia liberal de livre mercado, em relação à socialista de planejamento em todos os setores, parece ter encontrado a resposta numa espécie de “terceira via”, assim como Hélio Jaguaribe, por exemplo, propunha uma “economia mista”. Essa teoria sobre “economia mista” expõe que o Estado desempenharia um papel crucial no planejamento e nas intervenções, criando mecanismos para o controle da oferta e demanda, tendo como teórico fundador John Maynard Keynes em seus escritos sobre teoria macroeconômica⁴⁶. Inicialmente Campos se mostra partidário dessa teoria, apesar dele mesmo dizer em obra conjunta que esta teoria poderia:

Mutilar o potencial de poupança e [...] perpetrar a inflação e o subdesenvolvimento [...], pois a terapêutica *keynesiana* aplica-se muito bem a economias desenvolvidas em depressão, mas

⁴⁶ A teoria macroeconômica está expressa na obra: *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936), sob autoria de John Maynard Keynes, que previa um maior controle do mercado pelo Estado, no qual a poupança, investimentos e renda devem ter um equilíbrio estável entre si. Sendo somente possível a realização desse planejamento através do controle sob a taxa de juros e a demanda por moeda.

nunca a nações subdesenvolvidas com inflação (SIMONSEN, 1974).

Para Roberto Campos nos países desenvolvidos em que o processo de industrialização se deu com maior ênfase o planejamento estatal não foi tão profícuo, pois para ele, “o credo utilitarista e individualista se constituiu na principal força desenvolvimentista” (CAMPOS, 1974: 24). Segundo Simonsen:

Ao contrário do próprio Rostow, esse credo não se concentrou exclusivamente na promoção de motivação lucrativa e na defesa da propriedade privada, conforme a acusação marxista. Ao longo do tempo, o credo individualista e utilitário evoluiu no sentido da defesa da liberdade política e do voto unitário; implantou o controle de monopólios, desenvolveu uma legislação social que moderou o incentivo do lucro e tornou respeitável, senão dominante, a motivação do bem-estar; e finalmente criou o imposto de renda progressivo, como poderoso instrumento redistributivo e moderador da absorção da mais valia pelo capitalista (SIMONSEN, 1974: 24).

Segundo Campos, os países considerados em desenvolvimento não possuem tendências a seguirem regimes governamentais teoricamente construídos de forma orgânica ou “pura”, podendo orientar-se entre ditaduras e democracias, devido à debilidade empresarial no setor privado (CAMPOS, 1971). Partindo deste princípio, Roberto Campos concede uma importância ao setor privado na economia, definindo que países nos quais o empresariado é debilitado são geralmente considerados “em desenvolvimento”, declarando que:

Um dos principais problemas da iniciativa privada na América Latina resulta do contínuo intervencionismo estatal e da imprecisão ou inconstância da delimitação de áreas e funções entre o setor público e privado (CAMPOS, 1972: 15).

Roberto Campos atrelava ao índice de desenvolvimento da nação o fomento à industrialização, devendo o Estado incentivá-la, o que caracteriza em parte seu ideário desenvolvimentista e ordoliberal. Pode-se notar essa prática principalmente no segundo governo Vargas com a criação do Vale do Rio Doce em 1942 e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco em 1945, quando o Estado intervém com recursos e mão de obra nacional nesses setores. E de forma mais clara o fomento à industrialização pelo Estado se deu

no governo de Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas, em que os “cinquenta anos de progresso em cinco” eram a representação da necessidade de uma rápida industrialização dos países ainda agrários ou com uma indústria pouco dinâmica como o Brasil, pois “o objetivo era unir o Estado e o setor privado numa estratégia de alto crescimento, com a finalidade de acelerar a industrialização e a construção da infraestrutura para sustentá-la” (SKIDMORE, 1998: 203).

Já nos anos de 1960 há uma preocupação maior com relação aos regimes que se autodeclaravam “revolucionários de esquerda”, pois a Revolução Cubana ocorrera em 1959 e a ideologia da esquerda tornava-se cada vez mais heterogênea e difundida, principalmente nas universidades. Porém, em contrapartida, havia setores mais conservadores, ao mesmo tempo em que eram simpáticos com o liberalismo econômico eram “protecionistas”. Cabe esclarecer que essa esfera conservadora que simpatizava com o liberalismo econômico se enquadra no “conceito plutocrático de liberdade e da disciplina⁴⁷” proposto por Mannheim (1972).

Roberto Campos no ápice de credulidade das teorias keynesianas é muito crítico do governo de João Goulart, que para ele ameaçava não só a propriedade privada, mas a autonomia brasileira, pois acreditava que Jango iria instaurar uma “ditadura de esquerda”, opinião expressa nas mais variadas obras do autor compactuadas com as de Mario Simonsen, além de Goulart assumir a presidência com uma inflação de 34,7% em 1961, chegando a ponto de em 1964 a inflação atingir os 100%. Desta forma, logo houve o apoio de Campos ao golpe de 1964, pois o mesmo acreditava que uma revolução socialista estaria sendo arquitetada por João Goulart e que os militares interviam fazendo uma *contra-revolução*, pois, na realidade Campos já participava do golpe desde antes.

⁴⁷ Esse conceito elaborado por Karl Mannheim consiste em quando uma classe limitada de ricos aplica ideologia liberal sem levar em consideração as mudanças sociais. A liberdade econômica deve ser expressa, diminuindo o papel do Estado. Porém a liberdade social é tolhida de certos grupos (MANNHEIM, 1972).

Jango que viria amparado no dispositivo militar e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo na sucessão presidencial (GASPARI, 2002: 51).

Dessa forma, o golpe militar seria uma espécie de contra golpe em relação a Jango, alinhando-se às políticas de Castelo Branco (1964-1967), pois:

[...] a partir de 1964, face à ameaça de caos social que poderia descambar num autoritarismo de esquerda [...] surge como elemento de contenção do populismo distributivista, do regionalismo dispersivo e do personalismo político o golpe de 64 (SIMONSEN, 1974: 228).

Seguindo esse ideário de que Goulart iria implantar um regime socialista, Roberto Campos declarou que “na primeira parte dos anos 60 o Brasil perdeu seu ímpeto desenvolvimentista que tinha nos anos 50, por desastres políticos” (SIMONSEN, 1974: 25), criticando diretamente Jango. Neste sentido, apoiou as políticas do presidente Castelo Branco, pois sua função era “reafirmar a autoridade para salvar a liberdade” (CAMPOS, 1968: 354), porque as medidas de Goulart de nacionalizar refinarias de petróleo privadas e desapropriar terras em prol da Reforma Agrária ameaçavam a economia principalmente, na visão de Campos.

Em Roberto Campos percebe-se que para uma sociedade se tornar moderna e industrializada certo grau de autoritarismo era inevitável, sendo um dos favoráveis da teoria da “contrarrevolução” e não do “golpe de 1964”. No caso de 1964 alguns militares consideravam a intervenção militar algo temporário, apenas para corrigir a indisciplina social, estancar a inflação e retomar o desenvolvimento, sendo considerado esse modelo de uma democracia participante com um executivo forte, ponto em comum a outros pensadores neoliberais.

O Congresso expurgado prontamente elegeu [...] Castelo Branco [...]. Os tecnocratas eram liderados por Roberto Campos, diplomata e economista e destacado crítico do governo Jango em seus últimos tempos. Campos trazia consigo uma equipe de economistas e engenheiros, muitos dos

quais tinham contribuído para a criação de um *think tank*, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), no Rio de Janeiro e São Paulo. Eles assumiam o poder com idéias claras e convencionais sobre como conter a inflação e restaurar o crescimento econômico no Brasil (SKIDMORE, 1998: 216).

Cabe acrescentar que Campos atuou efetivamente na economia brasileira no governo de Castelo Branco até 1967, sendo sucedido por Delfim Netto no governo de Costa e Silva. No primeiro governo militar ocorreu o “milagre econômico” que contou com o apoio de Campos e outros estudiosos, principalmente ligados ao IPES, em que a inflação fora reduzida de 92% em 1964 para 28% em 1967, abrindo espaço ao *boom*, com uma média de expansão de 10,9%, possibilitando a oferta de crédito e crescimento no setor industrial posteriormente. Contudo, provocou desigualdades entre os trabalhadores e as regiões em relação à renda.

Para o autor um grande número da população brasileira não possuía meios suficientes para sua subsistência, algo que segundo ele se agravava pelo rápido crescimento demográfico, os quais faziam uma relação entre mão-de-obra e capital, mão-de-obra e terra, o que diminuía a vantagem competitiva e a remuneração do trabalho. Sendo assim deveria ocorrer uma industrialização lenta e gradual segundo Eugênio Gudín, outro conhecido liberal, pois a “economia brasileira, como a do restante da América Latina, sofria de baixa produtividade e pleno emprego, e não de especialização em atividades agrícolas e de desemprego” (BIELSCHOWSKY, 2002: 55).

Na sua obra *Lanterna na popa* (1994), Campos avalia o processo desenvolvimentista a partir de uma ótica política de troca de poderes na presidência, considerando o golpe de 1964 como uma espécie de “mal necessário” que manteve a proeminência do Estado no desenvolvimento da economia do país e no controle dos atores políticos. Roberto Campos é uma figura política que, segundo Perez (1998), apresenta dois momentos distintos, o primeiro deles pode ser considerado mais nacionalista, no sentido de redefinição política no pós-Segunda Grande Guerra, e o segundo voltado mais para uma razão de mercado, quando, ao final de sua vida, Campos escreve em suas obras incluindo a autobiografia que assume ser um liberal convicto de

suas idéias. Nessa direção, percebem-se os elementos de continuidade e descontinuidade em relação à experiência política autoritária responsável pelo ingresso do país em um acelerado processo de modernização.

Na sua transição da primeira à segunda fase, cabe esclarecer que a teoria do planejamento é algo menos concreto do que o projeto segundo Campos, possuindo suas diferenças entre os países de economia capitalista ou socialista, de cunho liberal ou marxista. Em países considerados subdesenvolvidos a teoria do planejamento segue uma linha distinta, devido às particularidades que seus setores apresentam. Há argumentos a favor da teoria do planejamento e contra.

Na crença de Campos, tanto o planejamento quanto a intervenção estatal são positivos aos países subdesenvolvidos, visto que um dos principais problemas do planejamento reside no setor empresarial, principalmente entre a empresa estatal e estrangeira: a estatal exige concentração de capital contra a alta tecnologia das estrangeiras, logo para corrigir essa debilidade do empresariado nacional, o Estado deve estimulá-lo através de auxílios, pois essa debilidade é fruto de uma má distribuição de renda associada à inexperiência dos profissionais da área.

[...] se alguma coisa a história nos ensina é que a concentração do poder econômico no Estado acaba afirmando mais cedo ou mais tarde o pluralismo político, pois o poder nacional é uma categoria intuitiva como sendo, o poder de coerção que uma nação pode exercer sobre as outras, quer por métodos pacíficos, quer por métodos militares (CAMPOS, 1964: 37).

O “pseudoigualitarismo”, advindo pelo que Lord Action se refere como “fatal posição pela igualdade”, que promete assegurar o sucesso de todos enquanto se mostra possível ao Estado na melhor das hipóteses, facilitando o acesso do povo a certos setores, fazendo com que esse povo não saiba que paga através de impostos as benesses que recebe do governo, através do controle da informação. Porém, segundo Milton Friedman, o liberalismo econômico é antecessor ao político, e uma possível igualdade viria *a posteriori*, tal como afirma no trecho a seguir:

[...] De um lado, a liberdade econômica é parte da liberdade entendida num sentido mais amplo e, portanto, um fim em si próprio. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política (FRIEDMAN, 1985: 17).

O “pseudoliberalismo” é uma crença para que a liberdade ética e econômica seja distinta. Por isso, não é concebível cogitar que existam países liberais sem que as esferas sociais e econômicas sejam coerentes entre si, ou seja, livres. Fundamentalmente só há dois meios de coordenar as atividades econômicas, uma é a direção central utilizando a coerção, a técnica do Exército ou Estado totalitário, o outro é a cooperação voluntária dos indivíduos (-), a técnica do mercado. Portanto, se culturalmente a ojeriza entre os indivíduos continua a prevalecer, mesmo num país liberal para com sua economia, logo esse mesmo país não é liberal, mas sim um “pseudoliberal”, seguindo a perspectiva de Roberto Campos.

No caso do Brasil, muitos governos mostraram tentativas de aplicação de políticas parcialmente liberais e intervencionistas na economia. No segundo governo Vargas, mesmo sendo um Estado de Sítio, algumas dessas políticas liberais foram realizadas, tal como a criação da Comissão Mista⁴⁸ de estudos técnicos voltados à economia, contando não apenas com profissionais brasileiros, mas americanos também. Ainda no governo Vargas, foram selecionados técnicos nacionalistas da Assessoria Econômica⁴⁹, mobilizados juntamente com os considerados cosmopolitas, do qual Roberto Campos fazia parte, “desse modo, os técnicos de um dos grupos puderam participar ativamente do processo decisório, embora articulados em arenas bastante distintas” (SOLA, 1998: 96).

Nessa comissão mista se teve na ala cosmopolita um teórico de idéias desenvolvimentistas e liberais de destaque como Eugênio Gudín, que em 1944 redigiu o Projeto de Lei que institucionalizou o curso de Economia no Brasil. Ao longo de 100 anos de vida, esteve presente no cenário econômico nacional

⁴⁸ Faziam parte desta Comissão: Eugênio Gudín, Octávio Gouveia de Bulhões e Valder Lima Sarmanh.

⁴⁹ Nessa Assessoria Econômica encontramos atuando os economistas Cleanto Paiva Leite, Inácio Rangel, Roberto Campos e como informal Celso Furtado.

atuando como delegado brasileiro na Conferência Monetária Internacional realizada em Bretton Woods (EUA), governador brasileiro junto ao Fundo Monetário Internacional, de 1951 a 1956, e Ministro da Fazenda no governo Café Filho, cargo no qual “discutiu de forma qualificada os principais problemas econômicos brasileiros e procurou adaptar a teoria desenvolvimentista dos países desenvolvidos à realidade dos subdesenvolvidos” (TELEGINSKI, 2010: 1).

As concepções de nacionalistas e liberais tiveram seu ápice no debate entre Gudin e Simonsen. Gudin era interessado no comércio agro-exportador e também no setor agrícola, já Simonsen era mais preocupado em relação à indústria nascente. Simonsen desejava uma participação estatal mais efetiva na economia como planejador, produtor e protetor, Gudin via o intervencionismo estatal prejudicial à economia. Inclusive em 1944, quando Vargas tinha dificuldades em manter o aparato do Estado Novo, Simonsen não questionou o excesso de autoridade presidencial nem o planejamento e a democracia. Porém, Gudin proporcionou subsídios de oposição ao governo “associando habilmente intervencionismo econômico, ou sua possibilidade, o autoritarismo político”⁵⁰.

Pode-se afirmar que Roberto Campos defendia a flexibilização do trabalho, tal como a salarial em 1974, que contava com reajuste alheio ao mercado, que era causa de inflação e diminuição do poder de compra. Conforme o autor, as intenções foram excelentes, mas os resultados ruins ou até negativos, porque os aumentos compulsórios dos salários contribuíram e contribuem para o desemprego de muitos, e pelo seu valor deixaram muitos sem emprego. O possível aumento de renda a um extrato de trabalhadores custou o emprego dos demais. Campos acreditava que não eram nos papéis que estavam as respostas ou numa nova constituição prometendo isso, “pois o problema brasileiro nunca foi fabricar constituições; sempre foi de cumpri-las” (CAMPOS, 1986: 38). Para ele, a política trabalhista devia ser menos

⁵⁰ O debate entre Simonsen e Gudin está publicado em versão completa em: *A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin* (2010), desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo.

regulamentada, pois se, de um lado, a economia de mercado tem o desemprego e a desigualdade como efeitos comuns, as alternativas são muito piores. Na economia “marxista” o desemprego é maquiado através dos cabides nas alas burocráticas, nos exércitos e na inteligência, não negando que muitas vezes utiliza inclusive campos de concentração e migração forçada.

Segundo Campos, a exportação é a solução do *déficit* público e das dívidas internas e externas, sendo que além do ingresso de desvios gera outros benefícios como, economia de escala com sinergia em menor custo, dinâmica de mercado e extinção de oligopólios, garantindo assim a estabilidade mundial. Para combater a inflação que se apresenta como um empecilho ao desenvolvimento brasileiro deve-se cortar gastos estatais. A mudança proposta por Roberto Campos na constituição de 1967 trocando as emissões de moedas em títulos nada adiantou sem uma política de contenção de gastos. Pois a perpetuação da inflação tem como consequência o desemprego e a paralisia de investimentos, piora na distribuição de renda aos assalariados, no estrangulamento cambial e na inviabilização do crescimento econômico sustentável.

Para Campos, o pseudonacionalismo e o pseudoliberalismo somados se mostram como fatores primordiais do endividamento brasileiro. O monopólio estatal da Petrobrás ou *Petrossauro*, no jargão do autor, somado aos subsídios estatais ao resto do petróleo e derivados foram essenciais para o débito brasileiro. De 1974 a 1980, o Brasil importou de petróleo e derivados 53 bilhões de dólares, sem contar a compra de bens, serviços e equipamentos quase idênticos à dívida de 54 bilhões. Em 1967, após a guerra dos seis dias, o embargo árabe fez com que o preço da commodity fosse às alturas. Enquanto os países desenvolvidos estabilizaram sua demanda ou a retraíam, como a Inglaterra, no Brasil, ela dobrava. A monopolista Petrobrás se torna uma grande empresa acima do solo e os subsídios garantiam a demanda para importação, sendo, portanto, importante à opulência estatal, a ampliação e manutenção de outros monopólios, como os de transporte e refino.

Para Roberto Campos, a expansão estatal no campo privado era uma espécie de “freio” ao desenvolvimento, e não se resumia a Petrobrás, pois, 26 das 50 maiores empresas eram estatais em 1982, 82% do capital era estatal. Neste sentido, Campos apresentou um projeto chamado *Programa de Repartição do Capital*, com vistas a reduzir o grau de concentração no Estado e da produtividade dos programas nacionais. O avanço estatal na esfera privada não tinha como resultado ganho social, pois, o crescimento da ação do Estado em áreas de competências privadas tem se provado em prejuízo em relação às aplicações nos setores sociais, cuja proporção do PIB declinou de 4,46% em 1979, para 2,46% em 1981 e possivelmente 1,73% em 1982, segundo estudo da FGV. “Decididamente, o Estado empresário não é um bom samaritano. Ficam vazios sociais; e são esvaziados espaços econômicos para que o Estado ocupe” (CAMPOS, 1986: 21).

Por sua vez, o nacionalismo deturpado é um escape para a incompetência estatal. Frente a tudo isso, Roberto Campos quando ouvia os nacionalistas dizerem o “petróleo é nosso”, em contrapartida rebatia que o “petróleo era dos árabes”. Os atos estatistas são, portanto, defendidos sobre as três deformações de mentalidade, sendo a *sacralização do problema* da intervenção monopolista e burocrática e a *nova demonologia*, tendo como demônios as multinacionais e como controlador o FMI, contrariando assim toda análise econômica dele.

Diferentemente dos norte-americanos que abriram suas portas aos competidores japoneses e inauguraram muitas fábricas na Califórnia, os brasileiros dizem temer esse *tigre de papel*, algo insano pelo fato de três tecnocratas (CIP, Banco Central e CASEC) poderem levar qualquer grande empresa a um estado de agonia. Para Roberto Campos, isso é um complexo de *banana republic*, pois o Brasil assim como o EUA tem muito a ganhar com o capital externo, pois Grã-Bretanha e França recorreram ao FMI e nem por isso seriam lesados em sua soberania, sendo apenas o escapismo da velha mentalidade colonial.

Colocar a culpa da insolvência do Brasil no modelo de 1964, militarista e/ou elitista ou ainda nas multinacionais numa conjuntura internacional era incabível para Roberto (CAMPOS, 1994: 205). Pois, desde a moratória de 1831, quando sequer existiam multinacionais nem crise do petróleo, as insolvências ocorreram com maior velocidade. No caso de governos populistas, como o de Vargas, foi suspenso o pagamento da dívida quatro vezes, assim como no governo de João Goulart. Por isso uma das preocupações de Roberto Campos foi negociar três vezes (1961, 1963 e 1964) a dívida por insolvência com os americanos no governo de Castelo Branco para evitar uma crise financeira.

3.2. Escritas de si na “Lanterna”

Para analisar o discurso que Campos promove em sua biografia, devemos levar em conta o meio sócio histórico em que estava situado. Segundo ORLANDI (2012), o ser humano é um agente histórico e que através do discurso é que irá construir sua identidade, que, por sua vez, é baseada na diferença e que mesmo o silêncio sobre determinados acontecimentos implica numa tomada de partido e decisão. Por isso, em Campos percebemos que alguns episódios como o aspecto das torturas, presos políticos e horrores da ditadura, o autor em suas obras sempre tenta não fazer menções aos ocorridos, nem em suas entrevistas, tampouco em suas obras, de forma a se “ausentar” de emitir opiniões.

Dessa forma, Roberto constrói uma ideia de si aos demais, como um homem favorável do livre mercado e precursor do liberalismo ou neoliberalismo no Brasil, porém uma coisa é analisar a opinião pública e a outra é perceber a práxis do homem, pois, embora o mesmo seja um profetizador do livre mercado em suas entrevistas e escritos, na prática, enquanto ativo na política, suas medidas foram sempre contidas até certo ponto, principalmente nos militares. Por isso que a teoria ordoliberal é a mais semelhante às suas atitudes e ações.

A prática de uma escrita de si não é algo novo no Ocidente, nem uma invenção da Modernidade (JOVIANO, 2011: 01). Essa escrita de si era entendida como forma de organizar um conjunto de dados sobre a leitura produzida pelo indivíduo, a respeito de seu entorno, para ser usada em um momento de necessidade. Além disso, há o objetivo de estabelecer uma coerência interna no indivíduo, pois as ideias fragmentadas recolhidas a partir dessa escrita deveriam ganhar sentido e coesão, por meio de uma reelaboração pessoal: “tratava-se de constituir a si mesmo como sujeito de ação racional pela apropriação, a unificação e a subjetivação, de um já-dito fragmentário e escolhido” (FOUCAULT, 2006: 640). Pois como destaca Silva:

As identidades na narrativa (...), são desdobramentos de um “eu” que ao voltar-se para si mesmo termina escrevendo a sua história de vida como outro. Em Ricoeur o personagem é ela própria a intriga, “uma vez que ela é também uma categoria da narrativa” (RICOEUR *apud* SILVA, 2008: 105).

Pois, “os hábitos do sujeito que narra e também o seu ethos de formação proporcionam uma sedimentação que confere a ele uma espécie de permanência no tempo” (SILVA, 2008: 104). Quando falamos em um conjunto de saberes na escrita, ou qualquer outra ação do indivíduo, estamos nos referindo a um sujeito que se constitui no próprio processo discursivo e que se subjetiva e (des)constrói memórias, em que “sujeito, subjetividade e memória, interligados na prática pedagógica, são constitutivos de práticas políticas, que produzem conhecimentos, efeitos e memórias” (SCHONS, 2008: 408). Desse modo, a folha de papel não é apenas o espaço em branco a ser preenchido com estruturas linguísticas, mas espaço simbólico de luta, no qual se estabelece o tempo todo, o jogo da contradição.

Para investigar os escritos autobiográficos de Roberto Campos analisando a operação realizada na construção de si enquanto memória a ser compartilhada, este subcapítulo centra esforços na obra do economista intitulada *A Lanterna na Popa* (1994). Esse livro é uma biografia focalizada nas situações que vivenciou ao longo de sua vida pública como figura política no

cenário brasileiro, enfim, o objetivo primordial desse trabalho consiste em investigar o mecanismo de construção de memórias e da história. Roberto Campos, mais do que um político foi um dos responsáveis pela difusão de ideias liberais no Brasil, que tinham pouco espaço no pensamento brasileiro, “portanto a centralização política e o crescimento do Estado foram instrumentos fundamentais para a formação de uma nova gestão da economia brasileira que se modernizava a passos largos” (LIMA, 2001). Roberto Campos em seu discurso inicial se apresenta no debate de idéias para o Brasil no início do século XX como adepto do desenvolvimentismo associado ao capital internacional.

O fato de que a construção da memória compartilhada a partir da escrita sobre si está intrínseca na fala de Campos pode ser observada no próprio título “A Lanterna na Popa”, indicando a sua subjetividade. Dessa maneira, o pensamento econômico se confunde com a história de vida desse político, o que leva a um diálogo fortuito entre memória e história. Nas memórias do autor podemos perceber suas vivências em períodos históricos muito relevantes para a formação econômica moderna do Brasil, pois ele atuou no governo Vargas, fazendo parte de conselhos econômicos que pensavam a situação do país, tal como a CMBEU, que contou com a participação efetiva de Roberto Campos em suas deliberações.

Sem dúvida, Roberto Campos foi um expoente da manifestação do pensamento ordoliberal no Brasil e suas manifestações na política brasileira, sendo um observador-participante desse processo. O economista ao escrever sua autobiografia acaba por gerar o reconhecimento de si próprio. O autor busca prestar contas e esclarecer fatos a todo o momento.

Sendo assim, ao nos depararmos com uma obra de caráter autobiográfico questionamos as práticas de salvaguarda da memória (e, conseqüentemente da História) que está intimamente ligado àquilo que Foucault (1992) denomina a “preocupação com o eu”. Dessa forma trava-se um embate entre a História dita “oficial” escrita por historiadores e os relatos da memória, o que nos possibilita contrapor a imagem social e a imagem de si, em

que se estabelecem procedimentos metodológicos de críticas às fontes históricas que descartam “a priori qualquer possibilidade de se saber *o que realmente aconteceu*” ou, a “verdade dos fatos”, sendo assim:

A escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”. (...) O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004: 14).

Essa escrita de si feita por Campos, de certa forma, organiza um conjunto de dados e fatos históricos, até mesmo com o uso de tabelas para comprovação das ideias que ele expõe, frisando sempre que esses dados ao serem expostos no livro são produto da leitura produzida do indivíduo e a respeito de seu entorno. Além disso, o autor tenta estabelecer uma coerência interna em sua narrativa, unindo ideias fragmentadas a fim de dar um sentido e coesão para sua escrita, por meio de uma reelaboração pessoal: “tratava-se de constituir a si mesmo como sujeito de ação racional pela apropriação, a unificação e a subjetivação, de um já-dito fragmentário e escolhido” (FOUCAULT, 2006: 640). E também, assim, a todo o momento o autor se refere a outros intelectuais, a fim de fundamentar suas ideias, e é a partir de tais ideias que:

A escrita de si inserida no campo da narrativa autobiográfica, constitui-se em uma estratégia de cuidado de si, atualizada, no sentido de poder ser um mecanismo propiciador de unidade interna para subjetividades (JOVIANO, 2011: 02).

Em uma autobiografia, Campos organiza sua escrita através de alguns acontecimentos, ordenados numa narrativa que vai desde sua infância e formação no Seminário Católico até o final de sua vida, evidenciando suas convicções. Mostrando dessa maneira, uma busca e coerência em sua existência. Em sua autobiografia Campos conta desde sua infância como “o analfabeto erudito e suas peripécias”⁵¹, até “tornando-me um policrata”⁵². No

⁵¹ Primeiro capítulo da biografia.

primeiro capítulo do seu livro Campos relata suas “aventuras” no seminário e como se tornou teólogo e filósofo, passando então para o cargo de diplomata em períodos conflituosos da Era Vargas, fazendo parte de comissões de progresso econômico e infraestrutura para o Brasil, administrador de órgãos públicos como o BNDE, tecnocrata e ministro.

Dessa forma, a obra é estruturada em capítulos com títulos um tanto enigmáticos e bem humorados em alguns pontos. Logo, nos capítulos subsequentes, Campos expõe como foi sua inserção e a maneira como atuou na política externa brasileira em suas reuniões nas comissões mistas de apoio entre Brasil e Estados Unidos, conversas diplomáticas com o Presidente Kennedy e a rede de contatos, intelectuais e pessoas influentes que formou logo no início de sua carreira diplomática. Logo em seguida, no capítulo V ao VII Campos relata o seu retorno ao Brasil com novos olhares frente à situação do país, baseados nas experiências e vivências que teve o privilégio de conhecer nos Estados Unidos e Inglaterra, momento esse no qual se insere nos setores econômicos de planejamento brasileiro no final do governo Vargas.

Logo, a partir dos capítulos IX até o XV, dedica-os aos presidentes para os quais atuou em seus respectivos governos. Começando por Juscelino, contrapondo suas controvérsias ideológicas com o presidente, demonstrando que nem sempre ele fora a favor do governo ou do governante ao qual servia em determinado momento, especificamente no capítulo IX, Campos expõe suas divergências nos planos e planejamentos para o Brasil. Em seguida no capítulo X, expõe sua atuação no curto governo de Jânio Quadros e a sua surpresa em relação à renúncia do presidente. No capítulo seguinte demonstra sua fase mais frustrada e de transição de opiniões, durante o governo de João Goulart expondo sua aversão à conduta ideológica do presidente a todo momento, acreditando que este tinha ideias comunistas para implantar no Brasil.

⁵² Capítulo XIX, último capítulo da obra.

Dessa forma, Campos fica totalmente fascinado pelo governo de Castelo Branco – primeiro presidente militar, pois esse governo marca o momento em que atuou com maior fervor nas deliberações presidenciais, sendo chefe e precursor do cargo de Ministro do Planejamento. Nesse capítulo também discute a todo o momento as atitudes de Castelo, que em sua visão foram mal interpretadas, ficando muito abalado com a estranha morte aérea do presidente, declarando que ele fora um grande estadista, que fizera melhoras substanciais, os quais levaram ao Milagre Econômico Brasileiro.

Nos demais governos militares, após a morte de Castelo, Campos atua como figura secundária na política interna, atendo-se mais a política externa, adquirindo contatos diplomáticos de peso com ministros e presidentes ingleses e americanos, como Margaret Thatcher. Dessa maneira, do capítulo XVI ao XIX, é mostrado ao leitor a grande mudança ideológica de Campos, que consiste na razão do Estado à razão do Mercado, tornando-se um “policrata”, e conclui sua obra com seus medos e pesares não realizados na juventude e com certas sugestões para o desenvolvimento do país, atrelando o setor da tecnologia como um dos que se apresenta em extrema e rápida expansão, no ano de 1994, admitindo ser o grande investimento a ser feito na década de 90 em diante.

3.3 Autopropaganda de um governo militar

Roberto Campos permanece no cenário governamental de forma mais atuante no regime militar, principalmente no governo de Castelo Branco, quando foi ministro do planejamento, “apoiou o regime militar enquanto o serviu e considerou que era útil ao modelo econômico que acreditava” (PEREZ, 1999: 137). Roberto relata em sua autobiografia que quando ocorre o “golpe de 64”⁵³, ele já planejava retirar-se da vida pública para ingressar na iniciativa privada ou

⁵³ Conjunto de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil e que culminaram no dia 1 de abril de 1964, com um golpe de Estado que encerrou o governo do presidente João Goulart. Porém o golpe em si estava sendo pensado muito antes de 1964.

viajar aos Estados Unidos em virtude de novas oportunidades, porém seus planos são interrompidos quando ele recebe um telefonema para dirigir-se a Brasília, pois o presidente militar Castelo Branco queria conversar com ele. Porém, a sua relação com ele era anterior à presidência, Campos apoiou o golpe, pois acreditava que Jango imporá uma ditadura de cunho socialista no país, e dentro do próprio IPES, a idéia de apoiar os militares já vinha sendo delineada, e não podemos esquecer que Roberto fez parte do Instituto assessorando na pesquisa. De fato, como mostra a imagem abaixo, mesmo antes do golpe, ele já teorizava relações com o futuro presidente Castelo Branco em 1963.



Figura 2. Jantar oferecido ao futuro presidente Castelo Branco, em 1963.

Fonte: Lanterna na Popa (1994).

O economista foi pego de surpresa pelos questionamentos do presidente sobre como contornar a crise inflacionária que o país vinha sofrendo e que atingiu seu governo. Logo, ele sugeriu três modelos para contornar a crise: o modelo indiano, em que deveria ser criado um Conselho de Desenvolvimento – conselho de ministros, cujo chefe é o secretário executivo desse conselho –, um segundo conselho ao estilo francês que teria a participação do setor privado numa espécie de conselho de ministros, e o terceiro era a criação do ministério do planejamento, que teria um responsável pelas decisões e que seria efetivamente cobrado em relação aos demais, em que “caberia ao presidente dirimir casos limítrofes, que são abundantes, e estar

atento nos despachos ministeriais para aqueles problemas” (CAMPOS, 1994: 564). De fato, foi esse modelo de ministério que se criou. Sem dar tempo para pensar o convite de assumir a plataforma de governo, Castelo Branco declarou a Campos que tomaria posse no dia seguinte de sua conversa, o que na visão de Roberto Campos foi quando “o convite passou a ser um comando”⁵⁴.

Campos relata que o início do governo de Castelo Branco foi marcado por vários desentendimentos entre os militares da linha dura e os moderados⁵⁵. Segundo Roberto, “o movimento de 64 tem de ser entendido como um processo detonado pela interação das condições internas com o contexto internacional da época” (CAMPOS, 1994: 568), ou seja, em sua visão em relação à perspectiva externa, a América Latina vinha sofrendo pressões da esquerda devido a Cuba, a URSS na Rússia, a China e a Coreia eram países que haviam adotado um sistema “socialista”, cada um com suas particularidades, e que, segundo Campos, justifica o golpe para a ala da “direita” de forma a impedir que o Brasil fosse pressionado externamente.

No discurso de posse no Congresso Nacional, dentre o plano de governo de Castelo estava contemplado o controle da inflação e a propaganda de crescimento dos salários dos trabalhadores de forma real, em termos de compra, elevando-os na mesma proporção do produto real (BRANCO, 1965). Dessa forma, dentre as medidas que Roberto Campos adotou como Ministro do Planejamento no governo de Castelo Branco podemos citar: o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e a relação com o FMI, política habitacional e sistema de habitação, criação do Banco Central do Brasil, Estatuto da Terra, nova política salarial e implantação do FGTS. Medidas essas que já haviam sido pensadas desde a época do IPES e IBAD.

O Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) foi redigido por Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões quando eram,

⁵⁴ Campos tomou posse do cargo em 20 de abril, com todos os demais ministros escolhidos por Castelo Branco para assumir seus devidos cargos.

⁵⁵ Os militares que lideravam o grupo da Sorbonne no governo de Castelo Branco, tinham características semelhantes entre si, como uma boa formação estudantil, possuíam cursos no exterior e uma formação avançada (STEPHAN, 1971: 237).

respectivamente, ministro do Planejamento e ministro da Fazenda do governo Castelo Branco. O plano era alcançar a estabilidade monetária, pois a inflação era vista como o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico (SANTOS, 2000). Ao atribuir algumas causas para a inflação como, déficit do setor público, excesso de crédito para o setor privado e excessivos aumentos salariais, inserido no combate a inflação, vemos que a “estratégia [...] compreende a ação sobre as causas, através da política do déficit público, da política de salários; assim como a ação do lado da oferta, pelo aumento da produção” (BRANCO, 1965: 45). É relevante salientar que o programa estava destinado a combater eficazmente a inflação, pela promoção de campanhas específicas, como a campanha de exportação ou de incremento da produtividade agrícola ou industrial, em que o mais importante ainda eram as reformas de estruturas.

Segundo Campos (1994), essas reformas tinham duas distinções, uma teria o caráter psicossocial e a outra de caráter instrumental, com destaque para as reformas habitacionais, agrárias e fiscais. As reformas psicossociais teriam efeito na geração de empregos, abrandando as tensões sociais, de forma a melhorar a “imagem” da ditadura frente às classes médias e populares, que lutaram pela democracia. Dentre as instrumentais, estão os aspectos das leis, como a reforma constitucional, da natureza fiscal e administrativa. Segundo Ramírez (2005), no IPES havia vários grupos de pesquisa preocupados e incumbidos de cada reforma, e essas propostas foram classificadas em três níveis:

A primeira de ordem política, que incluía as reformas Eleitoral, Legislativa, Administrativa, da Estrutura Política, do Judiciário e da Política do Exterior; a segunda, de ordem social, com Reforma Agrária, Legislação Trabalhista, Participação dos Lucros das Empresas, Distribuição de Renda, Política do Bem-Estar e Previdência Social, Educação, Habitacional, Sanitária e Saúde Pública; e a terceira, de ordem econômica com Reforma Monetária e Bancária, Tributária, Orçamentária, Legislação Anti-truste, Política de Comércio Exterior, Serviços de Utilidade Pública, Política de Recursos Naturais e Reforma da Empresa Privada (RAMÍREZ, 2005: 229).

Ainda nesse arcabouço do planejamento, havia as reformas de base, que possuem um caráter muito relevante para o abrandamento social, dentre as mais urgentes estavam, a fiscal, reforma educacional, agrária, bancária, administrativa e um tratamento de choque no sistema fiscal. E para que esse planejamento cumprisse suas metas, os demais ministérios deveriam dialogar entre si.

É importante notar que o Paeg sugere a expansão da base monetária como a causa da inflação, “como no trabalho do IPES *A Inflação e suas causas*, encomendado a Dênio Chagas Nogueira, que contaria, entre outros com a colaboração de Raymundo Padilha, deputado da Ação Democrática Parlamentar (ADEP)” (RAMÍREZ, 2005: 228), e que o governo Castelo Branco não conseguiu cumprir as metas estipuladas pelo FMI para a expansão monetária e de redução das taxas de inflação, no qual “a experiência de combate à inflação do governo Castelo Branco mostra que, mesmo para um governo autoritário, o diagnóstico do problema é a parte menos complicada, difícil é executar as medidas para solucioná-lo” (SANTOS, 2000:113).

Todas essas propostas e esses planos aplicados por Roberto Campos, embora não tenha sido o único e total idealizador, e aplicadas no governo de Castello Branco foram cruciais, embora não muito aceitas para a mudança do quadro econômico e político da época, provocando desdobramentos na economia contemporânea. Podemos notar que todo sistema de regulamentação proposto por Roberto Campos esteve presente, apoiando e contribuindo para sua formação e construção de si no meio político, dessa forma pode-se concluir que:

Campos é uma peça chave para que compreendamos o processo de burocratização do Estado brasileiro e todas suas confrontações. “Lanterna na Popa” se torna, portanto, um eixo fundamental para a análise do cenário político-econômico do Brasil no período posterior a Segunda Guerra Mundial (SANTOS, 2000: 114).

Pois, como assinala Dreifuss, a criação do Ministério do Planejamento, no qual Campos fez parte e Bulhões, é uma “verdadeira reserva do IPES”, ou

seja, as idéias de Campos não eram originais, mas faziam parte de todo um arcabouço de estudos econômicos do Instituto.

3.4. Metamorfoses políticas: O liberalismo protecionista

Como observamos, Campos sempre esteve presente nas esferas políticas influentes e foi um dos responsáveis por iniciar na década de 50 uma mudança no cenário brasileiro, instaurando uma nova ordem no Brasil, “que passava da velha estrutura agrário-exportadora à nova estrutura de economia industrial internacionalizada, [...] via da internacionalização de capitais e do apoio do Estado” (BIELSCHOWSKY, 2000:105), ponto esse que é discutido também dentro do ordoliberalismo, pois, segundo Eucken, o Estado pode ajudar os mercados a serem mais livres e defender o capitalismo, além de ter um papel necessário de controlar a inflação, a moeda, os preços e as taxas de juros. O Estado para os ordoliberais, propõe uma interação benéfica entre a iniciativa privada e a Administração pública. Assim, como para Roberto Campos, na década de 50 até fins de 60, é visto como a garantia de responsabilidade ilimitada para os capitalistas investidores ousados para que tenham seus lucros e possam reenvesti-los, mas também os riscos de seu comportamento.

Campos sempre atacou os investimentos estatais como solução aos empreendimentos, defendendo a atração de capitais estrangeiros para, principalmente, a mineração e energia, ou seja, ponderava o grau de participação do Estado na economia e no mercado. Tal como no ordoliberalismo, que adequa a iniciativa privada com o poder público nas garantias de reformas estruturais. Enfim, tanto Roberto Campos na época do Plano de Metas e da Comissão Mista Brasil- Estados Unidos sempre esteve mais ao lado de uma teoria desenvolvimentista que pensava em uma ampliação rápido, sem acumulação primitiva de capital, preocupando-se com a exportação, assim como os ordoliberais, não optando por nenhum modelo *main-stream* da época – socialismo ou capitalismo.

Entretanto, não podemos caracterizar Campos como um homem de ortodoxia ideológica, apresentado mudanças ao longo de sua vida. Sua fase inicial na política é quando está na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e na direção do BNDE, entre 1952 e 1953. Essa fase se definiu como um Campos totalmente voltado ao problema do incremento brasileiro, em que suas posições podem colocá-lo como um nacionalista, com a proposta de planejar o desenvolvimento. Logo podemos perceber que Campos acreditava que “a viabilidade em longo prazo dos mercados dependem de regras limitadas e da intervenção do governo sobre elas” (RITTERSHAUSEN, 2007: 9), ou seja, não existem mercados livres, pois o Estado funciona como um regulador dessas atividades econômicas e, de certa forma, Campos manifestava-se mesmo na época de Jango que era a favor da intervenção direta do Estado em relação aos investimentos e à infraestrutura, vendo a esse setor com um papel fundamental para superar o desemprego (CAMPOS, 1953: 63), sendo a favor de um desenvolvimento intensivo:

No caso brasileiro, para ser específico, parece claro que o desenvolvimento econômico deve ser associado a uma industrialização intensiva, não só pelo alto coeficiente de crescimento demográfico (que eventualmente criará a necessidade de uma absorção mais rápida de mão-de-obra deslocada da agricultura), como também pelas potencialidades de um amplo mercado interno; e ainda por uma estrutura de recursos minerais conducente à industrialização e apenas amenizada por deficiências energéticas francamente superáveis (CAMPOS, 1953: 62).

Já em relação à inflação, Campos acreditava que eram necessárias medidas monetárias e fiscais para evitar prejuízos financeiros de investimentos, que a solução seria administrar de forma mais eficiente, que a inflação era uma consequência de países subdesenvolvidos. Assim como no ordoliberalismo que previa estabilidade monetária, em que o Estado possa vir a intervir, responsabilizando-se por suavizar as flutuações conjunturais e facilitar as adaptações estruturais da economia de mercado.

Dessa forma, Roberto Campos defendeu as teorias desenvolvimentistas durante aproximadamente 23 anos, após esse tempo aos poucos foi abandonando essa teoria para se dedicar mais a causa liberal e de mercado

para pensar o Brasil, principalmente em relação à tecnologia, o qual argumentava que o país deveria lançar-se na corrida tecnológica e abrir o mercado no final nos governos militares da década de 1980. Logo esse “espaço de transição” se vê de forma mais proeminente desde o final do governo de Castelo Branco até o governo de Fernando Collor em 1990.

Dessa forma, após deixar o cargo de Ministro do Planejamento, sendo substituído por Hélio Beltrão no governo de Costa e Silva. Campos se dedicou à iniciativa privada, tornando-se presidente do InvestBank até 1971, o primeiro banco privado de investimentos no Brasil, além de participar de conferências internacionais e na elaboração de trabalhos e relatórios sobre situações econômicas e investimentos.

Em sua autobiografia, Campos relata que teria ido conversar com Costa e Silva sobre a transição dos cargos públicos no governo, arguindo que Octávio Bulhões deveria sucedê-lo no Ministério, o que por parte de Costa e Silva não foi aceito. Segundo Campos, o presidente militar “era morbidamente ciumento de qualquer coisa que lhe parecesse uma tutela do grupo castilhista” (CAMPOS, 1994:805). Porém, considerou que o governo sucessor de Castelo foi muito mais comunicativo com o povo do que o que ele servira, considerando que o primeiro teve comunicação razoável com a classe política, porém pecando na comunicação popular, ao contrário de Costa e Silva.

O período de 1967 a 1973 é conhecido como o “Milagre”, em que o país experimentou um considerável crescimento, com taxa média em 11% ao ano, chegando em 1973 a um crescimento de 13% do PIB (GREMAUD; SAES; TONEDO, 1997). Os setores de bens de consumo foram os mais estimulados, como a compra de televisores, por exemplo, por parte da população, além de produtos duráveis e estímulo à construção civil.

Em 1967, o então Ministro da Economia, Delfim Netto assume o comando, adotando medidas de inspiração keynesianas, deixando de lado o desenvolvimentismo proposto por Campos e manifesto no PAEG, que aumentou o investimento de empresas estatais, em que o volume de

participação dessas empresas cresceu em média 20% ao ano, sendo que os setores nos que houve mais investimento foram, em ordem, o energético, o petróleo e a petroquímica, as ferrovias, as telecomunicações, a siderúrgica e mineração (GREMAUD; SAES; TONEDO, 1997).

Entre as interpretações que levaram ao milagre, é reconhecido que o PAEG e as reformas institucionais contribuíram para que o mesmo ocorresse. Outros fatores colaboraram com a política econômica empregada entre 1968 e 1973, como o fomento ao crédito e às exportações, ambiente e relações exteriores favoráveis à conquista de crédito externo farto. Além disso:

O fluxo de investimento externo direto (IED) para o Brasil dobrou de patamar no início dos anos 70, tendo ultrapassado US\$ 1,1 bilhão em 1973. Juntos, o crescente endividamento externo e os fluxos de IED garantiram a dimensão externa do "milagre", sob a forma de um balanço de pagamentos superavitário em meio a taxas de crescimento econômico de dois dígitos. Nesse contexto, o Brasil pôde, durante vários anos, usufruir os benefícios da conjuntura externa sem enfrentar os problemas de balanço de pagamentos normalmente associados às fases de crescimento acelerado. Isso ocorreu não só porque a disponibilidade de crédito externo assegurava o financiamento do déficit em transações correntes, mas, também, devido à expansão do quantum exportado e à melhoria dos termos de troca, que permitiram a ampliação da capacidade de importar do país (VELOSO, *et all*, 2008).

Roberto Campos, nesse período, continua como um crítico discreto do governo. Segundo sua afirmação o governo de Costa e Silva era uma “tentação da originalidade desnecessária” (CAMPOS, 1994: 879), alertando e preocupando-se com o crescimento do Estado. Nos seus ensaios dessa época, Campos vê o Estado como o vilão da economia, “o burocrata, o único beneficiado pela cerebrina peça legislativa. Para punir meia dúzia de especuladores, desencorajar-se-ão fazendeiros honestos, assim como empresários dispostos a aplicar vultosos capitais na Amazônia” (CAMPOS, 1969: 406). Dessa maneira:

Campos aproxima-se mais do universo liberal. Acrescenta-se que ainda não há qualquer referência denunciatória ao planejamento, o que só viria a ocorrer após a experiência

londrina, já nos anos 80. Desse modo, permanece a razão no Estado. Entretanto, misturam-se no pensar do autor, nesse momento (finais de 1968), uma crítica bem mais acabada – comparativamente à segunda metade da década de 50, por exemplo – tanto no tamanho do Estado quanto aos poderes do governo. O resultado foi certo afastamento do regime (PEREZ, 1999: 163)

Esse afastamento dos círculos de poder se dá devido ao descontentamento do político com a ditadura, argumentando que esses processos de ruptura no sistema, para a implantação de uma ditadura são necessários para o reestabelecimento da ordem e da economia. Porém, Campos após 1969 começa a dizer que o *sistema* (CAMPOS, 1969) deveria mudar, sendo, portanto, contra a permanência dos militares no poder, que a ditadura foi apenas uma transição, e é nesse momento que percebemos a passagem de Roberto Campos para um outro ideário, elencando inclusive quatro aspectos contra o regime vigente.

O primeiro em relação à segurança nacional, argumentando que a mesma poderia ser desempenhada de melhor maneira pela iniciativa privada, além de que os militares exacerbavam tanto essa seguridade que as liberdades individuais eram tolhidas de forma autoritária. Em segundo lugar, Campos ataca o nacionalismo xenófobo dos militares, dizendo que há um movimento a favor do desenvolvimento e crescimento de investimentos no país, ao mesmo tempo em que se negam aquisições estrangeiras de cifras para a manutenção e criação desse desenvolvimento. Em terceiro lugar há uma negação ao processo democrático e o autoritarismo para Campos é algo pernicioso. Em quarto lugar há problemas na comunicação que o regime passa ao seu povo, que acaba causando tensões sociais e políticas.

Podemos dizer que, nessa fase, Campos e o próprio país vivem um misto entre o liberalismo e a democracia, sugerindo mais liberdade no sentido econômico e democracia no sentido social e político. E, segundo a tese de PEREZ (1999), Ele foi motivado a modificar suas opiniões por causa de sua experiência e vivência como banqueiro no governo de Costa e Silva, propondo uma conciliação entre o “mundo robusto com um mundo privado afluyente”

(PEREZ, 1999: 165). Na realidade existiu uma confluência entre autoritarismo e neoliberalismo num primeiro momento, mas, depois se afastaram, em vários países, não apenas no Brasil.

O economista começa a apresentar preocupações com a “revolução” e o caminho que a mesma estava trilhando, para ele, “é imperativo que a revolução brasileira escape à maldição que uma vez Franz Kafka atirou sobre todas as revoluções, ao dizer que elas passam e deixem em seu rastro apenas o lodo de uma nova burocracia” (CAMPOS, 1994: 886). Segundo suas concepções, “o governo só deveria ser devolvido aos civis depois de colocado o país na senda do desenvolvimento, suficientemente disciplinado para o jogo democrático. Treinar os civis para a democracia sem demagogia” (CAMPOS, 1994: 887), porém mesmo após a contenda da inflação e o começo do desenvolvimento almejado por Campos ter se consolidado, a “linha dura” manteve-se no poder.

Dessa forma, os primeiros anos da década de 70, em função do AI-5, foi um período de violência física e moral vivida pela população brasileira. Campos, por sua vez, era contra o aparato do uso desse tipo de coerção, em uma entrevista, publicada no *Jornal do Brasil* em 18 de outubro de 1970 e republicada em seu livro *Função da empresa privada* (1971), coloca sua posição acerca da violência praticada pela ditadura:

Casos sem dúvida ocorreram de brutalidade policial, mas não se utiliza a tortura como método político nem como sistema aceito de repressão. A tradição brasileira é razoavelmente suave e a população não é inclinada a violência. Claro que no fragor da luta com terroristas que destruíram propriedades e assassinaram oficiais da polícia, deve ter havido excessos policiais em revide a violência. Mas isso existe em quaisquer país do mundo. Poucos países podem se considerar imunes a casos isolados de brutalidade policiais, sempre desagradáveis, mas nem sempre estáveis (CAMPOS, 1971:41-50).

Portanto, podemos definir Campos como um homem cauteloso, pois pregava a ordem estabelecida pela ditadura como necessária para a sociedade de forma provisória, para fomentar o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que vivia numa “era dos extremos” entre o socialismo e o capitalismo, o político

escolheu por uma terceira via que não estava no keynesianismo (o qual criticava muito também). Descrente na acumulação primitiva de capitais para levantar a indústria, o setor agrícola e tecnológico brasileiro, Campos era a favor do empréstimo de capitais estrangeiros do FMI e Bird para colocar na prática seus projetos, não se dizia nem socialista, nem conservador, porque embora muitos o sejam, ninguém admite no Brasil ser conservador.

Porém, muito influenciado pelos ideais do liberalismo clássico e da razão do mercado, entretanto esse mercado deveria ser organizado, ou seja, possuir uma “ordem” como o ordoliberalismo (liberalismo com ordem) proposto pela Alemanha após II Guerra, esse ponto é chave na compreensão de seu pensamento que, em muito, se assemelha dessa escola econômico-política alemã, em virtude de sua criação e boa parte de sua formação e educação terem sido em seminário católico. Fator um tanto curioso, uma vez que no IPES, na época em que Campos fazia parte dos grupos de pesquisa dessa instituição, a mesma recebeu muito apoio de setores da Igreja Católica e instituições ordoliberais, pois:

Em 1962, se registraram apoio de 207 corporações norte-americanas, que contribuíram com sete milhões anuais, com expectativa de chegar a quinze milhões, e um número significativo de companhias inglesas, que deram três milhões e meio. Outros recursos provinham de empresas e fundos alemães, como o Konrad Adenauer Stiftung [de orientação ordoliberal], órgão do partido democrata cristão, por intermédio do gigantesco complexo siderúrgico Mannesmann, e a Mercedes Benz, além de empresas belgas e suecas. Entre 1967 e 1968, também houve algum contato com o IPES de São Paulo com a Fundação Friedrich Von Naumann [liberal], que havia patrocinado alguns seminários e conferências (RAMÍREZ, 2005: 111)

De fato, Roberto Campos conhecia a teoria ordoliberal, e a admirava. Seu primeiro contato com essa teoria foi ainda no governo de Jânio Quadros, período que atuava como emissário do governo. Em 1961 Campos vai até a Alemanha para renegociação da dívida e pedir um empréstimo ao governo para o Brasil, nessa época ele se encontra com Adenauer e o Ministro Erhard, os dois grandes responsáveis pela aplicação do ordoliberalismo na Alemanha e pelo Milagre posterior.

No livro *Lanterna na Popa (1994)*, Campos conta como foi seu encontro com essas duas figuras políticas alemãs, fazendo uma distinção de ambas as figuras, Adenauer lhe pareceu de certa forma hostil e sarcástico, enquanto Erhard na sua opinião era um grande liberal, de comportamento mais simples. Adenauer foi chanceler na Alemanha em 1949 a 1963 e um dos responsáveis pela implantação do programa de recuperação do país. Campos acompanhava esse desenrolar de perto como um estudioso na época, concluindo que tanto Erhard quanto Adenauer tiveram grandes antagonismos liberais, particularmente, Roberto acreditava na teoria de Erhard. Em suas palavras:

Contava com uma acolhida indiferente de Adenauer, assoberbado pelos problemas políticos internos; e uma acolhida mais cálida de Erhard, um economista, por assim dizer, colega de profissão, cujo programa liberal de economia de mercado eu havia estudado com cuidado, com intenção de imitá-lo no futuro (CAMPOS, 1994: 1051).

E continua argumentando que foi muito auxiliado por Herman Abs⁵⁶, presidente do Deutsche Bank e por Karl Blessing⁵⁷, um dos maiores banqueiros da Europa. Campos conta que seu plano de seguir as teorias alemãs foi colocado em prática de forma idêntica à de Erhard no Plano Collor I, quando sugeriu o controle do fluxo monetário.

Logo, percebemos em Campos que ele sempre foi muito ativo aos acontecimentos internacionais, inclusive devido a suas missões no estrangeiro teve contato efetivo com várias teorias que lhe marcaram, porém nas suas memórias as mais distintas foi o ordoliberalismo da Alemanha e o neoliberalismo de Thatcher.

⁵⁶ Hermann Josef Abs (1901 - 1994) foi um banqueiro alemão e membro do conselho de administração do Deutsche Bank (1938-1945) que contribuiu para a reconstrução da economia alemã. Abs estudou Direito por um ano antes de entrar para um banco comercial em Colônia. Após a Primeira Guerra Mundial na Alemanha e no exterior, aprendeu sobre negócios internacionais. Em 1938, se tornou gerente do Deutsche Bank de Berlim, que teve, desde a sua fundação, em 1870, um papel de liderança na economia alemã (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA).

⁵⁷ Karl Blessing (1900 - 1971) foi um banqueiro alemão. Foi proposto que ele teria sido o Ministro da Economia ou Presidente do Reichsbank, se o plano de matar Adolf Hitler tivesse tido sucesso – Operação 20 de Julho, na Toca do Lobo. Ele também foi presidente do Deutsche Bundesbank (1958-1969). Fonte: BLESSING, Karl. *Biography*. Disponível em: <http://www.gdw-berlin.de/en/recess/biographies/index_of_persons/#B>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consciência histórica produz certo sentido a partir da passagem do tempo. Trata-se de um processo da tomada de consciência em que as experiências de determinadas ocasiões são interpretadas com relação às intenções do ser e devir, e, quando isso ocorre, inserem-se na determinação do sentido do mundo e na autointerpretação do homem e da sociedade, construindo parâmetros de sua orientação no agir e no sofrer. A consciência não se constitui, pois, na racionalidade teleológica do agir humano, mas sim na “racionalidade de sentido”. Nessa medida, o tempo é experimentado como um obstáculo do agir, sendo vivido pelo homem como uma mudança do mundo e de si mesmo que se opõe a ele, certamente não buscada por ele dessa forma, que, todavia, não pode ser ignorada, se o homem continua querendo realizar suas intenções. Mediante as reflexões do teórico Rüsén, fica explícita a importância da consciência histórica para agir do homem no tempo (RÜSEN, 2001).

As reflexões acima nos servem para se pensar nas intenções do autor de *A lanterna na Popa* (1994). Campos busca esclarecer fatos, dar sentido à própria existência. O autor não busca escrever uma ficção, seu compromisso é com a verdade como sempre relata, mas a *sua* verdade, que deve ser cuidadosamente avaliada por um pesquisador que busca refletir suas obra e contribuições para a avaliação da experiência como político e diplomata no momento de redefinição política após o fim da Segunda Guerra, bem como as mudanças ocorridas após o Golpe de 64, porém sempre devemos ter o cuidado com essas interpretações das “verdades”, pois Campos articula uma narrativa baseada em suas lembranças, ao mesmo tempo em que tenta passar uma imagem sobre si para o público que pode não ser fiel ao que de fato, historicamente foi, dessa maneira, devemos ficar alertas. Roberto Campos é personagem principal em grandes mudanças no cenário político econômico do Brasil, não podendo, portanto, ser ignorado por pesquisadores, estudiosos da memória ou historiadores. Segundo Ricoeur, o historiador está limitado ao que um dia foi, e possui uma dívida com os homens do passado, com os mortos,

com os vivos antigos. Por isso que o recurso de analisar a narrativa histórica e a narrativa autobiográfica se torna viável, uma vez que ele analisa os mecanismos externos ao objeto.

Logo, em Ricoeur, a narrativa ficcional possui variações imaginativas que exploram as falhas entre o tempo cosmológico e o fenomenológico. Essa argumentação se insere em um debate amplamente discutido pelos historiadores preocupados com o modo de produção de seu ofício. A narrativa histórica não pode ser considerada uma realidade verdadeira dos acontecimentos, pois ela se utiliza muito do discurso e da imaginação. Elas compõem uma gama de documentos e narrativas baseadas na experiência humana, portanto carregando em si aspectos subjetivos a partir da observação do outro em determinada realidade, em que:

Voltada ao estudo da interpretação, [o autor] reitera a importância da interlocução com o outro na compreensão do si mesmo. Sua teoria nos leva à reflexão do próprio conceito de sujeito, ao qual aderimos nesta tese e de outro que é constitutivo desse sujeito de análise, que deseja ser e se esforça para existir (CUTY, 2012: 144)

Outro estudo relevante é o da memorialista para os pesquisadores, pois obras como a de Roberto Campos são fundamentais, pois servem como suporte e meio para novas investigações historiográficas. A narrativa memorialista tenta ao máximo ser verossímil com a realidade, porém não pode ser considerada uma obra historiográfica. Baseado nas colocações de De Certeau, “existem as leis do meio”, ou seja, há uma metodologia e cuidado para analisar essas fontes. Pois, se a pesquisa não for feita dessa maneira, a obra analisada facilmente seria categorizada como mera “vulgarização” de determinada realidade, como aponta o autor:

Existem as leis do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas. Elas organizam uma "polícia" do trabalho. Não "recebido" pelo grupo, o livro cairá na categoria de "vulgarização" que, considera com maior ou menor simpatia, não poderia definir um estudo historiográfico. Será necessário ser acreditado para acender à anúnciação historiográfica (CERTEAU, 2000: 2)

A memorialista não possui métodos, leis ou problemáticas, é apenas uma produção escrita recheada de práticas distintas de determinado personagem, que pode ser um historiador. Fundamentalmente a memorialista lida de forma mais fiel possível em relação ao meio de sua vivência. O fato é que por não se enquadrar nos caminhos trilhados pelos historiadores, geralmente, as obras memorialistas não são reconhecidas como uma obra de valor historiográfico. Entretanto, essas obras memorialistas são essenciais na recomposição do passado, concorrendo assim com os historiadores como forma de interpretação da experiência temporal. E, nessa medida, *A Lanterna na Popa* adquire fundamental relevância para a produção do conhecimento histórico.

Através de suas memórias, Roberto Campos nos permite acompanhar a circulação das elites brasileiras por entre vários espaços sociais, como as agências internacionais, os organismos do governo, o mundo financeiro empresarial ou os meios acadêmicos; na sua obra é possível notar a trajetória que o personagem constrói de si e de suas vivências até o ápice na alta função pública. Dessa forma, o autor começa desde a sua vida no seminário católico, apontando as dificuldades e superações que conquistou proveniente de uma classe mais humilde, até o ingresso na carreira diplomática; os estudos econômicos no exterior e os contatos relevantes que fez em países como os EUA e a Inglaterra que no futuro lhe trouxeram idéias e contribuições distintas para lidar com determinadas crises e situações embaraçosas, garantindo a qualificação estratégica para o momento do pós-guerra; o “capital” técnico e social acumulado em organismos internacionais e em reuniões, como Bretton Woods. Também são explorados os grandes mestres da economia brasileira e as comissões de estudo, onde conheceu Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bullhões, figuras de elite que foram decisivas em sua carreira, abrindo-lhe caminhos para o acesso às agências de gestão econômicas no Brasil.

A obra de Roberto Campos nos traz um ponto de vista particular sobre os processos fundamentais da história brasileira das últimas décadas e, sobretudo, abre dimensões novas, frequentemente não reveladas nos manuais convencionais de história política e econômica. Mas, as “verdades” que se

apresentam em *Lanterna na Popa*, devem ser lidas com cuidado, pois devemos ponderar a diferença entre verdade e sinceridade. Roberto Campos argumenta ser sincero quando escreve, mas isso não significa que tudo o que escreveu foi verdade. Para a historiadora Ângela de Castro Gomes, o pesquisador corre o risco de ser enfeitado pelas fontes, segundo a autora: “a verdade como sinceridade o faria acreditar no que a fonte diz como se ela fosse expressão do que *verdadeiramente aconteceu*, como se fosse à verdade dos fatos, o que evidentemente não existe em nenhum documento” (GOMES, 2004). Roberto Campos justifica sua volumosa obra no próprio título: “Nunca tive profundidade, inteligência ou poder para erguer um farol que lançasse um fecho de luz para as gerações futuras. Estas memórias são apenas uma lanterna na popa de um pequeno barco”. Como dizia Sammuel Taylor Coleridge, “a luz que a experiência nos dá é uma lanterna na popa, que ilumina apenas as ondas que deixamos para trás” (COLERIDGE *apud* CAMPOS, 1994). Dessa forma, analisar suas experiências também poder ser significativo para as gerações posteriores que buscarão compreender a conjuntura política e econômica do Brasil.

Assim, podemos classificar Campos como um liberal não ortodoxo, já a alcunha de “monetarista de Chicago” não o serve, pois era contra uma política estritamente monetária, apesar de sempre salientar sua relevância. Ao mesmo tempo em que em matéria do planejamento central era contra os gastos excessivos dos órgãos públicos, Roberto Campos não seguia à risca uma teoria econômica, para pensar o Brasil levava em conta suas particularidades em respeito de outros países. Sua proposta era um mercado dentro do Estado, ou seja, a teoria que mais se aproxima de seus preceitos e medidas que tomou enquanto figura atuante na política são mais ordoliberais do que qualquer outra teoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELSHAUSER, W. Germany: guns, butter, and economic miracles. In: *The Economics of World War II: Six Great Powers in International Comparison*, Cambridge University Press, Cambridge, U.K., 2000, pp. 122-176.

ALLEN, Christopher S. "Ordo-liberalism" Trumps Keynesianism: Economic Policy in the Federal Republic of German and EU. In: MOSS, Bernard. *Monetary Union in Crisis: The European Union as a Neo-Liberal Construction*. London: Palgrave, 2005.

ALMEIDA, Paulo R. *Milton Friedman meets Bob Fields: O reencontro de dois grandes economistas*. Brasília, 20 de novembro de 2006. Disponível em: <www.pralmeida.org>.

ALLYSON, Lorena. *II Plano Nacional de Desenvolvimento*. 2011. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/trabalhosacademicos/3255134>>

ASSUNÇÃO, Matheus. *PAEG: O Programa de Ação Econômica do Governo e a Economia Brasileira nos anos 1960*. Brasília, 15 de Dezembro de 2010.

ARNOLD, Laurence. *James M. Buchanan, Nobel Prize-Winning Economist, Dies at 93*. Jan 9, 2013. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2013-01-09/james-m-buchanan-nobel-prize-winning-economist-dies-at-93.html>>.

ARTIÉRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. In. Revista Estudos Históricos, vol. 11, n. 21, 1998.

BAER, W. *Economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002

BARRY, P. Norman; (1989) Political and Economic Thought of German Neo-Liberals; IN A. Peacock and H. Willgerodt (eds); (1989) *Germany's Social*

Market Economy: Origins and Evolution, Macmillian Press Ltd., London, pp. 105-124

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BLESSING, Karl. *Biography*. Disponível em: < http://www.gdw-berlin.de/en/recess/biographies/index_of_persons/#B>

BOARMAN, P. *Germany's Economic Dilemma*. New Haven: Yale University Press, 1964.

BÖHM, F., Eucken, W. e GROSSMANN, H. *The Ordo Manifesto of 1936*. In: Originally published in German as "Unsere Aufgabe". In: BÖHM, F. 1937.

BRAGA, J. C. S. Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRAUN, Hans-Joachim. *The German Economy in the Twentieth Century*. London: Routledge, 1990. *Conception of a Social Market Economy*. ORDO: Jahrbuch für die Ordnung von.

CÉ, Guilherme A. P. *O pensamento de Roberto Campos*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

_____. *Do outro lado da cerca: Três discursos e algumas elegias*. Rio de Janeiro: APEC, 1968.

_____. *Economia, Planejamento e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC, 1963.

_____. *Ensaio contra a maré*. Rio de Janeiro: APEC, 1969.

_____. *Ensaio de história econômica e sociologia*. Rio de Janeiro: Apec, 1964.

_____. *Ensaio Imprudentes*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

_____. *Função da empresa privada*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971.

_____. *O Carnaval do Neolíticos*. Folha de S. Paulo. São Paulo: 1996.

Disponível em:
<[http://pensadoresbrasileiros.home.comcast.net/~pensadoresbrasileiros/Robert oCampos/o_carnaval_dos_neoliticos.htm](http://pensadoresbrasileiros.home.comcast.net/~pensadoresbrasileiros/Robert%20oCampos/o_carnaval_dos_neoliticos.htm)>.

_____. *Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos*. São Paulo. Digesto Econômico. 1952.

_____. *Reflexões sobre a Privatização*. Folha de S. Paulo. São Paulo: 1995. Disponível em:<http://pensadoresbrasileiros.home.comcast>.

_____. *Retrospect of development plans*. In: ELLIS, Howard S. *The Economy of Brazil*. University California: Bekerley, 1969..

CARDOSO, Miriam L. *Ideologia do Desenvolvimento: Brasil JK a JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, Angela Gomes. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CERTAU, Michel de. A cronologia, ou lei mascarada. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COOKE, Morris L. *A Missão Cooke no Brasil. Relatório dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América pela Missão Técnica Americana enviada ao Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1949

COSTA, Carla G. *O modelo alemão e a “economia social de mercado” num contexto de globalização*. Disponível em: <pascal.iseg.utl.pt/~cedin/portugalbrasil/files/cgpa1> Acesso em: 14 maio de 2012.

COSTA, Achyles B. *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter*. Cadernos IHU Idéias, ano 4 - nº 47, 2006.

COSTA, C. G. *O modelo alemão e a “economia social de mercado” num contexto de globalização*. Informação Internacional, Lisboa, 1999.

CUTY, Jeniffer. *A gente sempre pensou em termos de planejamento: a cultura da preservação nas políticas urbanas de Porto Alegre, RS, Brasil*. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS (Tese de doutorado), 2012.

DOUGHERTY, Carter. *Why Germany Prefers Regulation to Stimulus*. 06 de abril de 2009. Disponível em: <<http://economix.blogs.nytimes.com/2009/04/06/why-germany-prefers-regulation-to-stimulus/#more-6243>>.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

Encyclopedia Britannica. *Hermann J. Abs*. Disponível em: <<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/1673/Hermann-J-Abs>>

Entrevista concedida Fernando Rodrigues para a Folha de São Paulo. Economista fez autocrítica sobre 1964. Disponível em: <http://pensadoresbrasileiros.home.comcast.net/~pensadoresbrasileiros/Roberto_Campos/economista_fez_autocritica_sobre_1964.htm>. Realizada em 11 de out. de 2001.

FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002.

FEIJÓ, Ricardo F. G. *Uma interpretação do Primeiro Milagre Econômico Alemão (1933-1944)*. Revista de Economia Política, vol. 29, nº 2 (114), pp. 245-266, abril-junho/2009

FERREIRA, P. *Direito Agrário – 9. Os Modelos de Reforma Agrária nos Estado Unidos da América*, 2005. Disponível em:
<www.loveira.adv.br/material/agrario/agrario_reforma_EUA.doc>. Acesso em:
14 de maio de 2013.

FICO, Carlos. *Visões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, nº 47, p. 29-60, 2004.

FIGUEIREDO, Angelina C. *Política governamental e funções sindicais*. São Paulo: USP, 1975. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP, 1975.

FOUCAULT, Michel. *A escrita de si*. In: O que é um autor? Lisboa: Passagens, 1992.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

GALBRAITH, John Kenneth. The German Economy. IN: HARRIS, S. E. *Foreign Economic Policy for the United States* (Cambridge: Harvard University Press, 1948).

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. In: *A ditadura escancarada* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

General Agreement on Tariffs and Trade. Geneva: 1986. Disponível em:
<http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/gatt47_e.pdf>

GODOI, Bruno B. C. *A influencia de Roberto Campos na economia brasileira (1945-2001)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2007.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer (Org.). *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

Giersch, Herbert, K-H Paqué and H. Schmieding; (1992, ed. 1994) *The Fading Miracle: Four Decades of Market Economy in Germany*, Cambridge University Press, Cambridge

GOLDSCHMIDT, Nils. *Alfred Müller-Armack and Ludwig Erhard: Social Market*, 2008.

GUTIÉRREZ, Ivan L. El ordoliberalismo alemán y la economía social de mercado. Trabalho de conclusão de curso em Ciência Política. Universidad Nacional Autónoma de México, 2008. Disponível em: <http://www.academia.edu/1024873/El_Ordoliberalismo_Aleman_y_la_Economia_Social_de_Mercado>

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARDACH, Karl. *The Political Economy of Germany in the Twentieth Century*. Berkeley: University of California Press, 1980.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Porto Alegre: Globo, 1977.

HEILEMANN, Ullrich; GEBHARDT, Heinz & LOEFFELHOLZ, Hans Dietrich v;. *Economic Events, 1949-2002*. Lucius & Lucius Verlagsgesellschaft, Stuttgart, 2003.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOOK, James C. van. *Rebuilding Germany: The creation of Social Market Economy (1945-1957)*. Cambridge: Cambridge Press, 2004.

JAMENSON, Fredric. *O inconsciente político: A narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.

JOHNSON, Daniel. "Exiles and Half-Exiles: Wilhelm Röpke, Alexander Rüstow and Walter Eucken". IN A. Peacock and H. Willgerodt (eds); (1989) *Germany's Social Market Economy: Origins and Evolution*, Macmillian Press Ltd., London, pp. 40-68, 1989.

JOVIANO, Lúcia H. da Silva. *Diário e escrita de si: Minha vida de Menina no contexto da discursividade Moderna*. Anais do Simpósio Internacional Literatura, Crítica, Cultura V: Literatura e Política, realizado entre 24 e 26 de maio de 2011 pelo PPG Letras: Estudos Literários, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

KATZENSTEIN, Peter J. *Policy and politics in West Germany: The growth of a semi-sovereign state*. Philadelphia: Temple University Press, 1987.

KERECKI, Márcio; SANTOS, Miguel. *Programa de ação econômica do governo (PAEG): Do milagre econômico ao fim do sonho*. Revista Historiador. Número 02. Ano 02. Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>

KLOTEN, Norbert. *Role of the Public Sector in the Social Market Economy*. In PEACOCK, A. e H. WILLGERODT (eds). *Germany's Social Market Economy: Origins and Evolution*. Londres: Macmillian Press Ltd., 1989.

KRIEGER, D. *Desde as Missões... saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

LANDES, D. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial desde 1750 até nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

LAQUEUR, Walter. *Europe in Our Time, a History 1945-1992*. Penguin Books, 1992. *Liberalism*. Freiburg Discussion Papers on Constitutional Economics, n. 04/12. University of Freiburg and Walter Eucken Institut, 2007.

LEI nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5107.htm> Acesso em: 17 ago. 2010.

LEI nº 4.380, DE 21 de agosto de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4380.htm> Acesso em: 17 jun.2010.

LEMOS, Sandra Monteiro. A “escrita de si” inventando “histórias de vida”. *Revista Horizontes*, v. 27, nº 1, pp.91-104, 2009.

LIMA, Priscilla Carreiro Rodrigues de. *Memória de Economista: Roberto Campos e o pensamento econômico entre 1945 e 1964*. 2011. Iniciação Científica. (Graduando em História) - Universidade Federal de Goiás, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Noé Freire Sandes.

LUZ, Olavo. *Roberto Campos: Um retrato pouco falado*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Troféus da guerra perdida. Um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2009.

MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MEDEIROS, C. A. A economia política da internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

MIYAMOTO, Shiguenoli; DALIO, Danilo J. *O governo Vargas e a comissão mista Brasil-Estados Unidos*. Revista Idéias. Campinas: São Paulo, n. 1, nova série, 2º semestre, 2010.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural norte-americana*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MÜLLER-ARMACK, Alfred. *Social Irenics, in: Standard Texts on the Social Market Economy. Two Centuries of Discussion*. Edited by the Ludwig-Erhard-Stiftung, Stuttgart, New York 1982.

NILO, Thiago. *Alguns apontamentos sobre a governamentalidade liberal e/ou neoliberal a partir de Michel Foucault*. Revista Kínesis, Vol. II, nº 03, Abril-2010, p. 345-358.

NOGUEIRA, Paulo. A direita órfã. Diário do Centro do Mundo, 20 de out. de 2010. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-direita-orfa/>>

OLIVEIRA, Irene R. *Sobressaltos da ordem e barganhas do progresso: a Missão Cooke e a implantação da CSN (1942-1946)*. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio. Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

OVERY, R. J. *The Nazi Economic Recovery 1932-1938*. University Press: Cambridge, 1996.

PEREZ, Reginaldo T. *O pensamento político de Roberto Campos*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RABELO, Fernanda L. *A presença norte-americana no Brasil e as missões técnicas mistas: um estudo da Missão Cooke (1942)*. Disponível em: <www.ifcs.ufrj.br/~arshistorica/jornadas/IV_jornada/IV_22.pdf>.

RAIMUNDO, Lício da Costa. *Alemanha: mitos, fatos e desafios para o século XXI*. Governo Federal: IPEA, 2009.

RIEMER, J. *Alterations in the Design of Modell Germany*, IN: MARKOVITS, A.S. *The Political Economy of West Germany. Modell Deutschland*: Praeger, 1982.

RICHTER, Rudolf. *Institutions and Economic Theory: The Contributions of the New Constitutional Economics*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

RAMÍREZ, Hernán R. *A configuração das alianças golpistas nas ditaduras de Brasil e Argentina: uma perspectiva a partir da imbricação cívico-militar*. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 38, n. 1, p. 62-80, jan./jun. 2012.

RAMÍREZ, Hernán R. *Confluências e matizes nos programas econômicos das ditaduras brasileira e chilena*. *Revista Confluente*, vol. 4, nº. 2, pp. 63-81, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna.

RAMIREZ, Hernán Ramiro. *Corporaciones en el poder : institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina: IPÉS, FIEL y Fundación Mediterránea*. San Isidro: Lenguaje Claro, 2007.

RAMÍREZ, Hernán R. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil (1961-1966)*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

Relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Fonte: O Observador Econômico e Financeiro, Ano XX, Nº 230, abril de 1955.

RESICO, Marcelo. *A Economia Social de Mercado: Uma opção de organização econômica para a América Latina*. *Diálogo Político*. Publicação trimestral da Konrad-Adenauer-Stiftung A.C. Ano XXVI - nº 1 - Março, 2009.

REYS, Claudio L. *El deber del Estado en el Ordoliberalismo de Walter Eucken: Tradición y coyuntura en el manejo político-económico del Estado*. *Revista Chilena de Economía y Sociedad*, 4(1): 15 - 27, Diciembre 2010.

RIBEIRO, Thiago R, M. *Desenvolvimentismo e capital-imperialismo: Ideologia e projetos nos trabalhos da Missão Abbink (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

RITENOUR, Shawn. *Biography of Wilhelm Röpke (1899-1966): Humane Economist*. Disponível em: <<http://mises.org/page/1461/Biography-of-Wilhelm-Ropke-18991966-Humane-Economist>>.

RITTERSHAUSEN, Johannes R. B. *The Postwar West German Economic Transition: from Ordoliberalism to Keynesianism*. EUA: IWP Discussion Paper, 2007.

ROCKWELL JUNIOR, L. H. *The Violence of Central Planning*. Disponível em: <<http://www.lewrockwell.com/rockwell/centralplanning.html>>. 2003

Roda Viva. Entrevista de Roberto Campos. 04 de março de 1991. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/648/entrevistados/roberto_campos_1991.htm>

Roda Viva. Entrevista de Roberto Campos. 24 de fevereiro de 1992. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/728/entrevistados/roberto_campos_1992.htm

Roda Viva. Entrevista de Roberto Campos. 05 de maio de 1997. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/477/entrevistados/roberto_campos_1997.htm>

ROPKE, Wilhelm. *A Humane Economy: The Social Framework of the Free Market*. EUA: Institute for philosophical and historical studies, 1960.

ROTHBARD, M.N. *Man Economy and State – A Treatise on Economic Principles*. Los Angeles: Nash Publishing, 1970

RÜSEN, Jorn. *Razão Histórica*. Brasília: UnB, 2001.

SALLY, Razeen. Ordoliberalism and the Social Market: Classical Political Economy from Germany. In SALLY, R. *Classical Liberalism and International Economic Order*. London: Routledge, 1998.

SANTOS, Marcelo H. Roberto Campos: Homem de ação do governo de Castelo Branco. São Paulo Perspec. vol.14 no.2 São Paulo Apr./June 2000

SEPÚLVEDA, Myrian. *História e memória: o caso do ferrugem*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.3, nº46, PP. 271-295, 2003.

SCHONS, Carme R; GRIGOLETTO, Evandra. *A escrita de si, memória e alteridade: uma análise em contraponto*. Anais da 1ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso. P. 407-418.

SCHILLER, K. *The Economy and Society*. Stuttgart: Fischer, 1955.

SCHUMPETER, A. Joseph. "Keynes, the Economist". In HARRIS, Seymour. *The New Economics: Keynes Influence on Theory and Public Policy*. Londres: Dennis Dobson Ltd., 1949.

SILVA, Daniela S. O si-mesmo como um outro (resenha). In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 43, n.4, out-dez, 2008, p. 99-112.

SILVA, Ricardo V. *A dictatorship against the republic: economic policy and political power in Roberto Campos*. Revista Sociologia. Política, vol.3 s/nº. Santa Catarina: Curitiba, 2007.

SILVEIRA, Ramaís C. *Neoliberalismo: Conceito e influencias no Brasil – de Sarney a FHC*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SIMONSEN, Mário Henrique. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SOUZA, Nali de Jesus. *Pensamento Econômico Brasileiro*. Revista Desenvolvimento Econômico. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2005.

STORCH, Paulo Cesar. Planejamento Econômico. 2002. Disponível em: <<https://docentes.uvv.br/arquivosBlog/Paulo%20Cesar%20Storch/43BCEAF5-C333-4B4F-809E-6EC9E752F4B2.doc>>

STOLPER, Gustav e outros (colocar os outros). *The German Economy: 1870 to the Present*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1967.

TELEGINSKI, Jaqueline. Gudin e o pensamento liberal. IN: *Vitrine Conjuntiva*, Curitiba, v.3, n.1, março de 2010.

TRIBE, Keith. *Ordoliberalism and the social market economy*. The History of Economic Thought, vol.49, n. 01, 2007.

TUCHFELDT, Egon. (1973). Soziale marktwirtschaft und globalsteuerung. In: *Soziale marktwirtschaft im wandel*. Breisgau: Rombach, 1973, pp. 159-188.

TULLOCK, Gordon. *The Rent-Seeking Society: The Selected Works of Gordon Tullock*, v. 5. [S.l.: s.n.], 2005.

Ulrich van Suntum, et al. *Walter Eucken's Principles of Economic Policy Today*. CAWM Discussion Paper n. 49, agosto de 2011. Disponível em:

http://www.wiwi.uni-muenster.de/cawm/forschen/Download/Diskbeitraege/DP-49_Euckens-Principles-of-Economic-Policy-Today.pdf%20

VANBERG, Viktor, .J. Markets and regulation – The contrast between free-market liberalism and constitutional liberalism. In: VANBERG, V.J. *The Constitution of Markets – Essays in political economy*. London and New York: Routledge, 2001.

VANBERG, Viktor. *The Freiburg School: Walter Eucken and Ordoliberalism*. Breisgau: Freiburg Discussion Papers on Constitutional Economics, 2011.

Vanberg, Viktor; (1988) "Ordnungstheorie as Constitutional Economics – The German Conception of a Social Market Economy" *ORDO: Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft*, v. 39

VIANA FILHO, L. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

WALLICH, Henry. *Mainsprings of the German Revival*. New Haven: Yale University Press, 1955.

WHITE, Lawrence H. The postwar german "wonder economy" and ordoliberalism. In: WHITE, Lawrence H. *The Clash of Economic Ideas*. Mercatus Center: George Mason University, n°. 10-50, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1 – Entrevista de Roberto Campos no programa Roda Viva em 04 de março de 1991.

ANEXO 2 – Entrevista de Roberto Campos no programa Roda Viva em 05 de maio de 1997

ANEXO 1

Entrevista de Roberto Campos no programa Roda Viva em 04 de março de 1991.

Jorge Escosteguy: Boa noite. Estamos começando mais um **Roda Viva** pela TV Cultura de São Paulo. O nosso convidado desta noite foi um dos pais da recentemente falecida correção monetária [reajuste do valor de uma obrigação ou cláusula contratual, de modo a refletir a variação do poder aquisitivo da moeda]. Roberto Campos, hoje deputado federal pelo Rio de Janeiro, também foi ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, embaixador em Londres e senador pelo Mato Grosso. Aos 74 anos, Roberto Campos tem criticado a excessiva intervenção do Estado na economia, e defende uma reforma urgente da Constituição. Para ele, a Constituição brasileira é intervencionista, dirigista e estatizante. Para entrevistar Roberto Campos esta noite no **Roda Viva**, nós convidamos Sérgio Rondino, âncora do Jornal do Meio-Dia da TV Bandeirantes; Armando Ourique, repórter especial da *Folha de S. Paulo*; Paulo Nogueira, redator-chefe da revista *Exame*; Stephen Kanitz, jornalista e professor da USP; Pedro Cafardo, editor de economia do jornal *O Estado de S. Paulo*; e Jayme Martins, jornalista da TV Cultura. Você que está em casa assistindo ao **Roda Viva** e quiser fazer perguntas por telefone, pode chamar 252-6525. Boa noite, ministro. O senhor tem dito que os planos do governo Collor não têm credibilidade. Por quê?

Roberto Campos: Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui no **Roda Viva** e manifestar a esperança de que o **Roda Viva** não seja uma roda de fogo. É um pouco intimidante ver aqui esses grandes inquisidores; espero que nenhum tenha o ânimo de frei [Tomás de] Torquemada [1420-1498, inquisidor-geral dos reinos de Castela e Aragão], que queimava os fiéis para que aprendessem a amar a Deus.

Jorge Escosteguy: Aqui, a única coisa que pode queimar são os refletores, mas estão calmos hoje.

Roberto Campos: Eu acho que a falta de credibilidade provém, em primeiro lugar, da contradição entre o discurso liberalizante da campanha e a realidade intervencionista do primeiro plano. A segunda perda de credibilidade é oriunda do fato de que um instrumental usado para combater a inflação foi, em grande parte, uma repetição das medidas intervencionistas do Plano Cruzado, com um condimento adicional, que foi o confisco da poupança. Foi um “con-con”, uma mistura de congelamento e confisco. Todos nós gostaríamos de ver um canção, uma exibição agradável de pernas bonitas. O “con-con” deixou um travo amargo. Na parte do congelamento, repetiu medidas que secularmente se provaram ineficazes. Na parte do confisco, foi um pouco uma brutalização da poupança. Não só se desencorajou o poupador, também se desorganizou a produção, particularmente da pequena e média empresa. O efeito da oferta foi, portanto, negativo. Conseguiu-se reduzir dramaticamente a procura, mas infelizmente também se reduziu a oferta; isso não é receita de combate à inflação.

Jorge Escosteguy: O senhor concorda com o fim da correção monetária?

Roberto Campos: Eu acho que a correção monetária, ou, como se diz normalmente, a indexação, deve morrer, porém não de morte matada, e sim de morte morrida.

Jorge Escosteguy: E como seria a morte morrida?

Roberto Campos: A morte morrida seria a cura da inflação ou, pelo menos, a percepção de seu declínio constante para níveis toleráveis. A correção monetária só foi instituída porque nós tínhamos uma inflação grave; aquele nível 100% parecia o limite máximo de resistência da sociedade. Doutor [Otávio Gouveia de Bulhões [1906-1990, economista, foi ministro da Fazenda em 1954 e entre 1964-1967; e ministro da Indústria e Comércio em 1964] tinha uma regra: inflação de 100% derruba governo. Mal sabíamos nós que depois teríamos inflação de 200% e até de 1000%, sem cair o governo e sem sequer mudança de ministério. Mas a percepção da época é que isso era um nível explosivo e que, infelizmente, não seria possível reduzir esse nível a zero repentinamente, sendo necessário nesse intervalo preservar duas coisas: preservar o instinto da poupança, e preservá-lo antes, tratando-se até de criar um mercado voluntário para os títulos públicos. Nenhuma dessas duas coisas: recompensar o poupador, criar um mercado voluntário para títulos públicos e, incidentalmente, melhorar a receita do governo combatendo a sonegação, não havia outro remédio senão a correção monetária. Uma outra consideração importante àquela época era fazer com que as empresas tivessem uma contabilidade real, que não se tributassem núcleos inflacionários, por isso corrigia-se o ativo das empresas, isso era novamente uma utilização sábia da correção monetária. Apenas a correção monetária daquela época só se aplicava, no caso da poupança de instrumentos financeiros, a depósitos, empréstimos e títulos de mais de seis meses, de seis meses para cima; não se dava liquidez à correção monetária. Isso ficou mais ou menos assim até 1980. Depois, o período de carência para a aplicação da correção baixou para seis meses, depois para um mês de caderneta de poupança, e depois para o *overnight* [o *overnight* era corrigido diariamente e tinha alta liquidez]. Houve então uma distorção do instrumento.

Jorge Escosteguy: Agora, o senhor disse que o governo Collor não tem credibilidade. Ao mesmo tempo, a nossa Constituição é intervencionista, dirigista e estatizante, ou seja, o senhor critica os dois. Agora, o governo Collor foi eleito e a Constituição foi escrita por representantes eleitos pelo povo. Na sua opinião, o povo mais uma vez errou? Ou é assim que o país tem que caminhar?

Roberto Campos: Não, eu acho que os representantes do povo erraram. Não sei se interpretaram a vontade popular corretamente, mas mesmo que tenham interpretado a vontade popular corretamente, e eu disso duvido, há sempre o direito de errar. Agora, errar uma só vez, não repetir o erro. O problema que temos hoje, com o segundo Plano Collor [Plano Collor I e II], não é um erro original, é a repetição do erro. Ou como dizia o Barão de Itararé: “O problema não é a falta de persistência do governo, o problema é a persistência na falta”.

Armando Ourique: Deputado, o senhor se opõe à intervenção do governo na economia. O governo, pelo menos no último trimestre do ano passado, permitiu um grande grau de liberdade na economia. Os preços estavam quase todos livres e tudo mais. No entanto, nas últimas semanas de janeiro, os preços começaram a disparar. Como uma situação de exceção, o senhor não justifica o governo tomar medidas de exceção, ou seja, de congelar? O senhor acha que o governo deveria ficar assistindo à inflação ir para 50% e tudo mais? Também o governo não estava mais conseguindo colocar títulos, ele não teria que criar um mercado para esses títulos, também para impedir uma aceleração enorme, uma desorganização maior do sistema financeiro? A medida de congelamento como medida da exceção não se justificava?

Roberto Campos: Não, ou antes, o governo devia congelar alguma coisa. Devia, por exemplo, congelar a expansão da moeda e que, qual a um espetáculo a que assistimos, o governo se propôs a admitir uma expansão monetária de 9%, em torno de 9% no segundo semestre. Só em dezembro, a base monetária se expandiu 58%, então o governo se descongelou; tendo-se descongelado, não pode esperar que o congelamento de preços surta efeito. Você disse que foi feita uma experiência de liberalização de preços. Sim, liberalização vigiada, liberdade vigiada, relutante e contraditória. Por exemplo, dizer-se: a negociação salarial é livre, desde que não haja repasse para os preços e desde que não haja abono. Isso é a receita para se antagonizar o trabalhador que quer o abono e o empresário que quer repasses. Liberdade salarial implica em confiar-se nas forças do mercado. O mercado tem que ser disciplinado através da disciplina monetária e fiscal, e não através de controles diretos. Os controles diretos são uma ilusão. Imagina-se que eles representem comandos que são obedecidos pelo mercado. Nada disso, o mercado não lhes obedece. E é por isso que os planos fracassam após dois ou três meses de lua-de-mel. Eles são custos, custos e impostos a empresa, custos triplices. A empresa sujeita a controles, sejam eles de preço, de salário, de aluguéis, o que seja, tem o custo da burocracia; tem o custo da espera da decisão, que pode tornar um projeto inviável e acrescer custos financeiros; e, finalmente, o custo da corrupção, para conseguir driblar os controles e ter um mínimo de previsibilidade no negócio. Então, controles não são comandos obedecidos pelo mercado, são custos impostos ao mercado. Longe de ajudar no combate à inflação, eles aumentam os custos e, portanto, os preços. Ora, se o governo estava sem possibilidade de vender títulos, bem-feito, pois o governo começou fazendo o quê? Reduzindo enormemente o encargo da dívida pública. Imagina-se: o governo resolveu o problema, porque conseguiu um prazo de 18 meses para o resgate de títulos e fixou a taxa de juros em 6%. Isso daria uma enorme margem de manobra para fazer política monetária. Mas isso teve um custo: provocou uma desconfiança no poupador. Se o governo pode alterar as condições do negócio de títulos governamentais, títulos governamentais são algo perigoso. O governo ainda conseguiu vender alguma coisa a custo de juros elevados em novembro, [mas] em dezembro praticamente não vendia nada. Qual seria a solução? Fazer uma nova intervenção no mercado financeiro, fazendo agora uma reserva de mercado e dizendo ao mercado financeiro: "Vocês, safados, não querem mais comprar títulos voluntariamente, pois agora têm que comprar compulsoriamente". Esse é o melhor meio de nunca termos um mercado de títulos de governo, que significa nunca fazer

política monetária, porque ninguém diz o que a política monetária trouxe. [Dizem] “Vamos recuperar os instrumentos de política monetária”, [mas] política monetária é poder vender títulos que o mercado absorve voluntariamente. Se você cria condições que impeçam o mercado de absorver títulos voluntariamente, você simplesmente não tem resgate de instrumentos de política monetária.

Armando Ourique: Mas o que o senhor teria feito? O senhor ficaria numa situação já deteriorada como estava janeiro? O senhor assistiria à inflação subir?

Roberto Campos: Bom, a inflação subiria de qualquer maneira, em função da expansão monetária. Você diria: “Não, o governo tem que fazer alguma coisa”. Eu me lembro de um escritor inglês, o Anthony Trollope [1815-1882], ele dizia: “O perigo dos políticos é quererem fazer uma coisa, alguma coisa”. Qual é a coisa que o governo tinha que fazer? Tinha que examinar as causas da expansão monetária, não prestar tanta atenção nos preços porque os preços são o resultado. Não adianta você lidar com resultados, você tem que lidar com a causa. Qual é a causa? É a expansão monetária. Mas existe uma causa causada, como dizem os escolásticos. Precisa-se ir então à causa causante. Qual foi a causa causante da causa causada, que é a expansão monetária? E aí você tinha um elenco de elementos analíticos. Parte disso foi seguramente o deboche dos governos estaduais, que se endividaram, recorreram aos seus bancos, os bancos recorreram ao redesconto, o redesconto ao Banco Central, emissão de papel-moeda. Não por causa do governo federal, que até estava praticando uma razoável austeridade nos seus [...], mas ele estava sendo vítima de uma chantagem de governos estaduais, doidos para fazer obras em períodos eleitorais. E alguns governadores descobriram tecnologias novas, por exemplo, São Paulo teve um grande programa de investimentos. Quando você vai analisar, esse programa resultou de uma metamorfose de calote em investimentos. Houve quatro calotes passados por São Paulo: o calote da dívida externa; o calote da dívida para com a União; o calote para com as empreiteiras; e, por último, o calote para com o funcionalismo. Então esse [foi] um dos elementos de expansão. Segundo elemento: a própria política cambial do governo. Ele declarou a liberdade da taxa de câmbio, mas prendeu os cambistas, quer dizer, aqueles que vão comprar câmbio. Os importadores ficaram sem capital de giro; o governo não pagava a dívida; as empresas estrangeiras não faziam remessas. Então, o cruzeiro se valorizou excessivamente, e com isso estrangularam as exportações. Em setembro, o governo entrou em pânico e passou a comprar no mercado para elevar a taxa e ressuscitar as exportações, por dois motivos: porque sem exportação, aí é que a nossa insolvência cambial se torna óbvia, manifesta e irrevogável. E segundo, porque as exportações são criadoras de emprego. Começou-se a perceber, então, o sentido importante da exportação. Um dos sentidos importantes, [porque] há três: um é melhorar a eficiência [...] da economia, outro é criar empregos e outro é gerar divisas. Aí o governo desvalorizou aceleradamente, tinha que entrar no mercado comprando divisas. Houve alguns outros efeitos: a crise do Golfo [crise no Golfo Pérsico], que criou um empuxe de preços e de despesas; a crise agrícola, que em parte [foi] resultante da excitação do governo em dar o crédito agrícola no tempo devido, mas que

exerceu seus efeitos, assim por diante. Então, o que o governo tinha que fazer? É em janeiro, é uma auto-análise das causas da inflação, causas causadas e causas causantes, e não incorrer apressadamente para reviver receitas do passado, que nós sabemos que atacam efeitos da inflação e não causas.

[...]: Deputado.

Jorge Escosteguy: Só um minutinho, pela ordem. Sérgio Rondino, Pedro Cafardo e Paulo Nogueira, por favor, depois o Jayme.

Sérgio Rondino: Para pegar o gancho, por falar em receitas passadas, o senhor se referiu aí a essa questão das relações entre o Tesouro da União e os tesouros dos governos estaduais, que têm sido acusados de causar inflação, de criar moedas paralelas etc e tal. Qual seria a solução, no seu modo de ver, para esse problema? Porque é uma coisa que se arrasta desde os tempos dos governos aos quais o senhor pertenceu. Se eu não estou enganado, o início da queda do governador Ademar de Barros [Ademar Pereira de Barros (1901-1969) foi interventor federal de São Paulo entre 1938-1941; governador de São Paulo entre 1947-1951 e entre 1963-1966; e prefeito de São Paulo entre 1957-1961] foi uma tentativa de soltar papéis, emitir papéis que não eram permitidos. A centralização veio durante o regime autoritário ao qual o senhor pertenceu. Depois as coisas se abriram e agora criam-se problemas. Qual seria a solução?

Roberto Campos: Bom, a solução seria exigir dos estados maior disciplina fiscal. Como? Dificultando, controlando o acesso dos bancos ao redesconto. Esse é um primeiro elemento disciplinador. Um segundo elemento disciplinador é aplicar ao governo, se não me engano, o artigo 60 da Constituição, que faculta ao governo reter fundos de estados que sejam inadimplentes. Existem, portanto, dois tipos de disciplina para coibir essa devassidão ao nível estadual. Você lembra, e com razão, o episódio das “ademaretas”. O professor Bulhões e eu estávamos num esforço danado de saneamento financeiro e de criação de um mercado voluntário de títulos públicos, e o Ademar de Barros queria lançar as “ademaretas”, uma enorme enxurrada de papéis estaduais, [que] só poderiam ser vendidas a taxas extorsivas de juros. Nós apresentamos o problema ao presidente Castelo Branco [Humberto de Alencar Castelo Branco], que, por outros motivos também, problemas de corrupção, desídia administrativa, procedeu ao expurgo, naquele tempo do Ademar de Barros, criatura sob vários aspectos encantadora, mas totalmente desafinada com a idéia da austeridade pública. Você fala que nós então passamos a centralizar. Em termos: o Código Tributário votado em 1967 era muito bem balanceado, e temo-lo abandonado só nos tem causado dissabores. Longe de ser loucamente centralizante, era um código participativo. Centralizava-se a coleta de dois impostos, renda e consumo, mas dava-se participação aos estados, foi o fundo de participação. Então barateava-se a coleta, porque ela era centralizada, mas a receita era dividida aos estados. Tínhamos o Imposto Único sobre combustíveis, que era entregue aos estados e municípios na proporção de 40%; 60 % ficavam com a União. Depois se alterou para 40% para a União e 60% para estados e municípios. Havia o imposto sobre minérios, imposto sobre

eletricidade, todos com conceito de partilha. Que fizemos recentemente na Constituição? Nós abolimos esses impostos únicos. O resultado é que os estados passaram a absorver a receita, mas não são os estados que constroem centrais de eletricidade; não são os estados que constroem rodovias-tronco; e agora estamos aí, desesperados como baratas tontas à procura de uma fonte de financiamento para a reconstrução das rodovias federais e para novos investimentos. Foi uma desmontagem atabalhoada e apressada.

Jorge Escosteguy: Professor.

Roberto Campos: E o imposto sobre minério foi a mesma coisa. Uma das idéias era impedir que os estados, com autonomia tributária, passassem a tributar exportações de minérios, porque ninguém tributa, ninguém exporta impostos, tributa-se importações. Não pode exportar impostos. E o que está sucedendo hoje, com a eliminação do imposto único sobre minérios, é que os estados passaram a tributar exportações, esforço baldado que só resulta em perda de competitividade no mercado mundial.

Jorge Escosteguy: Pedro Cafardo, por favor.

Pedro Cafardo: Professor Roberto Campos, eu gostaria de voltar a dois pontos em que eu até tentei interromper na hora, mas não consegui: a questão da correção monetária, que o senhor disse que ela deve morrer de morte morrida e não de norte matada. O senhor disse que essa morte ocorreria após a queda constante da inflação durante um certo período. Agora, a maioria dos economistas argumenta que é a correção monetária, ou seja, é a indexação que realimenta a inflação, e depois que a indexação foi criada, nunca mais houve uma queda constante da inflação, como o senhor... Então essa é uma pergunta. A segunda, me parece que não ficou bem claro o que o senhor faria nesse 31 de janeiro, quando o governo fez o Plano Collor II?

Roberto Campos: Eu acho que eu expliquei bem, mas vamos à primeira pergunta.

Pedro Cafardo: Quais as coisas práticas que o senhor faria? O senhor falou das causas causadas e das causas [causantes], mas o senhor não disse especificamente. O senhor disse: o governo deveria fazer uma reanálise, mas após a análise – o senhor já fez, provavelmente –, o que é que se faria?

Roberto Campos: Reanálise e correção, mas vamos à primeira pergunta.

Pedro Cafardo: Pois não.

Roberto Campos: Não é verdade que, após a implantação da correção monetária, não se tenha tido nenhum período de inflação declinante. Pelo contrário: entre 1964 e 1973, quando se ampliou a faixa, o leque da correção monetária, a inflação desceu de 100% para cerca de 15%, o que indica que a inflação não é causada pela indexação e que a desinflação não é impossibilitada pela indexação. Há até um economista, o [norte-americano]

Milton Friedman [1912-2006, teórico do liberalismo econômico, defensor do livre mercado], que acha que a correção monetária facilita o combate à inflação, contrariamente ao que diz aí a sabedoria convencional dos nossos economistas. E por quê? – diz ele. Porque na sociedade com longa tradição inflacionária, se não houver correção monetária, os assalariados, para se proteger, querem hoje um salário que lhes dê proteção contra o amanhã, e ao pleitear salários não só para atender a situação corrente, mas para prever uma inflação futura, pois que não haveria correção monetária, eles tendem a exagerar suas reivindicações salariais, levando portanto a um incremento de custos. E diz ele: também os contratistas de serviços e obras públicas a prazo procurarão majorar os preços de hoje para se proteger contra a inflação futura. Se você tiver a correção monetária, o que acontece? Você cobra o preço compatível com a conjuntura presente, não se preocupa tanto em incorporar no preço presente uma proteção contra a inflação futura, porque ela virá através da correção monetária.

Cafardo: Essa era a tese dos anos 70 e dos anos 60, só que...

Roberto Campos: [interrompendo] Isso é tese de Milton Friedman agora.

Pedro Cafardo:...a partir de hoje... Os brasileiros a defendiam, eram criticados no mundo inteiro, mas se defendiam com essa teoria. Agora, hoje, parece que todo mundo pensa diferente.

Roberto Campos: Não é que todo mundo pensa diferente. A regra, mais ou menos grosseira... se você tem uma inflação de até 6%, que é convencionalmente um nível de juros decente numa sociedade bem comportada, não é preciso você se preocupar com correção monetária coisa nenhuma, é uma complicação inútil. Agora, se a inflação convencional é de 10%, 12%, 15%, aí, se você não tiver correção monetária, um grande número de coisas más acontecem. Por exemplo: as empresas ficam descapitalizadas, porque parte do lucro que elas acusam é lucro inflacionário, passa a ser tributado e entra em função desse mecanismo de profecia do futuro. O sujeito pensa num salário presente e também num salário extra para se proteger do futuro, e os preços são reajustados como precaução contra uma inflação futura desconhecida.

Stephen Kanitz: Mas vamos colocar uns números nessa discussão? A rigor, a correção monetária no Brasil foi um engodo. Um dinheiro colocado, cem cruzeiros em 1967, com a correção monetária, só valeria hoje dez cruzeiros, ou seja, a correção monetária, ao contrário do nome, não corrigiu a inflação do período, ela só corrigiu 10% no período por causa das várias manipulações da conta de correção monetária. Então, no Brasil, não houve de fato correção monetária.

Roberto Campos: Você tem razão, houve correção parcial. Mas correção parcial é melhor do que a correção zero.

Stephen Kanitz: Não, com licença, 90% foram roubados.

Roberto Campos: Correção parcial é melhor do que incorreção. Agora, houve vários estágios na correção monetária. No período em que eu servi de vigia do barco, o critério adotado foi o critério do IPA, o Índice de Preços por Atacado da Fundação Getúlio Vargas, índice que ninguém acusou de manipulação. Já no segundo período, segundo governo militar, passou-se a adotar o Índice de Preços ao Consumidor, com uma idéia falsa. É que se receava que o Índice de Preços por Atacado registrasse muito depressa a inflação, ao passo que o Índice de Preços ao Consumidor registrava-a retardadamente. É uma ilusão, porque os impactos se acumulam, eu fui contra isso. Depois nós marchamos, usando o Índice de Preços ao Consumidor, até mais ou menos 1976. Devíamos, por ocasião da primeira crise do petróleo [em 1973], ter expurgado do índice aquele que correspondia ao imposto de petróleo, perda de renda real, a ser transferido aos árabes, [mas] isso não foi feito. Mas em 1976, o Simonsen inventou o coeficiente de accidentalidade e tornou a correção parcial: 80% segundo os índices, 20% segundo a inflação programada de 15%. Era uma mutilação da correção monetária. Em 1980, o [economista e político Antônio] Delfim [Netto, ministro da Fazenda entre 1967-1974; ministro da Agricultura em 1979; e ministro do Planejamento entre 1979-1985] estabeleceu um teto para a correção monetária, 50%, quando a inflação foi a 90%. Datam daí essas distorções. Sobre esse aspecto você tem razão, a correção monetária tem sido mutilada e parcial com grande desincentivo e injustiça para o poupador. Mas isso não tem a ver com a concepção original de correção monetária.

Jorge Escosteguy: Professor.

Roberto Campos: Isso é um defeito de implementação.

Jorge Escosteguy: Por favor, o Paulo Nogueira tem uma pergunta para o senhor.

Paulo Nogueira: Deputado, ao ouvir arrazoados brilhantes como os do senhor, o cidadão comum tem mais uma vez a oportunidade de perceber como é fácil explicar os problemas brasileiros. Eu pergunto: por que é tão difícil resolvê-los?

Roberto Campos: É difícil resolver porque há um desequilíbrio básico nas sociedades subdesenvolvidas entre o nível de aspirações da sociedade, que reflete, inclusive, imitativamente os hábitos de consumo e o padrão de vida que se observam no exterior e a capacidade dessa comunidade de dar satisfações. É essa perpétua tensão. Aspira-se a mais do que aquilo que a economia pode produzir. Um meio de solução dessa tensão é exatamente a ilusão inflacionária. A ilusão inflacionária é um meio grosseiro, no fundo inútil e cruel, mas aparentemente fácil de se resolver o conflito distributivo.

Jorge Escosteguy: Professor.

Jayme Martins: Deputado.

Jorge Escosteguy: Só um minutinho, por favor, Jayme. Eu queria registrar, antes, a presença de mais um convidado, o jornalista Luís Nassif, da agência Dinheiro Vivo, que acabou de chegar. O Jayme Martins tem uma pergunta.

Roberto Campos: [interrompendo] Estamos falando de dinheiro morto e você é do dinheiro vivo [risos].

Jayme Martins: Deputado, sem pretender transformar esta roda viva numa roda de fogo, mas apenas pretendendo me antecipar aos telefonemas que devem estar chegando dos telespectadores de Campinas, como é que se explica aquela afirmativa: “Ou o Brasil acaba com a Unicamp ou a Unicamp acaba com o Brasil”? [risos]

Roberto Campos: Em primeiro lugar, isso não foi uma sentença, isso era uma piada, e a piada foi mal transcrita. Eu nunca disse isso, o que eu disse foi o seguinte: “Ou o Brasil acaba com os economistas da Unicamp ou os economistas da Unicamp acabam com o Brasil” [risos]. A minha quizília é com os economistas da Unicamp, não com os físicos, os matemáticos, os biólogos, os condutores das ciências sociais em geral da Unicamp. É uma quizília com economistas da Unicamp, porque eu acho que eles foram os inspiradores intelectuais, os criminosos intelectuais da concepção do Plano Cruzado. O Plano Cruzado criou uma cultura especial, a cultura do cruzado, que, a meu ver, induzirá toda uma geração brasileira a uma falsa concepção do problema inflacionário e do problema do desenvolvimento. A cultura do cruzado encerra três subculturas: a subcultura antiempresarial, a subcultura do calote e a subcultura do dirigismo. Se me perguntarem por que a subcultura antiempresarial, é perceptível no Plano Cruzado, com aquelas punições a empresários, põe na cadeia quem pratica preços desalinhados, essa mentalidade antiempresarial deriva de uma definição errônea da inflação. O cruzado treinou a população brasileira para acreditar que inflação é a alta de preços, não é. Alta de preços é o resultado. Inflação é expansão monetária. Você me diz: e daí? E daí muitas conseqüências grandes surgem. Se inflação é alta de preços, então o culpado é o empresário que faz a alta de preços; mas se inflação é expansão monetária, então o culpado é o governo. Veja que a mudança da definição cria uma cultura antiempresarial. Hoje existe no Brasil uma cultura antiempresarial. Eu acho isso gravíssimo, porque dos vários “-ários” que temos por aí, o operário, o funcionário, o missionário, o realmente importante é o empresário. Operários, todos podemos ser; funcionários, todos queremos ser; missionários são úteis, mas eles falam na vida do além-túmulo, e nós queremos a vida corrente. O dínamo da sociedade é o empresário, isso é um recurso natural raríssimo.

Jayme Martins: Isso tem a ver com a tese do [filósofo alemão Karl] Marx [1818-1883], da lei da correspondência obrigatória entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção?

Roberto Campos: Claro, eu acho que sim. Você falou aí em Marx. Eu estou lendo agora um livro muito interessante sobre a saída do socialismo. Numa das angústias, os pobres dos poloneses é que querem privatizar, mas não encontram empresários, não há empresários lá, só há funcionários. Então,

alguém teve essa brilhante idéia: bom, vamos então fazer um concurso para empresários. Criaram uma banca examinadora [risos], três camaradas designados pelos sindicatos, um designado pela comunidade e um designado pelo Ministério Público, a examinar [candidatos a] empresários. Veja que idéia ingênua, a capacidade empresarial é uma coisa nativa, ela pode ser aperfeiçoada aqui, ali, por escolas de administração de negócios, mas basicamente é uma coisa nativa, é um instinto que deve ser respeitado...

Jayme Martins: É uma cultura, não é?

Roberto Campos: Por exemplo, imaginem num concurso o [empresário] Sebastião Camargo [1909-1994], da [construtora] Camargo Corrêa; o [banqueiro] Amador Aguiar [1904-1991], que acabou de nos deixar, e eu. Ora, eu daria uma surra nessa gente em um concurso. Eu falaria latim, um pouco de grego, citaria Aristóteles, recitaria Shakespeare. Ganharia do Amador Aguiar e do Sebastião Camargo nesse concurso, facilmente. Agora, quando chegássemos ao mercado, eles saberiam como ganhar dinheiro, e eu não. Uma vez, eu estava conversando com o Sebastião Camargo, que é um empresário nato, como o Amador Aguiar, são gêmeos, nativos. Ele me disse: “Roberto, eu não tenho tempo para perder dinheiro”. Eu disse: “Sebastião, eu não tenho tempo para ganhar dinheiro” [risos].

Sérgio Rondino: Dá para ser empresário moderno no Brasil?

Roberto Campos: Não dá. Não dá porque, que horizonte de planejamento tem você? Você estava aí planejando instalar uma fabriquetta. Vêm aí os rapazes da economia e dizem: “Os preços estão congelados”.

Jorge Escosteguy: [interrompendo] Os rapazes e a moça da economia [refere-se à ministra Zélia Cardoso de Mello].

Roberto Campos: É, os jovens, os jovens. Eu, que sou velho, tenho inveja deles, e repito sempre a frase do [escritor irlandês] Bernard Shaw [1856-1950]: “A juventude é uma coisa maravilhosa, por que desperdiçá-la nos jovens?” [risos]. Então, não dá, você não tem horizonte de planejamento. Por isso que muitos empresários brasileiros, a contragosto, estão buscando investimentos na Europa, investimentos na Irlanda, que são países que dão muitos favores, Portugal, aliás, que dá muitos favores, Espanha, Estados Unidos.

Luís Nassif: Deputado.

Roberto Campos: Você veja que ironia: nós votamos agora no Congresso um dispositivo que veda o acesso das empresas brasileiras de capital estrangeiro ao tal de fundão. As empresas brasileiras de capital estrangeiro, as multinacionais, não iriam de qualquer maneira ao fundão, porque lá é BNDES, e o BNDES é tripulado por xiitas. Então seria um calvário de derrotas uma multinacional apresentar lá um projeto, de modo que não há consequência prática nisso, mas a sinalização é um desastre. Você está sinalizando que o Brasil não só está na contramão da história, está fora da história, porque hoje todo mundo briga para atrair multinacionais, para dar-lhes favores, para dar-

lhes subsídios. Irlanda e Portugal dão vultosos subsídios. Rússia, Polônia, China, todas querem capitais estrangeiros. Capital hoje é um bem escasso. Esses bestalhões acham que fazem nacionalismo desencorajando e mesmo insultando capitais [...]. Nacionalismo é criar empregos, não é nada mais. Enquanto não nos... nacionalismo não é fazer discurso de palanque, nacionalismo é criar empregos. Qualquer capital é bom, venha do céu, do inferno, do purgatório, extraterrestre, sujo, limpo, seja lá o que for, desde que crie empregos. Essa é a filosofia mundial. Capital é um bem escasso. Hoje nós temos a Cortina de Ferro que quer se transformar para o capitalismo; nós temos a idade da alta tecnologia, que é voraz em matéria de capitais; nós temos o sudeste asiático explodindo de crescimento e atraindo capitais; e agora ainda temos o conflito no Golfo, e esses nossos bestalhões acham que podem esnobar capital estrangeiro.

Jorge Escosteguy: Professor, por favor, o Luís Nassif tem uma pergunta para o senhor.

Luís Nassif: Deputado, eu queria tentar entender um pouquinho, através da sua análise, por que se chegou a esse quadro hoje e qual foi o papel do empresário nacional, ou da falta de um projeto do empresário nacional para se chegar a esse quadro. Nós tivemos, depois de 64, aquele processo de racionalização das contas públicas, aquela reforma implementada pelo senhor e pelo doutor Bulhões; nos anos 70, toda prioridade de desenvolvimento era concentrada no seguinte: vamos concentrar todos os esforços no empresário, [porque] concentrando no empresário, o empresário cresce, gera emprego e o emprego gera justiça social e gera um desenvolvimento. O que nós vimos durante os anos 70 foi o desperdício de muitos recursos, aqueles fundos que jogaram dinheiro fora; foi o aparecimento de um protecionismo também. O meio empresarial, enquanto em outras partes do mundo havia um aprimoramento muito grande das relações trabalhistas, os trabalhadores sendo chamados como parceiros, sendo imbuídos dessa mentalidade empresarial, aqui [havia] um processo estagnado. Será que o empresário brasileiro também não é culpado da falta de um projeto nacional para o empresário brasileiro?

Roberto Campos: É, eu acho que sim. Os empresários brasileiros se habituaram a ter reservas de mercado, fazendo um curioso pacto com o governo. Eles apoiavam o governo em troca de reservas de mercado, das quais o exemplo mais crítico, porque significou um enorme atraso para o Brasil, é a reserva de mercado da informática, contra a qual eu lutei...

Jorge Escosteguy: [interrompendo] Professor, desculpe interrompê-lo um minutinho.

Roberto Campos:...e que resultou de uma estranha aliança entre empresários cartoriais, militares da direita, do SNI [Serviço Nacional de Informações], e políticos de esquerda. Agora, por que essa distorção da mentalidade empresarial? É parte da patologia cultural brasileira. Nós sofremos de uma doença que eu chamo de a doença dos “-ismos”. São cinco “-ismos”: o nacionalismo, o estruturalismo, o populismo e duas doenças graves que debilitaram, desfibraram o empresariado nacional, que são o protecionismo

exagerado e o estatismo incontrolado. E disso é que resultou a perversão da mentalidade empresarial brasileira.

Luís Nassif: Mas como se explica que isso tenha surgido no bojo de reformas, no bojo de uma reforma política autoritária e no bojo de uma reforma econômica liberal, onde praticamente, digamos, todos os grandes valores do liberalismo estavam presentes nessa reforma econômica? Como se compreende que... é o autoritarismo em si que leva a esse processo de deturpação das relações econômicas, da competição, da livre competição?

Roberto Campos: Eu diria que não; não há conexão necessária entre essa distorção e autoritarismo. Por exemplo, o Chile foi até recentemente um país autoritário, e que se moveu cada vez mais no sentido da economia de mercado do capitalismo competitivo. Taiwan e Coréia foram até recentemente – estão em processo de democratização – países autoritários em que se praticou um capitalismo competitivo. Não há, portanto, relação entre o desfibramento empresarial e o autoritarismo em si. O autoritarismo tem que ser julgado por suas desvantagens de outra natureza, não por isso. No caso brasileiro, eu diria que houve um acidente de percurso. Esse acidente de percurso foi a primeira crise de petróleo. Quando houve o impacto da crise de petróleo, nós tínhamos que importar 80% do combustível consumido, a Petrobras já tinha quase vinte anos de vida e não tinha descoberto ainda praticamente nada – a descoberta maior foi a bacia de Campos, em 1974, vinte anos depois de estabelecida a Petrobras –, num momento de pânico, nós tomamos que direção? A direção coreana de enfatizar exportações e indústrias orientadas para exportação? Não. Nós nos orientamos para uma maciça substituição de importações, por via de quê? Ou de empresas estatais ou de grandes grupos cooptados pelo Estado e financiados por subsídios, por taxas cambiais favorecidas e por taxas de juros negativos. Aí é que começou a distorção; dela não mais saímos.

Jorge Escosteguy: Professor, eu queria pegar uma carona, quando o senhor falou em protecionismo, que o telespectador Torsten Poilesen, aqui de São Paulo...

Roberto Campos: [interrompendo] Carona em dia de chuva é permissivo.

Jorge Escosteguy: ...ele pergunta se o senhor não acha que esse “desprotecionismo” da informática está indo muito depressa, e com essa velocidade é capaz de não dar certo.

Roberto Campos: Meu Deus, é o contrário, está indo lento demais. É que a informática não se mede por anos, mede-se por minutos. Você, a cada seis meses, tem um novo produto substancial em matéria de informática. Se você não liberalizar rapidamente, aí sim é que você condena toda a indústria à obsolescência. O que hoje nós temos é um parque arqueológico de computadores. Eu recebo muitos PhDs americanos, gente fazendo teses, são chatos, vêm aqui, me amolam, querem fazer pesquisas e não sei que, tal. Eu já estou vendo a hora em que você, inundado de pedidos de PhDs americanos, fazendo tese sobre a história primitiva da informática, a arqueologia da

informática, e o maior museu de peças obsoletas é aqui no Brasil. Vão vir a mim pedindo para orientá-los como caminhar nesse museu obsoleto [risos].

Jorge Escosteguy: Como o senhor caminhará nesse museu? O senhor não tem computador ou o senhor tem um computador importado?

Roberto Campos: Não, eu acabaria com esse museu. Eu diria: a importação de equipamento é permitida; a indústria nacional tem que ser competitiva. O máximo que o governo pode fazer é dizer àquelas empresas que tiverem maioria nacional, não precisa ser inteiramente nacional, [aquelas] que tiverem maioria nacional, eu dou preferência nas minhas encomendas. Agora, o público em geral pode obter o equipamento que julga mais adequado a sua produtividade. É o princípio japonês, a gente pensa aqui que o Japão protegeu e tal, [mas] o que o Japão fez foi o seguinte: “Eu, governo japonês, orientarei minhas encomendas, não as do público, minhas encomendas para aquelas indústrias que têm maioria de capital japonês e induzirei sutilmente os bancos a darem preferência no financiamento a essas indústrias. Agora, quem quiser importar, pode importar; indústrias estrangeiras que queiram se implantar, podem se implantar”. Então, esse seria o limite da ação governamental.

Jorge Escosteguy: Induzir sutilmente seria o quê, professor?

Roberto Campos: Você sabe que, na Inglaterra, eles têm o chá das cinco. O Banco da Inglaterra não produz essa batelada de resoluções, de instruções, não sei o quê; convidam-se os banqueiros para o chá das cinco e aí, ao pé do ouvido, se sussurra o que se deseja que seja a orientação governamental. Os japoneses tinham um outro negócio que se chama orientação administrativa. É também uma coisa muito informal, é a manifestação de uma preferência não coercitiva do governo. Nós deveríamos aprender mais a técnica do chá das cinco [risos].

[sobreposição de vozes]

Jorge Escosteguy: Nós vamos precisar fazer um rápido intervalo. O **Roda Viva** volta daqui a pouco, entrevistando o deputado e ex-ministro Roberto Campos. Até já.

[intervalo]

Jorge Escosteguy: Voltamos com o **Roda Viva**, que hoje está entrevistando o professor Roberto Campos, ex-ministro do Planejamento e atual deputado federal pelo Rio de Janeiro. Professor, o senhor falou um pouco no primeiro bloco sobre excesso de dinheiro no mercado etc. Acho que, aqui, eu e a maioria das pessoas que aqui estão, e muitas pessoas que estão em casa, estão de olho no mês de setembro, ou seja, acham que no mês de setembro vai começar a chover dinheiro na horta de todo mundo com a devolução dos cruzados novos. O senhor acha que é viável, é possível a devolução desse dinheiro sem nenhum trauma na economia?

Roberto Campos: Bom, em primeiro lugar, o governo não tem escolha. Ele não só se comprometeu...

Jorge Escosteguy: [interrompendo] O governo sempre tem escolha, não é, professor?

Roberto Campos:...a descongelar esses cruzeiros como esse compromisso foi reafirmado por ocasião da aprovação da medida provisória 294. Então, o governo vai ter que liberar cruzados. A coisa inteligente teria sido transformar o que foi um erro estratégico, quer dizer, o confisco, o seqüestro inicial, numa vitória tática. Como? Desde o primeiro mês ou segundo mês, liberar-se o uso de cruzados bloqueados para compra de propriedades, quaisquer bens do governo e para compra de ações; fazê-lo logo no início, porque assim dar-se-ia um certo consolo ao poupador, que viu seus cruzeiros bloqueados, e diminuiria essa massa do dia do juízo a explodir em setembro. Agora o governo está fazendo isso. Já se permitiu a utilização de cruzados para várias coisas e vai se permitir a utilização de cruzados para a privatização. Mas quanto mais nós nos aproximamos do dia fatal, menor o interesse da população em se desfazer de cruzados. O ideal teria sido fazer isso logo no início. Então, eu acho que esse erro estratégico, em termos de investimento e poupança, que foi o bloqueio de cruzados, ter-se-ia transformado num acerto tático, permitindo o mais rápido programa de desestatização, de privatização do mundo, que todo mundo correria para livrar-se dos cruzados.

Jorge Escosteguy: Mas não foi assim. O professor [Luiz Gonzaga] Belluzzo, por exemplo, que não chega a ser um crítico, ou a estar em desacordo com a atual equipe econômica, ele diz que é praticamente impossível, que não se pode devolver esse dinheiro para o mercado.

Roberto Campos: Uma razão a mais. Se não se pode devolvê-lo financeiramente, uma razão a mais para se fazer a conversão da dívida, aliás, a conversão da dívida em ações de propriedades estatais é uma solução não só para a dívida interna, mas também para a dívida externa. A questão é que o governo não tem muita escolha. Em setembro, ele vai ter que começar a pagar cruzeiros. De onde ele vai tirar esses cruzeiros? Ou ele aumenta os tributos, ou ele faz uma química, como a que fez agora com o fundão, ou ele emite papel-moeda, mas não há como escapar.

Luís Nassif: Deputado, o senhor está lançando um livro de memórias, parece que está na fase final. O senhor é uma pessoa que acompanhou os principais fatos da história brasileira dos anos 50 para cá, e eu queria que o senhor fizesse uma avaliação aqui do governo Juscelino. Nos últimos tempos, houve uma ressurreição assim da imagem do Juscelino, como grande governo, o governo que jogou o país na modernidade, mas ainda há algumas avaliações sobre a sua atuação que mostram um sujeito sem muita informação do ponto de vista internacional; muito dado a lances de *marketing* sem prever desdobramentos, como a Operação Pan-Americana; um sujeito que descontrolou as contas públicas, a ponto de deixar uma herança inflacionária. Qual é a sua avaliação hoje, com o distanciamento que o tempo dá, sobre o governo Juscelino e sobre o Juscelino?

Paulo Nogueira: Eu gostaria que depois o senhor fizesse uma avaliação também sobre o presidente Fernando Collor de Mello. Seria ele é um homem determinado ou também um homem manipulado pelos tais ideais antiempresariais dos economistas da Unicamp?

Roberto Campos: Eu convivi muito com o Juscelino, e eu fui co-autor, com [o engenheiro e político] Lucas Lopes [1911-1994], do Programa de Metas. Eu diria que ele era um grande empreiteiro, não necessariamente um estadista. O que ele queria era fazer obras. Não media muito as conseqüências inflacionárias disso. Eu, por exemplo, junto com Lucas Lopes, quando consultado pelo Juscelino, na fase da campanha ainda, eu propus que fizéssemos três programas, e não apenas o programa de metas – [quanto a] esse tratamento, fui eu até que sugeri a expressão “metas”. Um programa seria reforma cambial, isso era simples, era liberar a taxa de câmbio. Imagine se nós tivéssemos liberado a taxa de câmbio naquela época, muito antes que Hong Kong, que Coréia, que Taiwan penetrassem no negócio; seríamos super-exportadores.

Jayme Martins: [interrompendo] Mas havia o que exportar, industrialmente falando, naquela época?

Roberto Campos: Bom, isso teria orientado o rumo da industrialização, teria sido uma industrialização exportadora, e teria suscitado a diversificação da produção agrícola. Não se pode predeterminar qual será a exportação. Você veja, por exemplo, o Chile: 70% eram cobre, hoje, cobre são 40%. Quer dizer, surgiram novas exportações com as quais os chilenos jamais sonharam. No México, era mais ou menos a mesma coisa, o petróleo era 70% das exportações, hoje são 40%, quer dizer, houve uma enorme diversificação de exportações. Mas o segundo programa era um programa de estabilização monetária, de disciplina orçamentária, aliás, muito sofisticado. Nós planejávamos gastos e recolhimentos do Tesouro, mês a mês, era um primor tecnocrático, torre de marfim etc, um primor tecnocrático de programa de estabilização monetária. O terceiro programa era o programa de metas, era o único pelo qual o Juscelino se interessou. A reforma cambial, ele descartou logo, inclusive por objeções do [ministro da Fazenda no governo Juscelino e vice-presidente do Brasil entre 1964-1967] José Maria Alkmin [1901-1974], que dizia: “Reforma cambial derruba governo”. O governo não queria ser derrubado, [mas] não tinha nada disso. Reforma cambial era perfeitamente compatível com a normalidade democrática, porque a prática do câmbio livre é hoje uma prática democrática, uma democratização do mercado de câmbio. Juscelino se aferrou ao programa de metas, e aí era um animal de um extraordinário vigor e de uma enorme simpatia humana. O [advogado e político] San Tiago Dantas [1911-1964, ministro das Relações Exteriores, entre 1961-1962, e ministro da Fazenda em 1963] me dizia: “Roberto, quem quiser ser inimigo do Juscelino, tem que ficar pelo menos a 30 km de distância, porque se chegar mais perto, é imediatamente”... [risos].

Jayme Martins: Entrega a carteira.

Luís Nassif: Ele foi um bem ou um mal para o Brasil?

Roberto Campos: Foi um bem. No balanço, eu acho que foi um bem. Eu diria até que trouxe uma notável contribuição. Lembremo-nos que, até Juscelino, o Brasil era um país introvertido. O nacionalismo de Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas] era um nacionalismo xenofóbico, era antagonístico a capital estrangeiro, tinha medo. Naquele tempo não se usava a expressão “multinacionais”, usava-se “empresa estrangeira”, “capital estrangeiro”, que seja, mas o Juscelino quebrou esse tabu. O Juscelino, ainda como presidente eleito, e eu o acompanhei na viagem, foi à Europa, Estados Unidos, buscar investidores. Foi pedir aos alemães para virem investir no Brasil. Visitamos nove países em 17 dias. O Juscelino, como missionário, tentando atrair capitais para aqui, de modo que ele... O primeiro surto de industrialização brasileira não foi baseado em dívida, foi baseado na atração de capitais de risco. O problema cambial veio depois, por quê? Porque o Juscelino não quis fazer a reforma cambial. Não tendo querido fazer a reforma cambial, as exportações murcharam e a propensão a importar era grande. Ele tinha que fazer uma desvalorização cambial. Mas isso era em 1959, ele estava pensando na eleição, e reforma cambial aumenta o preço de trigo, de papel, de combustível, é impopular, então ele preferiu não fazer a reforma cambial e brigar com o Fundo Monetário, o que lançou o Brasil rapidamente na bancarrota. Eu saí do governo por esse motivo e vários outros, inclusive pelo petróleo na Bolívia, nós fizemos as maiores loucuras. Nós não queríamos contratos de risco na Bolívia, petróleo boliviano. A Petrobras não podia ir para a Bolívia, pelo código de petróleo boliviano, mas nós não queríamos contrato de risco na Bolívia, não era no Brasil, era na Bolívia, veja que loucura. Eu saí do governo por isso e porque não participava da ideologia dele, de briga com o Fundo Monetário Internacional. E também ele ficou ressentido porque eu não me entusiasmei pela Operação Pan-Americana. Ele queria um grande Plano Marshall para a América Latina, e eu dizia: “Mas, Juscelino, antes de a gente pedir dinheiro lá fora, precisamos fazer as reformas internas, precisamos provar que somos um país sério, que estamos fazendo um esforço fiscal”. Muito bem, ele brigou com o Fundo Monetário etc e o Brasil caiu na bancarrota. A primeira tarefa do Jânio Quadros foi chamar o [banqueiro e diplomata] Walter Moreira Sales [1912-2001] e a mim, para irmos lá, de chapéu na mão, arranjar acomodações com os credores, porque o Brasil não tinha como pagar a gasolina, nós tínhamos atrasados de gasolina, naquele tempo se importava gasolina. As refinarias não eram adequadas, importava-se gasolina. Não tínhamos como pagar gasolina, éramos caloteiros de gasolina.

[...]: Mas, deputado, hoje a situação talvez ainda seja pior. Eu quero lhe perguntar o seguinte.

Jorge Escosteguy: Só um minutinho, por favor, desculpe interromper. É que ele não terminou a pergunta do Paulo Nogueira. Ele não respondeu, e eu vou aproveitar, porque tem dois telespectadores que fazem a mesma pergunta, querem uma avaliação do professor Roberto Campos sobre o governo Collor. O José Roberto Nóbrega da Silva, aqui de São Paulo, pergunta inclusive se ele aceitaria ser ministro do governo Collor. E o Paulo Horsel, de São Vicente, ainda pergunta se o presidente Collor, ao completar um ano de governo, o convidasse para subir a rampa do Palácio, o que o senhor faria: o senhor subiria a rampa ou choraria na rampa, como se dizia antigamente? [risos]

Roberto Campos: Não, eu admiro o Collor, se me convidasse para subir a rampa, eu preferia descer a rampa. Esse negócio de subir, na minha idade já é meio complicado. Mas não acho que haja interesse para ele em exhibir a minha decadência aos olhos públicos, há gente mais interessante a mostrar. Agora, quando me perguntam o que pensar do Collor, eu diria: que Collor? Porque há vários Collor; Collor é colorido. Em primeiro lugar, há o Collor candidato, esse provocou meu destramelado entusiasmo. Era uma mensagem de modernidade, contrastando com a mensagem obsoleta do Brizola, que não pode ser acusado de ter tido nenhuma nova idéia em trinta anos, e eu o conheço desde essa época. Pode ser acusado de várias coisas, mas de ter tido uma idéia nova, jamais. Ele continua falando aí nas perdas internacionais, quando todo mundo quer capitais internacionais para ter ganhos internacionais, e ele fica falando em perdas internacionais. Lula, com uma mensagem de conflito de classes, quando a União Soviética abandona a ideologia do conflito de classes. Então, Collor é uma mensagem super moderna, o Brasil do futuro. Ele pregava o evangelho que eu sempre defendia: combate à inflação, desregulamentação, privatização, liberalização comercial, reinserção do Brasil na comunidade financeira internacional, retorno do Brasil ao mundo e à história. Hoje o Brasil está na contramão da história e talvez fora da história. Collor número dois foi o Collor da primeira fase executiva, e aí eu fiquei muito desapontado. Tinha conversado com ele uns dias antes; nunca imaginei que ele comesse com essas medidas brutalmente heterodoxas, o que eu chamo o “con-con”: congelamento e confisco. E na primeira oportunidade que eu tive de falar com ele, expressei-lhe o meu desapontamento, e ele me disse: “Nossos objetivos são comuns, apenas os meus caminhos são diferentes e lhe parecerão um pouco esquisitos”. Eu disse: “Põe esquisito nisso” [risos]. Depois há o Collor três, em que ele parecia voltar a sua pregação original. Começou a descongelar preços, a fazer desregulamentação, a enunciar mais claramente o propósito de privatização, a fazer liberalização comercial, a falar contra as reservas de mercado, e eu novamente me animei. Eu discordava da condução da política econômica pelo seu sentido intervencionista, mas me seduzia por esses aspectos de reforma estrutural. O desbaste da máquina governamental, o esforço de desregulamentação, a promessa, e era apenas uma promessa, de privatização, mas eu tenho sofrido tanto defendendo a causa privatista que se um governo apenas listar empresas privatizadas, eu já fico cheio de emoção. Porque eu acho que simplesmente você listar as empresas privatizadas já é comprar uma tremenda briga com essa burocracia, essa nomenclatura corporativista, que é carente de todas as tecnologias modernas, exceto uma, a de converter o interesse pessoal em interesse público. Apresentam-se como os grandes defensores do interesse público, [dizem que] as empresas têm que ser estatais para a defesa dos interesses nacionais. Coisa nenhuma, defesa dos interesses corporativos. Collor enunciou o objetivo de privatização e forneceu uma lista de empresas [a serem] privatizadas. Ora, só isso me encheu de ternura, recompensa pelos meus longos anos de labuta.

[...]: [interrompendo] Mas [o senhor] logo se decepcionou.

Roberto Campos: E fez alguma coisa em desregulamentação; agora ainda fez aí o programa de – como se chama? – competitividade industrial, que é uma boa coisa, liberalização de importações de máquinas, a liberalização da

informática, particularmente no tocante ao *software*, desregulamentação, enfim, são aspectos bons, eu já estava, num balanço algébrico, já estava inclinado a dar-lhe um crédito. Mas agora veio o Plano Collor número dois, e aí foi para mim, como um privatista, um anti-intervencionista, um segundo golpe. Eu esperava que ele, desencantado com o primeiro Plano Collor [Plano Collor I e II], não usasse os mesmos instrumentos no segundo Plano Collor. Mas o escritor inglês Evelyn Waugh [1903-1966], de quem eu devia ter lembrado, já nos advertia para a diferença entre desapontamento e desilusão. Ele teve desapontamento com aqueles... mas não tinha desilusão. Era desapontado, mas não desiludido, e replicou a façanha inicial, agora com um colorido novo, não é bem um confisco, não é isso, é uma intervenção no mercado financeiro.

Pedro Cafardo: [interrompendo] O senhor chegou a se arrepender do voto?

Jorge Escosteguy: [interrompendo] O senhor estava desapontado e agora ficou desiludido, professor?

Roberto Campos: É, eu acho que sim [risos].

Pedro Cafardo: Então o senhor chegou a se arrepender do voto?

Roberto Campos: É uma personalidade carismática, sem dúvida nenhuma. Tem carisma, tem um sentido de *marketing* e é determinado. Ele dizia: “Eu sou determinado”. E eu acho que ele é determinado, é preciso apenas mudar o objeto da determinação.

Armando Ourique: Deputado, o que se pode esperar agora do Congresso Nacional? Existe uma crescente esperança de que o Congresso venha elaborar um projeto nacional, venha ordenar as finanças públicas, venha fazer reformas administrativas, venha, enfim, abrir um novo horizonte, venha realmente discutir um projeto de todo país. Outra coisa ligada a isso: o senhor acha que nós estamos caminhando para uma crise institucional? Uma coisa que me preocupa: o senhor afirmou que não há nenhuma correlação entre o êxodo de programa modernizante, liberalizante e um regime autoritário. O senhor chega ao ponto de achar que o país precisa de um regime autoritário para estabilizar a economia?

Roberto Campos: Não, nada disso, se a gente contempla o mundo, verifica que os países de industrialização madura e bem-sucedida são países democráticos. Parece até que há uma correlação positiva entre alto grau de industrialização e democracia. Dir-se-á: mas a Rússia é altamente industrializada e não é democrática. Isso é verdade, mas a Rússia tem um tipo especial de industrialização, é uma industrialização distorcida. Toda a simpatia marxista é pelas indústrias pesadas, quando a industrialização verdadeira é aquela orientada não pelas ambições do produtor, que quer grandes [...] e grandes máquinas, mas pela soberania do consumidor. A industrialização moderna é, portanto, uma industrialização diversificada e pode ser até leve, eletrônica. Então, não é necessário nenhum regime autoritário para se chegar à industrialização. O que eu disse é que autoritarismo não é incompatível com o saneamento financeiro. Tanto assim, que houve esses exemplos que citei:

Taiwan, Coréia etc. Que se pode esperar do Congresso? Eu acreditava que o Congresso ia melhorar, até porque eu achava que era impossível piorar. O Congresso que fabricou essa Constituição que aí está, que é um regulamento, uma espécie de consolidação das leis trabalhistas...

Jayme Martins: [interrompendo] Uma lista telefônica [...].

Roberto Campos:...uma lista telefônica, um catálogo de aspirações, freqüentemente sem contato com a realidade, um Congresso que fez essa Constituição de má qualidade, eu esperava que um novo Congresso fosse de melhor qualidade. Fiquei animado, inclusive parece que há duzentos empresários, ou que seja, portanto, maior chance de a gente marchar para a economia de mercado. O Congresso ainda não está estruturado, os novos ainda não se desinibiram, mas esse voto aí em favor de uma proposta do PDT, de vedar o acesso de capital estrangeiro ao fundão, quer dizer, um total irrealismo na rejeição de capital estrangeiro, me deixa um pouco desanimado. Não se deve sobre-estimar a capacidade do legislativo de combater a inflação, aliás, de nenhum legislativo. Não se deve criar esse mito de que o legislativo é necessariamente austero, cortador de despesas, não, senhor. Nos países desenvolvidos de hoje, o ônus do combate à inflação repousa apenas parcialmente sobre o executivo, ligeiramente sobre o legislativo e fundamentalmente sobre o Banco Central. Não é o Congresso americano que controla a inflação; o presidente [dos Estados Unidos Ronald] Reagan, desesperado, só faz aumentar de despesas, é preciso o Federal Reserve Board dar um tranco. Quem combate a inflação na Alemanha não é o Bundesbank, não é o parlamento; de alguma maneira, é o executivo. O executivo tende a ser mais moderado, porque tem que pagar as contas. O legislativo nem precisa pagar as contas, ele simplesmente volta à despesa, às vezes sabendo que as despesas excedem a receita. É o Banco Central independente que, na maioria dos países, se responsabiliza pelo combate à inflação. E o problema brasileiro é: enquanto nós esperarmos que o executivo combata a inflação, que o legislativo combata a inflação, nós nos arriscaremos a frustrações enquanto não criarmos um Banco Central independente, proibido de financiar o governo.

[...]: [interrompendo] Vide Nova Zelândia.

Roberto Campos: Vide Nova Zelândia.

Armando Ourique: O Banco Central permitiu, em fevereiro, uma expansão da base monetária [de] 38%. Como nós vamos sair desse programa, desse congelamento e qual o risco, como eu havia lhe perguntado, de uma crise institucional, do agravamento da situação econômica até lá?

Roberto Campos: Hoje é difícil sair do congelamento. Se você tem essa bruta expansão monetária, é de se esperar, afrouxados os controles, uma explosão de preços. Agora, isso tem que ser balanceado contra o mal dos controles. Em existindo controles numa situação inflacionária, você desorganiza a economia, porque a oferta tende a ser obstruída. O cidadão que poderia produzir fica com medo: como é que eu vou produzir? Como é que eu vou montar minha

fabriqueta, se no fim da linha eu vou encontrar não o risco do mercado, nesse eu estou preparado para correr, mas o arbítrio do burocrata? Então, agora nós estamos numa entaladela, e o Castelo Branco dizia muito isso. Nós, em 1964, liberamos os preços agrícolas completamente. Quanto aos preços industriais, criamos o sistema de incentivos. As firmas que se comportassem voluntariamente, de acordo com uma determinada norma de preços, teriam benefício fiscal; as que não quisessem aceitar a norma de preços teriam uma punição fiscal, mas não havia congelamento nem sequer mesmo controle prévio. E ao Castelo Branco, quando ministro, diziam: “Tem que congelar os preços; não é possível, eles continuam subindo; a política fracassou”. Castelo Branco dizia: “O congelamento é como a ditadura: é muito fácil de entrar, agora, é difícil sair. Eu quero não entrar no congelamento, para poder sair elegantemente da ditadura”. A ilusão que ele tinha, com a Constituição em 1967, que previa... a esperança dele era que fosse implementada por um sucessor civil.

Jayme Martins: Tratando de aliviar um pouco a tônica financeira, o senhor, que quando jovem, teria sido considerado por seus colegas de seminário um possível papa, como se sente hoje, na idade papável, dando lições de marxismo a muitos dos intelectuais marxistas brasileiros e às esquerdas brasileiras em geral?

Roberto Campos: É interessante, eu não me arrependo de ter abandonado o seminário, porque eu seria mau padre, eu seria indisciplinado, porque eu nunca aceitei a disciplina do *index librorum prohibitorum*, o índice dos livros proibidos. Eu queria especular, refletir, duvidar. Não tinha a capacidade de seguir conselhos dos jesuítas: *perinde ac cadaver*, paciente imóvel, passivo como um cadáver ante os ditames da obediência eclesiástica. Por isso, lancei-me no grande mundo. Nunca me seduzi pelos extremismos. No meu ingresso, por exemplo, na carreira diplomática, por concurso, àquela ocasião, o nazismo e o integralismo eram tendências dominantes no Itamaraty. Eu resisti a essa tendência dominante, e quando me perguntavam: mas você não acha inevitável a vitória do Eixo [países que lutavam contra os Aliados na Segunda Guerra Mundial, liderados pela Alemanha, Itália e Japão]? Como é que você explica essa esperança numa reversão? E realmente, àquela ocasião, a vitória parecia inevitável. Eu disse: bom, lembrem-se, talvez nós estejamos no momento do apogeu napoleônico. Quem, em 1806, após a Batalha de Jena [que opôs os exércitos de Napoleão Bonaparte ao exército da Prússia; em poucas horas, este foi derrotado], ousaria duvidar que o império napoleônico duraria para sempre, e seis anos depois ele caía. Assim eu digo: Hitler e as potências do Eixo acumulam vitórias sobre vitórias. Isso era fim de 39, 40, começo de 41, mas eu acho que a mobilização aliada, com a entrada dos Estados Unidos na guerra, vai acabar mudando os termos da equação, e eu prefiro guardar a minha ilusão libertária. Também não me seduzi pelo comunismo. Chamavam-me, aliás, no Itamaraty - porque era um reformista impetuoso - de comunista. Até o [político e diplomata] Osvaldo Aranha [1894-1960] me mandou para Cuba. Eu fui lá, indisciplinado, às Nações Unidas, era um funcionário lá da delegação brasileira, tornei-me um incômodo para o Osvaldo Aranha, que estava presidindo a assembléia geral, o secretário-geral se queixou, porque eu me aliava ao delegado russo contra o secretário-geral

da ONU, porque eu queria que se implantasse o princípio da distribuição geográfica do secretariado, e eles só queriam nomear franceses, europeus, anglo-saxões, [mas] eu me aliei aos russos, então, para solapar essa tese. Por isso fui chamado de comunista, enviaram-me para Havana, antes de Fidel Castro, aliás, mas eu nunca me seduzi pelo dogma comunista. Agora, estudei bastante o marxismo, eu diria que mais do que a maioria dos marxistas, e com eles não troco idéias, porque eu sei que não haveria reciprocidade, eu trocava idéias e não teria nada em troca.

Stephen Kanitz: Eu tenho uma preocupação com relação ao futuro do Brasil: se ele vai agüentar esse número de pacotes econômicos. Pelos meus cálculos, existem cinco variáveis importantes na economia: taxa de câmbio, taxa de emprego, taxa de juros, que podem ser combinados: ou eles aumentam, ou continuam como estão, ou eles diminuem. Permutando cinco variáveis, três a três, isso dá um total de 273 políticas econômicas, das quais parece que nós já adotamos umas cem. A minha pergunta é a seguinte: o Brasil vai agüentar mais 173?

Roberto Campos: Eu acho que agüentaria em condições de estagflação. O que é estagflação, senão um impasse institucional? Não se cresce e não se combate a inflação. Se continuarmos com esses experimentos sucessivos, perpetuaremos uma situação de estagflação. Os países podem não dar certo. Nós temos hoje no mundo dois contrastes interessantes. De um lado, você tem os países asiáticos que provaram que é possível a gente passar da pobreza à riqueza no curso de uma só geração, provando incidentemente três coisas: primeiro, que é possível o desenvolvimento sem recursos naturais – esses nossos bobocas aí querem preservar os recursos naturais no subsolo, impedir a cobiça das multinacionais –, recurso natural não é nada, o importante é o recurso artificial. Bom, é possível o desenvolvimento sem recursos naturais. É possível o desenvolvimento com razoável distribuição de renda, ao contrário do que se pensava: [que] capitalismo na fase inicial, não na fase final, é necessariamente associado a uma má distribuição de renda. Não é este o caso do oriente. E terceiro, é possível um desenvolvimento sustentado, passando-se então da pobreza à riqueza. [O período de] só 25 anos foi o suficiente para países que pareciam inviáveis... Hong Kong, 5,5 milhões de chineses numa ilha com 1.100 quilômetros quadrados, se incluirmos os novos territórios alugados da China, sem água, tem hoje uma renda por habitante quatro vezes superior à média brasileira, e não tem território. Então é possível o desenvolvimento sem recursos naturais, com boa distribuição de renda, sem território e de forma contínua. Agora, existe o caso oposto. Também é possível passar-se da riqueza à pobreza no curso de uma só geração. É o caso da Argentina. Passou da riqueza à pobreza no curso de uma só geração. E o que me apavora é a perspectiva de o Brasil seguir no mesmo caminho, o caminho do empobrecimento, se continuar intervencionista, instável em política, confundindo manipulação dessas cinco variáveis. E eu acrescentaria uma sexta: a taxa de burrice, que é uma variável importante, e esta está crescendo alarmantemente. Se nós continuarmos a manipulação doida dessas variáveis trêfegas, nós corremos o risco da estagflação: executarmos uma façanha diametralmente oposta à dos asiáticos.

Paulo Nogueira: A saída seria [o aeroporto de] Viracopos, como sugeriu o empresário Antônio Ermírio de Moraes?

Roberto Campos: Bom, há mais de uma saída: há Galeão e Viracopos.

[...]: E Cumbica.

Pedro Cafardo: Eu gostaria de perguntar o seguinte. Por que é que o senhor...?

Roberto Campos: [interrompendo] Eu diria que há três: há Galeão, Viracopos ou Cumbica, se quiser, e o liberalismo. Esta saída existe.

Pedro Cafardo: Pois é, mas o liberalismo, se eu entendi bem o que o senhor propõe com o liberalismo, uma coisa fundamental é fechar a porta do cofre do Banco Central, evitar financiar o *deficit* do governo e fazer um programa de austeridade e tal. Agora, o que as pessoas costumam dizer é que o grande problema desse programa são os seus efeitos sociais, ou seja, recessão dramática, desemprego, crise social e, eventualmente, uma grave crise política. Por que o senhor acha que isso não aconteceria?

Roberto Campos: O mundo está em recessão? O mundo liberal está em recessão? Eu pensei que fosse o contrário. O mundo dirigista, o mundo socialista, onde há preocupação com o desemprego, com a assistência social, esse mundo é que está em desintegração. O mundo liberal está em prosperidade, ou esteve em prosperidade. Há um momento de rejeição temporária, que se espera seja curta, mas depois de oito anos de inédita expansão na história mundial. Então o liberalismo não pode ser associado à idéia de depressão, de recessão, por quê? Porque o liberalismo é essencialmente a liberação das energias produtoras da sociedade. O que, sim, é criador de problemas sociais de desemprego é o intervencionismo. Nós estamos experimentando isso: o intervencionismo é que está causando desemprego. Controle de preços, congelamento é um fator enorme de desemprego. Muita gente que podia produzir cessa de produzir, porque os preços não são atraentes. Outros que planejavam investimentos ficam incertos: “Quanto vai durar o congelamento? Qual será o nível de preços depois do congelamento?”

Luís Nassif: [interrompendo] Embaixador, só pegando o ponto de vista...

Roberto Campos: [A idéia de] que o liberalismo implica em recessão é errada. Socialismo implica em recessão, dirigismo implica em recessão.

Luís Nassif: Embaixador, o conceito é ele e suas circunstâncias. Hoje em dia o ideal liberal está francamente vitorioso, conquistando corações e mentes. Agora, quando a gente pega esse debate dos anos de 45 pra cá, o senhor diria que naquela fase inicial, quer dizer, todo aquele processo de implantação da infra-estrutura do Getúlio, que criou uma base tão mais poderosa que a dos asiáticos, se o Juscelino tivesse seguido a sua sugestão de liberar o câmbio, graças a essa infra-estrutura talvez o país estivesse hoje muito melhor que os

asiáticos? O senhor diria que mesmo naquela fase inicial quando, por exemplo, o doutor [Eugênio] Gudin [(1886-1986) ministro da Fazenda entre 1954-1955] duvidava da capacidade do brasileiro de fazer caixa de fósforo, mesmo naquela circunstância o liberalismo teria sido a melhor saída naquele momento?

Roberto Campos: Ah, sim, nós teríamos provavelmente crescido muito mais rapidamente. E o fenômeno americano? Que foi o fenômeno americano senão um crescimento em condições de liberdade? Que foi o fenômeno canadense? Que foi o fenômeno australiano?

Luís Nassif [interrompendo] Mas existia um capitalismo se desenvolvendo desde o século XIX, eram circunstâncias um pouco diferentes.

Roberto Campos: Mas nós tínhamos a mesma coisa...

Luís Nassif: Não, eu estou falando de 50 para cá.

Roberto Campos: Nós absorvíamos imigrantes, nós podíamos fazer capital. O Getúlio é que era um homem de visão curta, ele tinha um medo danado de capital. Enquanto os Estados Unidos absorviam capital e tecnologia doadamente, praticando um nacionalismo integrativo, um nacionalismo de absorção, Getúlio praticava um nacionalismo de rejeição, um nacionalismo negativo.

Luís Nassif: No segundo governo também?

Roberto Campos: Também no segundo governo.

Luís Nassif: [...]

Roberto Campos: Getúlio nunca, a rigor, se corrigiu. Basta a carta de morte, o testamento de Getúlio. O que é? Ele lutava pelo desenvolvimento e forças ocultas e estranhas – [não eram] forças ocultas e estranhas, era incompetência gerencial – lhe teriam levado ao sacrifício final. Não tinha nada de força internacional impedindo o crescimento do Brasil. Não estava impedindo o crescimento do Canadá, nem dos Estados Unidos, de coisa nenhuma. Era a incompetência. Getúlio foi um governante razoável, apenas razoável na primeira fase, mas não se reciclou. Aliás, os gaúchos têm pouca capacidade de reciclar. Esse filhote de ditadura, o Brizola, é filhote da ditadura Vargas. Ele acusa todo mundo de ser filhote da ditadura, mas ele é um grande filhote da ditadura Vargas [a referência irônica é ao fato de Brizola ter chamado Paulo Maluf de “filhote da ditadura” em debate durante as eleições presidenciais de 1989]. Pois ele não fala até hoje que o problema do Brasil são as perdas internacionais? Quer dizer, não se reciclou, fala isso há trinta anos. Getúlio não se reciclou. Quando ele voltou ao governo, numa onda de popularidade, ele tinha as estruturas mentais, a *gestalt*, como dizem os alemães, da época anterior, de um Brasil menor, de um Brasil antes do...

Luis Nassif: [interrompendo] Mas o senhor não dá importância para aquele investimento em infra-estrutura que foi feito no segundo governo Vargas?

Roberto Campos: Sim, o investimento do segundo governo Vargas em infra-estrutura teve um defeito: foi um investimento estatizante. Nós podíamos ter desenvolvido a infra-estrutura através do capital privado, mas Getúlio tinha essa idéia de que a infra-estrutura tem que ser governamental. Então, toma lá Eletrobrás, toma lá Petrobras, toma lá sei lá o quê.

Luís Nassif: [interrompendo] Mas existia capital privado para isso?

Roberto Campos: A Embratel e a Telebrás vieram já com o Jânio, mas ainda era a mentalidade do Getúlio. O governo tem a responsabilidade da infra-estrutura, por quê? O governo não é responsável pela infra-estrutura nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, as ferrovias são privadas; a eletricidade é privada; o telefone é privado. Vá ao Japão, é a mesma coisa: telefone está sendo privatizado; energia elétrica é privada.

Luís Nassif: Mas naquele momento o país tinha capital disponível? Tinha condições para atrair esse capital?

Roberto Campos: Em primeiro lugar, quem fez a infra-estrutura aqui? Foi a [empresa] Light and Power [Company], não foi? Quem é a responsável pela industrialização paulista? É a Eletrobrás? É Getúlio Vargas? Foi a Light and Power, capitais canadenses. Nós tínhamos capital nacional e capital estrangeiro. As ações das empresas de eletricidade eram cotadas nas bolsas de valores. Era um processo normal de levantamento de capitais. Getúlio ainda nos pespegou – aliás, é injusto dizer isso dele – esse monstro da Petrobras. É injusto porque, na realidade, o projeto encaminhado pelo Getúlio Vargas ao Congresso não previa o monopólio estatal. Previa uma companhia majoritariamente brasileira, mas com participação estrangeira. Foi no Congresso [que houve] uma aliança entre os militares à esquerda e a UDN [União Democrática Nacional, opositora a Vargas], um partido burro de homens inteligentes, que forçou a adoção... No Brasil existe isso: às vezes o conjunto não tem limites para baixo e a soma das partes é menor que as partes. Eu acho por exemplo que o Itamaraty – e eu sou funcionário do Itamaraty – tem um soberbo elenco de pessoas, mas o conjunto é burro [risos]. Nós fizemos todas as apostas erradas: [o Itamaraty] foi contra assinatura do Tratado de Não-Proliferação [de Armas Nucleares, assinado em 1968, com o objetivo de evitar a disseminação de armas nucleares e viabilizar o uso pacífico de tecnologia nuclear], que condenou o Brasil ao ostracismo tecnológico; embarcou loucamente nesse negócio de terceiro-mundismo, que só fez dificultar a absorção de capitais estrangeiros, de tecnologia estrangeira, antagonizou o Primeiro Mundo, em busca de quê? De um Terceiro Mundo que não admira senão o poder econômico. É admirar o Brasil na medida em que o Brasil é um país de rápido crescimento. Quando o Brasil se estagnou, cessou toda a admiração africana. Nós ficamos com os ridículos abacaxis na mão. Créditos generosos dados a este país sem contrapartida. O Itamaraty apostou numa política de informática absolutamente estúpida. O Brasil é contra a inclusão de serviços no GATT [Acordo Geral de Tarifas e Comércio, mais tarde tornou-se a Organização Mundial do Comércio], ignorando que fatalmente os serviços se equipararão aos bens comerciais e talvez os superarão com percentagens do comércio internacional, de modo que a gente tem que

ingressar no disciplinamento dessas atividades como parte do contexto internacional, senão o serviço acaba sendo regulamentado sem nós. Então, fizemos todas as apostas erradas. Bom, Getúlio Vargas não estimulou a criação do monopólio, mas aceitou-a alacremenente. E eu acho que o problema é grave. Há um grave problema cultural, e eu fico desanimado, às vezes...

Jorge Escosteguy: Professor, por favor.

Roberto Campos: O Brasil não poderá se candidatar à modernidade enquanto mantiver esse fetiche: Petrobras, monopólio da Petrobras. A Petrobras pode existir, deve existir, [mas] o monopólio da Petrobras, por quê?

[...]: Deputado.

Roberto Campos: Porque nenhum país não chegou à modernidade, não chegou a um nível mínimo de racionalidade se ele confunde um combustível sujo com um ídolo religioso [risos].

Jorge Escosteguy: Deputado, o Sérgio Rondino tem uma pergunta. Eu gostaria que as perguntas e as respostas fossem breves, porque nós estamos já no final do programa.

Sérgio Rondino: Voltando à questão das saídas e deixando de lado a saída dos aeroportos, porque 99% não têm dinheiro para pagar a passagem. Eu queria saber se o senhor concorda ou não com as pessoas que dizem que um dos problemas graves do Brasil é o fato de que nós temos um poder legislativo muito preocupado em atender as demandas sociais porque não tem nenhuma responsabilidade em gerir depois o atendimento dessas demandas. Eu quero saber, resumindo, se o senhor é parlamentarista ou não? E como vai votar em 1993?

Roberto Campos: Eu era presidencialista. Não por nenhuma rigidez doutrinária, mas porque achava que o parlamentarismo exigia pelo menos três condições não satisfeitas pelo Brasil. Primeiro: partidos estruturados em número razoável, quer dizer, pluripartidarismo sem multipartidarismo. E para isso eu acho que seriam necessárias, de novo, duas condições: o voto distrital, simples ou misto, e o requisito de fidelidade partidária. Curiosamente, ambas essas coisas já estiveram no texto constitucional e foram daí retiradas. Em segundo lugar, eu achava que o parlamentarismo pressupõe uma burocracia profissionalizada e apolítica, para garantir continuidade de governo, e nós não temos isso. Em terceiro lugar, o parlamentarismo exige, a meu ver, um Banco Central independente. Porque caem os governos, mas [...] gabinetes se sucedem, uma dança às vezes macabra, mas fica o Banco Central governando a moeda. E, por exemplo, no governo italiano houve 49 gabinetes no pós-guerra e apenas seis presidentes do Banco Central. Não tendo essas condições, eu achava que era inevitável uma experiência presidencialista preparatória e o parlamentarismo. Mas agora eu receio que nós nos encaminhemos para uma crise institucional. Estou disposto a rever posições e considerar a possibilidade de um parlamentarismo açodadamente implantado.

Jorge Escosteguy: Professor, por favor, o nosso tempo já está se esgotando. Eu lhe faria uma última pergunta. Aliás, quem faz a pergunta é a telespectadora Rubia Prado, aqui de São Paulo. Se o senhor puder também dar uma resposta breve, ela quer saber se o senhor considera a ministra Zélia, apesar de ser mulher, uma pessoa capaz?

Roberto Campos: Considero sim, considero capaz, considero-a devotada. Acho que apenas ela, depois de ter feito uma profissão de fé liberal, recaiu em seu passado dirigista. Ela, como todos sabemos, vem da esquerda, de simpatias marxistas, de modo que é uma cristã nova do liberalismo, e os cristãos novos têm fé débil [risos].

Jorge Escosteguy: Nós agradecemos então a presença esta noite aqui no **Roda Viva** do professor e deputado federal Roberto Campos. Agradecemos também a presença dos nossos companheiros jornalistas e a atenção dos telespectadores. Lembramos que as perguntas que foram feitas por telefone e que não puderam ser feitas no ar serão entregues ao nosso entrevistado. O **Roda Viva** volta na próxima segunda-feira às nove horas da noite. Uma boa noite a todos e até lá.

ANEXO 2

Entrevista de Roberto Campos no programa Roda Viva em 05 de maio de 1997

Matinas Suzuki: Boa noite. Ele completa 80 anos e diz estar festejando a sobrevivência. No centro do **Roda Viva** está o economista e deputado federal Roberto Campos.

[Comentarista Valéria Grillo]: Roberto de Oliveira Campos, mato-grossense, 80 anos. Por sua conhecida afinidade com idéias americanas, recebeu dos adversários o apelido de Bob Fields [alunha que é a tradução literal de seu nome para o inglês, recebida por mostrar-se aberto ao capital estrangeiro, e por firmar contratos de risco com os EUA no fim dos anos 50]. Para os amigos é simplesmente Roberto. Roberto Campos, um defensor ferrenho do livre mercado, da redução do tamanho do Estado e da privatização. Ex-seminarista, ex-diplomata, político e um dos economistas e intelectuais brasileiros mais influentes, ele é o principal representante do pensamento liberal clássico no país. Começou a participar da vida econômica brasileira no segundo governo de Getúlio Vargas, quando criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Mais tarde lançou as bases do Programa de Metas [conhecido também como Plano de Metas] do governo JK. Nos anos 60, Roberto Campos se tornou ainda mais conhecido por sua atuação junto aos governos militares. Ministro do Planejamento de Castelo Branco [primeiro presidente do regime militar instaurado pelo golpe militar de 1964, governou o país de 1964 a 1967], dividiu com Otávio Gouveia de Bulhões [(1906-1990), economista de tendência neoliberal, preocupava-se principalmente com a estabilidade da moeda e o combate à inflação] a autoria do plano de ação para o controle da inflação.

[Trecho de pronunciamento de Roberto Campos, em 1964, quando era ministro do Planejamento]: Semeamos erros ao longo de vários anos. Tínhamos inevitavelmente que colher tempestades e crises por força de uma dessas fatalidades históricas.

[Comentarista Valéria Grillo]: No governo do general Ernesto Geisel [período:1974-1978] foi nomeado embaixador na Inglaterra. Em 1983, ao lado de João Batista Figueiredo [período: 1979 a 1985], o último general presidente, subiu no palanque para se eleger senador pelo Mato Grosso. Apoiou o breve governo de Fernando Collor de Mello [período:1990-1992], mas já como deputado federal pelo Rio de Janeiro, acabou votando a favor do *impeachment* do presidente. Atualmente exerce o segundo mandato na Câmara Federal como representante do PPB [Partido Progressista Brasileiro], partido do ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Hoje, Roberto Campos está entre os que reclamam da lentidão reformista do projeto neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso [FHC governou o Brasil por dois mandatos: de 1995 a 2003]. Nas várias vezes em que participou do programa **Roda Viva**, aqui na Rede Cultura, Roberto Campos mostrou com transparência o pensador que é. Um idealista polêmico, cheio de inimigos e admiradores, mas que tem recebido, mesmo de adversários, o reconhecimento

pela inteligência e pela coerência intelectual e ideológica em torno de suas idéias e de sua vida pública.

Matinas Suzuki: Para entrevistar o deputado Roberto Campos, nós convidamos, esta noite, o jornalista Augusto Nunes, vice-presidente de comunicação do Banco de Boston; o economista Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda; a Eleonora de Lucena, secretária de redação da *Folha de S.Paulo*; o economista Gilberto Dupas do Instituto de Estudos Avançados da USP, do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas; Marco Aurélio Garcia, professor do Departamento de História da Unicamp e diretor do Departamento de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores; e o jornalista Miguel Jorge, que é vice-presidente da Volkswagen do Brasil. Boa noite, deputado.

Roberto Campos: Boa noite.

Matinas Suzuki: Como que foi a festa dos 80 anos, deputado? Parece que o senhor não queria a festa, mas pelo jeito foi uma festa muito bonita. [Em 17/04/1997 - jantar de gala, no Copacabana Palace, que reuniu mais de seiscentos convidados, entre empresários, políticos, economistas, intelectuais e banqueiros, e onde estavam presentes o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, a presidente da Academia Brasileira de Letras, Nélida Piñon, o banqueiro Valter Moreira Sales e o ex-presidente José Sarney, entre outros.]

Roberto Campos: Eu tinha consentido apenas numa pequena reunião dos sobreviventes, gente com mais de 70 anos que tivesse trabalhado comigo desde os anos 50. Festejaríamos não o aniversário, que é uma fatalidade biológica horrível que acontece à revelia, e sim o fato de termos sobrevivido, quando a expectativa média do brasileiro de vida é 66 anos. Estamos, portanto, gozando um saldo [risos].

Matinas Suzuki: Deputado, quando o senhor completou 50 anos, em 1967, o senhor citou uma frase do [André] Malraux [(1901-1976) escritor francês, crítico de arte e político ativista, autor de *A condição humana*] que dizia o seguinte: “O mundo começou um dia a ficar parecido com meus livros”. Aos 80 anos o senhor pode dizer que o Brasil começou a ficar parecido com as suas idéias pelo menos, deputado?

Roberto Campos: Eu acredito que sim. Eu, afinal de contas, venho defendendo, há muitos anos, idéias liberais, abertura econômica, internacionalização da economia, e o Brasil está marchando nesse sentido. Está longe de ser um país liberal, não somos vítimas do liberalismo, nem sequer somos ameaçados pelo neoliberalismo. Duas pesquisas recentes sobre o grau comparativo de liberdade no mundo, uma da Heritage Foundation e outra do Fraser Institut, indicam que o Brasil é mais ou menos o 94º país em termos de grau de liberdade, quer dizer, não é um país livre. É um país extremamente amarrado por monopólios estatais, regulamentações de todo tipo. Só aqui no Brasil se tem essa impressão de que o Brasil é um país seriamente ameaçado pelo liberalismo. Quiçá fosse. Não é esse o caso.

Augusto Nunes: Deputado, nos artigos dominicais publicados na *Folha*, o senhor mostra com freqüência um certo desalento em relação ao Brasil, sempre defendendo as idéias que o senhor apregoa e sugerindo que o Brasil vai demorar muito ainda para chegar a esse tipo de modernidade. Nos últimos 30 anos, desde a frase mencionada pelo Matinas até hoje, o Brasil melhorou ou piorou na opinião do senhor?

Roberto Campos: O Brasil primeiro piorou e piorou bastante. Tivemos, afinal de contas, uma década perdida. Agora estamos numa rota de melhoria, conquanto caminhando a passos lentos. Se você analisar o período de pós-guerra, houve três ondas de crescimento. A primeira onda, quando se criou o Mercado Comum Europeu, depois houve o plano Ikeda no Japão, o Brasil participou dessa onda, eu fui um dos comparsas, no tempo de Juscelino [JK], com o Plano de Metas. Houve uma segunda onda de crescimento no fim da década de 60. O Brasil tinha feito as duras reformas no período do [presiente] Castelo Branco e também participou dessa onda. Veio uma terceira onda nos anos 80, de 84 a 90, o Brasil não participou dessa onda, foi a década perdida. E a minha angústia é saber se vamos ou não participar da quarta onda, que provavelmente ocorrerá no fim de milênio. Já começa a se desenhar, porque este ano, pela primeira vez, todos os países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], sem exceção, terão crescimento positivo acima de 2,5%, o que indica que há uma terceira onda em gestação. Para o Brasil participar dessa onda precisa melhorar a competitividade e sua mão-de-obra.

Gilberto Dupas: Deputado, aproveitando um pouco essa pergunta do Augusto, eu lembraria uma frase do atormentado poeta inglês do século 18, Samuel [Taylor] Coleridge [(1772-1834), poeta romântico e crítico literário inglês], que nós dois conhecemos tão bem, que diz: “se os homens pudessem aprender com a história, quantas lições ela poderia ensinar. Infelizmente a paixão cega os olhos e a luz da experiência é apenas uma lanterna de popa que ilumina apenas as ondas que deixamos para trás”. Por coincidência eu escolhi essa frase para a abertura do meu primeiro livro, dez anos atrás, Crise econômica e transição democrática, e o deputado escolheu para o seu último livro, tão prestigiado, *A lanterna na popa*. Ambos, também por coincidência, terminamos nossos livros lembrando a mesma frase do Coleridge. Só que eu, num acesso de otimismo, propunha: “Vamos olhar para trás, reviver nossa memória com as angústias do passado e tentar aprender com a história.” Já o deputado, talvez mais realista, desabafou: “Minha geração falhou na tarefa de fazer do futuro o presente, sem inaceitáveis desníveis de rendas e oportunidades. Infelizmente a minha lanterna de popa agora só ilumina as ondas passadas”. Eu lhe pergunto, deputado: o que aconteceu com aquele homem cordial, razoavelmente otimista, de bem com os grandes desafios, que aparecia sorrindo amplamente nas fotografias, com [Charles] De Gaulle [(1890-1970), general e estadista francês, governou a França de 1959 a 1969], com [John] Kennedy [(1917-1963), governou os Estados Unidos de 1961 a 1963, quando foi morto em um atentado], com Juscelino? Os flashes a partir da década de 90 e os seus textos mais recentes já parecem revelar um homem, embora sempre lúcido, cada vez mais amargo. O que aconteceu, deputado, a sua longa e profícua vida transformou-o num cético?

Roberto Campos: Fiquei amargo porque esperava demais para o Brasil. Eu tinha certeza de que o Brasil, no ano 2000, estaria no clube dos ricos, entraria no Jockey Club [clube tradicional e freqüentado pela classe alta]. Infelizmente parece que continuaremos na gafieira [clube de dança, em geral freqüentado pelas classes baixa e média], ainda com inaceitáveis núcleos de pobreza. E a minha frustração é a mesma do velho professor [Eugênio] Gudín [(1886-1986) considerado guru dos economistas brasileiros e pai do liberalismo] um grande liberal, que infelizmente não viu o sucesso de suas idéias, enquanto eu estou vendo o sucesso das idéias liberais. Gudín, um pouco antes de morrer, tinha já 100 anos, estava fazendo 100 anos, me disse: "O Brasil, meu caro Roberto, foi a amante que eu mais amei e a que mais me corneou". [risos]

Eleonora de Lucena: Deputado, uma das críticas mais comuns, freqüentes ao modelo que o senhor defende, é a questão da distribuição de renda, da concentração de renda. Existe alguma saída, alguma fórmula, dentro das suas idéias, para resolver esse problema ou esse problema é insolúvel?

Roberto Campos: O problema não é insolúvel. É fácil denunciar a má distribuição de renda, ela é injusta e nos modifica diariamente. Mais difícil é perceber as causas e recomendar remédios. Geralmente o que se recomenda é mais ação do governo, é assistencialismo governamental. Mas como? Se a renda é tão mal distribuída no Brasil, é em grande parte por causa do governo. Quais são os dois fatores mais percucientes [determinantes] na distribuição de renda? São, primeiro a inflação, que durante muito tempo assolou a população brasileira criando os "com moeda" e os "sem moeda". Em segundo lugar, a falta de educação básica. Ambas são responsabilidade do governo e o pessoal prefere culpar o mercado, "o mercado que é o culpado da má distribuição de renda". Mas senhor, o mercado não recomenda a inflação, o mercado prospera com a estabilidade. E, certamente, o mercado não é responsável pela educação de base. O que se espera do mercado é a educação secundária e superior.

Eleonora de Lucena: O senhor é a favor do ensino, então, custeado pelo Estado?

Roberto Campos: O ensino básico, a educação de base, o resto deve ser partilhado ou mesmo entregue à iniciativa privada, protegendo-se os pobres através de bolsa de estudos. É a forma asiática, os asiáticos gastam rios de dinheiro na educação básica. Agora, educação superior, universitária, é principalmente privada.

Maílson da Nóbrega: Deputado, nessa questão da culpa do governo, o vídeo que vimos aqui na introdução o apresentou como um grande representante do pensamento liberal no Brasil. E a crítica ao pensamento liberal no Brasil é a de que os liberais querem um Estado mínimo, cuidando apenas da defesa dos contratos e do sistema de propriedade. Qual é a sua definição de Estado mínimo, é isso mesmo?

Roberto Campos: O Estado mínimo é um Estado voltado para suas tarefas clássicas. Essas tarefas clássicas são educação, saúde, segurança, justiça,

relações exteriores e defesa. Essas são as funções clássicas do Estado. Se o Estado tivesse recursos financeiros sobranes e capacidade gerencial sobranes, podia considerar excursões em outras áreas. O problema é que o cobertor é curto, e o talento ainda mais curto. O governo, querendo ser, ao mesmo tempo, assistente social, reitor, diretor e empresário acaba fazendo mal todas as tarefas. E o que os liberais querem é que o governo se concentre nas suas tarefas fundamentais. E no Brasil há duas tarefas fundamentais que freqüentemente não são mencionadas. Uma é manter a concorrência, preservar a competição. E o que o governo brasileiro faz? Cria monopólios, ele tem monopólios e quer criar monopólios. Criou reservas de mercado que são modalidades de monopólio. A outra responsabilidade do governo, fundamental, indelegável, é a estabilidade monetária. O governo que não cumpre essas duas funções – preservar a concorrência e estabilizar a moeda – é um governo falido.

Maílson da Nóbrega: Então na preservação da concorrência o senhor admite o Estado regulador?

Roberto Campos: Sim. Uma das principais funções do Estado.

Marco Aurélio Garcia: Deputado, vamos voltar àquela questão que o senhor abordou aqui, a questão da distribuição de renda. Eu gostaria de invocar aqui justamente três experiências recentes de política liberal fortemente celebradas, no governo de Margareth Thatcher [também conhecida como “dama de ferro”, foi primeira-ministra da Inglaterra de 1979 a 1990], na Inglaterra, a experiência [Ronald] Reagan [governou os Estados Unidos de 1981 a 1989], parte do governo Bush [George Herbert Walker Bush, foi vice-presidente durante a gestão de Reagan, ao qual sucedeu, governando os Estados Unidos de 1989 a 1993] e o segundo período do governo [François] Mitterrand [governou a França por dois mandatos presidenciais, de 1981 a 1995], que inclusive o senhor celebra como uma autocrítica em relação ao primeiro período. Nos três períodos é interessante observar que verificou-se uma concentração de renda considerável nesses três países. Por outro lado, eu acho que há um elemento interessante de nós examinarmos na evolução do capitalismo nesse fim de século, da economia de mercado nesse fim de século, que é justamente o fato de que essa evolução vem acompanhada de sintomas muito claros de exclusão social. Houve época em que se associava o fenômeno do desemprego e da exclusão aos períodos de recessão. O caso clássico – a crise de 1929 [grave crise econômica que afetou os Estados Unidos, em que a drástica queda no consumo devido à recessão já existente elevou as taxas de inflação, baixou o valor das ações, ocasionando o fechamento de inúmeras empresas e elevando drasticamente o desemprego. Seus efeitos foram sentidos em todo o mundo] e outras que nós conhecemos. No entanto, hoje, os fenômenos do desemprego, da exclusão social estão, na maioria das vezes, associados justamente à expansão da economia de mercado. E mais do que isso: o fato de que essa expansão hoje em dia se dá em termos globais. Gostaria de escutar uma reflexão sua.

Augusto Nunes: A propósito eu perguntaria, juntando-se à pergunta, a essas ponderações do Marco Aurélio, eu queria perguntar se o senhor se considera derrotado pelos resultados das eleições na Inglaterra.

Maílson da Nóbrega: Deixa eu acrescentar um terceiro ponto aí. [risos] O senhor acha que as eleições na Inglaterra constituem um sinal de uma nova onda liberal ou é um fenômeno essencialmente britânico?

Roberto Campos: É um fenômeno, eu diria, essencialmente britânico, e que no Brasil está sendo mal interpretado. Quem foi derrotado na Inglaterra não foi a política liberal da madame Thatcher, pois o senhor Tony Blair [primeiro-ministro da Inglaterra de 1997 a 2007] proclamou que aceitava os fundamentos da doutrina Thatcher [trata-se do neoliberalismo, que prega o Estado mínimo, e para o qual o planejamento e a intervenção estatal piorariam os problemas econômicos. Considera o sistema de mercado como um eficiente alocador de recursos], não pretendia alterá-los. [Quem] Foi derrotado [foi] o Partido Conservador, que envelheceu no poder e se corrompeu no poder, e ultimamente vivia dilacerado por brigas internas, sem saber se aderiria ou não à moeda única européia. Havia uma fadiga sistêmica, mas o ideário liberal é reconhecido pelos trabalhistas como válido. Porque os trabalhistas assumem o poder hoje com um novo trabalhismo. Eles não mencionam o trabalhismo, é um novo trabalhismo. Nesse novo trabalhismo eles não pensam mais em aumentar impostos, acham que essa velha teoria trabalhista de que se pode enriquecer os pobres empobrecendo os ricos, não mais funciona. Eles não pretendem restaurar os privilégios abusivos dos sindicatos, não pretendem desfazer as privatizações. Eles adotam, em relação à Europa, uma atitude mais compreensiva. Duas únicas inovações que Tony Blair formulou – e deve-se tirar o chapéu – foi um diplomata, que conseguiu fazer uma brilhante campanha sem dizer nada de praticamente novo, revelador [risos]. O diplomata é o sujeito que é pago para usar as palavras para esconder o pensamento. Foi o que o Tony Blair fez, mas ele deixou entrever apenas duas mudanças. Uma é a proclamação do salário mínimo, a Inglaterra não tem o salário mínimo legal, o salário mínimo é formado no mercado. Mas não sei se ele vai conseguir implantar isso porque há o exemplo francês, os franceses têm um generosíssimo salário mínimo e um bruto de um desemprego. Hong Kong não tem desemprego, não tem salário mínimo. Os Estados Unidos têm um salário mínimo simbólico, que durante todo o período Reagan não foi reajustado e tem pouco desemprego.

Marco Aurélio Garcia: Mas tem um trabalho muito precarizado, né?

Roberto Campos: Ele aventava com uma hipótese para dar algum colorido ao novo trabalhismo, implantar o salário mínimo legal. A segunda modificação que ele propõe é extrair um pouco mais de impostos das empresas privatizadas. Aí ele está dando uma barretada aos conservadores, pois os conservadores não sabiam que as estatais inglesas eram tão ineficientes. Enfatizaram a eletricidade, fixaram um nível de tarifas, que é um desconto sobre o custo de vida, mas o aumento de [...] foi tal que as empresas privadas tiveram grandes lucros. Então ele quer aí tirar uma fatiazinha desse lucro, derivado da eficiência criada pela privatização, implantada pelos conservadores. Acho que você

levantou aí três pontos interessantes. Tomemos o caso americano, a política de Reagan. Acusa-se a política de Reagan de ter alargado as disparidades de renda, sobretudo as disparidades entre faixas salariais. Isso é verdade, porque com a tecnificação da economia, todos aqueles que se adaptaram rapidamente às novas tecnologias passaram a ter um prêmio. Então aumentou-se a intercalagem de renda entre determinados segmentos da força de trabalho e outros. Mas você não pode falar em exclusão, esse termo que você usou é injusto. A política de Reagan é uma política includente. Por quê? Porque redundou em um desemprego bem mais baixo do que o da Europa. E hoje o desemprego americano é 5,4%, é o desemprego mais baixo da história. Isso é inclusão, meu senhor! Não é exclusão, inclusão.

Marco Aurélio Garcia: [falando ao mesmo tempo que Roberto Campos] Deputado, todas as pessoas que conhecem o mercado de trabalho norte-americano sabem que é o trabalho mais precarizado que existe. Esse trabalho precarizado é uma das formas de ocultar o desemprego.

Roberto Campos: Não há exclusão mais séria do que o desemprego, e os países bonzinhos, intervencionistas, assistencialistas e tal, como França, como a própria Alemanha... A França está com 13% de desempregados e Alemanha com 11,8%, já chegou a 12% de desempregados. Eles têm exclusão. E na União Soviética nem preciso falar, aí você tem uma discussão mais completa possível. Eu acho gozado a esquerda brasileira falar que o liberalismo é excludente. Ora bolas! A grande exclusão que chegou até a afugentar o pessoal em massa para o Ocidente é a exclusão do regime socialista e intervencionista.

Marco Aurélio Garcia: Não me ponha como defensor do socialismo, porque eu não sou. [risos]

[Sobreposição de vozes]

Miguel Jorge: Estamos falando em exclusão e eu gostaria até de pegar o mote para voltar a uma questão que o senhor colocou, que é a questão da educação ou da falta de educação do brasileiro, e da obrigação do Estado pelo menos com a educação básica. Nós, por exemplo, em nossa empresa, temos hoje 1500 trabalhadores fazendo o curso primário, pago pela empresa. E, em cinco anos, teremos mais ou menos oito mil com o segundo grau completo. Já há uma decisão da empresa tomada, isso não é incomum, já várias outras empresas fizeram isto: não contratar mais quem não tenha pelo menos o segundo grau completo. E a diferença entre o que ocorre numa fábrica em que as pessoas não têm preparo, não têm qualificação, não têm, por exemplo, curso primário completo e uma outra com segundo grau, é enorme. É impensável como se pode chegar a distâncias tão grandes. Parece que em relação ao Estado brasileiro, que está numa situação muito difícil, que as empresas terão a obrigação de tomarem a si pelo menos grande parte da educação, inclusive a educação básica.

Roberto Campos: O Estado brinca de empresário e as empresas brincam de Estado.

Miguel Jorge: Porque elas têm que fazer isso ou então não sobreviverão. Pois nós só teremos condições de pelo menos ficar na franja dessa terceira onda de que o senhor fala, que realmente tudo indica que deve ocorrer, se nós tivermos o mínimo de educação para se comparar aos níveis internacionais.

Roberto Campos: Também acho, é uma coisa deprimente. Estatísticas recentes indicam que a escolaridade média da mão-de-obra no Brasil é inferior à do Paraguai. A do Paraguai é quatro anos e seis meses. No Brasil a escolaridade média da força de trabalho é de três anos e nove meses; no Uruguai é de sete anos e seis meses; no Chile, sete anos e sete meses; na Argentina, oito anos. Nos tigres asiáticos, nove anos; nos países desenvolvidos, 11 anos. Veja a defasagem que temos! Isso explica a desigualdade de distribuição de renda, a pobreza...

Miguel Jorge: Exclusão.

Gilberto Dupas: Voltando à questão do problema das esquerdas, que o senhor mencionou agora há pouco, e aproveitando o tema da distribuição de renda, eu queria voltar um pouquinho à história, para resgatar uma coisa que me parece muito interessante, que é uma posição, me parece, um pouco oculta sua, importante, sobre a reforma agrária. O deputado costuma relatar que quando foi convidado por Castelo Branco para ser ministro do Planejamento do primeiro governo da Revolução, [Revolução de 64] propôs a ele duas tarefas que considerava fundamentais. A reforma habitacional e a reforma agrária. A primeira avançou, como nós sabemos, criou-se o BNH [Banco Nacional da Habitação], muita coisa se fez, boa parte acabou enterrada depois com a hiperinflação. A reforma agrária, porém, quase não saiu do papel, fracassou. O grupo do IPS [agência de notícias Inter Press Service] do Rio, que era o suporte ideológico da Revolução na época, tinha um programa ousado para a reforma agrária. Abrandar as tensões sociais, pulverizando a propriedade, sedimentando liberdade política. Esse era o pensamento da época. Se tivesse vencido essa corrente, teria sido um grande serviço que o regime militar, na minha maneira de ver, teria prestado ao país. O grupo do IPS de São Paulo, porém, chefiado pelos ruralistas, entre eles Herbert Levy, como o senhor bem lembra, brigou e venceu. O então ministro Campos tentou resistir e, num gesto ousado, para o espanto de muitos, propôs Dom Hélder Câmara [(1909-1999), arcebispo emérito de Olinda e Recife. Era odiado pelos militares pelas denúncias que fazia contra a desigualdade social e pelas denúncias de torturas de presos políticos] para presidente do Ibra [Instituto Brasileiro de Reforma Agrária] ao Castelo Branco. Acreditava e estava certo, visto por [...] de hoje, que a reforma agrária seria a única forma de minorar as conseqüências da tecnologia no campo, evitar a criação da miséria urbana e melhorar a distribuição de renda. Eu, que na época, estudante universitário, também o chamava de Bob Fields, tenho que fazer essa justiça ao deputado. E aproveito para lhe perguntar: na sua opinião, ainda é tempo? A energia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra [MST], que diz pleitear uma reforma agrária capitalista, pode ser aproveitada para garantir que os 23% da população que ainda vive no campo - contra 3% nos Estados Unidos - fique por lá com o mínimo de dignidade e não continue a abarrotar a cidade de miséria?

O senhor acredita que a reforma agrária ainda é viável no Brasil nessa conjuntura de globalização?

Matinas Suzuki: Deputado, se o senhor me permitir, a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, vou pegar uma carona aqui, nós temos duas perguntas. Do Olavo Pereira, de Marília, que é engenheiro agrônomo, e do Marcos Pisa, comerciante, de Aparecida. Na verdade os dois pedem considerações do senhor sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Roberto Campos: Foi bom você ter lembrado disso. Realmente eu me empenhei muito, com grande desgaste político, em fazer votar o Estatuto da Terra, que sofria enorme oposição, inclusive nos círculos governamentais. E o esquema era, a meu ver, bem arquitetado. Nós tínhamos três instrumentos de reforma agrária. O principal não era desapropriação, que sempre foi considerado um elemento extremamente conflitivo e, às vezes, contraproducente porque desanima, pune o produtor ineficiente, mas desanima também o eficiente. O principal instrumento seria a tributação progressiva sobre a terra improdutiva. Com os recursos daí advindos fazer-se-iam operações de colonização, abertura de novas áreas, evitando tanto quanto possível o conflito da desapropriação. Ela existiria como um terceiro instrumento, só para casos absolutamente críticos. Infelizmente a montagem do sistema foi lenta, isso era antes da idade do computador, o Brasil tinha apenas computadores rudimentares e tinha-se que fazer o cadastro rural a mão. Isso levou quase três anos. E veio um novo governo – o Costa e Silva – que não tinha a mesma mentalidade do Castelo Branco que, como um cearense sofrido, sabia e sentia a briga da terra, a briga do caboclo pela terra próxima do açude. Era um componente psicológico forte nele. Já Costa e Silva vinha do Rio Grande do Sul onde o problema não era tão agudo, Geisel era essencialmente de mentalidade industrial, Médici era um latifundiário. O Figueiredo é que fez alguma coisa no sentido de assentamentos rurais, mas nunca se utilizou adequadamente um instrumento da tributação. Agora o governo atual está redescobrimo uma coisa antiga e está procurando agora vitalizar o Imposto Territorial Rural. Apenas nós perdemos um tempo enorme, e durante esse tempo perdido duas coisas aconteceram: agravou-se o conflito e passou-se a considerar a desapropriação, que era apenas um dos instrumentos e o menos desejável, como sendo o instrumento da reforma agrária. E, em terceiro lugar, mundialmente a agricultura se mecanizou e cada vez mais a terra exige menos homem. A renda rural é muito baixa, a não ser que se utilize a agricultura moderna, em se utilizando a agricultura moderna se expulsa a mão-de-obra.

Gilberto Dupas: E o Imposto Territorial Rural é o mais sonogado do país.

Roberto Campos: Não existia praticamente. Imediatamente quando implantado chegou a ter uma receita vizinha da receita do Imposto de Renda, mas logo depois o imposto decaiu. O imposto foi entregue para a coleta ao governo federal, mas o destino era o município, a receita seria municipal. O governo federal, como não era receita dele, perdeu o interesse, e os municípios nunca tiveram realmente força política para enfrentar os latifundiários rurais.

Agora estou um pouco pessimista em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, porque eles enfatizam o lado conflitivo, eles não têm a mentalidade que eu queria ver na reforma agrária brasileira, que é a mentalidade capitalista, eles têm uma mentalidade distributivista. Existe um bocado de malandros urbanos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Convenci-me disso quando vi o governo dos sem-terra falando contra a privatização da Vale do Rio Doce. O que tem isso a ver com a agricultura? Se eles se mobilizam contra a privatização do Vale do Rio Doce, é porque eles estão influenciados por malandros urbanos. E o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra está virando o Movimento dos Sem-Teta.

Gilberto Dupas: Mas acabaram de comprar uma empresa agora. Quer dizer, aparentemente o lado capitalista também existe.

Roberto Campos: Eles querem comprar – o que é uma atitude capitalista – querem comprar uma usina de processamento de mandioca, o que é um gesto de capitalismo. Mas querem o quê? Querem um donativo do governo ou um financiamento a fundo perdido.

Gilberto Dupas: O governo tem dado muitos donativos, não é, deputado?

Maílson da Nóbrega: Vou aproveitar a questão da Vale do Rio Doce. No seu artigo de ontem o senhor disse que essa confusão de liminares estava criando um "bagunçário". Provavelmente a ordem começou a imperar hoje com a decisão do juiz Demócrito [ministro Demócrito Reinaldo, do Superior Tribunal de Justiça] de cassar as 24 liminares, embora duas foram concedidas após a decisão dele.

Roberto Campos: As chamadas "liminares pipoca"!

Maílson da Nóbrega: Uma delas, segundo eu ouvi, estava vindo para cá e ouvi no rádio, uma em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que eu não sei muito o que tem a ver com a Vale do Rio Doce. Mas a minha questão é a seguinte: eu li uma entrevista de um dos autores da ação aqui de São Paulo, e ele diz que, entre outras razões, para preservar a Vale do Rio Doce nas mãos do Estado, é que nem os generais chilenos ousaram o bastante para privatizar a empresa estatal do cobre. Como o senhor analisa essa aparente contradição entre as políticas liberais do governo chileno e a preservação da empresa de cobre estatal?

Roberto Campos: Eu conheço muitos economistas chilenos, vários deles muito bons, não conheço nenhum deles que defenda a manutenção da Codelco [Corporación Nacional del Cobre, estatal chilena de exploração de cobre] em mãos do governo. A explicação que eles dão, um pouco envergonhadamente, é a seguinte: nós acabamos expulsando os militares, tivemos que dar concessões a eles, inclusive direitos de nomear membros do Senado. Um dos direitos dos militares foi manter a Codelco como parte suplementar do orçamento militar. E a nossa racionalização dessa aberração é a seguinte: ou nós deixávamos o cobre nas mãos dos militares, ficavam 10% dos lucros para o orçamento das Forças Armadas, ou nós tínhamos que

reservar uma fatia do orçamento para eles. Então é melhor, mais fácil, deixar que eles fiquem brincando lá com o cobre. Agora racionalmente não existe a menor razão. Infelizmente não é monopólio. A rigor a Codelco não tem evoluído grandemente, e a mineração privada de cobre tem avançado celeremente no Chile.

Miguel Jorge: Deputado, o senhor criou o termo, dentre vários outros, dos "neolíticos". E os neolíticos de ontem são os mesmos neolíticos de hoje? Se são diferentes, qual é a diferença entre eles?

Roberto Campos: Não há muita diferença não. Eu estava mais animado sobre o Brasil, mas esse episódio da Vale do Rio Doce me indicou que nós estamos regredindo no tempo. Essa controvérsia sobre o valor estratégico do minério de ferro, isso é Bernardes. No tempo de Bernardes eu tinha cinco, seis anos de idade. Ao falar a palavra ferro, estamos voltando a Artur Bernardes [governou o Brasil de 1922 a 1926], em 1922, quer dizer, nós estamos passando do "neolítico" para o "paleolítico". O Brasil – isso que me irrita profundamente – tem o fetiche do produto físico, é um fetichismo, coisa de umbanda. O fetiche dos anos 20 era minério de ferro. Depois o fetiche dos anos 40 era Volta Redonda [município localizado no estado do Rio de Janeiro, ficou conhecido como “Cidade do Aço”, pois nele situa-se a Companhia Siderúrgica Nacional, maior siderúrgica da América Latina], o símbolo nacional. Hoje está privatizada, a segurança nacional não foi infirmada, ninguém mais discute a privatização de Volta Redonda, mas era o fetiche dos anos 40. Nos anos 50 houve um novo fetiche, o do petróleo, esse infelizmente continua aí. A Petrosol [distribuidora de petróleo e seus derivados e gás] é robusta, mas é um fetiche petrolífero. Nos anos 70 vem o quê? Acordo nuclear com a Alemanha. Areia monazítica é nossa, o tório é nosso, e o Brasil vai ser uma potência nuclear junto com a Índia, pobre Índia, porque tem jazidas de tório e tal. Houve uma campanha das areias monazíticas. O que é areia monazítica? Areia monazítica é uma areia radioativa em Guarapari [estado do Espírito Santo], a que os machos decadentes recorrem [risos] porque parece que energiza os testículos. E a única coisa que tem nessa areia monazítica. Nos anos 80 já estamos livres desses avatares todos? Não! Surge a informática. “A informática é nossa”! Esse era o grande mito dos anos 80. Agora nos anos 90 pensei que nós estivéssemos pensando em termos de microeletrônica, telemática, biogenética. Em que estamos pensando? Minério de ferro dos anos 20. Meu Deus do céu!

[Sobreposição de vozes]

Eleonora de Lucena: Eu queria perguntar sobre a questão do Estado mínimo, que o senhor defende com muita ênfase. Eu queria saber a sua opinião sobre os gastos que o governo tem feito no programa de socorro a bancos, já foram consumidos 20 bilhões. O senhor acha que esse gasto é bem-vindo, ele deve ser feito ou o governo deveria deixar o mercado simplesmente atuar e os bancos quebrarem? O Estado deve intervir, deve socorrer os bancos ou não?

Roberto Campos: Eu diria que mundialmente nenhum país ousa deixar que haja uma crise monetária, porque ela destrói todo o sistema financeiro, e os prejudicados não são apenas os bancos, não são sequer principalmente os

bancos, são os depositantes. Você pode simplesmente destruir o ânimo de poupar. Por isso em todo mundo, Japão, Coréia agora, Estados Unidos, Argentina, em todo mundo, quando há uma crise bancária, o governo tem que intervir.

Eleonora de Lucena: Então nesse mercado não tem risco?

Roberto Campos: Dizem aqui no Brasil “o governo sai gastando o dinheiro público, que podia estar sendo aplicado em educação, saúde, para salvar bancos”. Em primeiro lugar, o dinheiro aplicado nos bancos não é para salvar os bancos. Os banqueiros ficam com os bens inalienáveis e indisponíveis. Eles são punidos e severamente punidos, eles passam a ser leprosos na vida empresarial. Os socorridos são os depositantes, são os milhões de depositantes e são socorridos para que se evite um pânico. E o dinheiro não é dinheiro do governo. É dinheiro dos depósitos compulsórios, que pertencem aos bancos e que foram surrupiados pelo Banco Central sob o pretexto de fazer política monetária. Não podendo o governo conter seus gastos, ele prefere fazer um enxugamento monetário, recolhendo os depósitos dos bancos. Então o que o governo está fazendo é devolvendo ao sistema bancário aquilo que dele tirou. Aliás, isso é que o Estado faz. Essa história de que o Estado é bonzinho, o Estado dá isso, o Estado dá aquilo. O Estado não dá nada ao povo sem que primeiro dele não tenha tirado. O governo não está dando nada aos bancos, porque o governo não tirou dos bancos.

Eleonora de Lucena: Mas esse mercado acaba ficando sem risco nenhum?

Roberto Campos: Os bancos, tais como existiram, desapareceram. E os seus proprietários estão hoje proscritos na comunidade. Têm os bens indisponíveis, foram severamente punidos. Houve um expurgo do sistema bancário.

Gilberto Dupas: Mas os especuladores que foram para esses bancos sabidamente de risco – porque isso era um “segredo de Polichinelo” – foram beneficiados [expressão que faz referência ao personagem característico da Commedia Dell'Arte e que significa: aquilo que todos já sabem, que deixou de ser segredo]. Se tivesse fixado um teto, digamos, “vamos proteger os depósitos até tanto”, o seu argumento teria alguma procedência. Como não foi isso, nós sabemos perfeitamente que os grandes beneficiários do Proer [Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional] são os grandes especuladores, que estavam investindo nesses bancos como quem investe num cassino que já se sabe que estava mais ou menos ameaçado.

Roberto Campos: O problema é a dificuldade de você distinguir entre o que é especulador, o que é o cidadão que temporariamente mobiliza o seu capital, deposita o seu capital de giro num banco e o pequeno poupador. Nem sempre é fácil fazer isso. O problema é que se você destrói a confiança no sistema, os efeitos são incalculáveis. Você pode consumir, como ocorreu na Venezuela, mais de 15% do PIB com uma crise bancária.

Gilberto Dupas: Mas a Venezuela continua existindo. Eu tenho as minhas dúvidas, deputado...

Roberto Campos: Ela perdeu substância, deixou de crescer, desvalorizou-se no sistema financeiro internacional por causa de uma crise bancária. É muito perigoso.

Gilberto Dupas: Mas não imobilizou 20 bilhões nisso.

Augusto Nunes: Deputado, a que o senhor atribui o fato de que boa parte do povo brasileiro ainda continua vendo algum sentido na permanência da Vale como estatal? O que falta explicar?

Matinas Suzuki: Segundo as pesquisas, divide a população meio a meio.

Roberto Campos: Eu acho que o governo não fez um trabalho adequado de esclarecimento, não fez um bom marketing. Eu não me sinto à vontade para criticar, porque eu também fiz péssimo marketing enquanto estava no governo. Mas o governo não fez bom marketing. Por quê? Porque o governo devia ter dito para a população o seguinte: a Vale do Rio Doce já está privatizada pelos funcionários, em benefício dos funcionários. O Tesouro Federal tem 51% de capital. Então ele vai ter 51% dos lucros? Não senhor! Neca, neca. O Tesouro tem brutos 14% dos lucros nos últimos cinco anos, porque antes a Vale do Rio Doce quase que nem pagava dividendos, agora está pagando 1,7% ao ano. O governo tem 51% do capital, não tem 51% dos lucros, não. Tem 7% dos lucros, recebe brutos 14% dos lucros, mas como foi obrigado a reinvestir na Vale, na realidade a transferência líquida para o Tesouro foi 7%, tendo ele 51% de capital. Os funcionários, o que eles têm do capital? Nada. Quanto é que ganharam? 18%. Isso é empresa pública? Isso é empresa do Tesouro? Ora bolas, caçarola! Não é nada, isso é uma empresa que já está privatizada pelos funcionários. Então o que o governo tem que dizer é o seguinte: ela está privatizada em favor dos funcionários e contra o Tesouro. Infelizmente os funcionários não são capitalistas, eles não podem se compromissar com o programa de expansão da empresa. Então nós queremos agora cobrar um bom dinheiro dos investidores que vão pagar um preço justo e se comprometer a fazer investimentos na expansão da empresa. Assim é que deveria ter sido apresentado. E se fosse apresentado a você: “Nunes, você quer continuar recebendo 1,7% ao ano? Você, como contribuinte do Tesouro, e ao longo de 55 anos de vida da empresa, menos de 1% ao ano? Não. Com esse capital eu vou realizar o patrimônio e empregar o meu dinheiro de forma melhor. Porque, para manter esse sistema de estatais funcionando, o governo está pagando 15% de custo de rolagem de dívida. Então você ganha 1,7% de dividendos e você gasta, para rolagem da dívida, 15% ao ano, agora, porque já gastou 33%. Burrice, burrice!

Matinas Suzuki: [tentando controlar os entrevistadores que falam ao mesmo tempo] Senhores, senhores. Por favor. Deputado, nós vamos fazer uma pequena interrupção e a gente volta daqui a pouco com a segunda parte da entrevista com o deputado Roberto Campos. Até já.

[intervalo]

Matinas Suzuki: Nós voltamos com o **Roda Viva** que entrevista esta noite o deputado federal Roberto Campos. Vou pedir para você [telespectador] hoje antecipadamente as desculpas, eu vou tentar fazer as perguntas. Estão chegando perguntas bastante interessantes para o deputado Roberto Campos, mas elas são muitas e eu não sei se vou conseguir fazer um número significativo delas. De qualquer maneira eu encaminharei ao deputado todas as perguntas que chegarem aqui ao nosso programa. Ministro Maílson, o senhor estava fazendo uma pergunta.

Maílson da Nóbrega: Deputado, essa é a minha primeira experiência como entrevistador.

Augusto Nunes: Está querendo se vingar!

Maílson da Nóbrega: Mas eu não vou perder o cacoete de entrevistado e como eu vi que todos aqui querem falar sobre a Vale, eu vou fazer um comentário e não uma pergunta. Eu estou ouvindo muito falar que a sociedade está dividida em relação a essa questão da privatização da Vale. E vossa excelência falou que o governo informou mal. Eu gostaria de fazer um comentário sobre isso. Eu acho que informou, porque a pesquisa de ontem, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, tem um indicador interessante. Na média a maioria está contra a privatização da Vale do Rio Doce, mas quando se começa a observar respostas pelo nível de instrução, dentre os menos instruídos, um terço apenas é favorável à privatização. E dos mais instruídos, dois terços são favoráveis à privatização. Portanto, se o governo tivesse informado melhor, esse lado menos instruído teria aceitado melhor a privatização. E provavelmente o resultado da pesquisa seria outro.

Roberto Campos: Conhece o matemático [francês Lazare] Carnot? Ele dizia que os dados, quando suficientemente torturados, podem produzir o resultado que a gente quer. Uma pergunta suficientemente manipulada pode produzir o que a gente quer. Suponhamos que a pergunta fosse formulada da seguinte maneira: o senhor aceita que o tesouro seja espoliado aplicando 51% do capital ou detendo 51% do capital da Vale e tendo 7% de dividendos, enquanto funcionários que não aplicam capital tem 18% dos lucros? Isso é justo? A resposta seria, obviamente, não. Isso é uma safadeza. O Tesouro está sendo espoliado. Agora se perguntar de uma maneira diferente: concorda em que as riquezas do território nacional sejam alienadas pelo setor privado, inclusive estrangeiros? Isso é outra coisa. Aí a resposta é diferente.

Miguel Jorge: O senhor tem idéia de quanto a Vale pagou de impostos o ano passado, ou não?

Roberto Campos: Não tenho presente o que ela pagou de imposto, mas deve ter sido pouco, porque ela não paga Imposto de Renda sobre o Carajás [região rica em minério de ferro, localizada no Pará, explorada pela Vale do Rio Doce] e porque ela é exportadora, e exportação de produtos primários está isento de impostos. Ela deve pagar o Imposto de Renda sobre o papel, o alumínio. O imposto ICMS, isso é o consumidor, o comprador que paga. Mas não é uma contribuinte feroz, fanática.

Miguel Jorge: Em 1995, segundo um artigo seu, ela pagou apenas 113 milhões de dólares de impostos, parece muito pouco para uma empresa desse tamanho. Aliás parece ridículo.

Roberto Campos: É pouco. Tinha, por dez anos, isenção de Imposto de Renda sobre Carajás, que é a principal operação e a mais rentável. E a exportação também não é sujeita a impostos. Então não deve ser um contribuinte admirável.

Gilberto Dupas: Essa questão de números que o deputado coloca é muito interessante. Eu vi outro dia, pasmo, na televisão, um ilustre advogado, um dos mais famosos deste país, um desses que moveu a ação, com a cara mais lavada do mundo, fazendo o seguinte raciocínio na televisão para o público: "Esta empresa dá 650 milhões de lucro por ano, o Estado evidentemente quer vender por três e portanto vai se pagar em cinco anos. De duas, uma: ou se corrige o lucro proporcional ou se corrige o valor da empresa proporcional. Quer dizer, é uma mentira deslavada que ele afirma com a maior clareza. Aproveitando um pouco essa discussão e retomando um pouquinho a perspectiva um pouco mais histórica, que eu acho que o deputado tem direito a ela, eu lembraria o seguinte: como criador do BNDES, o deputado participava junto com Glycon de Paiva [geólogo, foi vice-presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), entidade financiada por banqueiros e empresas multinacionais] na época e José Luiz Bulhões Pedreira [advogado considerado um dos maiores nomes do direito societário], do que o deputado intitulava de "grupo desenvolvimentista não estatizante". Do outro lado, estavam aqueles que o senhor chamava de "desenvolvimentistas estatizantes," principalmente com Inácio Rangel [economista maranhense de linha marxista] e Rômulo de Almeida [renomado economista, foi assessor do presidente Getúlio Vargas]. O seu grupo, deputado, de mentalidade privatista, era, na época, contra a idéia de monopólios estatais e queria sempre que possível entregar a infraestrutura à iniciativa privada. Vocês perderam várias batalhas. A própria Petrobras, Eletrobras e, de certa forma, a própria Vale do Rio Doce. Dadas as circunstâncias políticas e econômicas da época, o deputado mantém o ponto de vista de que o país estaria melhor se essas empresas tivessem sido, naquela época, entregues ao setor privado? E, como vê o deputado, hoje, a ironia de ser justamente o BNDES a ser chamado de liderar o papel de agente privatizador de vários desses sistemas? Na sua opinião, para sintetizar, o senhor já disse que o processo de privatização atual está lento. Como é que o senhor apressaria? Para que serve o Banco do Brasil hoje? Ele tem ainda alguma função no sistema bancário brasileiro? E a Petrobras privatizada realmente livraria os seis bilhões de dólares de petróleo que nós importamos hoje? Em suma, como é que, de um lado, o senhor imagina realmente que se fosse outro caminho nós estaríamos melhores, era possível esse outro caminho? Como o senhor aceleraria a privatização hoje?

Roberto Campos: Eu acho que a situação brasileira teria sido muito melhor se nós não tivéssemos seguido a senda da expansão estatocrática, da expansão estatal. Um dos resultados da fúria estatizante de que se possuiu o governo Vargas na sua parte final, foi que nós ficamos isolados da comunidade financeira internacional. A partir de 1953, aliás, a partir de 1951, quando

Getúlio Vargas fez o famoso discurso de 31 de dezembro, acusando as multinacionais de sangrarem o país pela remessa de lucros, a partir dessa época, nós ficamos sem financiamentos do Banco Mundial até 1964, quando eu era embaixador em Washington e retomei contato com o Banco Mundial. Só houve um financiamento nesse interregno [intervalo] que foi Furnas [empresa da administração indireta do governo federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que conta com um complexo de 11 usinas hidrelétricas e duas termelétricas, representando 10% da geração de energia do Brasil]. E o Banco Mundial fez questão de indicar que estava financiando o projeto, porém não endossando a política econômica brasileira, que eles achavam profundamente irracional. Um país que vivia mendigando empréstimos recusava investidores de risco. É uma coisa que não fazia sentido, ninguém podia entender que o Brasil não tendo petróleo – ao contrário do México, por exemplo, que tinha petróleo, ou da Venezuela que tinha petróleo – proclamasse um monopólio sem ter petróleo, o que significa monopolizar o risco. Essa atitude intelectualmente absurda nunca foi aceita pela comunidade financeira internacional. E o Brasil sofreu muito com isso. Foi até um milagre que o Juscelino [JK] tenha conseguido executar o seu programa com apoio internacional. É porque ele mudou a mentalidade getulista, e os grandes projetos do governo Juscelino, o Plano de Metas, o da indústria automobilística, que você conhece muito bem, a indústria de equipamentos elétricos pesados, foram construídas com capitais privados, sobretudo europeus e japoneses. Porque as avenidas da finança internacional estavam a rigor bloqueadas para o Brasil. Portanto foi um enorme prejuízo isso ter ocorrido. Vejo agora com prazer que o ciclo se completa, e não só no Brasil. Nos outros países latinos americanos, há também uma fúria de privatizações, o Brasil está até atrasado. Há uma exceção gritante na paisagem brasileira. O próprio Fernando Henrique - e por isso ele não pode ser acusado de neoliberal, um neoliberal jamais faria isso - ele próprio apresentou um projeto de lei vedando a privatização da Petrobras. Ele podia silenciar sobre o assunto, deixando que a evolução dos acontecimentos ditasse o melhor rumo. Afinal de contas, nós abolimos o monopólio na Constituição. Isso permitiria até a privatização da Petrobras se ele quisesse. Ele se apressou em assumir um compromisso pessoal, e eu espero que seja válido só durante o tucanato, de não privatizar a Petrosal, Petrobras, o que seja. Isso foi, a meu ver, uma imprudência porque o Brasil pode precisar privatizar a "Petrossauro" [apelido da Petrobras, cunhado por Roberto Campos] por motivos fiscais e por motivos cambiais. Afinal de contas, hoje o petróleo continua sendo o item mais pesado na nossa pauta de importação. E os esforços da "Petrossauro" estão longe de nos assegurar a auto-suficiência, estamos correndo para ficar parados. Nós importamos no ano passado 610 mil barris, que era exatamente o que importamos quando da primeira crise de petróleo. Estamos correndo para ficar parados.

Eleonora de Lucena: O senhor vê risco de uma crise cambial hoje, estávamos falando dessa questão de importação. O governo, mantendo essa política de hoje, pode levar o país a uma crise cambial? Está errada a política, precisaria ter algum outro tipo de medida ou basta segurar as importações e estimular a exportação? Tem alguma coisa errada na política econômica de hoje?

Roberto Campos: Eu acho que certamente há ameaça de uma crise cambial. Se, por exemplo, a exuberância da economia americana induzir o Federal Reserve Bank elevar a taxa de juros, nós podemos ter um refluxo de capital para o exterior, criando problemas sérios de financiamento, balanço de pagamentos. Parece que isso não acontecerá e o problema é ainda administrável, mas certamente há um perigo. O que fazer? Claramente a solução melhor não é conter importações, porque o Brasil, apesar do que se chama “o deboche importador”, importa 8% do PIB...

Eleonora de Lucena: Mas é isso que o governo está fazendo.

Roberto Campos: ... o que é um coeficiente muito pequeno. O problema é estimular exportações. Como? Alguns advogam o remédio tradicional: desvalorizar a taxa de câmbio para aumentar a receita do exportador. Mas nós sabemos que isso é a solução frouxa, solução mole, solução na moleza. Porque isso desvia a atenção daquilo que é essencial, que são as reformas estruturais, nós temos é que fazer as reformas estruturais. Suponhamos, por exemplo, que nós enfrentemos o sindicalismo portuário, que é nojento. Isso poderia equivaler a uma desvalorização de 7%, e seria algo muito mais saudável reduzir os custos portuários. Nós poderíamos acelerar a privatização da infraestrutura. Por exemplo, aceleração das privatizações da eletricidade teria dois efeitos. Primeiro, aumentaria a eficiência do sistema, provavelmente levaria a um barateamento de tarifas, mas sobretudo traria muito capital. Então nós suplementaríamos a deficiência cambial, não provavelmente contendo importações, mas facilitando exportações pela melhoria da infraestrutura e atraindo capitais para o financiamento da infraestrutura. Privatização é a chave de vários problemas brasileiros. O mal é que, nessa equação de como corrigir a crise cambial, raramente se fala em privatização.

Eleonora de Lucena: Existe uma crise cambial então?

Roberto Campos: Fala-se em desvalorização cambial, mas desvalorização cambial é coisa que nós tentamos no passado repetidas vezes e dura muito pouco, porque habitualmente existe um repique inflacionário [repentina alta, geralmente de curta duração, durante um período de baixa de preços a que está submetido certo título]. É verdade, e o professor Delfim [Delfim Netto] tem indicado isso, que a situação mundial mudou bastante. Vários países têm conseguido desvalorizar a taxa de câmbio sem repique inflacionário. E sucedeu nos Estados Unidos, sucedeu na Inglaterra, sucedeu na Itália. Mas, dada a tradição inflacionária brasileira, é algo arriscado no Brasil. Realmente não existe mais essa conexão quase inevitável entre desvalorização cambial e inflação, que eu aprendi nos livros escolares. Por quê? Porque hoje a economia está globalizada, é severa a competição e há muito maior moderação trabalhista, nas relações trabalhistas. Não existe aquela exacerbação salarial no mundo que existia antes. Mas, no caso brasileiro, a desvalorização é algo perigoso, porque nós temos uma tradição negativa, carregamos uma tara do passado.

Miguel Jorge: Talvez por isso, normalmente, os empresários brasileiros, nos últimos anos, pelo menos, sempre quando havia um problema desse tipo,

pediam a desvalorização. A média, aliás, até se brinca, que sempre, na Fiesp [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo], era de 30% a diferença do câmbio. Nos últimos meses, pelo menos no último ano, quando começou a se falar na eventual necessidade de desvalorização, não se vêem empresários ou grandes empresas pedindo uma desvalorização, por exemplo, para aumentar a exportação. Isso é sintomático?

Roberto Campos: É sintomático de uma mudança. Eles estão percebendo que é necessário atacar os fatores estruturais e não fazer manipulações cambiais que provocam desconfiança na moeda. Sobretudo se o país quer atrair capitais estrangeiros, uma desvalorização é um negócio seriíssimo. Os capitais que já estão aqui radicados e têm que remeter rendimentos sofrem uma paulada enorme, que provoca desconfiança nos que estão por vir. Por isso, soluções estruturais são mais aconselháveis que soluções estritamente monetárias. Aliás, eu acho que o diretor da Carteira de Câmbio, o Gustavo Franco [economista, foi secretário de política econômica adjunto do Ministério da Fazenda, diretor de Assuntos Internacionais e presidente do Banco Central do Brasil] tem sido razoavelmente hábil. Ele estava fazendo mini-desvalorizações relativamente suaves e já conseguiu reduzir a sobrevalorização do real que, por exemplo, um banco, como o Goldman Sacks, estimava em 19% para cerca de 12%. Se nós fizéssemos realmente uma ação corajosa de redução de custos portuários, privatizando a telefonia para reduzir custos, privatizando eletricidade, nós poderíamos – como a Argentina fez – eliminar a sobrevalorização. A Argentina também experimentou uma severa sobrevalorização e, hoje, a opinião internacional é que a taxa cambial argentina está vizinha do equilíbrio. Com reformas estruturais, sem desvalorização.

Marco Aurélio Garcia: Deputado, eu gostaria de voltar à questão estatal. Evidentemente eu não tenho nenhum ânimo em convencê-lo, e acho que o senhor não terá nenhum ânimo de convencer-me. Nós somos dois jurássicos em parques distintos. [risos] Eu queria só constatar algumas coisas que me chamam muita atenção. Eu estaria de acordo, em tese, com a idéia de que as empresas estatais brasileiras estão privatizadas, eu acho que estão privatizadas desde sempre. E elas estão privatizadas desde sempre, a meu juízo, não só, e nem tanto, e nem principalmente, pelos seus funcionários, mas elas estão privatizadas pelas vastas corporações empresariais que mamaram no preço do aço, das tarifas elétricas, telefônicas, Nafta, dos créditos do Banco do Brasil e dos bancos estatais, e que levaram esses bancos à quebra.

Roberto Campos: Uma vez que você concedeu o meu ponto que elas já estão privatizadas, eu concedo o seu ponto. [risos] Parte dessa privatização foi em benefício de grupos empresariais cúpidos [ávidos de dinheiro].

Marco Aurélio Garcia: Parte importantíssima, eu diria. Por isso que, ao invés de optar pela sua solução que é de privatizar, eu opto para outra que é justamente desprivatizá-las. E vou lhe dizer mais. Eu acho que esse processo de privatização se deu não só por uma cupidez empresarial, mas se deu sobretudo porque nós tivemos um sistema político que favoreceu...

Roberto Campos: Cupidez empresarial talvez não seja... é tradição patrimonialista.

Marco Aurélio Garcia: Quem utilizou a expressão foi o senhor, eu não vou me liberar dela, o senhor que se acerte.

Roberto Campos: Mercantilismo patrimonialista.

Marco Aurélio Garcia: Pois bem.

Roberto Campos: O Brasil nunca foi capitalista, o Brasil é um país que pratica ferozmente o mercantilismo.

Marco Aurélio Garcia: Ainda que, muitas vezes, lendo os seus artigos eu tenho a impressão de que a esquerda governou o Brasil sempre, quando ela não esteve um dia no poder, mas enfim.

Roberto Campos: Ela fez o possível para atrapalhar.

Marco Aurélio Garcia: Oxalá nós tivéssemos força para atrapalhar. Eu gostaria de ter uma reflexão sua sobre isso. Não haverá nada que nos explique, não haverá nenhuma relação entre o fato de nós termos vivido essa grande aventura desenvolvimentista, a maior parte do tempo sob regime autoritário. Faça as contas e veremos isso. E, segundo lugar, o que eu fico muito preocupado, é que hoje quando se assiste aos programas de privatização em curso, nós vemos que é uma privatização que se faz muitas vezes com boa parte do dinheiro do Estado. O episódio de privatização da Light [companhia de geração e distribuição de energia elétrica] do Rio de Janeiro é cômico, se não fosse trágico. O episódio da privatização da [rodovia] Dutra é cômico se não fosse trágico, porque a Dutra vai funcionar graças ao generoso crédito que o BNDES deu ao consórcio que privatizou, e a Light no Rio de Janeiro foi privatizada.

Roberto Campos: Você acha que o BNDES gera recursos, o governo gera recursos? Não. O BNDES é financiado por impostos. E de onde vêm os impostos? Dos contribuintes. Quais são os contribuintes? São as empresas. Ora bolas, caçarola!

Marco Aurélio Garcia: [falando ao mesmo tempo que Roberto Campos] Quem decide o critério que vai para a Dutra e não vai para outro setor.

Roberto Campos: Essa idéia de que o governo é generoso, porque usa recurso do BNDES para auxiliar a empresa privada. De onde veio o BNDES? Eu fui o criador do BNDES, escrevi boa parte da lei, fui o primeiro diretor. O BNDES é um instrumento de extração de impostos para o governo. Se o governo nos devolve o comodato, está fazendo o seu dever, nada mais.

Marco Aurélio Garcia: Política industrial o senhor é a favor para um certo sentido, para outro não? A política industrial é para beneficiar os programas de privatização...

Roberto Campos: Política industrial nenhuma. Política industrial no Brasil para mim é informática, essa maluquice. Política industrial no Brasil é programa nuclear, foi uma loucura!

[sobreposição de vozes]

Marco Aurélio Garcia: Aliás, o programa nuclear foi feito por um governo ao qual o senhor serviu. Nesse período eu estava no exílio, e alguns amigos meus foram mortos nesse período no qual o senhor era funcionário do governo. Então não me largue o programa nuclear, não me venha com o programa nuclear.

Roberto Campos: Em que fase do governo eu estive? Você foi exilado pelo governo de Castelo Branco?

Marco Aurélio Garcia: Eu estive também exilado no governo Castelo Branco, também exilado.

Roberto Campos: Você foi expulso ou se auto exilou?

Marco Aurélio Garcia: Eu me auto exilei, porque eu não quis...

Roberto Campos: Ah, bom, é outra coisa. Você tinha dissidências ideológicas sérias...

Marco Aurélio Garcia: E eu vi como foram tratados os dissidentes ideológicos.

Roberto Campos: ... e se auto exilou porque, ao que eu saiba, Castelo Branco não era homem de mandar para o exílio. Eu servi com o governo Castelo Branco. Ele queria, aliás, que os militares ficassem...

Marco Aurélio Garcia: [fala ao mesmo tempo que Roberto Campos] O senhor foi embaixador de que governo, doutor Roberto Campos?

Roberto Campos: ... três anos no poder, com a função de missionários, e não queria que fossem funcionários do poder. O que veio depois não tem nada a ver nem com o Castelo Branco, nem comigo.

Eleonora de Lucena: Deputado, como é que o senhor, firme e liberal, pode conciliar a questão da abertura, da necessidade de um Estado mínimo, com o Estado máximo, como foi esse Estado que a gente viveu, um Estado autoritário, uma ditadura militar? Como se coaduna esse liberalismo econômico com a questão política? Pergunto se o senhor acha que é possível, nos países pobres, haver desenvolvimento com democracia. O regime militar foi um mal necessário? Visto de hoje, o senhor acha que foi um erro aquele momento, ou não?

Roberto Campos: A chamada Revolução de 64 não foi uma revolução, foi uma contra-revolução. É uma ilusão dos nossos esquerdistas imaginar, idilicamente, que em 1964 havia uma opção entre uma democracia liberal e

uma democracia social. Não existia não. A opção era entre dois autoritarismos, seria o autoritarismo da esquerda. O Prestes [ver entrevista com Prestes no **Roda Viva**] dizia: “Nós ainda não estamos no poder, mas já estamos no governo”. A opção era entre o autoritarismo de esquerda ideológico feroz, capaz de levar pessoas para o *paredón* [execução por motivos políticos]. Só o Che Guevara matou 600 pessoas em Cuba. Ele era manso perto de Fidel Castro [presidente de Cuba entre 1959 e 2008 - ver entrevista com Fidel no **Roda Viva**]. A opção era entre um autoritarismo feroz, ideológico...

Marco Aurélio Garcia: [interrompendo] O Muro já caiu [referindo-se à queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, fato histórico que marcou o fim da Guerra Fria e o início da extinção do regime comunista no leste Europeu], deputado.

Roberto Campos: ... que levaria anos e anos para se autodestruir e um autoritarismo de direita envergonhado, encabulado que toda hora falava em democracia, que procurava pelo menos manter o ritual de eleições, procurava manter o Congresso aberto, que não falava em ditadura do proletariado. Essa era a real opção. Eu fico indignado com a esquerda brasileira apresentar essa situação de 64 como sendo uma opção entre duas belas formas de democracia: a democracia mais liberal e a democracia social, um pouco mais intervencionista. Não era isso não! Era uma luta ideológica que ocorria no mundo todo. E a opção era entre o autoritarismo de esquerda e o autoritarismo de direita. E o autoritarismo de direita é muito mais biodegradável, dura muito menos e é menos violento do que o de esquerda.

Eleonora de Lucena: Durou quase 30 anos.

Augusto Nunes: Deixa eu fazer uma pergunta. Queria fazer um desvio na conversa, para voltar ao tema dos 80 anos que o senhor aborda aí...

Roberto Campos: Você tem que falar nisso! [risos]

Augusto Nunes: ... com muita graça apesar de tudo. Porque o senhor fez uma digressão muito curiosa e divertida usando três iniciais em francês, MMS, no discurso da festa do seu aniversário. Eu queria que o senhor resumisse qual é essa história.

Roberto Campos: O francês entende de várias coisas muito bem, mas particularmente de duas coisas: comida e sexo. Então os franceses resolveram esse problema de relacionamento de idade com sexo. Dizem que o homem sempre tem a mesma idéia se quiser, MMS, apenas a intensidade varia, o grau de frequência que varia. Se você é bem jovem, 20 anos, MMS significa *matin*, *matinée* e *soirée* [manhã, tarde e noite]. Se você chegou aos 40 anos, aí já é *mardi*, *mercredi* e *samedi* [terça-feira, quarta-feira e sábado]. Quando se chega aos 60, já é *mars*, *mai* e *septembre* [março, maio e setembro]. Quando se chega aos 80, então é *mes meilleurs souvenirs* [minhas melhores lembranças]. [risos]

Gilberto Dupas: Eu queria resgatar a questão do Roberto Campos, homem político, que eu acho que é um enfoque importante nessa fase, especialmente de um homem que teve a vivência que o deputado teve neste país, e que está com 80 anos, com essa lucidez e com essa combatividade. Nós temos que lembrar que o senhor esteve no governo três anos praticamente. Esteve como embaixador uma quantidade muito grande de anos, mas nessa altura provavelmente esteve como deputado e legislador talvez mais tempo do que tivesse tido como embaixador. Então, eu queria focar um pouquinho no Roberto Campos, homem político. Eu acho muito importante relembrarmos uma passagem que eu li no seu livro, *Lanterna de popa*, que me tocou muito em particular, que é o seu encontro com Ulysses Guimarães. Após ter sido instigado por ele a sair do hospital de cadeira de rodas para ir votar o impeachment do Collor, que foi um fato interessante. O deputado, que tinha tratado Ulysses Guimarães com uma frieza secular, durante muito tempo e vice-versa, segundo a sua interpretação, recebeu no final dessa votação, na cadeira de rodas, um terno abraço do velho guerreiro, do Ulysses Guimarães. E amadurecido por essas experiências de vida, por essa sua visão de relacionamentos e de política, nesse seu livro, o deputado conclui, na minha opinião, tardiamente, e diz uma frase que me parece muito interessante, muito bonita. Diz assim: “Descobri que éramos mais complementares do que competitivos. Eu via no Ulysses o Dom Quixote da democracia. Ele me considerava o Sancho Pança da economia. Juntos poderíamos ter atacado mais do que "moinhos de vento" e talvez tivéssemos feito um futuro diferente para o país. Mas navegamos em barcos separados durante meio século no comboio do Brasil. É uma bela constatação na minha opinião. Eu, de minha parte, concluo: que pena que isso não aconteceu antes! E lhe pergunto: afinal, por que vocês não se descobriram mais cedo?”

Roberto Campos: É uma coisa curiosa, eu explico como sendo a “estática dos intermediários”. É que o Ulysses era cercado pelo "Clube do *Poire*" [referência ao grupo de políticos do PMDB, do qual fazia parte Ulysses Guimarães, que se reunia em um restaurante de Brasília e tinham o licor de pera como bebida preferida], clube do licor de pera, que era uma turma muito nacionalista, que tinha esposado a política de informática, vinha defendendo monopólios estatais. E isso criou uma certa estática, nossas vozes não atingiam um ao outro, havia uma barreira de comunicação. Foi realmente uma pena, porque eu teria injetado um certo sentido de realismo econômico no Ulysses, que era um homem que acreditava que tudo era solúvel por vontade política.

Augusto Nunes: E ele teria injetado o quê no deputado?

Roberto Campos: Ele me teria injetado capacidade de manobra política, que eu nunca tive. Sempre fui um político muito medíocre, eu conseguia enxergar muito longe, mas não conseguia companheiro de jornada. Ulysses enxergava curto, mas tinha muitos companheiros de jornada. [risos]

Miguel Jorge: Vou fazer uma pergunta ao senhor em relação ao seu período de embaixador, me parece que o senhor foi duas vezes embaixador. Gostaria que o senhor falasse da primeira vez, em que governo foi e como foi essa experiência?

Roberto Campos: A primeira vez foi em Washington, eu tinha sido convidado, designado pelo Jânio Quadros, mas ele renunciou. Eu então já tinha até pedido licença ao Itamaraty para voltar à atividade privada, não imaginava mais nenhuma ligação com a embaixada em Washington. Mas o primeiro-ministro do governo parlamentarista era Tancredo Neves, meu grande amigo, e o ministro do Exterior era o San Tiago Dantas [foi também ministro da Fazenda e um dos precursores da chamada "política externa independente"]. Então ambos me chamaram e disseram: "Agora que você tem quê." Eu disse: "você estão brincando. Eu não tenho nenhuma intimidade com o Jango, ele mal me conhece, não temos nenhuma afinidade ideológica. E o embaixador em Washington deve ter a liberdade de acordar o presidente às duas e meia, três horas da manhã para uma situação de crise, eu sou contraindicado para Washington". Tancredo então me disse: "Você não tem a confiança do Jango, você mal o conhece, mas tem a minha confiança, eu sou o primeiro-ministro". E o San Tiago Dantas dizia: "Eu insisto em que você vá, porque os dois países vão marchar em rota de colisão. É preciso alguém com conhecimento de ambos os países, com experiência econômica, para tentar minimizar o choque. Você vai lá, vai ser um algodão entre cristais". Foi assim que ele me apresentou o problema. Eu fui para Washington num momento particularmente difícil, que era o Brasil ameaçado de envolvimento pela esquerda, e um Kennedy ressabiado com a sua derrota na Baía dos Porcos [movimento organizado pelo governo norte-americano, em 1961, contra a presidência de Fidel Castro. Simulando uma rebelião interna, a operação contou com exilados cubanos e herdeiros das empresas norte-americanas nacionalizadas pelo governo castrista, que formaram o Exército Cubano de Libertação], extremamente sensível a qualquer coisa que significasse esquerdização do Brasil. O pânico do presidente Kennedy era que ele carregasse, ao longo da vida, a cruz que [Harry S.] Truman [assumiu a presidência dos Estados Unidos em abril de 1945, fase final da Segunda Guerra Mundial, após a morte do presidente Franklin Roosevelt] carregou: a de ser acusado de perder a China. Ele dizia "imaginem se eu for acusado de perder o Brasil", que seria a China do novo continente. Então era uma situação difícil.

Miguel Jorge: O senhor foi embaixador do governo João Goulart?

Roberto Campos: Acabei sendo embaixador do João Goulart. E o [Carlos] Lacerda [(1914-1977), jornalista e político, foi fundador e proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa* e ficou famoso como pivô no episódio do suicídio de Getúlio Vargas, de quem era ferrenho opositor], aliás, fez uma gozação enorme. Ele dizia: "Esse cara não tem caráter". Ele foi [...] de governo, esquerda, direita... [risos]

Miguel Jorge: Eu achei estranho porque isso foi omitido na lista de cargos que o senhor ocupou, [lida] no início do programa, citando só o seu cargo como embaixador no governo militar.

Augusto Nunes: Deputado, o senhor gostou da fita que fez a apresentação do senhor? O senhor acha que é correta ou o senhor faria algum tipo de reparo?

Roberto Campos: Eu achei que foi correta. Houve essa brincadeira de Bob Fields e tal, mas eu acho que poucas pessoas têm o direito de escolher o apelido. Eu adquiri esse direito, quero chamar Bob Fields, mas depois que [Mikhail] Gorbachev [(1931-), líder russo responsável pelas reformas iniciadas na União Soviética, a partir de 1986, que incluíam, dentre outras coisas, uma abertura gradual ao “mundo ocidental”] abriu a União Soviética para capitais estrangeiros, eu podia me chamar Robertchev. [risos] Depois que Deng Xiaoping [líder sucessor de Mao Tsé-tung, foi secretário-geral do Partido Comunista Chinês, tornando-se o dirigente mor da República Popular da China de 1976 e 1997] abriu a China para capitais estrangeiros, eu podia me chamar Robert Ping. Então eu posso escolher entre Bob Fields, Robertchev ou Robert Ping, e estou satisfeito com a minha versatilidade de apelidos.

Eleonora de Lucena: Deputado, o senhor continua favorável ao controle da natalidade?

Roberto Campos: Sim.

Eleonora de Lucena: Eu queria perguntar sobre dois outros assuntos polêmicos. A legalização das drogas e a pena de morte. O senhor é a favor da pena de morte, legalização das drogas? Por que o controle da natalidade sempre aparece nos seus discursos como uma coisa importante para o Brasil?

Roberto Campos: Eu acho a coisa mais trágica do mundo é a gente deliberadamente fabricar pobres. E sou a favor da pena de morte, porque a pena de morte não destrói as mortes, mas destrói os assassinos. E eu acho que a pena de morte é importante psicologicamente, porque intimida o eventual assassino. É importante economicamente, porque o país se livra de ter que sustentar criminosos repetitivos, as vezes de múltiplos assassinatos, ao longo de 30 anos. Se a gente já nem pode dar um salário mínimo decente aos homens honestos, porque sustentar durante 30 anos, 40 anos, um assassino na prisão. Então eu acho que a pena de morte é uma coisa perfeitamente razoável. Não sou a favor da legalização das drogas.

[sobreposição de vozes]

Gilberto Dupas: Eu queria fazer uma constatação extraordinária.

Marco Aurélio Garcia: O senhor é um liberal *sui generis*, né? Confesso que sempre aprendo um pouco.

Roberto Campos: Você pensa que o liberal quer um Estado fraco? Não.

Marco Aurélio Garcia: Uma das questões fortes para o liberalismo são os direitos humanos, não é?

Roberto Campos: O liberal quer um Estado forte, porém modesto. E para ser forte, precisa ser modesto.

Gilberto Dupas: Eu queria fazer uma consideração interessante de um evento que me parece extraordinário. Nós estamos conversando com Roberto Campos aqui há quase duas horas. Neste momento da vida brasileira a única palavra que nós não pronunciamos até agora foi inflação. Então eu queria lembrar uma coisa e me parece importante. Quando o deputado e Bulhões saíram do governo Castelo Branco, eu me lembro de ter ouvido uma referência sua de que Bulhões saiu extremamente decepcionado, porque ele tinha aquela obsessão de que ele precisava transformar a inflação brasileira numa inflação européia e não conseguiu. E quando ele saiu, tem uma frase que foi atribuída a ele, acho que foi o deputado que disse, que é a seguinte: “Nunca tínhamos chegado tão perto de extirpar de uma vez a nossa cultura inflacionária”. Quer dizer, sem dúvida, depois veio a hiperinflação depois disso e tal, e muito bem. Com o Plano Real temos hoje o que parecia impossível. Não falamos em inflação em duas horas de programa, temos uma inflação quase européia e em declínio por enquanto. Como o senador vê a atual situação da estabilidade monetária brasileira e principalmente como é que o velho Bulhões, se estivesse vivo – o senhor que o conhece tão bem – imaginaria ou veria essa situação atual e o futuro da inflação brasileira?

Roberto Campos: Eu acho que ele veria com uma enorme satisfação. Realmente ele era fanático pelo controle da inflação, e veria com satisfação certamente esse namoro com a estabilidade que o Brasil está mantendo e que nós esperamos transformar-se num casamento duradouro.

Gilberto Dupas: Quais são os riscos, deputado? Há riscos na sua maneira de ver?

Roberto Campos: Há riscos sim, nós não resolvemos ainda o problema fiscal. E é preciso que nos convençamos, aliás, de que o problema fiscal não é solúvel por via fiscal. O problema fiscal brasileiro só é solúvel por via patrimonial. Nós temos que liquidar os mega ativos do governo para eliminar os mega passivos do governo. A nossa situação tem esse aspecto favorável. Quando a gente pensa nos Estados Unidos, por exemplo, que tem uma gigantesca dívida interna, e o governo não tem nada praticamente para vender, e o compara com a situação brasileira, com uma gigantesca dívida interna, mas um bocado de patrimônio a vender, há aspectos favoráveis na situação brasileira. Nós temos que fazer as três reformas – fiscal, administrativa e previdenciária – mas sobretudo acelerar a privatizações, que eu acho a mais promissora, a mais urgente, a mais fértil de todas as reformas. E por isso que essa crise da Vale do Rio Doce me deixa extremamente triste. Que, por exemplo, pode ter repercussões... desenvolveu-se uma tecnologia de guerrilha que pode ser utilizada para impedir a privatização das telecomunicações, de eletricidade, que são absolutamente urgentes.

Maílson da Nóbrega: Deixa eu voltar ao começo do programa. O Augusto o levou a recordar a sua declaração do outro dia de que parecia que o Brasil estava ficando parecido com suas idéias. O senhor concordou que o Brasil está num processo de mudança em direção a um menor governo, internacionalização e assim por diante. Mas, ao mesmo tempo, o senhor falou em seguida que a década de 80 é uma década perdida. Eu devo confessar que

eu não concordo com essa expressão “década perdida”, porque é uma expressão, a meu ver, opaca. Ela tende a ver o Brasil apenas pelo que aconteceu na economia. Eu estava lendo outro dia um comentário do Instituto Liberal de São Paulo, sobre um livro recente, sobre a destruição dos empregos. E ele ressaltava um ponto de que as grandes transformações por que passaram as sociedades foram precedidas de um grande processo de transformação mental. Eu estou convencido, posso estar errado, de que a década de 80 foi o início de um grande processo de transformação mental que deu origem, nos anos 90, a essa nova visão brasileira de apoio à reforma do Estado, apoio à estabilidade, nós estamos cansados da inflação, definitivamente, no Brasil. Gostaria que o senhor elaborasse um pouco isso. Será que a década de 80 foi realmente uma década perdida?

Roberto Campos: Eu acho que sim. Houve certamente uma transformação, mas em vez de ser uma transformação pelo bom senso, foi uma transformação pelo sofrimento e pela estagnação desnecessária. Afinal de contas, o Brasil que tinha realizado seu milagre econômico, na década de 60, viu a sua economia estagnar, enquanto que as economias asiáticas herdaram um milagre. O milagre brasileiro veio 20 anos antes do milagre asiático. Isso para mim é extremamente melancólico. No começo dos 60 nós fomos capazes de fazer transformações suficientes para assegurar um milagre no fim da década. Na década de 80, nós não nos transformamos economicamente, transformamo-nos politicamente e, com isso, enfrentamos uma estagnação, com uma acumulação enorme de erros. A política de informática, ainda sob os militares, Plano Cruzado, moratória internacional unilateral, Constituição de 88 [promulgada em 5 de outubro de 1988, foi chamada de "Constituição Cidadã" pelo presidente da Assembléia Constituinte, Ulysses Guimarães, por ser amplamente voltada para a defesa dos direitos dos cidadãos], uma série de desastres perfeitamente evitáveis, e que fizeram com que o Brasil realmente perdesse a década. Nós redescobrimos a democracia na década dos 80, mas não descobrimos o capitalismo. E há erros suficientes para a gente distribuir para todo mundo. Os militares erraram, e gravemente. Como? Eles deviam ter feito a abertura econômica antes da abertura política, foi o que [Augusto] Pinochet [(1915-2006), tornou-se presidente do Chile em 1973, por meio de um golpe de Estado, depois de depor Salvador Allende, o primeiro presidente socialista eleito democraticamente. Instaurou, então, a ditadura militar, que durou até 1990] fez. Ele primeiro abriu a economia e depois cedeu abertura política. No Brasil, o que os militares fizeram? Mantiveram por tempo demasiado a fechadura militar e não fizeram a abertura econômica. Vieram os civis e fizeram a abertura política com fechadura econômica. Então erraram os militares por não terem feito antes a abertura econômica, erraram os civis por não terem feito, depois da democratização política, a abertura econômica. Não nos iludamos. O mais potente e importante ingrediente do progresso é a liberdade do agente econômico. A liberdade do agente econômico faz milagres que os governos não fazem e sobre os quais nem sonham.

Eleonora de Lucena: Deputado, o senhor chegou a falar da questão da reeleição, a comentar recentemente que achava que poderia ser um casuísmo. O senhor continua contra a reeleição? E quais são as chances do candidato do seu partido, que por enquanto está parecendo, é o candidato virtual do PPB

[Partido Progressista Brasileiro], o Paulo Maluf [político, ex-governador do estado de São Paulo, denunciado por uso indevido do dinheiro público]?

Roberto Campos: Eu acho que a popularidade residual do Fernando Henrique ainda é bastante grande. E se continuar a economia com esse grau razoável de estabilidade de preços em que está, ele dificilmente seria vencido.

Eleonora de Lucena: O senhor acha um casuísmo a reeleição?

Roberto Campos: A reeleição é perigosa porque nós não temos ainda os condicionamentos políticos sociais que existem, por exemplo, nos regimes parlamentares ou na democracia americana.

Eleonora de Lucena: O senhor é um monarquista ainda?

Roberto Campos: Não.

Eleonora de Lucena: Mas no momento do plebiscito o senhor apoiou?

Roberto Campos: Eu votei pela monarquia naquela ocasião por divertimento, [risos] era a tese do Simonsen que eu achei bastante interessante, mas não é uma coisa realista. O Brasil realmente ainda não tem instrumentos críticos suficientes para que a sucessão se processe em favor do mesmo mandatário. O perigo de abuso do poder é grande. Nos Estados Unidos existem só dois partidos, os outros não têm significação, então a vigilância dos democratas sobre os republicanos e vice-e-versa é enorme. Aqui você tem uma coalizão confusa, de modo que nenhum partido realmente fiscaliza o outro adequadamente. A crítica do Congresso e a crítica judiciária é muito menor aqui, os freios são muito menores do que na democracia americana. Por isso eu acho que a reeleição ainda é algo perigoso.

Eleonora de Lucena: As chances do ex-prefeito Paulo Maluf em função desses problemas todos dos precatórios, como o senhor vê? O senhor acha que ele vai se candidatar ou não?

Roberto Campos: A ele é que cabe julgar. As últimas indicações são que talvez ele concorra ao governo de São Paulo. Não sei, não conversei com ele especificamente sobre o assunto.

Matinas Suzuki: Deputado, eu fiquei aqui quietinho com as perguntas dos telespectadores, mas vou pedir para a mesa agora, nós estamos indo para o final do programa, para eu dar a palavra aos nossos telespectadores. O Breno Camargo, do Alto da Boa Vista, que é agropecuarista e engenheiro, pergunta: “Qual a vantagem que o Brasil está tendo no Mercosul”?

Roberto Campos: Há várias vantagens. O Brasil dilata o seu mercado, uma das vantagens é a integração. É exatamente uma dilatação de mercado, e um desses mercados que se associaram ao Brasil é um mercado bastante rico. Argentina tem oito mil dólares por habitantes, que é o dobro da renda brasileira. E, em segundo lugar, o Mercado Comum está servindo como elemento de

dissolução de velhas rivalidades, ciúmes políticos e militares que hoje soam absolutamente ridículos. Só isso é uma vantagem enorme. A integração econômica destruindo preconceitos políticos e militares de longas épocas. Em terceiro lugar, existe um aprendizado de harmonização de políticas. Acontece que os outros três países são mais liberais do que o Brasil. O Brasil está se contaminando do liberalismo desses países, o que eu acho extremamente útil.

Augusto Nunes: Embora o senhor tenha dito que parceria é coisa de homossexual...

Roberto Campos: Não. Isso é uma piada. [risos]

Augusto Nunes: ... basicamente o Mercosul [Mercado Comum do Sul, união aduaneira (livre comércio intrazona e política comercial comum) de cinco países da América do Sul: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela] é uma parceria entre o Brasil e a Argentina. Uruguai, Paraguai tem pouca importância econômica?

Roberto Campos: Sim, basicamente. Mas também na Europa parecia inicialmente isso, era França e Alemanha, os outros aparentemente contavam um pouco. Mas o fato é que o Mercado Comum Europeu acabou energizando os países pequenos. Eu me lembro de uma discussão com amigos economistas italianos, eles diziam “Isso vai ser um desastre. Todo o capital vai se concentrar ou na França ou na Alemanha e nós ficaremos sem nada”. Nada disso. Os capitais fluíram para Holanda, capitais fluíram para Itália, que, na verdade, experimentou o seu milagre.

Matinas Suzuki: Deputado, o Eitamar Freitas, de Natal, que é gerente de uma empresa, diz o seguinte: “A empresa em que eu trabalho é mais enxuta do que o solo do Saara. O faturamento bruto é 200 mil por mês, e o lucro líquido é mais ou menos igual ao que a gente paga de impostos. O senhor nos aconselha sonegar ou fechar as portas”? [risos]

Roberto Campos: Nem uma coisa nem outra. Gritar para pagar menos impostos.

Matinas Suzuki: Carlos Barzam, de Florianópolis, diz o seguinte: “Ao Ilustríssimo senhor Roberto Campos. Com base nos seus conhecimentos adquiridos quando seminarista não seria verdade que Deus não é socialista, pois criou o idiota e o inteligente”?

Roberto Campos: Deus não é socialista não, os padres ficam muito frustrados, mas Deus foi um grande criador de desigualdades.

Matinas Suzuki: O Evaldo Curiochin, daqui de São Paulo, que é um médico, faz uma pergunta a respeito de um risco de fugimorização [fenômeno relativo à política do presidente do Peru, Alberto Fujimori] do país, alguma coisa nesse sentido. Eu gostaria então de aproveitar esta pergunta dele e perguntar para o senhor, que hoje faz um balanço dessa sua longa vida política, o que é mais

importante? Que regime acaba dando mais frutos para o país: o regime aberto, uma democracia aberta ou um regime fechado?

Roberto Campos: Eu acho que uma democracia aberta porque tem capacidade de autocorreção dos erros. Quanto à fugimorização, há poucas perspectivas. Estamos vendo a batalha enorme de Fernando Henrique contra o judiciário. Fujimori fechou o judiciário, substituiu os juizes que eram todos intimidados pela máfia ou corrompidos pelos traficantes. Foi uma solução radical, não há perspectiva disso no Brasil, nem acredito que sejam as intenções de Fernando Henrique. O excesso de medidas provisórias – e é penoso para mim como congressista reconhecer – deriva, em parte, da inércia do Congresso. Você tem ainda 84 vetos a apreciar e um número enorme de medidas provisórias que são meramente reiteradas, reeditadas, porque o Congresso não tem agilidade suficiente.

Matinas Suzuki: Nós já estouramos nosso tempo...

Miguel Jorge: O Menem fez a mesma coisa, só que de maneira muito tranquila, substituindo praticamente toda a Suprema Corte.

Matinas Suzuki: Deputado, o Nairo Almere, jornalista de Belo Horizonte, escreve aqui o seguinte para o senhor: “A sua singular inteligência que proporciona leituras apaixonantes nos jornais de domingo parece sempre a serviço dos favorecidos com negócios que giram nas bolsas internacionais – Wall Street, Frankfurt, Hong Kong ou Tóquio. Nela cabe um alento aos nossos miseráveis? Nossos miseráveis encontram esperanças dentro da sabedoria de vossa excelência?”

Roberto Campos: Eu sempre fui preocupado com a pobreza brasileira. Dediquei toda a minha vida à cura da pobreza. A única divergência que existe entre mim e os caridosos bonzinhos é que eu acho que o mercado é a grande solução para a pobreza. Haveria país mais fadado à maior pobreza do que Hong Kong, que não tem nada. São rochas, numa ilha rochosa, sem sequer água. Hoje Hong Kong tem uma renda por habitante superior à da Inglaterra, a potência imperialista, metropolitana que colonizou Hong Kong. O que provocou o crescimento? O mercado! A liberdade competitiva no mercado. O mercado é o maior criador de riquezas. A minha divergência com vários dos esquerdosos brasileiros é que eles têm a obsessão de distribuir pobreza. Você tem que ter certa consideração com os elementos capazes de criar riquezas, o respeito ao criador da riqueza é o começo da solução da pobreza.

Matinas Suzuki: E a minha pergunta que é a última: quem foi o grande político brasileiro deste século?

Roberto Campos: Para mim foi o Castelo Branco.

Matinas Suzuki: Deputado, eu agradeço muito a presença do senhor aqui nesta noite, neste programa. Queria dizer para o senhor que Miguel Lara, de Belo Horizonte, enviou uma mensagem através de nosso email, dizendo que pessoas como o senhor merecem ser clonadas. [risos]

Roberto Campos: Muito obrigado.

Matinas Suzuki: Eu agradeço a participação de todos aqui e a nossa bancada de hoje.

Roberto Campos: Vai ver que eu tenho taras ocultas! [risos]

Matinas Suzuki: Agradeço muito a sua atenção e a sua participação.